



**Universidade de Coimbra**

**Mestrado em Sociologia**

**Políticas Locais e Descentralização – As Novas Áreas do Social**



Entre ficar ou partir

As Expectativas dos Jovens do

Interior e o Desenho das Políticas

Raluca Elena Fonseca Vieira

2009







# Índice

Introdução .....	11
<b>CAPÍTULO I - JUVENTUDE E TERRITÓRIO.....</b>	<b>15</b>
1.1. A Juventude .....	16
1.1.1. Diferentes contextos, diferentes jovens .....	17
1.1.1.1. A juventude na encruzilhada dos afectos e comportamentos familiares .....	17
1.1.1.2. Juventude, geração da qualificação .....	19
1.1.1.3. Práticas associativas da juventude .....	21
1.1.1.4. A juventude do trabalho ao emprego e do emprego ao trabalho .....	22
1.1.1.5. As expectativas pessoais e profissionais da juventude .....	24
1.1.2. Políticas de juventude.....	25
1.2. O Território .....	27
1.2.1. A gestão do local e do seu desenvolvimento .....	29
1.2.1.1. Uma Administração local em transformação .....	29
1.2.1.2. Políticas de desenvolvimento local recentradas .....	31
1.2.2. A mobilidade da juventude no território .....	33
<b>CAPÍTULO II - HIPÓTESE DO TRABALHO E NOTAS METODOLÓGICAS .....</b>	<b>37</b>
2.1. Hipóteses .....	37
2.1.1. Hipótese Geral .....	37
2.1.2. Hipóteses operacionais .....	38
2.2. Notas metodológicas .....	40
2.2.1. Panorâmica dos métodos .....	40
2.2.2. Os instrumentos de pesquisa.....	42
2.2.2.1. O inquérito aos jovens .....	43
2.2.2.1.1. A constituição da amostra e uma breve caracterização .....	43
2.2.2.1.2. O questionário .....	51
2.2.2.1.3. A recolha dos dados .....	51
2.2.2.1.4. A análise dos dados.....	52
2.2.3. As entrevistas aos jovens.....	53
2.2.3.1.1. A amostra.....	53
2.2.3.1.2. O guião de entrevista.....	56
2.2.3.1.3. A recolha dos dados .....	57

2.2.3.1.4.	A análise dos dados.....	57
2.2.3.2.	As entrevistas aos actores privilegiados .....	58
2.2.3.2.1.	A amostra .....	58
2.2.3.2.2.	O guião de entrevista.....	59
2.2.3.2.3.	A recolha dos dados .....	59
2.2.3.2.4.	A análise dos dados.....	60
CAPÍTULO III - RETRATO ECONÓMICO E SOCIAL DO INTERIOR.....		61
3.1.	Indicadores demográficos, económicos, escolares .....	63
3.1.1.	Demografia .....	65
3.1.2.	Actividade económica .....	70
3.1.3.	Escolaridade.....	79
3.2.	O Distrito da Guarda visto de dentro: forças e fraquezas .....	88
3.2.1.	Território enquanto entidade geográfica .....	89
3.2.2.	População enquanto recurso de desenvolvimento .....	91
3.2.3.	Actividades económicas enquanto nichos de oportunidade .....	93
3.3.	Conclusão .....	99
CAPÍTULO IV – RETRATO DOS JOVENS DO INTERIOR .....		103
4.1.	O perfil estatístico dos jovens.....	103
4.1.1.	A demografia dos jovens do Interior.....	104
4.1.2.	As estatísticas da escolaridade.....	107
4.1.3.	As estatísticas do desemprego juvenil.....	111
4.1.4.	Dados sobre o associativismo juvenil .....	116
4.2.	Os Jovens e a interioridade: expectativas e comportamentos .....	117
4.2.1.	A perspectiva dos actores sociais locais.....	118
4.2.1.1.	Perspectivas dos actores sociais locais no domínio da educação e formação	120
4.2.1.2.	Perspectivas dos actores sociais locais no domínio do trabalho e emprego ..	122
4.2.1.3.	Perspectivas dos actores sociais locais no domínio do associativismo .....	130
4.2.1.4.	Perspectivas dos actores sociais locais no domínio das expectativas e planos de futuro .....	131
4.2.2.	A perspectiva dos jovens .....	135
4.3.	Conclusão .....	140
CAPÍTULO V - REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS – SOBRE FICAR OU PARTIR		143
5.1.	Entre ficar ou sair.....	143
5.2.	Factores de atracção .....	148

5.2.1.	Família e redes primárias enquanto factor de fixação.....	148
5.2.2.	Associativismo local enquanto factor de atracção .....	155
5.3.	Factores de repulsão: escola e trabalho .....	161
5.3.1.	Escola como factor de repulsão .....	166
5.3.2.	Trabalho como factor de repulsão.....	172
5.4.	Conclusão .....	177
CAPÍTULO VI - POLÍTICAS PARA OS JOVENS - UMA AVALIAÇÃO CRUZADA COM BASE NA EXPERIÊNCIA .....		179
6.1.	A visão de quem produz ou aplica as políticas.....	179
6.1.1.	Educação.....	182
6.1.2.	Emprego e Formação.....	185
6.1.3.	Associativismo e promoção da cidadania activa .....	193
6.1.4.	Para uma avaliação das políticas.....	195
6.1.5.	As áreas de intervenção prioritária.....	205
6.2.	A visão dos destinatários das políticas .....	211
6.2.1.	Sobre as instituições que produzem as medidas e a sua eficácia .....	211
6.2.2.	Sobre as medidas específicas.....	213
6.2.3.	As áreas de intervenção prioritária.....	215
6.3.	Conclusão .....	217
Conclusão final .....		221



## Agradecimentos

A realização deste projecto e a sua escrita demoraram mais tempo do que eu tinha julgado inicialmente ser necessário e, durante grande parte desse tempo, deitava-me à noite sentindo como se um pêndulo estivesse suspenso sobre mim, à espera de me cair em cima. Foi um exercício de amadurecimento e coragem, como dizia alguém querido, uma forma de eu perseguir um sonho, mais um que compõe a nossa vida.

Pedro Hespanha, o meu orientador, que para além de conhecer a fundo o tema abordado, tem a virtude rara de saber o que se quer dizer e como, parecendo ter sempre um saquinho de pó de arroz para colocar no sentido das palavras. Trabalhei com ele com admiração e amizade, tão especial que nem as palavras tem o poder de expressar. O ser mais perfeccionista que eu já vi. Obrigada pela capacidade em estar sempre actualizado nas novas tecnologias que nos ajudaram pôr em dia muitas conversas através dos *chats*, uma troca teimosa em aceitar sequer uma análise fácil e errada quando poderia existir uma correcta, mesmo que mais difícil.

Jaime Ferreira, o meu modelo de professor, que ama aquilo que faz e faz os outros amar também. A sua forma de leccionar foi uma inspiração para mim enquanto formadora. Devo-lhe muitas tardes de conversa sobre o mundo e o ser.

Casimiro Ferreira, que me incutiu a sede de actualização e de olho crítico naquilo que faço, pedindo exigência em tudo. Foi meu orientador de tese de licenciatura, permaneceu, mesmo depois, como referência.

Pedro Abreu e Paula Abreu que deram encorajamento e ajuda concreta, a experiência alargada em SPSS e metodologia de trabalho, foram de grande ajuda.

Aos meus professores todos que me ajudaram a progredir e a querer sempre mais perfeição naquilo que faço.

Às instituições e actores privilegiados das Câmaras Municipais, associações juvenis, associações de desenvolvimento local, associações patronais e sindicais e aos técnicos e Directores dos Centros de Emprego e Formação Profissional cujas portas se abriram para tornar mais fácil a pesquisa e a consulta dos documentos oficiais. A sua disponibilidade permitiu uma melhor compreensão da actuação e dos esforços empregues no terreno. Compreendi o quanto importante é utilizar os canais de partilha de informação.

Ao CEI, o Centro de Estudos Ibéricos da Guarda e a sua incansável coordenadora, que acolheram o projecto com carinho e solucionaram com diligência muitos dos detalhes deste estudo. Vale a pena referir que existem amizades que a partir e através do CEI foram reforçadas, os seus objectivos não foram só encurtar distâncias territoriais mas também humanas.

Ao meu marido, o meu maior crítico e encorajador, que reviu praticamente todo o material à medida que o fui escrevendo, o que me incitou a continuar a escrever, mesmo quando era a última coisa que desejava no momento. Devo-lhe muitas tardes de fim-de-semana em que ficava na “solitária” a trabalhar, enquanto ele entretinha as pequenas. Tenho que agradecer por muitas coisas: pela paciência, pelo apoio, pela compreensão, pelo companheirismo, por ter-me ajudado na realização do inquérito *online*. Não foi apenas uma ajuda emocional, mas também de perícia no *software*. Obrigada, porque soubeste amar-me em todos os momentos.

Às meninas, obrigada pela compreensão, pelo inocente entendimento que têm das coisas e do mundo que as rodeia e pelo deitar cheio de esperança no dia que se seguia. Prometo estar mais presente do que até hoje e recompôr as histórias da vossa infância.

Obrigada *Mama*, a minha mãe foi um exemplo inspirador, bem como alguém que soube ouvir. Uma autodidacta, sempre a procura de saber mais. Sempre com um ponto de vista fascinante, dando ideias e referências que pude utilizar. Nunca me disse para desistir. Obrigado ao meu pai, não apenas pela amizade e encorajamento oportuno, mas também por mostrar como é importante não desanimar porque há sempre uma outra solução à espera de ser encontrada. Para um problema há mil respostas, basta pensarmos nelas, dizias.

Aos familiares, que souberam estar na altura certa no sítio certo e fizeram as coisas deslizarem sem dar conta sequer da sua importância.

Finalmente, gostaria de agradecer aos devotos amigos. A amizade e compreensão significaram tudo para mim, obrigada pelas tardes em que me apoiaram.

A todos, um sentido obrigada.

## INTRODUÇÃO

Uma das especificidades intrínsecas dos territórios é que podem transformar-se rapidamente mediante as dinâmicas de mobilidade que se lhe aplicam. Contudo, nas últimas décadas e sob o efeito de dinâmicas dominadas sobretudo por um quadro de oportunidades distinto daquele que prevaleceu durante séculos, os territórios sofreram algumas transformações. Desde os anos '60 do séc. XX muitas regiões portuguesas deixaram de ser capazes de assegurar a reprodução económica das suas populações e assistiram a um fluxo de abandono sem precedentes em direcção a outras regiões dotadas de maior capacidade de atracção do país ou mesmo do estrangeiro. O declínio demográfico tocou, nos últimos quarenta anos, a grande maioria dos concelhos situados a norte do Tejo, deixando de fora apenas uma pequena faixa litoral representando uma parte diminuta do território nacional.

Este processo de mudança é definido pelo êxodo rural, pelo abandono das terras e pelo envelhecimento das populações antecipando, assim, as consequências em termos de agravamento dos desequilíbrios regionais, da perda de iniciativa local e de marginalização económica e social das regiões afectadas. Por isso, é compreensível que as políticas procurem contrariar estas consequências, oferecendo mais oportunidades à população para evitar que esta saia ou suavizando os efeitos mais dramáticos da marginalização. A melhoria das condições de vida para todos é hoje bem visível nas localidades do Interior – designadamente nos centros urbanos - em resultado de políticas de desenvolvimento local.

Importa reflectir sobretudo no que se passa e avaliar os resultados das políticas que se dirigem à fixação da população. A atracção da cidade e as representações negativas sobre o viver no campo são determinantes nas decisões das populações rurais sobre ficar ou partir, mesmo que as condições de vida nas zonas rurais tenham melhorado bastante e piorado nas zonas urbanas. Os jovens não são alheios a essas determinantes.

Ora, relativamente aos jovens, assistiu-se a um forte investimento na descentralização de infra-estruturas de uso juvenil e na disseminação de programas para aumentar a sua participação em actividades colectivas. No domínio do emprego, persistindo enormes carências, os jovens beneficiam hoje de um conjunto de incentivos sem precedentes para se envolverem em actividades produtivas. Por seu turno, o

insucesso escolar, o abandono precoce e os muito baixos níveis de escolaridade e de qualificação, que têm particular expressão nas regiões do Interior, são hoje objecto de políticas de correcção que mobilizam importantes recursos humanos e financeiros. Apesar da melhoria das condições de vida nas localidades do Interior, designadamente nos centros urbanos, muitos dos jovens preferem sair e procurar fora da sua região de origem emprego, condições de vida e ambiente para realização dos seus projectos. Esta constatação põe em causa e desafia alguns dos tópicos do nosso discurso comum sobre o esforço de desenvolvimento das regiões do Interior, sobre o combate à desertificação e sobre a necessidade de coesão nacional e de equidade territorial. É certo que existem hoje muitas políticas destinadas a contrariar esta tendência e são oferecidas mais oportunidades à população para evitar que ela saia ou procura-se suavizar os efeitos mais dramáticos do abandono. Algumas delas são especificamente dirigidas aos jovens.

Surgem naturalmente algumas questões: como chegam estas políticas aos jovens, como estão os jovens a responder a todas estas mudanças? Pouco se sabe de definitivo sobre o assunto, tanto mais que as avaliações dos programas raramente têm em conta a experiência dos públicos envolvidos. Não será, porém, incorrecto afirmar que o investimento que está a ser feito só pode ter êxito se os programas se adequarem ao perfil, às expectativas e às aspirações dos jovens e se estes virem as suas ideias e propostas suficientemente ouvidas e seriamente tidas em conta no desenho dos programas.

Mais uma razão para que através do presente estudo seja possível descobrir as dinâmicas juvenis e os recursos existentes para as apoiar, detectar os constrangimentos e as oportunidades que se colocam neste processo de integração dos jovens na vida activa e adulta e, ainda que de uma forma indirecta, promover uma reflexão com os jovens sobre a capacidade de realizar no Interior a suas aspirações e expectativas.

Assim, a presente tese procura conhecer os impactos reais das políticas orientadas, directa ou indirectamente, para a retenção dos jovens nas regiões do Interior. O intuito deste estudo é testar a eficácia daquele discurso optimista e analisar a eficácia das políticas levadas a cabo para o concretizar. Isto será feito pela comparação entre os propósitos das políticas e as aspirações efectivas dos jovens, pelo reconhecimento não apenas das potencialidades mas também dos limites destas, pela determinação das condições que favorecem o sucesso das políticas e pelo número das respostas que elas suscitam e pela qualidade dos resultados que conseguem. Com o estudo pretende-se uma avaliação das políticas que tenha em conta a experiência e a contribuição de todas as partes interessadas, desde a fase da concepção à da execução das políticas e que, por isso,

se envolvam na auscultação os decisores, os promotores, os técnicos, as autarquias e, obviamente, os jovens.

A sequência dos capítulos segue uma organização coerente, iniciando-se o primeiro capítulo com a apresentação do quadro teórico, base do estudo de investigação. A moldura teórica permite identificar a abordagem e o entendimento de uma categoria social, uma classe social ou um grupo etário, os jovens, ao mesmo tempo que se preocupa com as consequências dos fenómenos que atingem os territórios, como o envelhecimento, a desertificação e a deslocalização das empresas, etc.

Segue-se o capítulo dois, que revela as hipóteses do trabalho, o accionamento das diferentes técnicas de investigação empregues e dos instrumentos de pesquisa, bem como uma caracterização das amostras.

No terceiro capítulo retrata-se o panorama económico e social do Interior, identificando as dinâmicas da população em termos demográficos, escolares e ocupacionais, através de informação estatística. Outro dos objectivos deste capítulo é a identificação das potencialidades e obstáculos do território e da sua população no desenvolvimento local.

A juventude, nos seus mais diversos aspectos, é retratada no capítulo seguinte, recorrendo, por um lado aos indicadores estatísticos sobre as manifestações demográficas, escolares, ocupacionais e associativas e, por outro, aos sinais captados pelos actores sociais locais sobre os jovens. Nesse sentido o retrato é pincelado por opiniões diversas e completado pela introspecção dos próprios jovens, reconhecendo, assim, algumas das expectativas e projectos pessoais e profissionais.

Dessa forma dá-se continuidade à tese através do capítulo quinto, cujo objectivo é conhecer as representações sociais dos jovens face ao território, associada aos factores de atracção ou repulsão do mesmo. Ainda, no conteúdo deste capítulo é possível encontrar a intenção pela permanência ou saída dos jovens do Interior e as razões que estão na sua fundamentação.

O sexto, e último capítulo, apresenta o quadro de actuação das políticas e a visão de quem produz e aplica as políticas orientadas para jovens e de quem as recebe. Avaliar a adequação dos instrumentos de política às expectativas da população alvo e avaliar as condições da sua generalização ao mesmo tempo que analisar casos de políticas que não obtiveram os resultados pretendidos funciona como ponto de orientação para identificar as razões do insucesso e formular recomendações para o melhoramento das políticas. Esta avaliação cruzada permite identificar as políticas disponíveis e, portanto, obter uma

imagem tão precisa quanto possível do quadro em que as decisões dos jovens são tomadas.

A investigação aqui apresentada contempla sobretudo as dimensões decisivas na vida dos jovens do Interior, os seus trajectos escolares e as implicações das qualificações no acesso ao mercado de trabalho, as dinâmicas associativas e os projectos de vida dos jovens face às circunstâncias locais de emprego, formação profissional, e desenvolvimento local, nenhuma dessas sendo indiferente no momento de decisão. Concretamente aquilo que se espera conseguir com este estudo é traçar um diagnóstico da situação de uma facção da juventude local, servindo como instrumento de reflexão aos agentes decisórios aquando da aplicação das políticas de juventude.

## CAPÍTULO I

### JUVENTUDE E TERRITÓRIO

Neste capítulo procura-se discutir um conjunto de aspectos conceituais e teóricos que permitem enquadrar a análise dos fenómenos do envelhecimento e desertificação dos territórios do Interior e dos comportamentos dos jovens relativamente à sua saída do meio de origem.

No que se refere à juventude, a partir de uma perspectiva aglutinadora de algumas das esferas em que os jovens se incluem, como a família, a escola, a comunidade, o trabalho, o destaque recai sobre os projectos de futuro dos jovens ligados ao local. Interessa ao actual trabalho esta abordagem, na medida em que a mobilidade dos jovens de um local para outro, bem como as trajectórias pessoais e profissionais se encontram em contínua configuração e em dependência da evolução e transição nas esferas mencionadas. Ainda, sobre este ponto, propõe-se, num exercício de mera exemplificação, citar as políticas de juventude e apresentar o entendimento e as soluções oferecidas pelas mesmas a partir dos actores implicados directamente. Quer se trate das autarquias locais, dos institutos, como o Instituto de Emprego e Formação Profissional, do Instituto Português de Juventude ou do Instituto de Habitação. O que se procura aqui desvendar são os princípios que funcionam na aplicação das políticas. Uma análise mais atenta às práticas será realizada nos capítulos que se seguem.

No que respeita ao território, a abordagem aqui proposta vai no sentido de ilustrar alguns dos traços específicos de um território cuja principal particularidade é a interioridade. Abordam-se os aspectos demográficos, económicos, escolares, culturais, das acessibilidades que definem um território com traços de marginalidade. Discute-se a noção de desenvolvimento local, distinguindo-a de outras modalidades de desenvolvimento. Continuando no mesmo ponto, é discutida a importância e a capacidade da Administração local para aplicar políticas de desenvolvimento local adaptadas à identidade, solidariedade e autonomia do território em que intervém.

Num último ponto, sistematiza-se o conhecimento sobre as decisões dos jovens de ficarem ou de partirem, sublinhando a importância das representações acerca da grande cidade e os factores de atracção e de repulsão que são ponderados na tomada de decisão. Conclui-se com a enumeração dos factores que permitem resistir à pulsão da saída relacionando-os com as diferentes formas de capital que os jovens podem mobilizar.

## 1.1. A Juventude

O conceito sociológico mais depurado de juventude identifica esta como um grupo social caracterizado por um conjunto de práticas e estilos de vida específicos, constituindo um grupo analítico muito complexo e em nada homogéneo<sup>1</sup>.

Na base dessa complexidade está o facto das particularidades desse grupo, apesar de poder ser delimitado por critérios de idade ou ciclo geracional, oscilarem significativamente ao longo do eixo da condição social dos jovens. Numa perspectiva que valorize o efeito geracional, aquilo que caracteriza a juventude é a variável etária: os jovens ao atravessar uma determinada fase da vida definida em termos de idade, revelam interesses e manifestações específicos daquela idade. Numa perspectiva classista, a juventude caracteriza-se por um conjunto de manifestações específicas de pertença a uma determinada classe social capaz de orientar as representações sociais dos jovens. Neste sentido as diferenças sociais são aquelas que mais distinguem os jovens enquanto categoria sociológica. O entendimento que se adopta da juventude neste estudo, segue Pais (Pais, 1998) ao reconhecer o facto de a juventude pertencer a vários “universos” em simultâneo.

Os jovens constituem igualmente uma categoria instável por duas razões principais, nenhuma delas imputáveis aos mesmos. São, por um lado, uma categoria instável pelas conjunturas externas, vivendo numa sociedade que atravessa constantes transformações e pelo outro lado eles próprios atravessam uma fase de instabilidade psicológica decorrente do desenvolvimento da adolescência. As mudanças biológicas e psíquicas típicas nos jovens nessa fase etária assinalam o fim e o início de novas etapas de desenvolvimento, como o início da vida sexual, o início da vida activa, o início da vida cívica, o aumento de responsabilidade perante si e perante os outros em vários domínios e por aí em diante. As duas razões expostas explicam a combinação de uma instabilidade emocional com uma instabilidade adaptativa. Ainda, os jovens, mais do que qualquer outro grupo, vivem o tempo da aceleração, do “fast” e do efémero: na alimentação (“fast food”), nos contactos e na comunicação, no estudo, encurtando distâncias para o conhecimento de certas áreas de interesse e até no acesso ao trabalho.

---

<sup>1</sup> Para a complexidade do conceito e da problemática da juventude ver as considerações e os estudos de Pierre Bourdieu (1984) *Questions de sociologie*; José Machado Pais (1993) *Culturas juvenis*; José Machado Pais (2005) *Ganchos tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*; Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais (1998) *Jovens portugueses de hoje: resultados do inquérito de 1997*

### **1.1.1. Diferentes contextos, diferentes jovens**

Os contextos em que se inserem os jovens, quer nacionais quer europeus, têm as suas especificidades e sofreram alterações ao longo das últimas décadas. A condição dos jovens de hoje é compreendida à luz das mudanças dos valores familiares e também das reformas ao nível do sistema de ensino e formação profissional, bem como da transformação das relações entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho. Mesmo a ligação dos jovens com a família ou com o sistema de ensino e o mercado de trabalho estão em contínua mutação, pelo facto de que o sistema de emprego orienta os projectos pessoais e profissionais dos jovens para trajectórias incertas. Acresce que as particularidades locais condicionam tanto a condição sócio-económica dos jovens como as suas perspectivas de emprego no meio de origem.

Para além dos elementos de caracterização da condição jovem outra especificidade desta categoria é a sua demografia declinante. A evolução demográfica nas últimas duas décadas indica que há uma redução acentuada da população jovem ao nível nacional mas, muito particularmente, nas regiões do Interior. Esta redução deve-se à queda acelerada da natalidade, mas os seus efeitos fazem-se sentir de forma diferenciada nas várias regiões, não porque as taxas de natalidade sejam diferentes ao longo do território, mas porque o efeito da migração acentua a redução da população nas regiões de onde se migra. É por isso que, no território português, pode-se falar num Litoral rejuvenescido e num Interior envelhecido.

Num esforço de melhor caracterizar e compreender a juventude importa clarificar alguns aspectos referenciais no espaço e tempo próprios da juventude. São eles o espaço e tempo da família, da escola, da participação em actividades associativas de várias naturezas e do mundo do trabalho.

#### **1.1.1.1. A juventude na encruzilhada dos afectos e comportamentos familiares**

O lugar dos jovens na família, bem como a estrutura familiar, do modo como os conhecíamos há umas décadas atrás, sofreram variações do ponto de vista dos padrões familiares. Estes foram caracterizados, durante muito tempo, pelo modelo patriarcal da família, que ligava fortemente entre si os membros de uma família, estabelecendo apertadas regras no relacionamento entre eles, tendo em vista a reprodução económica das famílias sobretudo nas comunidades pobres. Este objectivo não se limitava às

dimensões meramente económicas das relações familiares mas também condicionava os comportamentos, as atitudes e mesmo os valores dos membros do agregado familiar, responsabilizando-os, cada um à sua maneira, pela manutenção e reforço do património e dos níveis de bem-estar da família. O processo de mudança dos valores familiares contribuiu para a perda da importância do patriarcado e para a metamorfose da organização da própria família, da sua estrutura, a emancipação e uso dos direitos e deveres conjugais, a diversidade cultural, religiosa, bem como a mobilidade inter-classista da família (Pais, 2001). Os papéis e os laços internos entre os elementos da família são hoje menos lineares, sendo a razão para tal as trajetórias profissionais e sociais de cada um.

A continuação prolongada dos estudos como aposta na formação, mas também o desejo de “viver a vida” leva os jovens portugueses, à semelhança dos outros jovens sul-europeus, a prolongar a coabitação com os pais e a adiar as decisões mais vinculativas e responsabilizadoras para uma outra etapa. A essa situação não é indiferente a associação alimentada pelas dificuldades iniciais de inserção no mercado de trabalho e da obtenção de uma relativa estabilidade laboral que lhes confere a independência. Quando combinados esses factores com o local onde se reside, seja ele urbano ou rural, pode dizer-se que existem particularidades que referem uma coabitação mais prolongada dos jovens no seio da família quando se trata de zonas rurais, e menos prolongada quando se trata de zonas urbanas. Este é também um factor importante na existência e manutenção dos laços de proximidade com a família. Estudos demonstram que os laços fortes são mais definidos nas famílias rurais que nas famílias urbanas, algo que não é dissociável da emancipação e autonomia dos jovens urbanos<sup>2</sup>.

É preciso ter em conta, ainda, que nas zonas rurais a coabitação pode ser igualmente factor inibidor e catalisador da permanência dos jovens no mesmo local. Assim e de acordo com a situação de cada família, a saída de casa e mesmo da região pode ser entendida como uma forma de independência, de afirmação das próprias capacidades e mesmo de emancipação, enquanto que a permanência pode ser entendida como uma forma de suporte de e para a solidariedade familiar existente (Nunes: 1986), continuando a beneficiar de alguns recursos daí decorrentes, mas também pode ser entendida como sinal de incapacidade de contra-resposta a uma organização familiar

---

<sup>2</sup> A este propósito Granovetter (1983) refere a importância das redes sociais na obtenção do primeiro emprego e da autonomia dos indivíduos, sendo que aqueles com redes mais fracas se encontram em desvantagem concorrencial no mercado de trabalho pela reduzida informação que detêm no que respeita o *timing* e a oportunidade de accionar elementos dos sistema social.

patriarcal (Santos:1993; Goodin et al.:1999) com traços de autoritarismo. Este é o factor cultural mais marcante na sociedade portuguesa, que nas famílias das regiões rurais tem um peso significativo nas decisões dos jovens. Alguns autores (Machado e Cheta, 1998) referem que uma característica dos jovens das zonas rurais é precisamente a existência de laços fortes com a família, algo que determina a sua decisão em permanecer na mesma zona de residência dos pais<sup>3</sup>. Estes contrastes vêm explicar a diversidade de comportamentos entre os jovens e da mudança simultânea dos valores familiares ao longo das últimas décadas que valorizam estilos e evoluções familiares diversas (Almeida e Wall, 1995).

#### 1.1.1.2. Juventude, geração da qualificação

Numa sociedade de conhecimento, como se pretendem ser as sociedades desenvolvidas, as qualificações escolares e profissionais dos jovens são a pedra basilar de uma economia competitiva. Com isso os jovens têm sobre si o peso da exigência de uma maior qualificação, de competências mais amplas, de capacidade de adaptação, de versatilidade e de contínua actualização. São os jovens que sentem mais esse peso, dada a sua particularidade de serem os protagonistas do futuro.

A relação entre os jovens e a escola que remetia para um percurso educacional linear ao fim de qual se iniciava um outro, o da inserção numa actividade profissional, está hoje longe de definir a realidade. A precariedade do emprego, levando à alternância de períodos de independência financeira com outros de dependência relativamente à família, é um dos factores que interfere nesta sequência de percursos. Outro é a fraca escolarização e deficiente orientação profissional dos jovens, incongruente com as exigências do mercado, que vão mais além dos simples requisitos de competência, mas também de competitividade e inovação.

O relacionamento entre os jovens e a escola é decisivo para a motivação na prossecução dos estudos, embora se admita que o papel da escola é limitado, por várias razões, e uma delas, não menos importante, é a reforma frequente do sistema de ensino. Por isso, apesar dos esforços depositados pelos governos nos processos de qualificação, nem sempre os resultados são totalmente conseguidos, como no caso da população jovem portuguesa, em que o panorama de escolaridade não apresenta ocorrências favoráveis

---

<sup>3</sup> No estudo de José Portela e Chris Gerry sobre os jovens da região de Douro concluiu-se que os jovens preferem a coabitação com os pais por um conjunto de razões: a dificuldade em ingressar no mercado de trabalho, os baixos salários, os elevados valores no sector imobiliário, a existência do apoio mútuo familiar (Portela e Gerry:2002)

comparativamente com os restantes países europeus. Acontece que subsistem ainda hoje elevadas taxas de analfabetismo e insucesso escolar. Estudos europeus e nacionais indicam uma taxa de emprego jovem superior a média da UE (Eurostat, 2004) e confirmam que muitos jovens com idades entre 15-17 anos iniciam a vida activa sem possuir quaisquer qualificações (Garcia et al., 2000). Um dos problemas com os quais se confronta a juventude no ingresso e progressão no mercado de trabalho está relacionado, assim, com o baixo nível de escolarização.

Apesar do empenho declarado das instituições escolares na sua adaptação às transformações do mundo moderno e das desigualdades nos territórios escolares, no que refere aos equipamentos, existem ainda alguns factores a combater. Mesmo sem uma expressão significativa (Portela e Gerry, 2002) um dos factores determinantes nos baixos níveis de escolarização é, nalguns territórios, a desvalorização dos estudos, por parte de algumas famílias e referenciais próximos. Sem colocar o enfoque na continuação dos estudos ou na realização de um curso de especialização enquanto características benéficas para o futuro profissional dos jovens, a família é capaz de restringir os horizontes escolares desses, não só desmotivando quaisquer iniciativas, como não investindo na continuação dos estudos. A opinião de que não compensa prolongar os estudos baseia-se nas histórias de sucesso dos jovens que adquiriam a sua autonomia num curto espaço de tempo sem terem investido no prolongamento dos estudos. Contudo, esta opinião decorre do modo como a família olha para estas histórias e da consideração que esta faz de outros objectivos para o futuro dos filhos relacionados com a manutenção dos bens da família ou outros valores ligados ao patriarcado. Generalizar tais casos sem os comparar a partir do mesmo nível, no espaço temporal faz com que a análise seja muito limitada (Hespanha, 2007). Relacionado como o que se acabou de referir outro factor determinante nos baixos níveis de escolarização é a relativa facilidade com que os jovens menos escolarizados e qualificados são admitidos no mercado de trabalho.

No que se refere à importância dos estudos ao longo da vida e sobretudo da colocação no mercado de trabalho e tendo em conta o abandono escolar precoce que ocorre entre os jovens, é preciso assinalar que os factores condicionantes do abandono escolar não são neutros. Os factores de pertença, quer cultural, quer social (principalmente a (in)estabilidade familiar) podem constituir variáveis determinantes na escolha pela permanência na escola. Segundo estudos recentes (SIETI, 2004) a correlação entre o abandono precoce e a inserção no mercado de trabalho revela que os jovens que abandonam a escola, e a maioria o faz por vontade própria, têm as suas perspectivas de

emprego algo limitadas e se encontram numa situação de precariedade laboral. A independência financeira, a iniciativa própria, a opinião da família, a inadequação dos jovens face à escola são alguns dos motivos invocados para o início da vida activa e abandono dos estudos. De uma maneira geral a grande parte dos jovens refere que se deles dependesse voltariam a estudar, reconhecendo o papel dos estudos como uma exigência do mercado de trabalho. Contudo, segundo o mesmo estudo, a experiência formativa profissional não tem, na maioria dos casos, uma utilidade prática no emprego, o que suscita desde logo dúvidas sobre a adequação dos currículos formativos às necessidades do mercado de trabalho e mesmo às necessidades dos jovens. Adiante voltar-se-á a esta questão com dados da própria investigação.

#### 1.1.1.3. Práticas associativas da juventude

O associativismo juvenil, enquanto prática de manifestação colectiva é, ao nível local, um indicador do grau de integração social dos jovens, sendo simultaneamente uma forma de os aproximar da realidade em que vivem. Uma característica da manifestação juvenil consiste na diversidade de práticas associativas. Assim, para diferentes contextos sociais existem diferentes práticas associativas, como também para diferentes formas de status existem práticas associativas distintas, ambas atravessadas por diferenças geracionais (Pais e Cabral, 1998; Pais, 1990). Ao mesmo tempo as condicionantes dos contextos sociais em que vivem levam os jovens de diferente *status* e nível de instrução a criarem e adaptarem as suas práticas associativas. Nessa ordem de ideias, os jovens, através do associativismo exprimem os seus interesses e accionam os seus direitos cívicos, o que leva localmente a uma expressão mais vigorosa das suas práticas. Mas tal como sugerido acima, os contextos sociais em que vivem, marcados por exemplos referenciais de associativismo e participação ou alheamento conduzem frequentemente à continuação dos mesmos, pois “nos locais onde existe uma cultura enraizada de associação essa tende a perpetuar-se” (idem: 640).

Ao nível nacional o retrato da participação associativa dos jovens, que se estende desde a acção política e económica à acção social, de voluntariado e humanitária, não difere do retrato da participação, pouco significativo, dos jovens noutras democracias europeias (Fernandes, 1998). O pouco interesse dos jovens pelos assuntos da esfera pública revela-se quando estes adoptam uma atitude passiva perante direitos já adquiridos e “alguma descrença face às práticas associativas” (idem: 321). Tal evidência pode ser relativizada por um estudo rigoroso das razões que afastam os jovens do associativismo,

tendo em conta outras modalidades, menos formais de interacção e solidariedade que não são reconhecidas institucionalmente como associativismo e que apontam para uma orientação colectiva semelhante à do associativismo.

#### 1.1.1.4. Do trabalho ao emprego e do emprego ao trabalho

A transição para a vida activa é um momento importante no ciclo da vida de qualquer indivíduo. No que se refere à categoria dos jovens, as etapas sequenciais comuns até há umas décadas atrás - a finalização do percurso escolar obrigatório, o início da vida activa e a constituição da família - abriram espaço a uma pluralidade de trajectórias, deveras mais complexas do que as atrás referidas. A complexidade advém sobretudo do progressivo prolongamento da escolaridade obrigatória e da falha do mercado de trabalho para acolher todos os jovens que nele desejam ingressar. Se é verdade que existe uma tendência para os jovens ingressarem cada vez mais tarde no mercado de trabalho, pelo fenómeno de prolongamento dos estudos, também é verdade que este prolongamento não existe para muitos jovens que são forçados a iniciar a vida activa precocemente. Várias razões explicam estas diferentes trajectórias e este será um dos principais objectivos da pesquisa do presente estudo.

A própria evolução do mercado de trabalho veio introduzir um modelo mais flexível mas também mais instável de integração, como também mais exigente em termos de escolarização, profissionalização, capacidade de inovação e competitividade. Não com a mesma linearidade, as trajectórias profissionais e pessoais dos jovens cruzam-se com o início da vida activa, passando por situações diversas de emprego, desemprego, trabalho temporário e mesmo de regresso à escolaridade/profissionalização, configurando autênticas trajectórias *yo-yo* (Pais, 2001). Isso determina, em certa medida, o adiamento da constituição da família e contribui para a própria alteração dos padrões familiares (Pais, 1991). Acresce que os efeitos destas trajectórias são diversos, desde uma maior preparação e diversidade de competências, quer escolares, quer profissionais, para o mercado de trabalho, até uma maior autonomia face à família.

A par destas transformações de fundo importa recordar a importância dos contextos sociais e económicos que envolvem as decisões dos jovens; isto é, não são indiferentes a classe social, a idade, o sexo ou o local de residência. Por exemplo, os jovens de classe média, sem distinção de sexo e idade, estão dispostos a um maior investimento nas qualificações escolares e conseguem estar presentes em várias esferas da vida, como a do lazer, do emprego, das sociabilidades; enquanto os jovens de classe

operária são obrigados a aceder ao mercado de trabalho mais cedo e deixar para trás o projecto de escolaridade prolongada (Guerreiro e Abrantes, 2007).

Assim, o pano de fundo do mundo do trabalho sobre o qual incidem os recortes da vida profissional dos jovens tem cores e padrões dissimulados, uns reflectindo competitividade, meritocracia e valorização profissional; outros manifestando a precarização dos vínculos laborais e a diminuição da protecção social.

Uma das principais dificuldades dos jovens vai para além do acesso ao mercado de trabalho. Trata-se da “incapacidade de transitar de uma situação de vínculos informais ou precários para uma situação de pleno emprego, com vínculos formais e de longa duração, ou pelo menos propiciadores de protecção em situações de desemprego” (Guerreiro e Pegado, 2006:80). Num estudo recente refere-se que os jovens vislumbram a sua autonomia através do emprego, contudo as frequentes e instáveis experiências profissionais adiam o encontro com o emprego desejado (Guerreiro e Abrantes, 2007).

Um ponto importante a referir é que, apesar do contínuo crescimento da importância das qualificações escolares na obtenção de um emprego e na progressão profissional, coexistem na sociedade duas realidades, uma baseada na valorização das qualificações do jovem e outra baseada nas condicionantes das redes informais de apoio, chamadas também de capital relacional (Bourdieu, 2007). Ser membro dessas redes, é apontado como um recurso dos jovens no acesso ao trabalho e ao emprego. Contudo, a eficácia de tais redes depende em grande parte da classe social daqueles que as accionam. Num contexto em que existem dificuldades acrescidas de acesso ao mercado de trabalho accionar os mecanismos de carácter informal (o capital relacional) não é indiferente, dadas as desiguais oportunidades de acesso de quem tem ou não tem esse tipo de capital.

Há ainda um outro ponto a referir nesta parte, sobre a centralidade da inovação no mundo do trabalho e a sua relação com os jovens. A estimulação e apoio aos jovens na obtenção de resultados criativos em vários domínios do trabalho é um caminho importante para uma cultura de inovação e risco. A capacidade de sonhar e imaginar, a curiosidade, por um lado, mas também a sua própria inexperiência e falta de saber, por outro lado, podem ser fontes de criatividade e, por aí, oportunidades de mudança. No fundo, estas últimas fraquezas podem tornar-se potencialidades. Note-se, a propósito, que curiosamente, “um elevado grau de conhecimento sobre um dado tema tanto pode potenciar como inibir a criatividade, uma vez que tal saber condiciona o pensamento do pensador” (Freire, 2002: 111). Tal como mudanças repentinas e sem qualquer orientação podem causar desequilíbrios, pelo que a melhoria gradual e contínua ao longo do tempo

parece ser a meta mais realista para uma inovação bem sucedida. Desta forma, a cultura de inovação deve acompanhar e estimular os jovens em várias fases da sua vida desde a família e a escola, a outras instituições vocacionadas para o trabalho e o empreendimento, como os núcleos empresariais e associações de desenvolvimento. E aqui chegamos a um ponto interessante para discussão sobre qual o estudo procurou responder.

O empreendedorismo jovem não engloba apenas o jovem e as suas ideias, há todo um conjunto de circunstâncias económicas, nacionais, locais mas também de natureza familiar que não são completamente neutras. Ou seja, cada mudança desejada não poderá ser desligada do quadro familiar, do meio socio-cultural e da respectiva moldura sectorial; isto é, das estruturas em que se nasce, vive e se desenvolve. Aí é que esbarra, muitas das vezes, a concretização das ideias e afrouxa a auto-confiança, perdendo-se a vontade de arriscar. O jovem empreendedor depende, no local, de todas estas circunstâncias (incluindo as culturais) para além de um tecido económico local fortemente ou debilmente competitivo, consoante a região e o sector económico, o que influencia a consecução dos seus projectos inovadores.

Importa ainda referir que os jovens se confrontam, nas suas trajectórias *yo-yo* com o fenómeno do desemprego, sendo os mais atingidos aqueles que tenham menores qualificações e os recém-licenciados (Garcia et al., 2000). No caso dos primeiros esse confronto deve-se sobretudo ao abandono precoce da escola, constituindo para o mercado de trabalho mão-de-obra barata e sem grandes pretensões quanto às condições de trabalho. O segundo grupo de jovens confronta-se com uma maior dificuldade de ingresso no mercado de trabalho, contudo é uma situação algo temporária e que a longo prazo será superada.

#### 1.1.1.5. As expectativas pessoais e profissionais da juventude

Apesar dos traços semelhantes que se apresentam na caracterização dos jovens e nos modos como eles transitam para a vida adulta nas várias esferas das suas vidas, os contextos particulares de cada sociedade influenciam a realização dos projectos e reestruturam as expectativas e os percursos juvenis. Não se trata apenas das oportunidades educacionais e de formação, condicionadas pelo local onde decorrem, mas sobretudo das oportunidades profissionais, assinaladas pelo desenvolvimento do tecido económico local. Assim, as expectativas dos jovens em relação a cada uma das esferas da sua vida, familiar, educacional, profissional, cultural etc., seguem padrões mais ou menos elevados e estão em contínua remodelação, de acordo com as conjunturas. Para Machado

Pais, na análise dos percursos e expectativas que orientam os projectos dos jovens é possível identificar duas estratégias (Pais, 1993). Por um lado, uma estratégia baseada no investimento gradual num futuro integrado na esfera económica e social de acordo com um “estilo de vida devidamente expectativado” (idem: 194), i.e uma reprodução de expectativas do contexto em que o jovem se insere. Por outro lado, uma estratégia baseada no investimento num futuro imediato, no usufruto do presente, do dia-a-dia. A diferença entre estas estratégias divide os jovens entre aqueles que têm um projecto de futuro e os que têm um projecto para o presente ou não têm qualquer projecto de todo. O que determina estas estratégias? Segundo o mesmo autor são as “trajectórias biográficas<sup>4</sup>” constituídas num dado contexto social no meio da família, escola, grupos de amigos, comunidade, todas elas “unidades de socialização, de regras e culturas” (ibidem:196). Acrescem às trajectórias biográficas desenvolvidas em subsistemas, as variáveis dos sistemas macro sociais, económicos e políticos que amplificam ou amortecem os projectos de futuro. Desta forma compreende-se porque os jovens se diferenciam na suas práticas e projectos, pois a existência ou mesmo ausência dos projectos de futuro são determinadas e subordinadas às lógicas do subsistema ao qual o jovem pertence, sem descuidar o sistema macro em que esse se insere.

Analisando as particularidades da juventude, enquanto objecto sociológico, ou seja, a sua dimensão demográfica, cultural, escolar, laboral, bem como as mudanças que têm ocorrido com impacto nessas dimensões, faz sentido considerar as respostas institucionais que têm procurado enfrentar as problemáticas associadas à juventude. Trata-se de considerar a esfera das políticas e, designadamente, a das políticas de juventude.

### **1.1.2. Políticas de juventude**

A primeira observação a fazer é que existem políticas que produzem impactos sobre o grupo social dos jovens, embora não sejam directamente orientadas para esse grupo, a par de políticas que tomam os jovens como alvo principal. Uma segunda observação a ser feita é relativa à diversidade de objectivos e conteúdos das políticas. Assim, é possível encontrar políticas destinadas a melhorar a integração social ou laboral dos jovens, políticas destinadas a satisfazer as aspirações e as necessidades típicas do grupo, políticas destinadas a reforçar as competências escolares e profissionais e de

---

<sup>4</sup> O autor entende por trajectórias biográficas as relações sociais e as histórias sociais que dotam de identidade o indivíduo, permitindo-lhe pertencer à um contexto social

promoção do empreendedorismo, políticas destinadas a fixar os jovens nas suas regiões de origem etc. Voltar-se-á a este ponto adiante. Uma terceira e última observação respeitável à natureza persistente e continuada das políticas ou ao seu carácter temporário e contextual. Exemplo do primeiro caso são as políticas de educação que, apesar das reformas que tem havido, operam continuamente desde há muitas décadas; exemplo do segundo são os inúmeros programas orientados para objectivos mais conjunturais ou locais.

No que concerne às políticas de juventude, o conjunto existente de programas destinados aos jovens no domínio da educação, emprego, formação profissional, associativismo, habitação etc., segue objectivos específicos traçados pelo Governo e pelos vários actores sociais em conjunto.

As políticas de juventude foram evoluindo, ao longo dos anos, servindo de lubrificador da passagem dos jovens para uma vida adulta. Contudo a sua evolução nem sempre deu as respostas esperadas pelos jovens, nem se tem conhecimento da avaliação das mesmas junto do seu público-alvo. Se por um lado as políticas de juventude, num domínio específico têm sido eficazes, noutros nem por isso, sendo uma das suas maiores críticas o facto de não estarem ancoradas na realidade e nos contextos em que vivem os seus públicos. O mesmo reconhece Machado Pais referindo que aquilo que faz com que as boas políticas no papel não tenham uma aplicação eficaz é o facto de “algumas políticas de juventude serem planeadas desvalorizando os contextos reais da sua aplicação” (Pais, 2005:64). Mais, “as políticas de intervenção podem ser equívocas se não ancoradas em estudos rigorosos da realidade” (idem). Nessa ordem de ideias é importante entender que a ancoragem das políticas na realidade deve compreender uma complexidade de fenómenos e realidades que acompanham os jovens nas suas trajectórias labirínticas (Pais:2001).

Um olhar mais atento sobre as políticas de juventude deixa entender que alguns dos objectivos não só estão interligados como se repartem em objectivos específicos, embora corram o risco de sobreposição. Em traços muito gerais procuram auxiliar os jovens na transição para a vida adulta e combater problemas como o abandono e o insucesso escolar, procuram oferecer um maior leque de opções formativas, procuram apoiar os jovens na integração no mercado de trabalho pela via da qualificação profissional, integrá-los através dos estágios, da contratação ou do auto-emprego e por fim procuram incentivar o empreendedorismo. No que refere às políticas de habitação, apesar do objectivo ser proporcionar uma maior independência e autonomia aos jovens

face à família, as suas limitações temporais e económicas, bem como a redução agravada dos benefícios nessa matéria, acabaram por esbater no objectivo proposto.

A par destas políticas, traduzidas muitas das vezes em medidas e iniciativas concretas, salientam-se as instituições públicas e privadas responsáveis pela eficácia das respectivas políticas. São eles as Autarquias, as Escolas, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o Instituto de Juventude, as Associações/Núcleos Empresariais, as Associações Juvenis e o Instituto de Habitação. Perante uma realidade juvenil muito heterogénea, cada uma das instituições procura aplicar a política governamental para a juventude simultaneamente cumprindo os objectivos propostos e respondendo às necessidades e expectativas dos jovens de forma integrada e transversal a essa heterogeneidade.

## 1.2. O Território

As assimetrias regionais existentes hoje no território português são explicadas por vários fenómenos económicos e sociais que se desenrolaram ao longo das últimas décadas e que vêm confirmar previsões de declínio e abandono de alguns desses territórios (Gaspar, 1986). Por um lado, a perda do potencial económico associado à prática de uma agricultura familiar tradicional e à falta de dinamismo das actividades não agrícolas traduziu-se num enfraquecimento dos factores de atracção local e, por outro lado, o êxodo rural levou à desertificação humana e, no fundo, à perda do potencial populacional, fragilizando ainda mais os territórios. Apesar do esforço de criação e consolidação das infra-estruturas e de intervenção directa por parte do poder central e local nalguns sectores produtivos, a organização dos territórios não dependeu apenas desse esforço mas também da influência de alguns "grupos sociais específicos ao nível local" (idem: 129) que levaram a uma grande diferenciação entre os territórios do Interior<sup>5</sup> e do Litoral. Associados a esses fenómenos o processo de litoralização, i.e de concentração das actividades económicas e implicitamente das pessoas, na faixa litoral, veio aumentar as diferenças, apesar de, ao mesmo tempo, terem sido criadas vias de acesso aos locais isolados.

---

<sup>5</sup> A propósito destas assimetrias Álvaro Domingues (1997) refere que "o conceito de «Interior» precisa também de uma profunda revisão por se prestar a equívocos e utilizações desadequadas. O Interior, a mais das vezes usado no sentido geográfico por oposição ao litoral, parece quase uma fatalidade cósmica (...) é utilizado como explicativo de uma determinada situação (sempre negativa). É urgente acabar com o uso e o abuso desta dicotomia entre um litoral urbano sempre desenvolvido e um interior rural sempre atrasado; o mesmo afirma João Ferrão (1997) "o grande problema do Interior, hoje, é ter sido «interior» ontem".

As previsões dos autores (Gaspar *et al.*, 1989) sobre as disparidades regionais, seguiram basicamente dois cenários: um baseado num certo crescimento económico e na emigração temporária da população das regiões do Interior, outro baseado num crescimento desordenado sem prever a saída das populações e com poucas melhorias nas condições de vida. Segundo os mesmos autores, a orientação para um cenário ou outro, parecia, há cerca de vinte anos atrás, quando da análise em causa, estar relacionada com a gestão dos recursos do Fundo Social Europeu, com a tomada de medidas sectoriais face às transformações estruturais ocorridas e com a reconversão das potencialidades locais em motores de desenvolvimento. Hoje, essas previsões apontam para uma mistura dos dois cenários, em que persistem: a tendência para fortes desigualdades sociais, para potenciais subaproveitados no sector agrícola, para a acentuada emigração, cada vez mais com objectivos de saída definitiva, e para o crescimento de centros urbanos incapazes de responder às expectativas das pessoas em termos de oportunidades de trabalho.

Entre os traços de interioridade conta-se o carácter fortemente envelhecido da população, associado às migrações populacionais quer para as regiões do Litoral quer para as regiões próximas da fronteira, as assim chamadas de “sangria de gente” (Ferrão, 1997). A baixa natalidade nas regiões do Interior continua constituir uma das problemáticas mais sentidas sem negligenciar a importante mudança nos valores no que respeita à prática do casamento e da constituição da família. Para além das características demográficas, os territórios do Interior caracterizam-se por actividades culturais de relativamente fraca diversidade e de cunho tradicionalista. Contudo, aquilo que mais distingue as regiões do Interior é a sua clara marginalização do ponto de vista económico e político, com uma escassa diversificação das actividades económicas e uma reduzida acessibilidade em termos de desenvolvimento, “um nunca acabar de uma lista de situações negativas que os indicadores estatísticos não desmentem” (Domingues, 1997).

As transformações económicas ocorridas ao nível internacional e nacional, resultado da globalização, tiveram efeitos desiguais sobre os territórios portugueses. Uma das marcas mais evidentes dessas transformações consiste no progressivo afastamento das populações da actividade agrícola, no crescimento das actividades de serviços e na desvalorização do trabalho agrícola por envolver um enorme dispêndio de esforço físico (Almeida, 2007). Em muitos casos, sobretudo em centros urbanos de menor dimensão, a percepção que se tem é que esses territórios foram deixados para trás. Com efeito, a fraca diversificação das suas actividades económicas e a escassa inovação na produção aliadas ao baixo nível de escolaridade da população, numa população já de si envelhecida

conjugam-se para desenhar o quadro de marginalidade dos territórios do Interior, um círculo vicioso da marginalidade definido por Ferrão (1997) como marginalidade populacional, territorial e socioeconómico. Contudo é preciso fugir um pouco a imagem desoladora e pessimista quando de políticas se trata, pois há muitas realidades positivas a descobrir. “O interior é frágil e pouco denso mas já não é apenas a imagem da aridez humana provocada pelo ‘transvaze’ de pessoas e meios para as regiões mais ricas. Só assim pensará quem nem sequer se passou pelas vilas e cidades do Interior, não correu os seus mercados e feiras, não esteve nas suas praças, nos seus espaços lúdicos, no meio do seu movimento ou mesmo da sua tranquilidade” (Reis:1997).

### **1.2.1. A gestão do local e do seu desenvolvimento**

Neste processo de marginalização dos territórios do Interior, as políticas públicas podem desempenhar uma função de travagem e mesmo de reorientação das dinâmicas demográficas e sociais, uma vez que o território deve ser entendido como “um meio, um recurso para garantir continuidades e articulações” (Reis, 1997). Para compreender a importância do poder central e local no estancamento da saída dos jovens e na dinamização das ocupações juvenis e, mais importante, das ofertas de emprego, é necessário compreender as noções de desenvolvimento local que estes usam e operacionalizam em políticas.

#### **1.2.1.1. Uma Administração local em transformação**

Para entender melhor os mecanismos de funcionamento dos poderes central e local é fundamental atravessar, mesmo que fugazmente, a história mais recente, desde 1974. Entende-se claramente que o processo de descentralização sempre foi um processo polémico, pois os interesses e objectivos dos agentes envolvidos nem sempre convergiram. Num sistema político tradicionalmente muito centralizado, como é o português, o reconhecimento constitucional da autonomia local operado pelo 25 de Abril, não foi suficiente para anular as desconfianças por parte da Administração Central do Estado e as insidiosas práticas de minorização ou de cooptação do poder local. Ainda hoje as polémicas e os debates existentes entre Estado Central e Autarquias são muito frequentes e prendem-se com um conjunto de razões que iremos ver adiante. Mas antes é preciso sublinhar que o processo de transformação, de reforma da Administração local não foi acompanhado por um processo semelhante de reformulação de mentalidades e práticas (Veneza, 1986). Assim, os obstáculos da afirmação do poder autárquico têm a ver

com isso, mudança de práticas e lógicas, explicadas pelas inúmeras dificuldades com destaque para a pressão política e partidária para o controlar dessa autonomia. O poder cíclico é o poder que se recupera por parte dos municípios em alturas de crises profundas ao nível político [...] procurando ganhar o poder de volta (Veneza, 1986: 689).

No desenrolar do processo de descentralização ao longo dos anos os municípios viram a sua autonomia posta em causa inúmeras vezes, quer por falta de receitas próprias, de meios financeiras, quer pela obrigação de executar medidas inadequadas ao local, quer mais tarde pelo processo de ordenamento do território cujas decisões estratégicas em grande parte lhes escapam (PROT - Planos Regionais de Ordenamento do Território e mesmo PDM - Planos Directores Municipais).

A autonomia do autarca e o poder dos municípios são hoje muito diferentes do que eram antes do 25 de Abril. No entanto, tendo a revolução produzido algumas alterações institucionais, ela parece não ter alterado as estruturas, as práticas e as ideologias administrativas tradicionais (Santos, 2007) entre quais as rivalidades locais e o poder de influência dos aparelhos partidários. Ainda que ganhando mais dinâmica própria e estando num limiar de qualidade totalmente diferente daquele que existia há umas décadas atrás, as autarquias continuam muito sujeitas às limitações financeiras<sup>6</sup>, aos recursos humanos, às limitações de inovação tecnológica e, mesmo, de mentalidades.

Não é sobre estas mudanças, embora importantes para entender o modo de funcionamento do poder local, nem sobre as alterações legislativas ocorridas, nem ainda sobre a orientação das contínuas obras de infra-estruturas em que esse poder está envolvido que se pretende aqui falar, mas sim sobre a capacidade de os municípios conseguirem elaborar os seus próprios programas e responder às necessidades e transformações locais. Carece-se de uma visão integrada da intervenção do poder local nos vários domínios para tornar a fixação nessas regiões mais atractiva.

---

<sup>6</sup> Segundo o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2005 o fosso entre as grandes e pequenas autarquias está a aumentar uma vez que as autarquias médias e de grande dimensão conseguem, ao contrário das autarquias pequenas, manter o equilíbrio orçamental dadas as “maiores receitas correntes, que as pequenas autarquias” (Carvalho et al., 2005:114). Isso explica-se não só pelas receitas mas também pelo grau de dependência face aos apoios do Estado, sendo que “relativamente à dependência dos municípios em relação às transferências do Estado, verifica-se que esta se situa entre os 10,4% e os 94,3% sendo que, os pequenos municípios têm um grau de dependência de 69,1% enquanto que, nos grandes municípios as transferências do Estado representam em média de 25,2% da receitas totais. Nos municípios de média dimensão, 46,9% das suas receitas são provenientes do Orçamento do Estado” (idem:63)

### 1.2.1.2. Políticas de desenvolvimento local recentradas

Os conceitos de política e de desenvolvimento parecem algo antagónicos quando em jogo está o local, o local definido por um conjunto de traços económicos, sociais, culturais, com evolução temporal num ritmo específico de cada local. O conceito do desenvolvimento local sofreu, por sua vez, significativos ajustamentos e, em particular, aqueles que têm a ver com a noção de desenvolvimento. Para Roque Amaro (2003), após a segunda Guerra Mundial, a crítica e superação de um modelo de desenvolvimento muito identificado com crescimento económico, fez valorizar um conjunto vasto de atributos que qualificaram o desenvolvimento e que deram lugar a outros tantos conceitos de desenvolvimento, como por exemplo: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento participativo, desenvolvimento comunitário, desenvolvimento humano, desenvolvimento social e desenvolvimento integrado e, obviamente, desenvolvimento local.

O mesmo autor agrega estes conceitos em famílias - fileiras conceptuais (ambiental, das pessoas e das comunidades e dos direitos e da dignidade humana). O que caracteriza o desenvolvimento local é o facto de ele estar centrado nas pessoas e nas comunidades como uma proposta instrumental alternativa ao conceito de desenvolvimento centrado no progresso económico até então vigente. Ele sucede, em certa medida, ao conceito de desenvolvimento comunitário e integra a preocupação com a participação das pessoas tal como o desenvolvimento participativo. Tem por base os mesmos princípios e condições de realização do desenvolvimento comunitário que sublinham a importância da participação das comunidades locais na resolução dos seus problemas relacionados com as suas necessidades básicas e na valorização dos recursos materiais e humanos. Na efectivação das soluções a cooperação no seio das comunidades entre os seus membros e simultaneamente com as instituições locais este apresenta-se como a alternativa mais eficaz de desenvolvimento. Daqui a definição sintética do autor: “o desenvolvimento local é um dos processos de desenvolvimento que visa satisfazer as necessidades de uma comunidade local e melhorar as condições em que vive, de forma integrada e com visão temporal alargada, a partir da exploração das capacidades e dos recursos locais, quer humanos quer físicos, para a resolução dos problemas” (Amaro, 2003:26).

O desafio que este novo conceito trouxe a partir da década de `80 e num período de intensificação do processo de globalização assenta no seu enfoque sobre a satisfação das necessidades endógenas de um território, pretendendo valorizar os recursos locais e

regionais, sem rejeitar no entanto a utilização de recursos exógenos para as completar e potenciar. Na sequência destas mudanças o desenvolvimento local aparece como uma proposta assente na variável local como ponto de chegada, tendo em conta a diversidade territorial ao nível nacional e sobreposta à descentralização<sup>7</sup>.

Entenda-se a este propósito que no processo de desenvolvimento local um papel muito importante é conferido à participação e à autonomia das comunidades locais, daí a extrema importância da comunidade. Não é, portanto, indiferente saber que através do desenvolvimento local se produzem mudanças no próprio modo de vida das pessoas. O seu sucesso depende principalmente da conjugação no espaço local de três factores: solidariedade, identidade e autonomia (Amaro, 2003; Pecquer, 2000; Reis *et al.*, 1994; Vachon e Coallier, 2001).

A solidariedade é algo que resulta da proximidade, quer física, quer afectiva entre os elementos do território e da sua capacidade relacional, ou seja, da forma como esses elementos utilizam o capital de conhecimento para organizar os estímulos externos em função de características da sua estrutura interna e como sabem negociá-los com o exterior. A este propósito Reis afirmava que “os espaços locais são relacionais e não autárquicos” (1994:12). A solidariedade é um trunfo fundamental no processo de desenvolvimento local, pois permite obter consensos entre as diferentes partes usando a proximidade entre elas. Se se pensar que a comunidade precisa de elementos de coesão para uma acção comum orientada para o desenvolvimento local então a identidade territorial pode constituir um desses elementos. Por fim, a autonomia de um território advém da sua da estabilidade conseguida entre os seus elementos constitutivos e face uma boa organização das relações intra-institucionais e organizacionais mas sobretudo da capacidade de negociação com o exterior (Reis *et al.*, 1994). Entende-se, assim, que a proximidade relacional e a identidade entre as pessoas tal como a autonomia do território são elementos constitutivos do conceito de desenvolvimento local.

Por essa razão o objecto das políticas tradicionais de desenvolvimento local é criticado com base nesta concepção mais rica de desenvolvimento. Tendo, em Portugal, a maioria das políticas de desenvolvimento consistido em investimentos públicos para infra-estruturas e menos em investimentos sociais e culturais, as críticas vão no sentido em que o desenvolvimento, sem prejuízo de beneficiar da realização de infra-estruturas

---

<sup>7</sup> A sobreposição ao processo de descentralização explica-se pelo facto de esta abordagem ser menos administrativa e mais sociológica com nuances originárias da antropologia social capazes de entender o território e o local como uma mesma face da comunidade. O desenvolvimento local é assim uma forma de privilegiar as capacidades locais para satisfazer as necessidades *in loco* e a partir do local.

que propiciem outros ganhos, deve passar pela melhoria dos níveis de bem-estar económico e social, favorecer o reforço da identidade e da autonomia local e reduzir as assimetrias com outras regiões e, portanto, a marginalidade<sup>8</sup>.

Na sua tentativa de atenuar as assimetrias regionais as autarquias cada vez mais são chamadas a preencher certas funções mínimas do Estado, funcionar como dinamizador das iniciativas locais em sectores em falta e assegurar a provisão, directa ou indirectamente, de bens e serviços sociais ao nível local. Por sua vez, as políticas de desenvolvimento local criadas pelo poder central, têm em vista responder a algumas fraquezas dos territórios marginalizados pelas suas condições socio-económicas e demográficas.

Estas políticas de desenvolvimento têm de acautelar que não resulte delas uma concentração excessiva da população nas cidades e uma maior polarização em torno das duas grandes "regiões" metropolitanas. Isso provocaria e acentuaria evidentemente a desertificação demográfica e económica das regiões do Interior. Ao mesmo tempo, na ausência de uma alteração das condições sociais e económicas, é questionável a capacidade dessas regiões para se extroverterem economicamente, por exemplo competindo a nível ibérico.

Por fim, no que concerne a reorientação das políticas de desenvolvimento é preciso sublinhar a importância atribuída ao desenvolvimento e às áreas de desenvolvimento específicas, ou seja, a defesa de um discurso centrado nas carências e dificuldades do Interior pode assumir, como refere Canário (1997), duas facetas, uma em que o Interior é entendido como assistido/dependente e outra faceta de estigmatização do Interior. Ambas trazem uma leitura negativa e uma conotação desfavorável daí se tornar importante reformular o conceito de desenvolvimento a partir de dentro para fora, aproveitando os recursos endógenos.

### **1.2.2. A mobilidade da juventude no território**

O processo de modernidade envolveu a passagem de uma sociedade baseada na agricultura para uma sociedade baseada na indústria e, gradualmente, no sector dos serviços. Essas transformações levaram a que, a partir da década de '60, em Portugal o movimento migratório, acentuado pelo declínio dos ofícios ligados à agricultura, conhecesse maior intensidade, a maior parte dessas populações migrando para zonas

---

<sup>8</sup> É a mesma a argumentação do Rui Canário (1997) que refere o desenvolvimento era medido através de indicadores de ordem infra-estrutural, algo que tem vindo a evoluir na construção do próprio conceito de desenvolvimento.

urbanas. A par das migrações nasceu um outro fenómeno, o de desertificação das zonas rurais e com ele a morte lenta e segura de profissões de referência e de prosperidade nalgumas zonas do interior do país. Num dos seus estudos sobre a juventude francesa Placide Rambaud (1976) referia que apesar do desenvolvimento ocorrido nas localidades de pequena dimensão, apesar das melhorias das condições de vida e de trabalho nessas localidades, os jovens continuavam a migrar para as grandes cidades, onde supunham encontrar bons empregos, boas condições de vida e todas as comodidades do progresso que escasseiam no mundo rural. Numa espécie de obsessão pela saída, as mudanças positivas nas localidades de origem eram desvalorizadas tal como o eram a incerteza e os custos do viver nos grandes centros.

É certo que as mudanças são assimiladas de forma distinta pelos jovens. Assim, a mobilidade dos jovens não é um fenómeno tão fluido como possa parecer, a sua complexidade reside nas condições sociais e económicas de cada jovem indivíduo mas também nos contextos em que vive.

Estudos relativos à mobilidade dos jovens nacionais (Pais: 1993; Portela e Gerry: 2002) atestam a existência de uma obsessão pela saída em certos territórios. Com efeito, viver em espaços onde a saída sempre foi associada ao relativo sucesso de conhecidos, vizinhos e familiares é um factor importante para a partida dos que ainda se mantêm. A migração duradoura quer para as zonas urbanas situadas no litoral, quer para fora das fronteiras explica porque esta tendência tem um impacto significativo na atitude dos jovens perante a escola e o emprego. Este não é, porém, o único factor. As oportunidades de emprego, de consumo, de diversão e lazer, mas também o desejo de mudança e de anonimato (ou melhor, a libertação de padrões de conduta muito rígidos e de uma opinião pública sempre vigilante típicos das pequenas comunidades) são incentivos para a mobilidade geográfica. A esses acrescenta-se a representação grandiosa da cidade que os manuais escolares exemplificam e os média disseminam.

É difícil coexistirem factores atractivos suficientemente fortes para contrariar a pulsão para a saída, mas ainda assim as relações familiares e de comunidade, as novas oportunidades de cultura e lazer, as novas oportunidades económicas associadas ao turismo e património, à agricultura biológica ou à qualidade de vida e a descentralização do ensino superior ou de instituições de formação profissional podem funcionar positivamente para reter os jovens.

Acresce ainda que a pertença dos jovens a famílias detentoras de um certo capital económico (ter terras, ter um comércio, uma profissão liberal, uma pequena

indústria) pode tornar-se um desafio a uma continuação modernizada das ocupações dos pais, tal como a posse de um certo capital cultural ou educacional pode transformar-se em vantagem num mercado de trabalho muito escasso. Por fim, os jovens que detêm um certo capital relacional, obtido no desporto, no voluntariado, no associativismo ou em outras circunstâncias também o podem fazer valer na criação de um modo de vida adaptado ao quadro local.

É sobre este conjunto de questões que o presente trabalho se debruça na tentativa de compreender o panorama demográfico, educacional, económico e político em volta de qual vivem os jovens do Interior. As hipóteses que conduziram a sua realização bem como os métodos de investigação utilizados são apresentados no capítulo que se segue.



## **CAPÍTULO II**

### **HIPÓTESES E NOTAS METODOLÓGICAS**

O objectivo deste capítulo visa descrever o modelo de análise utilizado, resultado da conjugação de várias hipóteses e conceitos articulados. Propõe-se igualmente apresentar os métodos utilizados para recolher os dados, por meio dos quais foram testadas as hipóteses e que correspondem ao accionamento de diferentes técnicas de pesquisa – análise documental e análise estatística, inquérito por questionário e entrevistas no âmbito de um processo metodológico intensivo e complexo que simetriza, grosso modo, o método de estudo de caso alargado.

Partindo deste modelo de análise, as entrevistas e os inquéritos, enquanto instrumentos principais de pesquisa procuram atender às hipóteses colocadas bem como à pergunta de partida sobre a desadequação das políticas de radicação dos jovens das regiões do Interior face às suas expectativas e aspirações, tanto pessoais como profissionais. De referir ainda, que no caso do inquérito aplicado aos jovens, a novidade deste trabalho incide na realização de uma plataforma informática de inquirição capaz de disponibilizar o inquérito na Internet e constituir ao mesmo tempo uma base de dados mais de mais fácil leitura e análise posterior.

#### **2.1. Hipóteses**

##### **2.1.1. Hipótese Geral**

Com o objectivo de conduzir o trabalho de investigação recorreu-se a marcadores de descoberta, traduzidos em hipóteses de trabalho, através dos quais foi possível restringir e reflectir sobre a problemática escolhida. Com base nestas hipóteses foi traçado o fio condutor da pesquisa e do trabalho de campo, definindo critérios objectivos de análise e de validação. Na realidade as hipóteses permitiram alcançar uma melhor compreensão dos fenómenos observados, tendo sido uma excelente forma de corrigir eventuais erros na construção do modelo de análise e de aprofundamento de outros fenómenos descobertos ao longo da investigação.

A hipótese principal do presente trabalho refere que as políticas destinadas à retenção dos jovens, quer sejam políticas de educação, emprego ou habitação, nos concelhos do Interior não correspondem às expectativas dos jovens nem permitem a radicação dos mesmos, sendo demasiado generalistas. O aprofundamento desta hipótese permite observar a adequação das políticas à realidade sobre a qual se quer intervir e iniciar uma discussão informada sobre o tema da regionalização, dos objectivos e das prioridades das políticas. De forma a validar esta hipótese tornou-se forçoso que outras hipóteses, operacionais, fossem testadas.

### **2.1.2. Hipóteses operacionais**

Tomando como referências os princípios base dos estudos de investigação de Bourdieu e Pais, sobre a juventude e a sua condição em várias esferas da sociedade, bem como os estudos de Ferrão, Granoveter, Hespanha, Portela e Reis sobre as regiões do Interior e a saída das populações, jovens incluídos, das regiões do Interior e por fim atendendo aos estudos de Guerreiro sobre a activação das políticas de juventude procurou-se articular vários fenómenos capazes de suportar o modelo de análise proposto e permitir deduzir as hipóteses da investigação.

#### **HO1: Factores de atracção – a família e a comunidade**

Segundo as teorias de Granoveter sobre as redes sociais, a existência de laços, de maior ou menor intensidade, permite ao indivíduo o seu acesso aos vários domínios dentro de uma comunidade. Se a simples existência e accionamento das redes funciona como factor de retenção é uma questão que se pretende aprofundar. Assim a primeira hipótese operacional refere o seguinte:

**A existência de laços fortes com a família e a comunidade e envolvimento em várias estruturas associativas de carácter local, podem constituir factores de retenção dos jovens no Interior.**

Admitindo que a família é duplamente factor catalisador de fixação ou saída, seria interessante observar as dinâmicas das famílias do Interior, que papel tem a família e em que sentido. A diminuição demográfica dos concelhos do Interior não se prende apenas com o fenómeno de baixa natalidade mas também com a frequente e cada vez mais acentuada saída da população para os centros urbanos. Mitos urbanos importados, modelos sociais de sucesso de vizinhos, familiares, amigos que conseguiram melhores

condições de vida fora do local, induzem a idealizar o êxito profissional e educacional através da saída dos seus concelhos.

A maior ou menor participação em actividades comunitárias, em actividades associativas ao nível local favorece a percepção e aproximação/afastamento das dificuldades locais podendo levar os jovens a ter um claro entendimento sobre aquilo que pretendem fazer no futuro – quer seja permanecer no concelho onde residem, porque existem oportunidades locais de realização dos seus projectos pessoais e profissionais, quer seja sair do concelho porque os seus projectos não se completam aí.

### **HO2: Factores de repulsão – inexistência de oportunidades educacionais e profissionais**

A transformação dos territórios através da mobilidade humana levou alguns estudos a concluírem que a capacidade das regiões do Interior em reter a população deriva da reprodução das oportunidades económicas, políticas e sociais que tem. Nesse sentido, já desde a década de '60 o declínio demográfico atestado verificou que a saída dos jovens está relacionada com as condições de desenvolvimento locais, apesar dos investimentos na qualificação dos mesmos. Os estudos de Placide Rambaud em França e de Maria das Dores Guerreiro em Portugal são apenas algumas das investigações que sustentam parte da segunda hipótese aqui apresentada:

**A inexistência de ofertas de emprego e a falta de respostas às expectativas profissionais criadas pela maior qualificação escolar, podem ser factores de afastamento dos jovens do Interior a procura de melhores condições.**

Apesar das medidas de apoio aos jovens no seu percurso escolar, através de bolsas de estudo, ou profissional, através de estágios profissionais, são necessárias medidas adicionais que determinem a fixação dos jovens após a conclusão da escola ou do estágio profissional. Sem essas medidas é originada, fatalmente, a saída dos jovens dos seus concelhos, uma vez que as expectativas criadas nessa fase da vida, por parte dos jovens, são assimétricas face às competências locais em matéria de fixação através dos referidos incentivos. Um dos agentes determinantes é o investimento nas qualificações literárias/escolares que alimenta as expectativas profissionais dos jovens. Dadas as limitadas oportunidades locais capazes de ir de encontro a essas expectativas, a opção pela saída e conseqüente procura de melhores oportunidades é equacionada. Uma segunda razão refere-se ao efeito inverso que ocorre com os jovens com qualificações escolares

mais baixas, com menor interesse e investimento pessoal no percurso formativo a longo prazo. Esses optam por uma saída precoce do ensino normal, iniciando de seguida a vida activa, realizando os seus projectos pessoais e profissionais a nível local.

### **HO3: Factores de repulsão - Inexistência de medidas locais/nacionais adequadas à fixação - Sobre as políticas e a avaliação delas**

Apesar da adesão dos jovens aos programas a eles destinados, quer por via escolar, quer profissional, muitos deles desconhecem a totalidade das suas potencialidades. É a mesma percepção revelada por José Machado Pais e Manuel Villaverde Cabral nos seus estudos. Assim, temos que a 3ª hipótese é:

**As políticas orientadas para os jovens do Interior carecem de ancoragem na realidade não sendo por isso adequadas às suas necessidades nem às potencialidades locais.**

Não existe uma política orientada para os jovens com o intuito claro de fixação dos mesmos, ou se existe, não é uma política explícita, nem depende apenas do poder local. Seja de carácter político, económico, social, a sua essência deve assentar numa visão integrada de desenvolvimento, principalmente num desenvolvimento que reflecta sobre o futuro dos concelhos do Interior já em avançado estado de desertificação. Seria justificável a existências de políticas específicas para a fixação no Interior com o objectivo de travar os movimentos migratórios e a saída dos jovens? É uma questão que se pretende debater neste trabalho.

## **2.2. Notas metodológicas**

### **2.2.1. Panorâmica dos métodos**

Dadas as características da investigação – estudo de representações sobre o futuro dos jovens e sobre os processos de decisão quanto a esse futuro – a metodologia adequada permite o conhecimento detalhado dessas representações e desses processos, na sua complexidade e diversidade. Partindo dos discursos dos próprios jovens e detalhando as determinantes conscientes das suas opções, o método procura acautelar a possível descoincidência entre representações e práticas, a limitada consciência de todos os factores de escolha e as declarações estereotipadas acerca do tema.

A metodologia usada foi assim intensiva, plural e adaptativa. A principal técnica adoptada foi a entrevista, pela sua versatilidade e capacidade de replicação aos entrevistados. A segunda técnica, um inquérito por questionário, permitiu recolher um stock de informação mais extensiva sobre o grupo social analisado, necessário para situar/classificar os casos estudados em maior detalhe através das entrevistas. A terceira técnica accionada foi a análise documental, incidindo sobre informação secundária, não produzida pelo investigador: por um lado, informação estatística sobre os “contextos” em que os jovens se inserem e que condicionam de modo mais ou menos consciente as suas “opções” (indicadores de emprego, ensino e actividades formativas, alojamento, ofertas culturais, recreativas e desportivas, acessibilidades, etc); por outro, informação sobre políticas, legislação ou instrumentos de planeamento que, de algum modo, se orientem para os jovens ou lhes ofereçam atractivos para ficar.

Uma vez definido o âmbito territorial do estudo – o Distrito da Guarda – a metodologia utilizada teve ainda de ser ponderada, por factores como a exequibilidade do tema, o tempo disponível, os meios financeiros, as pessoas disponíveis, o distanciamento físico entre o investigador e a sua população alvo, etc.

Igualmente definido o público-alvo, constituído por jovens com idades entre 15-24 anos, foi sobretudo a pensar nele que se construíram duas amostras, uma que pudesse responder a um questionário por inquérito e outra a ser entrevistada. Compreendido entre uma análise qualitativa e quantitativa, o estudo procurou assim, construir, por um lado, os indicadores estatísticos relativos à demografia, à escolaridade, à actividade económica, ao associativismo, às atitudes e às representações sociais e, por outro lado, avaliar as dinâmicas existentes, os projectos e as expectativas de futuro dos jovens, os programas operacionais destinados aos jovens e à sua avaliação.

Detalhe-se um pouco mais as técnicas de investigação usadas: entrevistas e inquéritos por questionário.

Entrevistas - Optou-se por entrevistas centradas, de aplicação semi-directiva, com um questionário composto por questões abertas e fechadas. Os temas seguiram uma estrutura subordinada a um guião. O objectivo não foi apenas de exploração dos temas, mas sim de aprofundamento das opiniões sobre o mundo de trabalho, sobre as oportunidades locais de desenvolvimento, sobre a adequação das políticas às necessidades reais dos jovens e outras temáticas que serão exploradas adiante na secção sobre o questionário.

A principal vantagem da entrevista, enquanto técnica de pesquisa, é que facilita a adaptação das questões do guião às respostas dos entrevistados, permitindo igualmente esclarecer eventuais dúvidas através de respostas mais alargadas. Ainda, a entrevista permitiu construir um quadro de referência rico em pormenores e particularidades que não se pode obter através de outro método, designadamente pelo inquérito. Finalmente, a entrevista é a técnica adequada a recolher informação sobre tomadas de decisão e suas determinantes, sobre processos e actos de resolução. Foram essas as razões pelas quais se decidiu aplicar esta técnica, contudo na sua escolha foram ponderadas também algumas condicionantes, como a limitação do número de sujeitos a entrevistar, por razões óbvias de exequibilidade e o local onde iria decorrer cada entrevista, com o ruído comunicativo associado.

Inquérito - Por ser uma técnica eficiente de recolha de dados quantificáveis, o inquérito permitiu, por meio de inquirição de um número maior de respondentes, tirar conclusões com alguma fiabilidade estatística. Acresce que, no caso, foi possível optar pela administração indirecta, por meio de um questionário disponível on-line, o que constituiu um modo de economizar os recursos existentes. Por essa razão houve a necessidade de tornar o questionário mais convidativo a ser respondido, e sempre que possível, foram deixadas questões em aberto para eventuais situações em que os inquiridos quisessem completar as respostas.

### **2.2.2. Os instrumentos de pesquisa**

O inquérito e a entrevista, enquanto técnicas de investigação foram os principais instrumentos de pesquisa utilizados. Nos pontos que se seguem passa-se a explicar o modo de aplicação dos mesmos, a constituição da amostra, do guião de entrevista ou do questionário, a recolha do dados e a sua análise.

Repare-se que o universo de entrevistados e inquiridos utilizados no presente trabalho diferem entre si, não pelas particularidades de cada um, senão pelos objectivos do presente trabalho que conduziu à sua escolha. Contrariamente ao inquérito, dirigido apenas a um público jovem, no caso das entrevistas essas foram dirigidas a vários grupos sociais, por um lado aos jovens e por outro aos actores sociais envolvidos na produção e aplicação das medidas orientadas para os jovens no local. Por essa ordem de razões a aplicação de cada um percorreu caminhos distintos.

### 2.2.2.1. O inquérito aos jovens

#### 2.2.2.1.1. A constituição da amostra e uma breve caracterização

A amostra dos jovens inquiridos teve como objectivo conhecer a população alvo do estudo, os seus modos de vida, as suas representações sociais, os seus comportamentos e as suas opiniões em relação às políticas de educação, emprego e formação profissional, bem como e as intenções de partida ou permanência nos concelhos do Interior. Tendo em conta os recursos existentes para a selecção e aplicação da amostra, a sua representatividade, a metodologia aplicada constou na inquirição de um conjunto de jovens com idades entre os 15-24 anos de todo o Distrito da Guarda.

A distribuição da amostra por categorias amostrais tomou em conta a variável de sexo e idade, procurando-se uma melhor colocação equitativa. Também houve, inicialmente a preocupação em distribuir a amostra por grupos de idade, por grau de escolaridade e residência do inquirido, contudo e dada a dificuldade encontrada na colaboração com as várias instituições não foi possível obter um maior número de respondentes repartidos de forma igual. Portanto, dada a forma de aplicação do questionário e pelos inconvenientes temporais e locais em defrontar com os jovens, optou-se pela técnica de amostragem não probabilística acidental/por conveniência. Porém, a amostra é constituída por 285 inquiridos<sup>9</sup>, o que representa, para um nível de confiança de 95%, um intervalo de confiança de 5,8%.

**Tabela 1 - Amostra dos jovens inquiridos**

Jovens inquiridos		N	%
Critério de selecção	Homens	147	51,6
	Mulheres	138	48,4
Total		285 <sup>10</sup>	100

<sup>9</sup> Em 2006 a população jovem com 15-24 anos no Distrito da Guarda, era de 20851, dos quais foram inquiridos 285 jovens, ao longo do ano de 2007. A proporção é de 1,37% do total da população alvo.

<sup>10</sup> A população jovem em 2006 era distribuída de forma relativamente igual entre homens e mulheres e foi com base nessa distribuição que se procurou construir a amostra (INE:2006)

Jovens 15-24 anos em 2006 no Distrito		
	N	%
Feminino	10256	49,2
Masculino	10595	50,8
Total	20851	100,0

A distribuição dos jovens inquiridos procurou ter uma proporção igual de homens e mulheres, conseguindo-se uma percentagem de 48,4% de jovens de sexo feminino e uma percentagem de 51,6% de jovens de sexo masculino<sup>11</sup>. O mesmo rigor tentou ser alcançado no que respeita à variável idade. Do total de jovens entrevistados com idades entre 15-24 anos, 12,6% têm 15 anos de idade, enquanto que os de 22 anos de idade foram os que menos responderam ao nosso inquérito. A média das idades situa-se nos 19 anos de idade.

Divididos por grupos etários, consoante o espaço temporal escolar, a variável idade foi separada em três grupos, correspondentes aos grupos etários de 15-17 anos, 18-21 e 21-24. Esta opção prende-se com o percurso escolar correspondente aos anos em que se completam ciclos da vida escolar e se inicia a vida laboral. No primeiro grupo, até aos 17 anos de idade, os jovens completam normalmente o percurso escolar respeitante ao liceu. A partir dos 18 anos, e até aos 21 anos, é a vez dos trajectos universitários, pelo que foi este o segundo grupo etário escolhido. Por fim, o último grupo compreende às idades entre os 22-24 anos, que podem constituir uma etapa de transição para o mercado de trabalho ou a continuação dos estudos em busca de uma melhor preparação para o futuro da vida activa. Tem-se em atenção que a realização destes ciclos é variável, consoante as opções/necessidades dos jovens em prolongar a escolaridade para além do indispensável. Ao mesmo tempo, a opção para definir estes grupos vai ter influência no peso que cada um deles tem na amostra.

**Tabela 2 - Distribuição da amostra dos jovens inquiridos por grupos de idade**

	N	%
15-17 anos	93	32,6
18-21 anos	121	42,5
22-24 anos	71	24,9
Total	285	100,0

Os resultados obtidos através deste agrupamento revelaram que o maior grupo de inquiridos (42,5%) está constituído por jovens com idades entre 18-21 anos, seguido pelo grupo de jovens com idades entre 15-17 anos de idade, numa percentagem de 32,6%.

<sup>11</sup> Esses valores correspondem aos referenciais demográficos para 2006 para a mesma população alvo no Distrito, de jovens com 15-24 anos - 51% homens e 49% mulheres (INE:2006)

Outra variável de caracterização da amostra, relativa ao estado civil dos inquiridos indicou que, para estas idades, a maioria encontrava-se solteiro/a numa proporção de 97,2%. Quanto à naturalidade do inquirido, da mãe e do pai foram agrupadas as três variáveis num só gráfico.

No que refere à primeira variável, naturalidade do inquirido, aquilo que se apurou foi que a maioria dos jovens inquiridos era natural do Distrito da Guarda, com 30,5% sendo natural do concelho da Guarda. Dos restantes inquiridos, desta vez naturais fora do distrito, é a Região Centro que acumula maior percentagem, com 18,6% dos jovens naturais dessa região, habitualmente de concelhos próximos das fronteiras do distrito.

**Tabela 3 - Distribuição da amostra dos jovens inquiridos segundo a naturalidade do inquirido e a naturalidade dos pais**

	Naturalidade do inquirido		Naturalidade da mãe		Naturalidade do pai	
	N	%	N	%	N	%
	Aguiar da Beira	1	0,4	1	0,4	1
Almeida	4	1,4	5	1,8	4	1,4
Celorico da Beira	9	3,2	22	7,7	22	7,7
Figueira Castelo Rodrigo	1	0,4	3	1,1	3	1,1
Fornos de Algodres	1	0,4	2	0,7	2	0,7
Gouveia	3	1,1	5	1,8	4	1,4
Guarda	86	30,5	41	14,4	48	16,8
Manteigas	5	1,8	11	3,9	10	3,5
Mêda	7	2,5	7	2,5	8	2,8
Pinhel	22	7,8	31	10,9	32	11,2
Sabugal	18	6,4	20	7,0	21	7,4
Seia	22	7,8	36	12,6	35	12,3
Trancoso	1	0,4	3	1,1	1	0,4
Região Norte	25	8,9	22	7,7	20	7,0
Região Centro	53	18,8	56	19,6	56	19,6
Região Lisboa	12	4,3	7	2,5	6	2,1
Região Alentejo	3	1,1	2	0,7	4	1,4
Região Algarve	1	0,4	1	0,4	1	0,4
Ilhas	5	1,8	4	1,4	3	1,1
Fora do país	2	0,7	1	0,4	1	0,4
NS/NR	4	0,4	5	1,8	3	1,1
Total	285	100,0	285	100,0	285	100,0

Relativamente à naturalidade da mãe do inquirido ou mesmo do pai do inquirido verifica-se a mesma tendência para a predominância da Região Centro, com 19,6% para ambos os casos. Outros concelhos de referência da naturalidade dos pais foram os concelhos da Guarda, Seia e Pinhel, correspondendo também à residência dos mesmos, como se pode verificar pelo seguinte quadro.

**Tabela 4 - Distribuição da amostra segundo a residência do inquirido e a residência dos pais**

	Residência do inquirido		Residência da mãe		Residência do pai	
	N	%	N	%	N	%
	Aguiar da Beira	2	0,7	1	0,4	1
Almeida	2	0,7	2	0,7	2	0,7
Celorico da Beira	32	11,2	30	10,5	29	10,2
Figueira Castelo Rodrigo	1	0,4	2	0,7	2	0,7
Fornos de Algodres	1	0,4	2	0,7	2	0,7
Gouveia	4	1,4	3	1,1	4	1,4
Guarda	80	28,1	36	12,6	36	12,6
Manteigas	8	2,8	8	2,8	8	2,8
Mêda	6	2,1	7	2,5	7	2,5
Pinhel	39	13,7	39	13,7	39	13,7
Sabugal	19	6,7	16	5,6	19	6,7
Seia	81	28,4	46	16,1	49	17,3
Trancoso	1	0,4	2	0,7	1	0,4
Vila Nova de Foz Côa	1	0,4	-	-	-	-
Região Norte	3	1,1	25	8,8	22	7,8
Região Centro	3	1,1	45	15,8	46	16,3
Região Lisboa	1	0,4	8	2,8	6	2,1
Região Alentejo	1	0,4	3	1,1	2	0,7
Região Algarve	-	-	1	0,4	2	0,7
Ilhas	-	-	5	1,8	4	1,4
Fora do país	-	-	1	0,4	1	0,4
NS/NR	-	-	3	1,1	3	1,1
Total	285	100,0	285	100,0	285	100,0

Desde o início do trabalho empírico houve o cuidado sociológico com a distribuição uniforme dos inquiridos segundo a residência actual dos mesmos por todos os concelhos do Distrito. Nem sempre foi possível obedecer a tal requisito devido a situações que se prendem com a administração indirecta do inquirido. Acrescenta-se o facto de alguns dos inquiridos serem auscultados noutra concelho do que aquele onde residiam e referirem estarem a residir ali apenas pelo período dos estudos, o que de certa

forma explica o valor considerável dos jovens residentes no concelho de Seia (28,4%) e na Guarda (28,1%), mas também de Pinhel (13,7%), que têm uma oferta escolar e formativa mais alargada que outros concelhos do distrito. No que respeita à residência dos pais, destacou-se o concelho de Seia com maiores percentagens, a Região Centro e os concelhos de Pinhel e da Guarda. Esta ordem descrita acima reporta-se quer sobre a residência da mãe quer sobre a residência do pai do inquirido, tendo as percentagens variações ligeiras.

Ainda sobre a caracterização da amostra, é possível informar que dos 285 jovens inquiridos cerca de 39% concluíram o 9º ano e igual percentagem o 12º ano de escolaridade. Apenas 9,8% concluíram o 6º ano de escolaridade, sendo este também o valor percentual daqueles que terminaram o Ensino superior.

**Tabela 5 - Distribuição da amostra segundo o grau de escolaridade do indivíduo**

	N	%
Sem nível de ensino	1	0,4
2.º ciclo do ensino básico (6.º ano)	28	9,8
3.º ciclo do ensino básico (9.º ano)	110	38,6
Ensino secundário (12.º ano)	111	38,9
Médio	4	1,4
Superior	28	9,8
NS/NR	3	1,1
Total	285	100,0

Um outro dado interessante a referir sobre o nível e o percurso escolar dos inquiridos é aquele que indica a reprovação nos estudos. Dos 285 jovens inquiridos 63,9% já reprovaram pelo menos uma vez enquanto 36,1% nunca reprovaram. A reprovação repetida, apesar de nem sempre ser fácil reconhecê-la perante o entrevistador, teve uma maior incidência de repostas quando a administração do inquérito foi realizada de forma indirecta.

**Tabela 6 - Distribuição da amostra segundo a reprovação dos estudos**

	N	%
Sim	182	63,9
Não	103	36,1
Total	285	100,0

Pode observar-se que 37,2% responderam que já reprovaram nos estudos, mas apenas uma vez, enquanto 20,7% já teve reprovação na sua carreira escolar por duas vezes.

**Tabela 7 - Distribuição da amostra segundo a reprovação repetida dos estudos**

	N	%
Sim (1 vez)	106	37,2
Sim (2 vezes)	59	20,7
Sim (3 vezes)	14	4,9
Sim (4 vezes)	3	1,1
Não	103	36,1
Total	285	100,0

Os motivos indicados são variados, contudo destaca-se o desgosto pelos estudos, referido por 33,1% dos jovens que responderam terem reprovado, e também a dificuldade com as matérias, em 25% dos casos. Menos peso tem a iniciação da vida activa na reprovação dos estudos, apesar de ser uma variante de peso para o abandono, como se verá adiante. Ainda assim, 12,1% deles dizem não saber a razão pela qual reprovaram, como se verifica pela tabela abaixo.

**Tabela 8 - Distribuição da amostra segundo os motivos da reprovação dos estudos**

	N	%
Não gostava de estudar	53	33,1
Matérias muito difíceis	40	25,0
Faltava muito às aulas	22	13,8
A avaliação foi injusta	18	11,3
Outra (saúde, família, inadaptação)	17	10,6
Tive que trabalhar e não tinha tempo para estudar	10	6,3
Total	160	100,0

Outro elemento de caracterização da amostra, e valorizando a reprovação repetida dos estudos, é a continuação dos mesmos. Assim, apesar de já se ter verificado que mais de metade dos inquiridos reprovaram, pelo menos uma vez, a grande maioria dos jovens não abandonou a escola.

**Tabela 9 - Distribuição da amostra segundo o abandono dos estudos**

	N	%
Sim	36	12,6
Não	249	87,4
Total	285	100,0

Do total da amostra de jovens inquiridos, os que abandonaram os estudos representam apenas 12,6%, sendo que 87,4% dos inquiridos não abandonaram a escola, i.e encontram-se a estudar ou pretendem continuar os estudos.

As principais motivações do abandono e consequente afastamento da escola são o início do trabalho, a opção por um curso profissional, a falta de interesse pelos estudos e, finalmente, a conclusão dos mesmos.

Procedendo-se ao somatório de respostas sobre os principais motivos do abandono resultaram 63 respostas, dadas por 27 inquiridos dos 36 que afirmaram terem abandonado a escola. Do total de respostas indicando os motivos do abandono escolar, 19% colocaram em primeiro lugar o início da vida activa, o que possivelmente limita o tempo para os estudos, enquanto 14,3% das respostas indicam a opção por uma via mais profissionalizante fora da escola. Ainda assim cerca de 30% dos inquiridos, correspondentes a 12,7% das respostas, indicaram não gostar de estudar, razão pela qual abandonaram os estudos.

**Tabela 10 - Distribuição da amostra segundo os motivos do abandono escolar**

	Respostas		Casos
	N	%	%
Comecei a trabalhar e não tinha tempo para estudar	12	19,0	44,4
Quis fazer um curso profissional fora da escola	9	14,3	33,3
Não gostava de estudar	8	12,7	29,6
A escola não me motivou	7	11,1	25,9
Porque cheguei onde queria/pretendia	7	11,1	25,9
Reprovei vários anos	5	7,9	18,5
Na altura não pensei que seria importante estudar	3	4,8	11,1
Faltou-me o apoio familiar	3	4,8	11,1
Para continuar a estudar tinha de gastar mais dinheiro	3	4,8	11,1
Tinha dificuldades em aprender	2	3,2	7,4
Não consegui integrar-me	2	3,2	7,4
O que aprendia na escola não me servia para nada	2	3,2	7,4
Total	63	100,0	233,3

Quanto à condição face ao trabalho dos inquiridos da amostra, a grande percentagem (75,1%), como era de esperar pela distribuição etária que ainda compreende a escolaridade obrigatória, encontrava-se a estudar.

**Tabela 11 - Distribuição da amostra segundo a condição perante o trabalho**

	N	%
Trabalho por conta de outrem	21	7,4
Trabalho por conta própria	7	2,5
Trabalho familiar não remunerado	2	0,7
Desempregado/a à procura do 1.º emprego	5	1,8
Desempregado/a a procura de novo emprego	7	2,5
Trabalhador/ Estudante	23	8,1
Estudante	214	75,1
Outra	1	0,4
NS/NR	5	1,8
Total	285	100,0

Apenas 8,1% referiram conjugar a profissão com a condição de estudante, enquanto alguns já se encontravam a trabalhar por conta de outrem (7,4%) ou por conta própria (2,5%).

**Tabela 12 - Distribuição da amostra segundo o grupo socioeconómico**

	N	%
Empresários c/prof. intelect., científicas e técnicas	5	1,8
Empresários do sector primário	6	2,1
Pequenos patrões da indústria	2	0,7
Pequenos patrões do comércio e serviços	5	1,8
Pequenos patrões do sector primário	2	0,7
Profissionais técnicos intermédios independentes	6	2,1
Trabalhadores industriais e artesanais independentes	5	1,8
Prestadores serviços e comerciantes independentes	2	0,7
Trabalhadores independentes do sector primário	2	0,7
Dirigentes de pequenas empresas e organizações	3	1,1
Quadros intelectuais e científicos	1	0,4
Quadros técnicos e intermédios	8	2,8
Empregados administrativos do comércio e serviços	8	2,8
Operários qualificados e semi-qualificados	6	2,1
Assalariados do sector primário	1	0,4
Trabalhadores administrativos do comércio e serviços não qualificados	1	0,4
Operários não qualificados	4	1,4
Trabalhadores não qualificados do sector primário	1	0,4
Pessoal das forças armadas	2	0,7
Outras pessoas activas	25	8,8
Inactivos	105	36,8
NS/NR	85	29,8
Total	285	100,0

No que respeita o grupo socioeconómico verificou-se que cerca de 30% dos inquiridos não souberam indicar em que classe se integram. Como era de esperar a maior

percentagem (36,8%) recai sobre os inactivos, dado que confirma a categorização anterior de condição perante o trabalho, como estudantes. Dos respondentes, cerca de 9% consideraram-se como outras pessoas activas, e os restantes, em proporções mais ou menos iguais, indicaram a sua categoria, das quais se destacaram os quadros técnicos e intermédios e empregados administrativos, do comércio e dos serviços.

#### 2.2.2.1.2. O questionário

Para além das questões de caracterização, que fornecem uma perspectiva mais próxima acerca da amostra constituída, o questionário desenvolve os temas propostos inicialmente sobre a problemática da escola, do trabalho, do associativismo, das políticas de juventude, os planos de futuro dos jovens e ainda as representações sociais dos jovens. A reformulação sucessiva do questionário, até a sua versão final, explica-se, por um lado, com a expressão das questões, mais abertas no caso da entrevista, e mais fechadas no caso do inquérito, com o cuidado atribuído à linguagem empregue e uma menor extensão das perguntas, e ao mesmo tempo com a apresentação do questionário no caso do inquérito que procurou não cansar em demasia o respondente. O mesmo aconteceu no questionário do inquérito on-line, onde foram destacadas as perguntas de resposta obrigatória. Para minimizar a falta de respostas, a linguagem, a paginação e, por fim, a forma como se abordaram os respondentes foram tidas em conta.

No caso das variáveis utilizadas no inquérito por questionário, dirigido aos jovens, a sua medição foi realizada de acordo com os métodos estatísticos através do SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), conferindo maior fiabilidade aos resultados. Assim, e de acordo com os estudos de vários autores, como Ferrão (2000), Figueiredo (2006), Pais (1998, 1993), Machado e Cheta (1998), Malta (1993), foi seleccionado um conjunto de perguntas que retratam a preocupação no domínio da educação, emprego, associativismo, planos de futuro e convergência entre as expectativas dos jovens e as medidas para eles orientadas.

#### 2.2.2.1.3. A recolha dos dados

A aplicação do questionário decorreu entre os meses de Março e Novembro de 2007, através da administração directa realizada pelo entrevistador, ou indirecta, através do preenchimento on-line das repostas. A aplicação de cada inquérito demorou em média cerca de 15 minutos.

A forma de administração proposta foi a variante indirecta, na maioria dos casos, mas também directa. No primeiro caso fez-se através de um acesso facilitado ao inquérito electrónico, disponibilizado por um período de tempo limitado e com acesso individualizado por instituição. A administração directa, pelo inquirido, foi realizada somente nos casos em que o acesso ao inquérito on-line não foi disponível e na presença do investigador.

No caso do inquérito on-line essa metodologia foi aplicada recorrendo à mediação dos professores responsáveis de turma, no caso dos estabelecimentos de ensino, dos formadores, no caso das escolas profissionais ou nos cursos do IEFP e dos auxiliares no caso do IPJ. Não foi preciso formação específica para a realização desta tarefa, apenas foi necessário informar sobre a escolha equitativa dos respondentes em função do sexo e da idade. Para um melhor controlo das respostas, a cada entidade contactada foi atribuído um *nome de utilizador* específico e uma *senha de acesso*. Os contactos com os responsáveis foram realizados ao longo do ano de 2007 por telefone e posteriormente pessoalmente. Apesar de algumas das entidades nem sempre terem respondido afirmativamente ao nosso pedido, quando contactados pessoalmente mostraram maior disponibilidade. Resta dizer que o servidor que acolheu as repostas ao inquérito on-line funcionou permanentemente ao longo de nove meses.

No caso do inquérito em formato físico, a administração foi sempre acompanhada pelo entrevistador, deixando o inquirido responder em conformidade com seu ritmo e de acordo com as suas preferências.

Um dos obstáculos na recolha dos dados foi a reduzida motivação dos jovens em responder ao inquérito em formato digital pela determinante tempo, pois entre os respectivos meses, Março e Junho, os jovens estudante/formandos encontravam-se em altura dos exames e a aproximação das férias, tendo as preocupações orientadas noutro sentido. Contudo, entre Junho e Setembro notou-se uma maior adesão dos jovens, principalmente dos jovens associados ou inscritos nas várias actividades do IPJ.

#### 2.2.2.1.4. A análise dos dados

O inquérito foi constituído em grupos temáticos de acordo com as hipóteses do trabalho relativos às questões da escola, trabalho, associativismo e projectos de futuro. Os resultados assim obtidos foram calculados através do programa estatístico utilizado em Ciências Sociais, o SPSS, cujas inferências se encontram analisadas abaixo. Os dados

considerados mais pertinentes para a análise e para testar as hipóteses encontra-se expostos ao longo dos capítulos que se seguem, constando o restante material em anexo.

### 2.2.3. As entrevistas aos jovens

#### 2.2.3.1.1. A amostra

No caso das entrevistas aos jovens a amostra procurou reunir jovens numa pluralidade de situações com o objectivo de completar as respostas dos inquiridos. Apesar de o número de jovens entrevistados não ser significativo, as entrevistas servem como exercício exploratório.

A amostra dos jovens entrevistados teve como unidade de análise os jovens com idades entre 15-24 anos, residentes no distrito, sendo o sexo, a idade e a actividade económica o critério de selecção. Este tipo de amostragem, não probabilístico por quotas, teve a vantagem de ser eficiente, rápido e implicar menos custos, razão pela qual o número de entrevistados foi definido por contingência, não tendo por isso, carácter de representatividade. Contudo, a sua importância deriva dos conteúdos testemunhais dos entrevistados. Foram portanto entrevistados vinte e quatro jovens, doze jovens de sexo masculino e doze de sexo feminino, em ambos os grupos havendo uma distribuição igual entre os jovens com actividade e sem actividade económica.

**Tabela 13 - Amostra dos jovens entrevistados**

		Critério de selecção		Total
		Com actividade económica	Sem actividade económica	
Jovens entrevistados	Homens	6	5	11
	Mulheres	5	7	12
Total		11	12	23

No que respeita à distribuição dos jovens entrevistados segundo o grupo etário e o sexo, a constituição da amostra é de 12 jovens com idades compreendidas entre os 18-21 anos, 6 jovens com idades entre 22-24 anos e 5 jovens com idades entre os 15-17 anos de idade. Dos 23 entrevistados 12 são de sexo feminino e 11 de sexo masculino.

**Tabela 14 - Distribuição da amostra dos jovens entrevistados segundo os grupos etários e o sexo**

		sexo		Total
		feminino	masculino	
Grupos de idade	15-17	2	3	5
	18-21	6	6	12
	22-24	4	2	6
Total		12	11	23

Relativamente ao estado civil a maioria dos entrevistados é solteira, à semelhança dos jovens inquiridos, apenas um caso se destaca como divorciado/separado.

Relativamente à naturalidade e residência do entrevistado e dos seus progenitores, recolheu-se a informação respectiva para caracterizar socialmente os entrevistados. No primeiro caso, sobre a naturalidade do inquirido, o quadro agregado abaixo revela que a amostra segue, de uma maneira geral uma distribuição regular, pelos concelhos. Quanto à naturalidade dos pais, de uma forma geral essa difere daquela que é a do inquirido, ainda assim, há um número interessante no caso das mães naturais fora de Portugal, sendo indicado principalmente o continente africano ou europeu como referência. Sobre a naturalidade do pai há pouco a referir sobre a distribuição dos casos pelos concelhos do Distrito, pois essa segue uma colocação equitativa. A curiosa observação é dada pelo número de jovens que não conheciam a naturalidade dos seus pais, na realidade não conheciam quem era o verdadeiro pai, como acabaram por referir ao longo da entrevista. Como será adiantado, apenas um dos quatro respondentes que afirmaram não ter conhecimento detalhado do progenitor, sabia onde residia o seu pai.

No que respeita à residência dos entrevistados, a maioria reside no concelho da Guarda, Gouveia e Sabugal. Quanto à residência da mãe, essa corresponde na maioria dos casos à mesma do inquirido.

**Tabela 15 - Distribuição da amostra dos jovens entrevistados segundo a residência do inquirido e a residência dos pais**

	Residência do inquirido N	Residência da mãe N	Residência do pai N
Almeida	-	1	1
Celorico da Beira	2	2	2
Fornos de Algodres	2	2	1
Gouveia	4	4	3
Guarda	5	3	3
Manteigas	1	1	1
Mêda	2	2	2
Pinhel	1	1	1
Sabugal	3	3	2
Seia	2	2	2
Trancoso	1	1	1
Noutro concelho do país	-	1	1
NS/NR	-	-	3
Total	23	23	23

Como foi avançado anteriormente, o número dos que não conhecem o local de residência do pai é em muito semelhante aos que indicaram não conhecer a naturalidade do pai. Para aqueles entrevistados que afirmam saber, destacam-se os concelhos de Gouveia ou Guarda, como os concelhos com maior distribuição.

**Tabela 16 - Distribuição da amostra dos jovens entrevistados segundo o grau de ensino completo**

	N
2.º ciclo do ensino básico (6º ano)	3
3.º ciclo do ensino básico (9º ano)	8
Ensino secundário (12º ano)	11
Ensino médio	1
Total	23

Ainda, quanto à composição da amostra dos jovens entrevistados segundo o grau de ensino, aquilo que verificou é de que a maioria dos jovens tinha completado o 12º ano de escolaridade, em número de 11, e 8 dos jovens o 9º ano. Tendo em conta que muitos dos jovens entrevistados ainda se encontravam na idade escolar, a quantidade dos que finalizaram os estudos é reduzida (apenas um no caso do Ensino médio).

**Tabela 17 - Distribuição da amostra dos jovens entrevistados segundo a categoria socioprofissional**

	N
Trabalhadores administrativos comércio e serviços não qualificados	4
Operários não qualificados	1
Pessoal das forças armadas	1
Outras pessoas activas (desempregados, trabalho informal, trabalhador estudante)	5
Inactivos (estudantes, domésticos, reformados)	12
Total	23

No que respeita a categoria socioprofissional, mais de metade dos jovens entrevistados encontrava-se a estudar. Contudo, uma grande parte, 5 dos jovens, reconheceram praticar alguma forma de trabalho, muitos deles informalmente, outros de tipo apoio familiar. Dos que afirmaram trabalhar, formalmente, a ocupação situa-se nos serviços administrativos ou no comércio, tendo uma situação laboral bastante precária.

#### 2.2.3.1.2. O guião de entrevista

No caso das entrevistas aos jovens o guião de entrevista foi realizado com o intuito de aprofundar os resultados obtidos através do inquérito aos jovens. As perguntas do guião correspondem às do inquérito por questionário, contudo optou-se por deixar uma maior margem de resposta aos inquiridos, pelo que as perguntas fechadas foram alteradas com o objectivo de obter repostas mais completas. Cada temática foi construída na base de grupos de questões mistas, com um duplo objectivo, de permitir a reflexão e de facilitar um discurso mais complexo.

Pelo facto de a entrevista permitir entender os processos de decisão e todas as situações de maior complexidade a opção pela entrevista possibilitou a compreensão de questões mais problemáticas, nomeadamente aqueles processos que envolvem o poder de decisão. Fora os inconvenientes atrás referidos de uma amostra reduzida, a entrevista foi utilizada como prática exploratória sendo o guião aquele que conduziu ao sucesso das repostas.

#### 2.2.3.1.3. A recolha dos dados

A recolha dos testemunhos dos jovens entrevistados mediante a aplicação do guião de perguntas decorreu entre os meses de Março e Novembro de 2007. A aplicação das questões foi sempre de gestão directa, realizada pelo entrevistador. Contrariamente à abordagem dos jovens inquiridos, no caso dos jovens entrevistados optou-se por uma abordagem não mediada, evitando dessa forma o recurso a pessoas de referência. Nesse sentido a recolha das entrevistas decorreu casuisticamente. De acordo com os critérios de selecção mencionados, idade, sexo e actividade económica, o entrevistador questionou um grupo de jovens que mostraram, individualmente, disponibilidade em colaborar no estudo. Houve, desde o princípio, o cuidado empírico, em obter uma amostra homogénea de todos os concelhos, contudo tal não foi possível.

Um dos principais obstáculos na abordagem dos jovens revelou ser a sua dispersão territorial. A este facto está associado um outro, que consiste no facto de os jovens dificilmente mostrarem disponibilidade em responder a questões quando em grupo. Essa mesma dificuldade de resposta foi verificada quando se tratava de certas questões, em particular as que manifestamente não lhes interessavam. Sempre que encontrados e abordados, por estar em grupo, com os amigos, e influenciados pelos valores de referências do grupo, os jovens evitavam colaborar.

#### 2.2.3.1.4. A análise dos dados

Seguindo a mesma linha temática proposta para reforçar as perguntas do inquérito as entrevistas foram analisadas utilizando quadros analíticos de referência. As declarações dos jovens entrevistados agruparam-se em conjuntos teses com o objectivo de testar algumas das hipóteses alegadas através dos respectivos indicadores, e dimensões, chegando a definir o conceito principal. Por exemplo e partindo no sentido inverso do que aqui foi descrito, na temática do trabalho um dos conceitos base foi a representação do mundo do trabalho, na dimensão profissional, de empregabilidade, do trabalho/ócio. A medição deste conceito fez-se através de indicadores específicos e que se concretizaram através das hipóteses de respostas já existentes no inquérito, contudo, no caso das entrevistas foram citadas pelos próprios jovens.

### 2.2.3.2. As entrevistas aos actores privilegiados

#### 2.2.3.2.1. A amostra

No caso da amostra dos actores sociais entrevistados, optou-se por uma amostra não probabilística intencional, com o objectivo de determinar as opiniões dos representantes das instituições privilegiadas a nível local, implicadas na aplicação e produção de medidas orientadas, directamente ou indirectamente, para os jovens.

Em bom rigor sempre que possível procurou-se obter uma amostra representativa para cada grupo de actores, a escolha dos mesmos tendo em conta a importância de cada um dos elementos dentro da sua população. Apenas no caso das associações juvenis tal representatividade não se concretizou devido à falta de resposta por parte das mesmas. A partir das respostas dos actores sociais e com base no guião de entrevistas, foram elaborados quadros analíticos que definiram os conceitos, as dimensões e os indicadores referidos cruzados ulteriormente num plano de análise comum.

**Tabela 18 - Amostra dos actores sociais entrevistados**

Actores sociais entrevistados	Designação	Critério de selecção	Representatividade	Total
<b>Câmaras Municipais (vereadores de juventude)</b>	Câmara de Almeida; Celorico da Beira; Fornos de Algodres; Gouveia; Guarda, Mêda; Manteigas; Pinhel; Sabugal	Envolvimento activo na produção e aplicação de políticas económicas, sociais, educacionais etc. quer de carácter geral quer dirigidas especificamente aos jovens do Interior	9 vereadores de juventude num universo de 14 Câmaras Municipais	9
<b>Centros de Emprego e Formação Profissional (directores e técnicos de emprego)</b>	Instituto de Emprego e Formação profissional da Guarda e de Seia; Centro de Emprego e Formação Profissional de Pinhel	Envolvimento activo na aplicação de políticas de emprego e formação profissional específica para a população jovem	3 CEFP/IEFP que abrangem 13 concelhos do distrito	3
<b>Instituto Português de Juventude (delegado regional)<sup>12</sup></b>	Delegação Regional do IPJ Guarda	Participação activa na aplicação de políticas específicas para os jovens	1 IPJ representativo ao nível regional	1
<b>Associações juvenis (dirigentes associativos)</b>	OPIJOVEM; CEJOVE; RAIAJOVEM	Actuação em prol da defesa dos direitos juvenis e de acordo com as necessidades dos jovens - associações de concelhos diferentes	2 associações num universo de 71 associações RNAJ no distrito (em 2006)	3
<b>Associações de desenvolvimento local (dirigentes associativos)</b>	ADRUSE; RAIAHISTÓRICA	Preocupação com a estimulação do desenvolvimento local consoante as características endógenas da região e não apenas de um concelho	2 associações de desenvolvimento local com destaque regional	2
<b>Associações sindicais (dirigentes sindicais)</b>	CGTP;UGT	Aproximação à problemática do trabalho às dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores no Interior	2 associações sindicais representativas ao nível regional	2
<b>Associações patronais (dirigentes associativos)</b>	ACG; NERGA	Aproximação à problemática empresarial e às dificuldades enfrentadas pelo patronato no Interior	2 associações empresariais representativas ao nível regional	2
<b>Total</b>				<b>27</b>

<sup>12</sup> A entrevista realizada ao Delegado regional do IPJ sofreu um acidente tendo sido danificada no formato digital e sem hipótese de ser recuperada antes da transcrição. Posteriormente os contactos realizados foram infrutíferos uma vez o mesmo delegado tinham cessado funções e a responsável no serviço, apesar da sua disponibilidade, admitir dificuldade em responder à questões mais específicas. Contudo do material recolhido em suporte físico ressalta o papel do IPJ ao nível local sobretudo no apoio ao associativismo.

#### 2.2.3.2.2. O guião de entrevista

As variáveis aplicadas ao guião de entrevistas para os agentes privilegiados, seguiu uma linha temática, procurando uma perspectiva distinta da dos jovens, em matéria de políticas de educação, emprego, formação profissional e fixação dos jovens no Interior.

No que respeita ao guião aplicado nessas entrevistas, as perguntas visaram conhecer as competências das instituições e as medidas disponíveis relativamente à questão dos jovens no Interior e, ao mesmo tempo, recolher uma avaliação, por parte dos entrevistados dos resultados das acções empreendidas, das boas práticas e das parcerias em que estão envolvidos, bem como dos obstáculos enfrentados. Em particular, interessou saber qual é a imagem que essas instituições têm dos jovens com quem se relacionam e que representam. Recorda-se que as questões, dada a especificidade dos agentes - vereadores, directores dos Centros de Emprego e IPJ, dirigentes associativos, sindicais, patronais, - exigiram um tratamento particularizado, o que obrigou a um levantamento prévio dos programas, quer eleitorais, no caso dos vereadores, quer dos planos de actividades, quando disponíveis, quer de outros documentos oficiais, no caso dos Centros de Emprego e IPJ, de forma a conhecer melhor o modo e o plano de actividades traçado, que tangencialmente, ou não, atinge os jovens. Com a mesma preocupação foram redigidas as perguntas aos dirigentes associativos.

#### 2.2.3.2.3. A recolha dos dados

Nas entrevistas aos agentes privilegiados a recolha dos dados foi realizada no mesmo período de tempo e de acordo com a disponibilidade de cada um dos responsáveis das instituições contactadas. As agendas preenchidas foram também um dos obstáculos na abordagem, pois nem sempre se reuniram todas as condições para uma entrevista isenta de compromissos agendados antes ou depois e que de certa forma limitaram o seu cumprimento. Outro obstáculo a referir foi a formalidade imposta, em cada caso, pela localização das entrevistas. No que refere aos vereadores de juventude, aos dirigentes dos Centros de emprego e às associações sindicais e patronais, as entrevistas decorreram no seu local de trabalho, privilegiando uma postura diferente daquela observada nos dirigentes associativos juvenis, cujo testemunho foi recolhido em lugares neutros.

A exceção destas dificuldades, já previstas pelo investigador, a colaboração prévia e posterior, resultou na obtenção proveitosa de dados e documentos oficiais, que complementaram o estudo.

#### 2.2.3.2.4. A análise dos dados

Á semelhança do quadro analítico proposto para a interpretação das declarações dos jovens, no que respeita aos discursos dos agentes privilegiados, aplicou-se o mesmo método. O quadro de análise das entrevistas baseou-se no estudo de conteúdo temático seguindo a ordem e a dimensão das questões temáticas referentes à actuação de cada agente no domínio das políticas de juventude. Atendendo às especificidades de cada categoria foram igualmente realçados outros pontos como o funcionamento de parcerias locais, as particularidades do local e as dificuldades com as quais se confrontam.

## CAPÍTULO III

### RETRATO ECONÓMICO E SOCIAL DO INTERIOR

Este capítulo propõe-se retratar as regiões do Interior na sua dimensão demográfica e socioeconómica, precisamente aquelas que mais espelham os fenómenos do declínio demográfico, do envelhecimento e da desertificação, numa palavra, da interioridade. O retrato é o do Distrito da Guarda, um distrito que não se salienta dos outros distritos do Interior por um qualquer aspecto facilmente visível. O recorte é dado tanto por indicadores demográficos, económicos e sociais correntes, quanto por testemunhos de actores locais que pela sua posição institucional ou pela sua proximidade atenta e esclarecida ajudam a compreender as dinâmicas presentes e os factores decisivos na evolução deste território.

Nas últimas décadas o Interior verificou profundas mudanças estruturais que melhoraram a qualidade de vida dos seus habitantes<sup>13</sup>, mas apesar dessas mudanças o Interior diagnostica algumas enfermidades. Uma dessas enfermidades consiste na debilidade e falta de dinamismo do tecido económico, comparando com o estado de saúde dos territórios a nascente ou a poente. A actividade predilecta dos concelhos de Guarda esteve sempre ligada à agricultura, mais tarde alargou-se à pequena indústria e à indústria transformadora, sendo que hoje se encontra difundida pelos serviços, como ocorre em todo o território nacional e pela Europa fora. A pastorícia, que era uma profissão valorizada socialmente, veio a perder o seu papel económico e o seu prestígio social, arrastando com isso as regiões do Interior, que viram perder também as suas populações.

A agricultura, que é de subsistência embora também acompanhada de alguma competitividade, com destaque para a produção vinícola e hortícola, não contribuiu em nada para a renovação da população naquelas regiões, nem constituiu um novo factor de atracção.

---

<sup>13</sup> Entre estas contam-se as acessibilidades, o sistema de ensino, a difusão das novas tecnologias, o crescimento económico e o poder de consumo, as actividades económicas, os apoios na constituição das actividades económicas, uma maior aproximação das instituições à comunidade, através de serviços mais abertos e flexíveis, eliminando a burocracia etc.; O Interior, apesar dos seus problemas e das ameaças que rodeiam o seu desenvolvimento “é um lugar onde são grandes as capacidades e onde se têm consolidado muitos factores de qualidade, a começar por certos aspectos da qualidade de vida” (Reis, 1997)

Na indústria, as transformações mais relevantes nos últimos quinze anos do século passado foram o declínio das indústrias de base, apesar da afirmação dos pólos de indústria de acessórios de automóvel, da indústria têxtil ou da indústria do calçado. O Interior não conseguiu, no entanto, tornar especializadas as suas componentes territoriais num projecto de longo prazo e isso não foi devido à falta de aglomerados populacionais, à falta de incentivos e parcerias ou de mão-de-obra qualificada, mas devido às políticas de mercado internacional em que o custo do factor de produção revelou ser mais favorável noutras regiões. Isso levou à deslocalização das empresas. Os efeitos criados pela perda dos empregos nessas regiões incidiram sobretudo nos planos de futuro dos jovens, afectando os projectos de vida daqueles que se propunham permanecer.

Nos serviços, as actividades emergentes nos vários sectores revelam a existência ainda de muitas carências. Apesar de um dos nichos de mercado com potencial para crescimento económico nessas regiões ser o turismo, continua a verificar-se que a resposta tanto a nível de hotelaria como a nível de restauração ainda escasseia. O mesmo se pode dizer dos equipamentos, das infra-estruturas e da qualidade dos mesmos que retiram dinamismo e competitividade ao sector dos serviços.

Uma outra enfermidade torna-se evidente no Interior: o êxodo da população, sendo manifestas as preocupações com a diminuição demográfica e a saída dos jovens dos concelhos de origem entre os actores entrevistados. No entanto nem as políticas locais, nem os incentivos financeiros conseguem travar o fenómeno de êxodo rural com o qual se confronta o Interior. Esta preocupação está bem identificada e numa primeira análise parece importante proceder ao desenvolvimento de “estratégias activas de inclusão” (Ferrão, 1997) através da “mobilização dos actores individuais e colectivos, da integração em objectivos comuns e linhas de rumo estrategicamente partilhadas e da co-responsabilização na missão de criar condições de desenvolvimento para as regiões onde vivem e actuam” (idem).

Neste capítulo é contemplada, portanto, a “interioridade” do Distrito da Guarda a partir de duas fontes principais: primeira, alguns indicadores sociais aptos a revelar a diferença específica deste Distrito relativamente às médias nacionais bem como a diversidade interna do Distrito relativamente aos valores concelhios; segunda, a informação qualificada de certos actores locais que permite completar a informação recolhida através dos indicadores.

### 3.1. Indicadores demográficos, económicos, escolares

As regiões do Interior caracterizam-se, sumariamente e como se viu antes, pelos seguintes traços: declínio e envelhecimento demográficos; economia pouco dinâmica e muito assente em actividades tradicionais, como a agrícola; população activa pouco escolarizada e pouco qualificada e falta de oportunidades de investimento.

São diversos os indicadores gerais de desenvolvimento que podem ser usados para distinguir a posição do Distrito relativamente à média nacional e a evidenciar as diferenças concelhias: a taxa de concentração urbana, o índice de desenvolvimento económico e social e o índice de educação.

A taxa de concentração urbana é um indicador social baseado no peso da população residente em aglomerados com mais de 2000 habitantes. Os seus valores em 2001 atingiam na maioria dos concelhos do Distrito da Guarda, 30%. As taxas de urbanização mais baixas registavam-se nos concelhos de Trancoso (20,3%), Gouveia (22,7%) e Pinhel (23%). Contudo há quatro concelhos, Aguiar da Beira, Celorico da Beira, Fornos de Algodres e Sabugal que, apesar de registarem uma população residente superior a 2000 habitantes não têm nenhum agregado populacional superior a este patamar, fazendo com que a taxa de concentração urbana se reduza a zero pontos percentuais.

**Tabela 19 - Taxa de concentração urbana 2001 (%)**

DT GUARDA	25,4
Aguiar da Beira	0,0
Almeida	28,7
Celorico da Beira	0,0
Figueira de Castelo Rodrigo	33,9
Fornos de Algodres	0,0
Gouveia	22,7
Guarda	54,1
Manteigas	74,9
Mêda	32,1
Pinhel	23,0
Sabugal	0,0
eia	30,4
Trancoso	20,3
Vila Nova de Foz Côa	34,9

Fonte: INE – Censos 2001

Um outro indicador de contextualização é o Índice de Desenvolvimento Económico e Social (1999). Conhecido também pelo IDES (Índice de Desenvolvimento Económico e Social), este é um índice adaptado para Portugal do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano - da ONU, com ajustamentos para a realidade portuguesa. O IDES é composto por um conjunto de quatro índices de base entre quais a esperança de vida à nascença, a taxa de alfabetização, as condições mínimas de conforto (água, electricidade e instalações sanitárias) e o PIB. Assim, ao compararmos os níveis do IDES ao nível do Distrito (0,72%) com o nível nacional (0,87%) avista-se uma ligeira diferença, porém, entre os concelhos esta diferença traduz o grau de crescimento de alguns indicadores do progresso. São os concelhos com as taxas de maior concentração urbana, como Guarda, Manteigas, Figueira de Castelo Rodrigo e Almeida que se destacam também aqui, com o IDES mais elevado.

**Tabela 20 - Índice de desenvolvimento económico e social (1999) (%)**

DT Guarda	0,720
Aguiar da Beira	0,698
Almeida	0,744
Celorico da Beira	0,709
Figueira de Castelo Rodrigo	0,732
Fornos de Algodres	0,680
Gouveia	0,724
Guarda	0,762
Manteigas	0,768
Mêda	0,705
Pinhel	0,707
Sabugal	0,698
Seia	0,731
Trancoso	0,694
Vila Nova de Foz Côa	0,731

Fonte: GIASE (2001) - Ministério da Educação

Por fim, o Índice de Educação (1999), baseado na taxa de escolaridade da população com 15 e mais anos de idade mostra um nivelamento deste índice em todos os concelhos, com as diferenças permanecendo entre valores muito pouco significativos, oscilando apenas entre 0,78% em metade dos concelhos do Distrito e 0,90% na outra metade.

**Tabela 21 - Índice de educação (1999) (%)**

Aguiar da Beira	0,791
Almeida	0,895
Celorico da Beira	0,810
Figueira de Castelo Rodrigo	0,874
Fornos de Algodres	0,810
Gouveia	0,864
Guarda	0,899
Manteigas	0,885
Mêda	0,830
Pinhel	0,855
Sabugal	0,776
Seia	0,893
Trancoso	0,809
Vila Nova de Foz Côa	0,823

Fonte: GIASE (2001) - Ministério da Educação

### 3.1.1. Demografia

Em geral, o território que compõe o Distrito da Guarda é maioritariamente constituído por concelhos com regiões rurais muito marcadas pela agricultura, pelo uso das terras e pela desertificação. O emprego agrícola tem vindo a diminuir ao longo dos anos e tem notoriamente dado lugar ao aparecimento de novas actividades, o que tem levado a uma diminuição demográfica motivada pela redução drástica do desemprego oculto. Segundo os dados apurados pelo INE (2001) é possível afirmar que em termos gerais, o Distrito registou um crescimento negativo da população na maioria dos concelhos entre 1991 e 2001<sup>14</sup>.

O forte envelhecimento da população constitui um dos aspectos mais marcantes da evolução demográfica recente. Em 2001, a proporção de idosos - 65 ou mais anos - recenseados (16,4%) ultrapassou pela primeira vez a dos jovens - 0 aos 14 anos - (16,0%) (Vieira: 2006). De 1981 para 2001, i.e em 20 anos, o Índice de Envelhecimento “aumentou de 45 para 103 idosos por 100 jovens ou seja, o número de idosos a residir em Portugal ultrapassa o de jovens. Para este rácio contribuiu, sobretudo, a população do sexo feminino, cujo índice foi de 122 idosas por cada 100 mulheres jovens, enquanto que o dos homens se situava nos 84 indivíduos, facto que reflecte a maior longevidade feminina.

<sup>14</sup> Salvo no concelho da Guarda onde se registou um crescimento positivo de quase 14%. Nos outros concelhos a redução representou entre -4.4% (Vila Nova de Foz Côa) e -16.1% (Almeida e Mêda). O único concelho que não registou diminuição nem aumentos populacionais nesta década foi o concelho de Celorico da Beira.

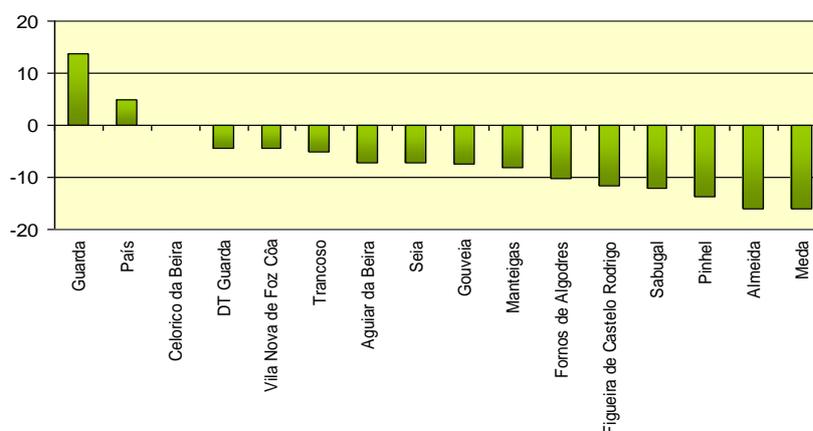
Ora é precisamente nos concelhos do Interior do país que existe um maior envelhecimento populacional, ou seja, o número de idosos é superior ao dos jovens” (INE, 2002).

**Tabela 22 - Total da população residente**

	1991 (N)			2001 (N)			Variação 1991- 2001 (%) Total
	HM	H	M	HM	H	M	
País	9 867	4 756	5 110	10 356	5 000	5 355	5,0
	147	775	372	117	141	976	
DT Guarda	188 165	90 065	98 100	179 961	85 855	94 106	-4,4
Aguiar da Beira	6 725	3 260	3 465	6 247	2 976	3 271	-7,1
Almeida	10 040	4 890	5 150	8 423	4 048	4 375	-16,1
Celorico da Beira	8 875	4 255	4 620	8 875	4 284	4 591	0,0
Figueira de Castelo Rodrigo	8 105	3 840	4 265	7 158	3 431	3 727	-11,7
Fornos de Algodres	6 270	3 091	3 179	5 629	2 704	2 925	-10,2
Gouveia	17 410	8 229	9 181	16 122	7 567	8 555	-7,4
Guarda	38 502	18 322	20 180	43 822	20 892	22 930	13,8
Manteigas	4 455	2 167	2 288	4 094	1 959	2 135	-8,1
Mêda	7 440	3 525	3 915	6 239	2 961	3 278	-16,1
Pinhel	12 693	6 115	6 578	10 954	5 269	5 685	-13,7
Seia	30 362	14 637	15 725	28 144	13 500	14 644	-7,3
Sabugal	16 919	8 038	8 881	14 871	7 026	7 845	-12,1
Trancoso	11 484	5 451	6 033	10 889	5 183	5 706	-5,2
Vila Nova de Foz Côa	8 885	4 245	4 640	8 494	4 055	4 439	-4,4

Fonte: INE – Censos 1991, 2001

Comparando a variação intercensitária da população portuguesa com a da população do Distrito da Guarda verifica-se que no primeiro caso se registou um aumento nos anos estudados (1991-2001) na ordem de 5% enquanto que no segundo caso ela diminuiu quase na mesma proporção (-4,4%). O concelho de Guarda é de facto o único concelho que aumentou em 13,8%, um aumento que se deve, como se tem afirmado, ao afluxo de população proveniente de outros concelhos do Distrito, de onde se destacam as migrações dos jovens pelas oportunidades, quer a nível de ensino superior, quer a nível de emprego que aí encontram.

**Gráfico 1 - Variação total da população residente (1991-2001) (%)**

Quanto à sua composição, a população do Distrito foi distribuída pelos grandes grupos etários - população jovem até aos 14 anos, população adulta em idade activa, e população idosa com mais de 65 anos – facilmente referenciáveis relativamente à capacidade de participação na vida activa. Apesar das tendências demográficas apontarem para uma “quarta idade”, devido ao aumento da esperança de vida, esse indicador não torna mais relevante a análise, pelo que as três categorias são suficientes para avaliar as dinâmicas populacionais.

**Tabela 23 - População residente segundo o grupo etário (variação 1991 – 2001) (%)**

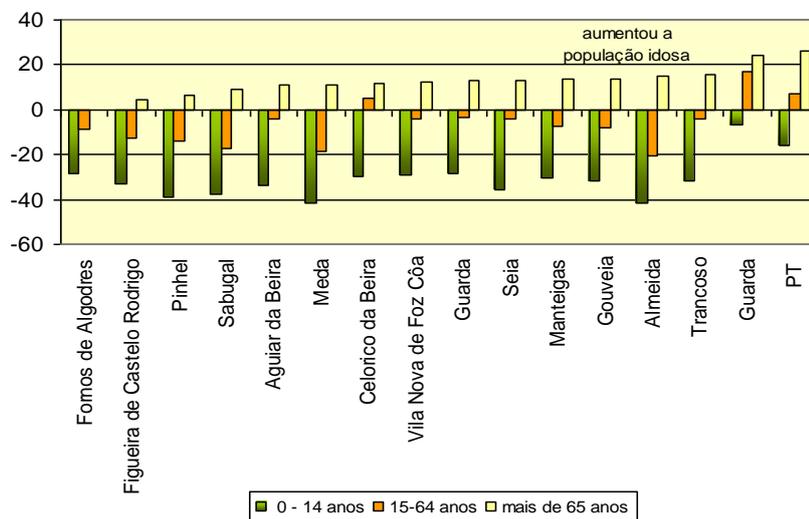
	0 - 14 anos	15-64 anos	+ 65 anos
PT	-16,0	6,9	26,1
DT Guarda	-28,4	-3,3	13,1
Aguiar da Beira	-33,5	-3,8	10,7
Almeida	-41,5	-20,5	15,0
Celorico da Beira	-29,5	4,9	12,0
Figueira de Castelo Rodrigo	-33,0	-12,9	4,8
Fornos de Algodres	-28,3	-8,7	-0,3
Gouveia	-31,8	-8,3	13,7
Guarda	-6,5	17,1	24,0
Manteigas	-30,2	-7,1	13,4
Mêda	-41,6	-18,8	10,8
Pinhel	-38,7	-13,7	6,5
Sabugal	-37,9	-17,0	8,9
Seia	-35,4	-4,0	13,3
Trancoso	-31,5	-4,3	15,6
Vila Nova de Foz Côa	-29,3	-3,9	12,5

Fonte: INE: Censos 1991, 2001

É evidente o aumento da população mais idosa que atinge níveis muito elevados em apenas uma década. A média do Distrito de Guarda atinge um aumento da população

idosa de 13%, inferior à média do país (26%). Contudo, os valores mais elevados registados pelos concelhos de Guarda (24%), Almeida e Trancoso Sabugal (15%) são preocupantes, acusando uma proporção da população envelhecida cada vez maior.

**Gráfico 2 - Variação da população residente por grupos etários (1991 – 2001) (%)**



Atestando à tendência dos fluxos migratórios de outros concelhos para o concelho de Guarda foi a população em idade activa, 15-64 anos, que mais aumentou no concelho (17%), enquanto os restantes concelhos, excepto Celorico da Beira (4,9%), diminuíram a sua população nos grupos etários quer dos 0-14 anos, quer dos 15-64 anos.

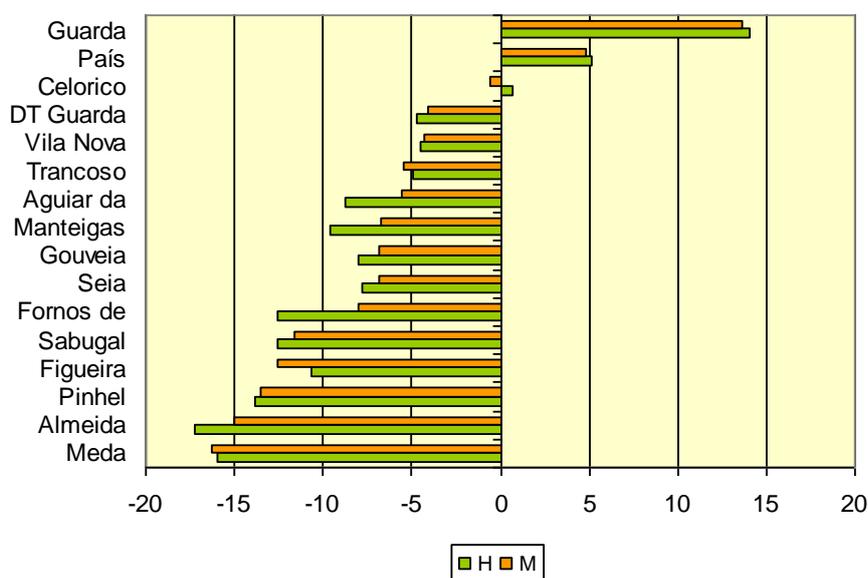
**Tabela 24 - Variação da população por sexo 1991-2001 (%)**

	H		M		Variação percentual		
Portugal	48,2	48,3	51,7	51,8	5,1	4,8	5,0
DT Guarda	47,9	47,7	52,3	52,1	-4,7	-4,1	-4,4
Aguiar da Beira	48,5	47,6	52,4	51,5	-8,7	-5,6	-7,1
Almeida	48,7	48,1	51,9	51,3	-17,2	-15,0	-16,1
Celorico da Beira	47,9	48,3	51,7	52,1	0,7	-0,6	0,0
Figueira de Castelo Rodrigo	47,4	47,9	52,1	52,6	-10,7	-12,6	-11,7
Fornos de Algodres	49,3	48,0	52,0	50,7	-12,5	-8,0	-10,2
Gouveia	47,3	46,9	53,1	52,7	-8,0	-6,8	-7,4
Guarda	47,6	47,7	52,3	52,4	14,0	13,6	13,8
Manteigas	48,6	47,9	52,2	51,4	-9,6	-6,7	-8,1
Mêda	47,4	47,5	52,5	52,6	-16,0	-16,3	-16,1
Pinhel	48,2	48,1	51,9	51,8	-13,8	-13,6	-13,7
Seia	48,2	48,0	52,0	51,8	-7,8	-6,9	-7,3
Sabugal	47,5	47,3	52,8	52,5	-12,6	-11,7	-12,1
Trancoso	47,5	47,6	52,4	52,5	-4,9	-5,4	-5,2
Vila Nova de Foz Côa	47,8	47,7	52,3	52,2	-4,5	-4,3	-4,4

Fonte: INE – Censos 1991, 2001

A população masculina nos dez anos em estudo aumentou ligeiramente em Portugal (5%). A tendência na maioria dos concelhos do Distrito da Guarda (em 12 dos 14 concelhos) foi de diminuição dos homens, confirmando a orientação do Distrito (-4,7%). O concelho que registou uma maior diminuição progressiva da população masculina foi o de Almeida (-17,2%), enquanto que Celorico da Beira teve um crescimento positivo da população masculina em 0,7%, que, como foi visto, correspondeu maioritariamente à faixa etária compreendida entre 15-64 anos.

**Gráfico 3 - Variação da população por sexo 1991-2001 (%)**



No caso das mulheres a tendência é rigorosamente a mesma que no caso da população masculina. A diminuição do número de mulheres na população residente no Distrito (-4,1%) aproxima-se muito dos valores mencionados no caso da população masculina. Os pólos antagónicos, novamente, são os concelhos de Guarda e Mêda, tendo o número das mulheres aumentado na Guarda 13,6% e diminuído na Mêda 16,3%. No caso do concelho de Pinhel é curioso notar que o número das mulheres diminuiu quase na mesma proporção que a dos homens.

As estimativas populacionais para 2006 são desde já um indicador da diminuição populacional face aos dados definitivos dos Censos de 2001 (INE, 2007), contudo espera-se que tal tendência venha a agravar-se nas próximas décadas. Assim, segundo as projecções populacionais para os anos que se seguem o declínio demográfico, já aqui identificado, parece reflectir números preocupantes. Se em 2000 o Índice de envelhecimento em Portugal era de 102,23%, em 2009 previa-se que atingisse 112,79%

e em 2050 cerca de 242,91% (INE, 2004). São estes dados que colocam um ponto de interrogação sobre a capacidade de projecção e aplicação das políticas a longo prazo bem como sobre a sustentabilidade económica e social.

### 3.1.2. Actividade económica

Uma outra variável importantíssima para a caracterização de um território é a actividade económica da população. A primeira observação flagrante que resulta dos indicadores estatísticos e consistente com a observação já feita sobre o envelhecimento e sobre a agricultura familiar é a de que a população do Distrito tem uma proporção de população inactiva elevadíssima (quase 60%) - um valor bem acima da média nacional (51%) - e crescente entre 1991 e 2001. Entre 1991 e 2001 registou-se um pequeno aumento na proporção de activos na população em idade activa, de 60,7% para 64,9% no Distrito.

É de facto muito comum notar esse aumento na maioria dos concelhos do Distrito, a população activa tendo aumentando apenas nos concelhos da Guarda e de Celorico da Beira e diminuindo nos restantes concelhos. Esta situação não deixa de levantar questões sérias sobre a sustentabilidade económica e social da região, bem como sobre o dinamismo e a iniciativa necessários para manter a sociedade local.

**Tabela 25 - População activa (variação 1991- 2001) (%)**

	HM	H	M
Portugal	13,5	6,1	24,0
DT Guarda	3,4	-5,6	17,9
Almeida	-19,9	-24,5	-12,7
Aguiar da Beira	-13,6	-21,0	0,2
Celorico da Beira	12,0	1,7	30,5
Figueira de Castelo Rodrigo	-2,9	-9,6	11,9
Fornos de Algodres	-9,8	-16,9	3,3
Gouveia	-3,3	-10,7	8,6
Guarda	33,1	19,3	52,6
Manteigas	-1,8	-6,3	5,0
Mêda	-18,6	-24,0	-8,6
Pinhel	-13,5	-12,0	-15,3
Sabugal	-17,1	-24,4	-4,2
Seia	3,5	-6,6	19,9
Trancoso	-1,4	-7,9	9,7
Vila Nova de Foz Côa	11,3	-2,0	43,9

Fonte: INE – Censos 1991, 2001

O défice ocupacional varia também em função do sexo: os homens são economicamente mais activos, mas a tendência é para uma diminuição mais acentuada da sua taxa de actividade do que no caso das mulheres, o que se explica pela desigual exposição dos sexos às saídas migratórias.

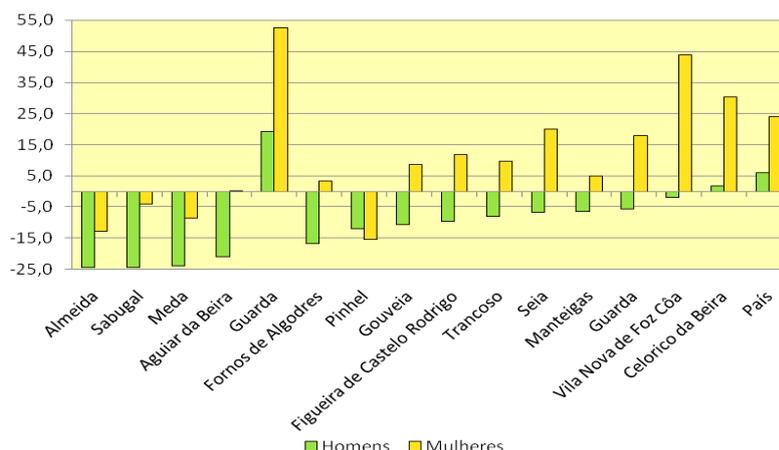
Por vezes as mulheres intensificam a sua actividade, em substituição dos homens, sempre que isso é compatível com os padrões de divisão de trabalho. Diferenças concelhias tornam mais complexos estes fenómenos. Os concelhos de Almeida (-24,5%), Sabugal (-24,4%) e Mêda (-24%) registaram a mais acentuada diminuição da população activa masculina e as mulheres activas evidenciam uma evolução no mesmo sentido. Já em sentido contrário, de aumento, a população activa feminina aumentou 52,6% na Guarda, Vila Nova de Foz Côa (43,9%) e Celorico da Beira (30,5%).

**Tabela 26 - População activa segundo o sexo (1991 – 2001) (%)**

	1991		2001	
	H	M	H	M
País	58,8	41,2	54,9	45,1
Guarda	61,9	38,1	56,5	43,5
Almeida	60,9	39,1	57,4	42,6
Aguiar da Beira	65,3	34,7	59,7	40,3
Celorico da Beira	64,2	35,8	58,3	41,7
Figueira de Castelo Rodrigo	68,9	31,1	64,1	35,9
Fornos de Algodres	64,8	35,2	59,7	40,3
Gouveia	61,6	38,4	56,9	43,1
Guarda	58,6	41,4	52,6	47,4
Manteigas	59,7	40,3	56,9	43,1
Mêda	65,2	34,8	60,9	39,1
Pinhel	56,7	43,3	57,6	42,4
Sabugal	63,9	36,1	58,2	41,8
Seia	61,7	38,3	55,7	44,3
Trancoso	62,9	37,1	58,7	41,3
Vila Nova de Foz Côa	71,0	29,0	62,5	37,5

Fonte: INE - Censos 1991, 2001

Sintetizando este ponto, observa-se que entre 1991 e 2001 as mulheres assumiram mais peso na vida activa dos concelhos, enquanto os homens foram perdendo peso percentual, indicador de alterações demográficas díspares entre os dois sexos.

**Gráfico 4 - População activa segundo o sexo (variação 1991 – 2001) (%)**

Quanto à *população inactiva* (reformados, estudantes, pessoas com menos de 15 anos, incapacitados, domésticos), dispendo apenas de dados referentes ao ano de 2001 não foi possível realizar as variações comparativas na década estudada, pelo que a análise cinge-se apenas ao ano indicado, de 2001. A primeira observação flagrante que resulta dos indicadores estatísticos é a de que a população do distrito tem uma proporção de população inactiva elevadíssima (quase 60%) - um valor bem acima da média nacional (51%) - e crescente entre 1991 e 2001. Em alguns concelhos - Sabugal, Mêda e Figueira do Castelo Rodrigo - a taxa de inactividade aproxima-se dos 70%.

**Tabela 27 - População inactiva (2001)**

	<b>Total população inactiva (N)</b>	<b>Total população residente (N)</b>	<b>População inactiva na população residente (%)</b>
Portugal	5 365 909	10 356 117	51,8
Distrito Guarda	108 183	179 961	60,1
Aguiar da Beira	4 086	6 247	65,4
Almeida	5 402	8 423	64,1
Celorico da Beira	5 461	8 875	61,5
Figueira de Castelo Rodrigo	4 725	7 158	66,0
Fornos de Algodres	3 535	5 629	62,8
Gouveia	10 209	16 122	63,3
Guarda	23 176	43 822	52,9
Manteigas	2 382	4 094	58,2
Mêda	4 138	6 239	66,3
Pinhel	6 436	10 954	58,8
Seia	16 227	28 144	57,7
Sabugal	10 041	14 871	67,5
Trancoso	6 887	10 889	63,3
Vila Nova de Foz Côa	5 478	8 494	64,5

Fonte: INE - Censos 2001

A avaliação não é animadora, conhece-se que a população activa é menor que a inactiva, igualmente que a população está a envelhecer e que os homens estão cada vez menos integrados no mercado de trabalho local, quer pela sua saída natural, através da reforma, quer pela saída opcional, através da mobilidade concelhia ou distrital. Na sua maioria os concelhos do Distrito da Guarda ultrapassam a média nacional no que respeita à população inactiva, invertendo o fenómeno no caso da população activa. Aproximando-se esta última dos 48% a nível nacional, sendo no Distrito de aproximadamente 40%, o concelho de Sabugal atinge os valores percentuais mais fracos (32,5%).

Sumariando aquilo que foi apurado até agora, a comparação abaixo entre as duas tipologias de população permite compreender as dinâmicas de actividade económica em cada um dos concelhos do Distrito da Guarda, revelando o peso da população inactiva na população residente (60,1%) e o peso da população activa (39,9%).

Relativamente à empregabilidade da população activa, o desemprego e o emprego de má qualidade são fenómenos associados que têm vindo a aumentar em todo o território nacional, incluindo o Distrito da Guarda. Na maior parte dos concelhos deste, diminuiu a população empregada, recaindo essa diminuição principalmente sobre os homens, sendo que em oito dos concelhos do Distrito as mulheres activas empregadas aumentaram ligeiramente. Não é um aumento muito significativo, mas quando ocorre é bastante elevado, como nos casos da Guarda (50%), Vila Nova de Foz Côa (42,1%) e Celorico da Beira (33,4%).

**Tabela 28 - População activa empregada total (1991-2001)**

	1991			2001			Variação 1991-2001		
	(N)			(N)			(%)		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Aguiar da Beira	2 459	1 614	845	1 977	1 234	743	-19,6	-23,5	-12,1
Almeida	3 638	2 240	1 398	2 785	1 650	1 135	-23,4	-26,3	-18,8
Celorico da Beira	2 881	1 904	977	3 206	1 903	1 303	11,3	-0,1	33,4
Fig. Castelo Rodrigo	2 364	1 684	680	2 293	1 515	778	-3,0	-10,0	14,4
Guarda	14 961	8 875	6 086	19 576	10 444	9 132	30,8	17,7	50,0
Manteigas	1 541	950	591	1 602	934	668	4,0	-1,7	13,0
Mêda	2 467	1 647	820	1 994	1 250	744	-19,2	-24,1	-9,3
Pinhel	5 043	2 901	2 142	4 367	2 547	1 820	-13,4	-12,2	-15,0
Sabugal	5 659	3 646	2 013	4 563	2 678	1 885	-19,4	-26,5	-6,4
Trancoso	3 922	2 492	1 430	3 789	2 265	1 524	-3,4	-9,1	6,6
Fornos de Algodres	2 223	1 469	754	1 935	1 210	725	-13,0	-17,6	-3,8
Gouveia	5 803	3 631	2 172	5 453	3 164	2 289	-6,0	-12,9	5,4
Seia	10 643	6 768	3 875	10 966	6 248	4 718	3,0	-7,7	21,8
V. Nova De Foz Côa	2 588	1 875	713	2 843	1 830	1 013	9,9	-2,4	42,1

Fonte: INE - Censos 1991, 2001

É manifesto o aumento da população activa empregada no concelho da Guarda (30,8%), efeito, em parte, dos fluxos migratórios da última década. Novamente, é o grupo das mulheres que se destaca no aumento da população activa empregada, confirmando a tendência descrita anteriormente.

E se o peso dos activos empregados é significativo na população total, quando calculado na população com idade activa, compreendida entre 15-64 anos, essa significância é reveladora de um aumento geral da população activa empregada no Distrito, como se verá adiante. Implícita na leitura dos dados apresentados até aqui, verifica-se que a população activa tem vindo a diminuir no mesmo sentido que a sua empregabilidade.

Aquilo que se observa pelos valores abaixo é que a taxa de actividade expressa pela proporção da população activa empregada no total da população em idade activa subiu ligeiramente nos concelhos do Distrito da Guarda entre 1991 e 2001. Na maioria dos casos quando esse fenómeno ocorre a razão é atribuída principalmente à maior participação feminina na vida activa através do emprego. Este indicador levanta a questão do aumento das pessoas activas empregadas nestes últimos anos ou a diminuição das actividades informais que deixaram de constituir um recurso corrente deixando lugar às actividades formais, pois quando comparamos as percentagens deste indicador com as da população activa as discrepâncias em alguns concelhos, nomeadamente Figueira de Castelo Rodrigo e Mêda, deixam dúvidas.

**Tabela 29 - População activa empregada na população em idade activa (1991-2001) (%)**

	1991			2001		
	HM	H	M	HM	H	M
DT GUARDA	57,9	74,9	41,8	60,9	71,6	50,6
Aguiar da Beira	63,0	84,8	42,3	52,7	67,4	38,7
Almeida	58,0	71,7	44,4	55,8	66,4	45,3
Celorico da Beira	56,7	77,6	37,2	60,2	71,8	48,6
Figueira Castelo Rodrigo	49,9	73,0	28,0	55,6	72,9	38,0
Fornos de Algodres	60,8	81,8	40,6	58,5	68,5	48,4
Gouveia	55,7	71,3	40,7	60,0	69,5	50,8
Guarda	60,7	74,4	47,9	58,0	73,1	43,2
Manteigas	54,9	69,3	41,1	57,1	68,4	46,5
Mêda	55,6	76,5	35,9	67,9	74,6	61,5
Pinhel	64,3	75,8	53,3	61,4	71,7	51,1
Sabugal	60,2	79,7	41,7	55,4	71,0	40,4
Seia	55,9	72,8	39,8	58,6	72,3	45,6
Trancoso	58,0	76,8	40,7	64,6	75,6	53,6
Vila Nova de Foz Côa	48,6	71,9	26,3	55,6	73,1	38,8

Fonte: INE -Censos 1991, 2001

Enquanto oposto da actividade económica empregada, o desemprego é a situação em que o trabalhador se encontra involuntariamente sem exercer uma actividade económica remunerada, valorizada socialmente e com consequências psicológicas acentuadas, particularmente no caso de um desemprego prolongado. Entre os trabalhadores portugueses mais afectados pelo desemprego e que encontram sérias dificuldades em reintegrar o mercado de trabalho encontram-se os trabalhadores das faixas etárias mais avançadas.

**Tabela 30 - Desemprego registado segundo o escalão de idade no Distrito da Guarda (Janeiro 2004-Janeiro 2008) (%)**

	2004	2005	2006	2007	2008
< 25 anos	21,3	17,3	16,8	14,2	17,1
25-34 anos	24,8	25,6	24,3	25,0	23,8
35-54 anos	39,7	40,6	43,1	43,4	41,5
55 e mais	14,2	16,5	15,9	17,2	17,3

Fonte: IEFP – Estatísticas mensais (2004-2008)

Assim, nota-se no distrito uma certa proporcionalidade na distribuição do desemprego entre os vários grupos etários ao longo dos anos apresentados. O grupo mais afectado pelo desemprego é maioritariamente o dos trabalhadores com idades entre 35-54 anos, e o grupo com idades entre 25-34 anos, que registam uma tendência para aumento. Entre os jovens, o desemprego, apesar de atingir valores aproximados dos do grupo com mais de 55 anos, veio afirmar uma diminuição. A variação do desemprego em função do sexo é muito acentuada tanto no grupo masculino dos desempregados como no feminino, regista-se uma variação entre os desempregados de ambos os sexos menor em 2004 e com tendência de aumentos de desemprego até 2008.

A duração do desemprego é outra variável importante, uma vez que se sabe que a probabilidade de encontrar novo emprego diminui com o tempo em que se permanece nessa situação. Num olhar fulgurante entre 2004 e 2008 prevalecia o desemprego de curta duração (menos de um ano).

A tendência entre os desempregados de longa duração, no período compreendido entre 2004 e 2008, foi no sentido da redução, ainda que em 2006 se tenham registado valores superiores nos concelhos de Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo e Guarda. Seia e Manteigas são, no entanto, os concelhos onde o desemprego de longa duração atinge valores superiores aos 40 pontos percentuais em 2008, como se pode verificar abaixo.

**Tabela 31 - Desemprego registado por tempo de inscrição  
(< 1 ano e 1 ano ou mais) (Janeiro 2004, 2006, 2008) (%)**

	2004		2006		2008	
	(<1 ano)	(1 ano ou +)	(<1ano)	(1 ano ou +)	(<1ano)	(1 ano ou +)
Aguiar da Beira	57,2	42,8	72,2	27,8	75,9	24,1
Almeida	60,7	39,3	77,4	22,6	65,6	34,4
Celorico da Beira	61,2	38,8	57,0	43,0	65,5	34,5
Figueira de Castelo Rodrigo	63,9	36,1	60,7	39,3	73,1	26,9
Fornos de Algodres	65,0	35,0	71,5	28,5	59,5	37,2
Gouveia	66,1	33,9	70,0	30,0	65,6	34,4
Guarda	67,1	32,9	61,7	38,3	67,4	32,6
Manteigas	67,7	32,3	64,6	35,4	52,4	47,6
Mêda	71,1	28,9	75,4	24,6	76,9	23,1
Pinhel	74,8	25,2	81,1	18,9	65,4	34,6
Sabugal	76,5	23,5	72,0	28,0	72,0	28,0
Seia	78,4	21,6	80,4	19,6	59,3	40,7
Trancoso	84,1	15,9	86,3	13,7	76,0	24,0
Vila Nova de Foz Côa	84,8	15,2	83,2	16,8	65,8	34,2

Fonte: IEF - Estatísticas mensais (2004, 2006, 2008)

Na repartição das situações entre desempregados à procura do primeiro emprego ou à procura de novo emprego, os valores distritais claramente revelam a preponderância da procura de um novo emprego. Tendo em conta a idade, os grupos etários mais afectados por este tipo de desemprego são os superiores a 35 anos. A procura do primeiro emprego revela, no entanto, uma ligeira tendência de aumento no período intercalar.

**Tabela 32 - Desemprego registado por situação face a procura de emprego  
(Janeiro 2004, 2006, 2008) (%)**

	2004		2006		2008	
	1º Emprego	Novo Emprego	1º Emprego	Novo Emprego	1º Emprego	Novo Emprego
Aguiar da Beira	15,3	84,7	15,2	84,8	12,3	87,7
Almeida	9,2	90,8	9,3	90,7	16,2	83,8
Celorico da Beira	15,4	84,6	11,6	88,4	9,3	90,7
Figueira de Castelo Rodrigo	14,6	85,4	8,3	91,7	20,0	80,0
Fornos de Algodres	12,9	87,1	10,9	89,1	10,7	89,3
Gouveia	11,3	88,7	13,3	86,7	13,7	86,3
Guarda	10,0	90,0	9,6	90,4	11,0	89,0
Manteigas	8,1	91,9	6,0	94,0	7,2	92,8
Mêda	15,7	84,3	5,9	94,1	25,6	74,4
Pinhel	8,7	91,3	9,5	90,5	10,9	89,1
Sabugal	16,3	83,8	14,9	85,1	10,9	89,1
Seia	11,3	88,7	9,4	90,6	13,4	86,6
Trancoso	12,8	87,2	8,1	91,9	22,8	77,2
Vila Nova de Foz Côa	14,4	85,6	23,0	77,0	21,6	78,4

Fonte: IEF - Estatísticas mensais (2004, 2006, 2008)

Analisada esta variável à escala municipal, verifica-se que o número de desempregados à procura do primeiro emprego aumentou em 2008 em nove concelhos face ao ano de 2004. Chama-se especial atenção dos valores registados em 2008 pelo concelho de Mêda, onde o número de desempregados à procura do primeiro emprego aumentou de 15% para 25%. Relativamente aos desempregados à procura de um novo emprego destaca-se o aumento dos inscritos na maioria dos concelhos entre 2004 e 2008, sendo o concelho de Mêda aquele que apresenta as percentagens mais elevadas em 2006 (94% dos inscritos), tendo, surpreendentemente, diminuído para valores inferiores aos de 2004. O desemprego atinge igualmente as pessoas menos escolarizadas. Os dados mais recentes, de 2008, mostram uma diferente incidência do desemprego conforme o grau de escolaridade dos desempregados inscritos no IEFP.

**Tabela 33 - Desemprego registado por nível de escolaridade (Janeiro 2008) (%)**

	Nenhum	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Superior
Aguiar da Beira	9,2	42,1	19,5	10,8	11,3	7,2
Almeida	5,8	22,7	20,1	22,7	18,2	10,4
Celorico da Beira	7,1	35,6	14,6	18,9	14,6	9,3
Figueira de Castelo Rodrigo	9,2	24,6	20,0	17,7	12,3	16,2
Fornos de Algodres	7,4	39,7	14,0	19,8	12,8	6,2
Gouveia	5,6	38,5	17,0	16,1	14,9	7,9
Guarda	4,2	23,6	12,1	26,2	17,7	16,2
Manteigas	4,4	49,2	12,4	19,6	7,2	7,2
Mêda	4,3	20,5	19,7	27,4	16,2	12,0
Pinhel	3,1	28,2	10,9	37,4	12,0	8,4
Sabugal	8,0	22,5	15,3	26,9	15,6	11,6
Seia	6,5	40,1	15,3	15,2	14,2	8,8
Trancoso	4,2	24,6	13,2	21,6	22,8	13,8
Vila Nova de Foz Côa	6,8	28,4	23,9	18,9	14,4	7,7

Fonte: IEFP - Estatísticas mensais 2008

Teste decisivo da importância da escolaridade na integração no mercado de trabalho é a posição dos desempregados sem escolaridade mínima obrigatória, cujos valores percentuais duplicam relativamente aos desempregados com escolaridade mais avançada (secundário e superior). O único concelho que consegue responder de forma mais equilibrada é o da Guarda, que regista valores similares em todas as categorias, tendo também uma oferta de empregabilidade maior. Evidentemente, os trabalhadores desempregados sem qualquer nível de ensino estão em menor número, facto confirmado pela taxa de analfabetismo e pela sua incidência na população mais idosa, já inactiva.

Para terminar este ponto, importa mencionar ainda uma outra variável, que dá conta da capacidade de resposta dos Centros de Emprego face ao número de inscritos em cada ano, trata-se do número de colocações. Nesse sentido, entre 2004 e 2008, pode verificar-se que é manifesta a diminuição do número de colocações na maioria dos concelhos.

**Tabela 34 - Colocações efectuadas no total de desempregados inscritos (Janeiro 2004, 2006, 2008) (%)**

	2004	2006	2008
DT Guarda	20,2	14,2	17,4
Almeida	12,5	14,6	14,3
Aguiar da Beira	10,7	8,7	6,9
Celorico da Beira	12,2	25,9	6,3
Figueira de Castelo Rodrigo	24,3	12,1	0,0
Fornos de Algodres	13,6	13,3	40,9
Gouveia	5,5	15,1	33,3
Guarda	18,4	7,5	7,5
Manteigas	24,0	9,7	3,3
Mêda	41,7	6,7	12,5
Pinhel	58,1	9,3	14,9
Sabugal	17,9	17,8	12,5
Seia	16,3	15,9	41,9
Trancoso	12,5	28,3	8,7
Vila Nova de Foz Côa	15,2	14,3	10,0

Fonte: IEFP - Estatísticas mensais (2004, 2006, 2008)

Verifica-se, portanto, que apesar das colocações dependerem da oferta de emprego existente, houve no Distrito da Guarda um decréscimo das ofertas de emprego em relação à procura dos desempregados. Em 2008, nos concelhos de Figueira Castelo Rodrigo, Manteigas, Mêda e Pinhel diminuíram mais de metade relativamente aos valores registados em 2004, enquanto que em Trancoso e Celorico da Beira houve um aumento superior a 100% em 2006, apesar de em 2008 ter baixado o número de colocações. Os concelhos que tem tido maior número de colocações no mercado de trabalho e registaram uma tendência positiva são Fornos de Algodres, Gouveia e Seia. Esta é de facto uma tendência generalizada entre os concelhos do Distrito, tendo em 2005 o número de colocações atingindo níveis muito variáveis.

As razões destas discrepâncias em termos concelhios, podendo advir de diferentes factores, precisam de ser apuradas numa análise mais fina

### 3.1.3. Escolaridade

Finalmente e antes de passar à segunda parte deste capítulo, apresenta-se um conjunto de indicadores de escolaridade como um factor importante nos processos de desenvolvimento e um elemento a ter em conta na dotação das infra-estruturas e na avaliação do capital humano.

Um deles é a taxa de cobertura da rede pública do Ensino Básico. Este indicador refere-se aos estabelecimentos de ensino básico da rede pública de pequena dimensão (com um ou dois professores)<sup>15</sup>. Os seus valores mostram como característica dominante o facto de a maior parte dos concelhos registarem valores superiores à média nacional, revelando a existência de uma elevada percentagem de pequenas escolas no território local. Os concelhos que apresentam valores superiores à média nacional são claramente maioritários, sendo significativo o número de concelhos onde este tipo de estabelecimentos assume uma importância relativa superior a 80%. Os casos que atingem valores inferiores são os concelhos de Guarda, Gouveia e Seia, enquanto que Vila Nova de Foz Côa, Trancoso e Sabugal são os concelhos com maior cobertura de ensino básico com estabelecimentos de pequena dimensão.

**Tabela 35 - Taxa de cobertura da rede pública  
Ensino Básico 1 e 2 professores 2001/2002 (%)**

Aguiar da Beira	81,8
Almeida	85,7
Celorico da Beira	92,3
Figueira de Castelo Rodrigo	81,3
Fornos de Algodres	88,9
Gouveia	65,2
Guarda	76,3
Manteigas	50,0
Mêda	90,0
Pinhel	87,9
Sabugal	92,3
Seia	72,0
Trancoso	91,9
Vila Nova de Foz Côa	95,0

Fonte: GIASE (2001) - Ministério da Educação

<sup>15</sup> Os seus valores coincidem em grande parte com os do indicador “Estabelecimentos com menos de 6 alunos”

Ao completar este indicador, a taxa de cobertura rede pública, Ensino Básico, nos Estabelecimentos com menos de 6 alunos evidencia igualmente como característica dominante o facto de a maior parte dos concelhos apresentarem valores inferiores à média nacional, dando indicação da limitada dimensão geográfica das regiões onde é expressiva a existência de escolas com um número de alunos muito reduzido.

No caso do Distrito de Guarda a rarefacção demográfica, o envelhecimento progressivo das populações, as fracas acessibilidades inter e intra-concelhias são factores que podem explicar esta realidade representada pelos concelhos que atingem maior percentagem da taxa de estabelecimentos com menos de 6 alunos, como por exemplo Almeida (61,9%), Mêda e Pinhel (60%), Figueira de Castelo Rodrigo (50%), Sabugal (46,2%) e Trancoso (48,6%).

**Tabela 36 - Taxa de cobertura da rede pública  
Ensino Básico com menos de 6 alunos 2001/2002 (%)**

Aguiar da Beira	22,7
Almeida	61,9
Celorico da Beira	23,1
Figueira de Castelo Rodrigo	50,0
Fornos de Algodres	27,8
Gouveia	4,3
Guarda	26,3
Manteigas	0,0
Mêda	60,0
Pinhel	60,6
Sabugal	46,2
Seia	16,0
Trancoso	48,6
Vila Nova de Foz Côa	30,0

Fonte: GIASE (2001) - Ministério da Educação

Outro indicador de escolaridade é a taxa de cobertura da Rede Pública, Ensino Básico, por estabelecimentos com mais de 99 alunos. A maior parte dos concelhos apresentam valores inferiores à média nacional, revelando um reduzido número de concelhos com muitas escolas com mais de 99 alunos. Estes concelhos que atingem percentagens mais elevadas apresentam um carácter eminentemente urbano, concentrando-se nos núcleos concelhios de Manteigas, Guarda, Figueira de Castelo Rodrigo e Fornos de Algodres.

**Tabela 37 - Taxa de cobertura da rede pública  
Ensino Básico com mais de 99 alunos (2001/2002) (%)**

Aguiar da Beira	0,0
Almeida	0,0
Celorico da Beira	3,8
Figueira de Castelo Rodrigo	6,3
Fornos de Algodres	5,6
Gouveia	0,0
Guarda	6,6
Manteigas	25,0
Mêda	5,0
Pinhel	3,0
Sabugal	2,6
Seia	4,0
Trancoso	2,7
Vila Nova de Foz Côa	5,0

Fonte: GIASE (2001) - Ministério da Educação

O peso da população com escolaridade obrigatória é um outro indicador de escolaridade. Segundo a tabela seguinte observa-se uma clara tendência de aumento da população com esse nível de escolaridade, no entanto verifica-se, de forma singular e preocupante, uma diminuição acentuada no concelho de Seia (-13,8%) e ligeira no concelho de Almeida (-1,1%).

**Tabela 38 - População com escolaridade até ao 3º Ciclo Nível básico (1991-2001)**

	1991			2001			Varição
	(N)			(N)			1991-2001
	HM	H	M	HM	H	M	(%)
Aguiar da Beira	4 566	2 315	2 251	5 488	2 669	2 819	20,2%
Almeida	6 936	3 551	3 385	6 863	3 305	3 558	-1,1%
Celorico da Beira	6 049	3 083	2 966	7 453	3 618	3 835	23,2%
Figueira de Castelo Rodrigo	5 848	2 814	3 034	6 090	2 937	3 153	4,1%
Fornos de Algodres	4 258	2 181	2 077	4 812	2 336	2 476	13,0%
Gouveia	12 545	6 327	6 218	13 219	6 220	6 999	5,4%
Guarda	25 430	12 787	12 643	30 800	15 030	15 770	21,1%
Manteigas	3 210	1 622	1 588	3 400	1 618	1 782	5,9%
Mêda	5 249	2 591	2 658	5 380	2 583	2 797	2,5%
Pinhel	8 939	4 503	4 436	9 301	4 515	4 786	4,1%
Sabugal	10 909	5 677	5 232	12 705	5 950	6 755	16,5%
Seia	22 196	11 300	10 896	19 127	9 705	9 422	-13,8%
Trancoso	7 595	3 796	3 799	9 093	4 411	4 682	19,7%
Vila Nova de Foz Côa	6 028	3 056	2 972	7 067	3 394	3 673	17,2%

Fonte : INE – Censos 1991 e 2001

A leitura que se atribui a estes valores é entendida pela diminuição geral da população, Almeida registando uma baixa significativa na ordem dos 16%, com particular incidência na sua população jovem, sendo o segundo concelho onde mais diminuiu no conjunto do Distrito<sup>16</sup>.

A par destes indicadores torna-se fundamental acrescentar aqui um último, que explica a evolução histórica do papel da escolarização e das actuais tendências. Trata-se da taxa de analfabetismo. A idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever é convencionalmente fixada nos 10 anos de idade, idade correspondente à conclusão do ensino básico primário. Em Portugal a taxa de analfabetismo é relativamente elevada, cerca de 9% em 2001 (INE, 2001), tendo em conta, por exemplo, os padrões dos outros países membros da União Europeia. É certo que ela tem vindo a diminuir progressivamente, mas mantém níveis preocupantes sobretudo em algumas regiões e em determinadas categorias da população, como os idosos. Com efeito, é precisamente nas idades acima dos 65 anos que as percentagens de indivíduos sem qualquer nível de ensino são mais elevadas como se pode comprovar abaixo. Nos grupos etários mais jovens os valores são insignificantes. Ora, enquanto que em 1991, o número de pessoas menores de 15 anos era cerca de uma vez e meia superior ao número de pessoas maiores de 65, em 2001, a situação inverteu-se: o número de idosos ultrapassou o número de jovens e, com isso, retardou-se o processo de erradicação do analfabetismo.

O envelhecimento da população, os baixos índices de fecundidade e de mortalidade, os progressos na escolaridade das gerações mais jovens, constitui factores de declínio das taxas.

**Tabela 39 - Percentagem de indivíduos sem qualquer nível de ensino por grupos etários e por sexo (Portugal) (2001) (%)**

h	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75+
	anos	anos									
<b>HM</b>	1,0	1,4	1,5	1,8	2,3	2,9	6,0	18,7	25,8	31,2	42,2
<b>H</b>	1,1	1,5	1,7	1,9	2,1	2,5	4,3	13,1	18,8	23,4	31,5
<b>M</b>	0,9	1,2	1,4	1,8	2,4	3,4	7,6	23,5	31,6	37,2	48,7

Fonte: INE Censos 2001

<sup>16</sup> O concelho onde a população jovem mais diminuiu é o de Mêda (42%), Almeida situando-se no segundo lugar (41,1%)

Uma vez que o fenómeno do envelhecimento reforça o peso dos grupos etários menos instruídos da população (os mais velhos, e dentro deste grupo, as mulheres), os progressos na educação, por mais importantes que tenham sido na última década, não se reflectem com a mesma intensidade nos indicadores globais de educação, como é o caso da taxa de analfabetismo.

Em termos estatísticos a taxa de analfabetismo no distrito da Guarda baixou para os 14% entre 1991-2001. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE)<sup>17</sup> a taxa de analfabetismo em Portugal baixou para os 9%, sendo que hoje praticamente todas as pessoas têm acesso ao ensino. Todavia, o acesso ao ensino não é semelhante em todo o território nacional, e como veremos o distrito de Guarda faz testemunho disso. Se por um lado alguns concelhos em pouco ou nada evoluíram, outros registam decréscimos significativos, embora as taxas continuem maioritariamente próximas dos 15%. Fornos de Algodres é o município que viu baixar mais significativamente os níveis de analfabetismo<sup>18</sup>.

Na população alvo do nosso estudo este indicador, que diz respeito ao nível de analfabetismo não constitui um problema de fundo, como irá ser descrito adiante. De facto, os valores do INE sobre a taxa referenciada tomam em conta uma população muito vasta. Antecipando alguns dados relativos ao peso da população jovem com 15-24 anos na população total (em 2001 era 13% no distrito da Guarda) alerta-se novamente para o fenómeno do envelhecimento. Contando com estes dois contextos o analfabetismo é mais uma realidade aplicável a faixas etárias mais avançadas e não às mais jovens.

No decurso de uma década a taxa de analfabetismo conheceu uma diminuição percentual na ordem dos 6%, duas vezes maior que os resultados alcançados pela população nacional, mas este fenómeno deve-se em parte às alterações demográficas assinaladas.

---

<sup>17</sup> Uma das questões metodológicas que se impõe esclarecer aqui tem a ver com a formula de cálculo da taxa de analfabetismo utilizada pelo INE. O INE define taxa de analfabetismo tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Essa idade corresponde aos 10 anos de idade, equivalente à conclusão do ensino básico primário. A fórmula de cálculo utilizada pelo INE e pelo presente estudo para encontrar os valores foi: Taxa de Analfabetismo = População com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever / População com 10 ou mais anos.

<sup>18</sup> Esta redução se deve ao investimento da autarquia no pré-escolar, cujo concelho está coberto a cem por cento, e nas escolas do 1º Ciclo. Algumas Câmaras Municipais (como por exemplo a Câmara de Fornos de Algodres, Seia etc.) disponibilizam táxis para transportar as crianças que vivem em quintas e anexas afastadas permitindo-lhes o acesso facilitado à escolaridade primária e a integração social desde os três anos de idade. São simples exemplos de boas práticas reveladores de uma preocupação camarária no que concerne a educação e o acesso à ela.

**Tabela 40 - Taxa analfabetismo em 1991 e 2001 (%)**

	Variação		
	1991	2001	1991-2001
PT	11,0	8,6	-2,4
DT Guarda	17,7	13,8	-4,0
Aguiar da Beira	24,0	20,6	-3,5
Almeida	14,8	14,1	-0,7
Celorico da Beira	21,6	17,1	-4,5
Figueira de Castelo Rodrigo	16,2	14,9	-1,3
Fornos de Algodres	22,0	14,9	-7,1
Gouveia	16,5	12,6	-3,9
Guarda	13,7	9,6	-4,1
Manteigas	13,4	12,4	-1,0
Mêda	19,6	17,8	-1,8
Pinhel	18,2	15,3	-2,9
Sabugal	26,3	21,1	-5,1
Seia	14,1	10,7	-3,4
Trancoso	21,8	16,5	-5,3
Vila Nova de Foz Côa	21,1	15,8	-5,3

Fonte: INE – Censos 1991, 2001

Em 1991 os concelhos com as taxas de analfabetismo mais elevadas, acima dos 20% eram Aguiar da Beira (24%), Fornos de Algodres (22%) e Trancoso (21,8%) liderados por Sabugal (26,3%). Em 2001 Sabugal (21,1%) e Aguiar da Beira (20,6%), apesar de terem diminuído significativamente a sua taxa de analfabetismo, continuavam a liderar a tabela. A esses junta-se Mêda (17,8%) e Trancoso (16,5%), denunciando Fornos de Algodres como exemplo de diminuição da sua taxa na ordem de 7 pontos percentuais.

O concelho onde a taxa de analfabetismo não atinge valores muito significativos é o da Guarda, que tanto em 1991 como em 2001 situava-se na melhor posição. A diminuição da referida taxa nos concelhos de Fornos de Algodres (-7,1%) e Vila Nova de Foz Côa, sendo também os concelhos onde a população idosa, sem níveis de ensino, aumentou menos. Contudo, em 2001 a taxa de analfabetismo ultrapassava quer a média nacional (8,6%) quer distrital (13,8%). Em dez concelhos do distrito da Guarda mais de 13% da população residente era analfabeta, dados que revelam uma preocupante realidade generalizada e duradoura há já vários anos que necessita de uma maior intervenção local.

Por fim, observa-se que unicamente um concelho, Fornos de Algodres, conseguiu diminuir a taxa de analfabetismo de forma significativa porque também é neste concelho onde a população preponderantemente idosa e sobre qual incide o analfabetismo menos aumentou. Manteigas e Figueira de Castelo Rodrigo, situados numa posição

intermédia quanto à variação demográfica são os concelhos que menos baixaram a taxa de analfabetismo. Contudo Almeida é simultaneamente o concelho onde população idosa mais aumentou daí a sua taxa de analfabetismo não ter diminuído na década referida.

A acrescentar ao que foi referido a taxa de abandono escolar é um outro indicador de escolaridade dado pelo número de indivíduos com 10-15 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola. A preocupação com a taxa de abandono escolar tem vindo a mobilizar a comunidade escolar e profissional sendo reforçado o dramatismo da situação dos jovens com idade inferior a 24 anos e com o ensino secundário incompleto que precisam ser recuperados pelo sistema de ensino.

No Distrito da Guarda, a taxa de abandono escolar é mais elevada nos concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo (7,1%), Fornos de Algodres (4,8%) e Aguiar da Beira (4,6%) onde também se verifica também um início mais precoce da actividade económica, como se pode observar adiante. Parece clara a correlação entre o início da actividade económica e o abandono escolar

**Tabela 41 - Taxa de abandono escolar 2001 (%)**

Portugal	2,7
Aguiar da Beira	4,6
Almeida	1,3
Celorico da Beira	2,7
Figueira de Castelo Rodrigo	7,1
Fornos de Algodres	4,8
Gouveia	2,9
Guarda	1,8
Manteigas	1,3
Mêda	4,4
Pinhel	3,1
Sabugal	2,4
Seia	1,6
Trancoso	3,3
Vila Nova de Foz Côa	3,4

Fonte: GIASE (2001) - Ministério da Educação

Contudo, a taxa de abandono no Interior não atinge valores muito elevados quando comparada com a do Litoral e uma das possíveis considerações causais para a taxa de abandono escolar ser referenciada como mais elevada no Litoral que no Interior tem a ver com as oportunidades de emprego, isto é, enquanto que no Interior o

abandono<sup>19</sup> não é tão significativo dadas as fracas oportunidades de emprego, no Litoral essa situação não acontece com tanta frequência.

O índice de aproveitamento do Ensino Secundário é outro dos indicadores escolares e refere-se aos alunos que nos 10º e 11º anos obtêm classificação igual ou superior a 10 valores em todas as disciplinas correspondentes ao curso frequentado ou em todas menos duas e os que concluem o 12º ano. Os concelhos de Guarda revelam a existência de valores acima dos 50%, o concelho de Seia (68,1%) atingindo valores semelhantes à média nacional. Aguiar da Beira (49%) e Celorico da Beira (47,3%) são os concelhos onde os alunos registam menor aproveitamento do secundário.

**Tabela 42 - Taxa de Aproveitamento no Ensino Secundário 1999-2000 (%)**

Portugal	66,2 <sup>20</sup>
Aguiar da Beira	49,0
Almeida	64,2
Celorico da Beira	47,3
Figueira de Castelo Rodrigo	58,9
Fornos de Algodres	65,1
Gouveia	58,9
Guarda	66,1
Manteigas	67,2
Mêda	60,7
Pinhel	58,4
Sabugal	63,5
Seia	68,1
Trancoso	52,8
Vila Nova de Foz Côa	57,0

Fonte: GIASE (2001) - Ministério da Educação

Por fim, e enquanto indicador de escolaridade, a retenção escolar corresponde à percentagem dos efectivos escolares que permaneciam, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no ensino básico (1º, 2º e 3º ciclos), em relação à totalidade de alunos que iniciaram esse mesmo ensino. Este indicador atingia aproximadamente 12% em 2000. É de facto preocupante saber que no Distrito de Guarda a maioria dos concelhos registam percentagens elevadas de retenção. Destaca-se aqui novamente Fornos de Algodres (20,4%) e Figueira de Castelo Rodrigo (18,4%) como os concelhos que atingem os valores mais elevados, por outro lado Guarda (9%) e Manteigas (8%) apresentam os valores mais baixos.

<sup>19</sup> O que se revela no Interior significativamente negativo ao nível dos indicadores de escolaridade é a retenção escolar e o insucesso escolar, o abandono não é o indicador que mais se destaca, apesar de oitos dos concelhos estarem acima da média nacional (2,7%)

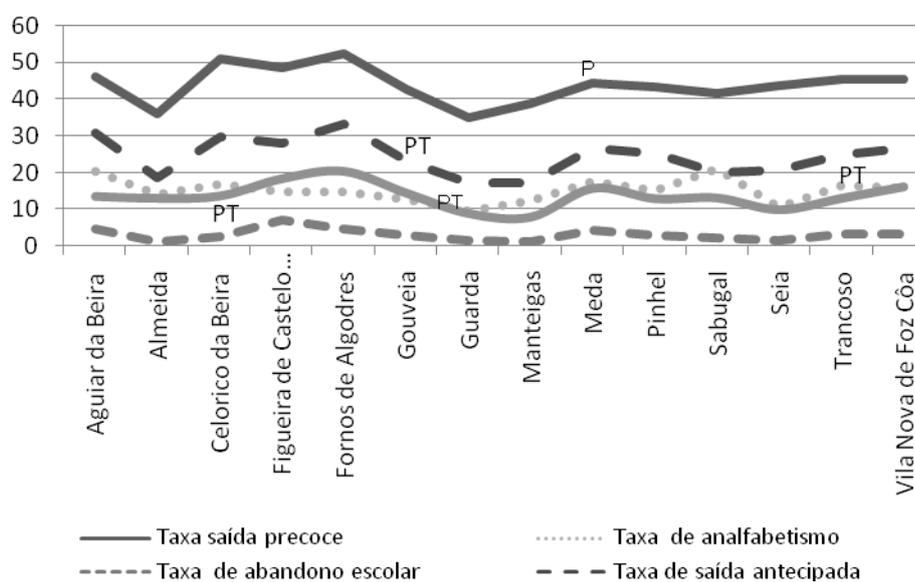
<sup>20</sup> O valor diz respeito ao aproveitamento escolar 2003/2004

**Tabela 43 - Taxa de retenção no ensino básico 2000 (%)**

Portugal	12,0 <sup>21</sup>
Aguiar da Beira	13,6
Almeida	13,1
Celorico da Beira	13,7
Figueira de Castelo Rodrigo	18,4
Fornos de Algodres	20,4
Gouveia	14,5
Guarda	9,0
Manteigas	8,0
Mêda	15,8
Pinhel	13,0
Sabugal	13,2
Seia	10,0
Trancoso	13,1
Vila Nova de Foz Côa	16,2

Fonte: GIASE (2001) - Ministério da Educação

O gráfico abaixo procura resumir alguns dos indicadores de sucesso educacional e permite destacar os pólos favoráveis dos concelhos de Almeida, Guarda e Manteigas e os pólos desfavoráveis dos concelhos de Aguiar da Beira, Celorico da Beira e Fornos de Algodres

**Gráfico 1 – Indicadores de educação no Distrito da Guarda (2000/2001) (%)**

A escolarização, com relevo para os aspectos do abandono e analfabetismo, como já se referiu várias vezes, constitui um dos problemas de fundo do reordenamento do sistema escolar.

<sup>21</sup> A taxa de retenção no ensino básico era em 2003/2004 de 12,0%

Nesse sentido procura-se avaliar as tendências do sistema de ensino em se adaptar às necessidades dos seus beneficiários perspectivando a sua evolução. Contudo, a avaliação dos números não resolve os problemas, poderá, no entanto, ajudar à sua solução.

Rematando, é evidente que os valores dos indicadores de escolaridade não estão muito longe das médias nacionais, mas quase sempre superiores, o que revela uma premente necessidade de intervenção em alguns dos concelhos. A diminuição da população escolar é uma tendência já registada na última década e que se manterá nos próximos anos. O ensino secundário parece ser o nível mais afectado, tornando-se urgente reforçar as medidas de combate ao insucesso escolar e à saída precoce do sistema educativo. As melhorias registadas no abandono escolar durante a escolaridade obrigatória não escondem todavia um problema que o sustenta: o insucesso. É nessa linha que se procurou afinar a pesquisa e observar de que forma a correlação entre as aspirações dos jovens a respeito da componente prática do ensino e da sua orientação perante o mercado de trabalho se espelha na reforma do ensino.

Não existem boas soluções para problemas mal formulados, daí que se tenha tornado necessário primeiro computar os dados estatísticos e depois entender as dinâmicas. As razões dos desvios nos diferentes indicadores podem ser diversas, desde logo a maior ou menor facilidade de ingressar cedo no mercado de trabalho, mas apenas uma análise intensiva das decisões dos jovens de abandonar a escola em função dos projectos pessoais pode servir para esclarecer este ponto. Outra das razões prende-se com as fraquezas e as forças do próprio Distrito capazes de orientar as decisões dos jovens para o futuro, como se verifica adiante.

### **3.2. O Distrito da Guarda visto de dentro: forças e fraquezas**

A interioridade está associada à condição marginal de certos territórios em termos económicos, desde logo, mas também em termos sociais, culturais e políticos. Os factores que contribuem para a marginalidade nem sempre são aparentes, facilmente visíveis e identificáveis e, por isso, as pessoas que vivem nesses territórios percebem apenas um número limitado desses factores. Ora isto é muito relevante para a análise tanto das representações como das decisões sobre o ficar e o partir.

Na sequência dos indicadores estatísticos apresentados acima esta segunda parte do capítulo é completada com os argumentos dos actores-chave<sup>22</sup> relativamente às forças e às fraquezas do Distrito da Guarda e, de algum modo, as suas representações sociais sobre a atractividade ou a repulsividade do território, sobre as suas potências e debilidades<sup>23</sup>. Bem colocados na vida social do Distrito, pelos cargos que ocupam, supõe-se que estes actores representam a informação mais completa e o conhecimento mais aprofundado sobre o território e sobre as políticas aplicadas ao nível do território.

Os argumentos recolhidos são agrupados em dois grandes tópicos: o do território enquanto entidade geográfica e o do território enquanto suporte de actividade económica.

### 3.2.1. Território enquanto entidade geográfica

Neste ponto concentram-se os argumentos sobre a localização, acessibilidades, distância, desertificação e êxodo rural. Como se irá verificar ao longo deste ponto, os argumentos são muitas vezes contraditórios. É o caso, desde logo, daqueles em torno da localização geográfica. O argumento mais forte é de carácter negativo: a distância elevada relativamente aos eixos mais dinâmicos da economia e de decisão política entram o investimento e retardam as iniciativas. Mas existem argumentos positivos que são frequentemente invocados, como é o caso do da qualidade de vida:

*[As] cidades médias conseguem dar melhor qualidade de vida que às cidades grandes (...) onde há áreas de grande desequilíbrio nas grandes cidades é ao nível do mercado de trabalho, aí há grande dificuldade*

*Vereador da Câmara Municipal B*

Retomando o factor localização/acessibilidades, os entrevistados reconhecem os problemas mas também as mudanças havidas:

*Guarda agora com as auto-estradas abriu um bocado... também para as pessoas se deslocarem também um bocado fora daqui, mas Guarda e não deixa de ser Interior.*

*Associação sindical A*

*O ponto fraco acho que são as acessibilidades (...) se as ligações a sul estão muito facilitadas, as ligações à Guarda nem por isso, temos defendido com a Câmara da Guarda um acesso privilegiado para a fronteira da Guarda à Serra da Estrela. As acessibilidades continuam, na nossa óptica, insuficientes.*

*Presidente da Câmara Municipal F*

<sup>22</sup> Como referido no capítulo sobre a metodologia os actores chave correspondem à entidades/instituições locais como os vereadores de juventude das Câmaras municipais, presidentes de associações patronais, presidentes de associações sindicais, presidentes de associações juvenis e presidentes de associações de desenvolvimento local.

<sup>23</sup> As representações dos jovens sobre o território e sobre o ficar ou partir serão apresentadas e debatidas no capítulo seguinte.

Pode-se dizer, como o fez um dos entrevistados, que “a localização geográfica é estratégica e pode ser entendida como estratégica”. Assim, muitos decisores locais fazem das fraquezas forças e aproveitam o facto de o território do seu concelho ser um ponto intermédio de passagem, de ligação com a fronteira para desenvolver relações económicas, por exemplo, com a Espanha e o resto da Europa. Contudo, este objectivo não é fácil de atingir.

*Nós estamos à mesma distância de Salamanca e de Coimbra e de Madrid e de Lisboa... e com várias ofertas (...) infelizmente há muito, poucas são as empresas aqui que querem aproveitar esta posição fronteiriça da Guarda, mas... fazer negócios com a Espanha também não é muito fácil... e é uma primeira experiência, portanto, de internacionalização de empresas, é uma experiência que é feita aqui ao lado... é mais rápido chegar a Madrid do que a Lisboa*

*Presidente da Associação patronal B*

O Território é também a ocupação do seu espaço e, deste ponto de vista, as comparações com Espanha são espontâneas:

*O que é que você encontrou dali da Guarda até Vilar de Formoso, num lado e doutro? Você vê pedras e carvalhos, penedos... se entrou aqui, em Espanha, o que é que vê a partir daqui? Você vê pedras? Nem uma! Você entra ali, você nem uma pedra vê! E anda km, km e km e km até Salamanca sem encontrar uma pedra pelo terreno. [...] Eu queria chegar a esta conclusão... sabe isto foi no século XII, em 1143, e, naquela altura, o que daria eram as terras aráveis, quem tivesse boas terras... nessa altura era a agricultura, ainda não havia fábricas nessa altura e isso é que nos leva a deduzir que empurraram-nos até onde eles quiseram, está a ver? Começaram a ver ali uns penedos “vós ficais para aí, que nós já não precisamos disso, estamos aqui nas boas terras!”*

*Presidente da Câmara Municipal C*

Finalmente, o território é a população que nele vive, que o utiliza e o conserva. Do ponto de vista da demografia da interioridade há que reconhecer que as capitais de Distrito e os maiores centros urbanos tendem a crescer demograficamente (à custa dos territórios envolventes).

*É preciso diferenciar o interior rural do outro interior, porque... e agora vou dizer aqui uma coisa que você, portanto, que é... para mim, a Guarda, a Covilhã não são interior! A Guarda não é interior! A Covilhã também não! Nós, quando falamos de interior, temos que falar de interior urbano e de interior rural e o despovoamento acontece no interior rural, porque repare, as pessoas saem daqui... nós temos aqui, na Câmara Municipal, casais de jovens a trabalhar, naturais do concelho, que entram nesta Câmara Municipal com... também com aquela de fixar pessoas e depois vão viver para a Guarda! Acontece pelo facto de estarmos numa sociedade, penso eu, demasiadamente urbana e ... ainda não conseguiram entender que o mundo rural tem... tem, digamos, características e valor acrescentado... para essas pessoas, para esses jovens.*

*Vereador da Câmara Municipal I*

É importante reconhecer que o outro lado desta fuga para os centros urbanos é a desertificação do velho território das aldeias e dos espaços de uso agrícola a ele associados. Um dos problemas mais graves do Interior é o dos extensos terrenos abandonados ou com mata de crescimento espontâneo, para além do crescimento imobiliário desordenado.

*A capacidade que um território do Interior tem em manter ou aumentar a população decorre da competitividade que ela tiver para absorver... os técnicos, as pessoas... portugueses, espanhóis, ingleses, franceses, o que quer que seja e, portanto, atraírem um nível de conhecimento... de conhecimento, sim, a nível local, que permita absorver essas pessoas. É isto que é a competitividade global em que nós vivemos, (...) é isto que se coloca hoje aos territórios.*

*Presidente da Associação de desenvolvimento local A*

*Há empresas aqui agora que estão um bocado desiludidas com as expectativas e com a crise... estão a criar empresas lá, em Espanha, portanto, onde têm, dizem eles, melhores apoios, portanto, eles evitam conotar-se com empresas portuguesas, mas têm conseguido (...) se a economia aqui não melhorar, estou convencido que vai haver mais empresas a ir para o lado de lá... é verdade que essas empresas mantêm-se também deste lado, mas já estão numa de jogar (...) Empresas de diversão nocturna, bares de alterne na fronteira - a fronteira aqui está cada vez mais recheada de ... mas, no fundo, o que dizem é que são os espanhóis a ganhar dinheiro à custa dos portugueses (...) os clientes são portugueses (...) até os donos são portugueses... As trabalhadoras são brasileiras, nalguns casos portuguesas... e, no fundo, a empresa é espanhola.*

*Presidente da Associação patronal B*

*Não temos tanta baixa de produtividade como os espanhóis, trabalhamos muito, se calhar não temos é a marca como os espanhóis conseguem trabalhar! Não consigo vender um produto... aos mesmos preços do trabalho deles! Este é que é o nosso problema! Nós, neste momento, não conseguimos passar da periferia...*

*Vereador da Câmara Municipal J*

Como se verificou, as desigualdades de rendimentos e preços de um lado e outro da fronteira forçam as comparações e estas são muito desfavoráveis para o território da Guarda. As desigualdades, como reconheceu um entrevistado, estão na base da saída da população.

### **3.2.2. População enquanto recurso de desenvolvimento**

Um dos traços problemáticos que define actualmente o Interior é o despovoamento, associado à redução da população activa mas também da diminuição da natalidade. Em consequência da diminuição da actividade agrícola mas também do fecho de inúmeras indústrias localizadas nos centros urbanos a população activa tem diminuído

em virtude da falta de trabalho. Também como resultado das recentes medidas governamentais que retiram serviços públicos às populações e perante a falta de perspectiva em termos laborais, o fenómeno de desertificação é assumido como simplesmente natural, embora não normal. Não se trata apenas do despovoamento das regiões mais rurais mas também das sedes dos concelhos.

*É uma zona praticamente de idosos e não é por acaso que os lares de terceira idade estão a aparecer em todos os concelhos e não se investe na parte jovem. Como digo, eu penso que a nível de distrito são raras excepções... muito poucochinhas ou nenhuma... só as autarquias é que empregam...Sinceramente eu não vejo grandes respostas aqui no distrito para os nossos jovens...*

*Associação sindical B*

Perante o panorama de despovoamento as expectativas dos jovens e da comunidade em geral ficam reduzidas em relação ao futuro. Há uma progressiva redução quer das exigências, quer da iniciativa, em vários domínios da vida social, provocando o desenraizamento dos jovens e afastando as possibilidades de fixação dos jovens.

*A minha geração era diferente! É uma geração ainda que tinha... [...] semeavam-se aqui as flores, a agricultura não era tão competitiva, era mais a agricultura de subsistência, portanto, dava postos de trabalho, estavam a arrancar as grandes obras públicas de investimento local e as obras... portanto, havia muito a área da construção civil, os serviços ainda funcionavam, havia mais gente, não é? O problema é que nós estamos a perder população não só jovem, mas também adulta*

*Vereador da Câmara Municipal J*

Verifica-se portanto uma maior concentração da população nos pólos urbanos, pois esses são aqueles que possibilitam um aceso privilegiado a bens e serviços, um estilo de vida típico. Não se trata da deslocação da população interconcelhia, mas sobretudo da deslocação da população do Interior para o Litoral. Na busca de melhores condições de qualidade de vida surgem também desafios com contornos incertos à integração.

*As realidades são diferentes, mas nos grandes Centros também há bairros de lata, também há realidades sociais diferentes, há outras coisas (...) Se calhar as melhores escolas profissionais também não estão no Interior, aliás, um bom profissional normalmente é captado do Interior para ir para o Litoral. (...) os bons profissionais são captados para irem para outros sítios, está a ver? Devemos ter cuidado, às vezes, em pensar “no Interior, eles têm lá algumas pessoas e não há oportunidades”, as oportunidades existem, o que não existe é a qualidade, nem quantidade, nem qualidade, porque a qualidade normalmente é proporcional ao número de quantidade*

*Director IEF/CEFP A*

### 3.2.3. Actividades económicas enquanto nichos de oportunidade

Os concelhos do Interior são caracterizados por um contexto sócio-económico específico como já foi mencionado pelas entidades entrevistadas. No momento actual existe na região do Interior um ambiente desfavorável às novas iniciativas empresariais, horizontes encurtados pelo panorama de desemprego que atingiu centenas de pessoas, bem como pela falta de perspectivas concorrenciais. A este contexto complexo associa-se um outro, que não é apenas uma tendência local, é um traço transversal às fronteiras, mas comum ao mundo do trabalho nacional e internacional, é o mercado de trabalho específico. Um traço que revela cada vez mais a transformação do emprego, do trabalho, das condições de trabalho e dos actores envolvidos. No Interior são cada vez mais distintas as características do mercado de emprego, até há pouco baseado numa economia agrícola e industrial. Hoje a oferta de emprego escasseia comparativamente com os mercados das regiões do Litoral ou mesmo com a vizinha Espanha, onde apesar de uma forte concorrência o mito do emprego leva muito jovens a sair do Interior. Mito, porque mesmo nessas zonas, aquele traço transversal referido acima, marca a orientação para uma flexibilização das relações laborais.

*Hoje, emprego é uma palavra que está... em grande transformação, deixou de haver empregos, passou a haver trabalhos*

*Director IIEFP/CEFP A*

*Se alguém quiser cá vir montar uma fábrica metalo-mecânica, nós não temos pessoal especializado. (...) É possível com formação, mas essa formação demora anos! Não é? Nós não vamos formar gente... mestres e contramestres para uma fábrica têxtil de um momento para o outro! Isto já vem de famílias de há vários anos, por exemplo, na região do Vale do Ave ou até nos concelhos vizinhos, alguns já têm famílias com tradição industrial. Agora, não vai aqui... pôr-nos aqui a trabalhar no ouro! Porque isso já é em locais já definidos já há bastantes anos! Em Gondomar ou noutras regiões. (...) E esta tradição industrial que nos falta aqui... fomos sempre um concelho essencialmente agrícola... devido à agricultura e à pastorícia e falta-nos essa mais-valia, esse conhecimento. Depois, como estamos também encravados aqui entre duas cidades, da Guarda e de Viseu, mas sobretudo de Viseu, em que a nossa massa cinzenta se desloca toda para esse grande centro*

*Presidente da Câmara Municipal C*

*Há uma dificuldade que é uma dificuldade actual, é a dificuldade do mercado de trabalho. Não é diversificado*

*Vereador da Câmara Municipal G*

Aquilo que de facto pode ser entendido por alguns como ponto desfavorável é considerado por outro como ponto favorável. Os possíveis nichos de mercado, já explorados, mas com muito potencial latente, são apontados como o património cultural, turístico, agrícola, gastronómico e os ofícios tradicionais. Assim, e reforçando as ideias de alguns autores (Lopes, 1997) é fundamental apostar em estratégias de desenvolvimento endógeno enquanto meios e agentes catalisadores das potencialidades locais.

*Ao nível do turismo, um aproveitamento dos recursos naturais da Serra da Estrela, de ser um parque natural, que tem, se calhar, condições únicas a nível nacional e não só, também ao nível da fauna e da flora tem condições de exclusividade, mas, se calhar, não é com um público interno que se vai resolver o problema da resposta, é preciso voltar a empresa ou a iniciativa para procurar lá fora aquilo que não há cá dentro. Cá dentro não há poder de compra*

*Director IIEFP/CEFP A*

*O nosso concelho tem várias potencialidades em relação ao turismo, temos recursos naturais, temos história, temos património histórico (...) recursos naturais temos muitos (...) há as casas mesmo típicas de turismo rural, mas acho que os jovens não têm essa percepção...*

*Associação juvenil C*

*Na restauração, ninguém nunca chegou aqui e disse “olhe, eu quero abrir um grande empreendimento na área da restauração, chamar um cozinheiro famosíssimo ou muito talentoso que eu conheço aqui ou ali”, nunca ninguém chegou ao pé de mim e disso isso. Eu, por acaso, acho piada. Acho que revelava outra visão, porque, se reparar, em Inglaterra, em França, nos países mais desenvolvidos, entre aspas, não é, aquela ideia de uma... de um bom restaurante, com um bom cozinheiro tem uma projecção social muito dignificante, se reparar. Nós aqui não temos essa noção. Quem cozinha é um cozinheiro, quem tem um restaurante, tem um restaurante, não tem aquela projecção social de ter uma casa que é famosíssima e que é glamourosa*

*Associação patronal A*

De entre as potencialidades das regiões do Interior a paisagem, a qualidade de vida, o ambiente, as pessoas, a gastronomia, todas elas podem ser inseridas num plano local de aproveitamento do potencial turístico. A eficácia dos mecanismos locais é difícil de medir no estímulo à produção de bens específicos, rurais, tradicionalmente culturais, de carácter paisagístico, roteiros religiosos etc.

*Todas as áreas praticamente hoje são passíveis de serem criados negócios e com sucesso. Isto porquê? Porque a debilidade do tecido económico da região é tão grande, quer dizer, é um ponto fraco, porquê? É um ponto fraco porque torna mais difícil e mais complicado criar um negócio rentável na região (...) se uma pessoa depende dos sectores comerciais não industriais para gerir o seu negócio, como a debilidade é muito grande, eu terei muitas dificuldades em ter mercado suficiente para sobreviver, mas também por isso mesmo existe a oportunidade, porque esta realidade de Gouveia é a mesma realidade da região e, se nós olharmos para a região como um todo e não estarmos a pensar ao nível do concelho, aí não, aí já surgem oportunidades.*

*Presidente Associação desenvolvimento local A*

Referida inúmeras vezes, e com razão, é uma das potencialidades mais atractivas do Interior, a qualidade de vida, o meio ambiente, um factor a ter em conta para quem trabalha e vive no Interior mas também para quem vive fora e aprecia estas condições.

*Eu posso naturalmente viver em Vilar Formoso e vir trabalhar à Guarda, viver em Sabugal e ir trabalhar em Fundão, viver em Celorico e ir... quer dizer, é possível isto, quer dizer, é preferível fazer-se isto do que viver em Sintra e apanhar o IC19 para Lisboa! É indiscutível! Não é? Pronto, eu acho... tem é que haver isto, pelo menos para fixar as pessoas e o espaço existente. (...) Nós temos hoje dois potenciais enormes, para além da nossa paisagem e da qualidade de vida, nós temos aqui factores interligados, mas têm de ser interligados e vender isto de uma única voz, a Estrela, o Côa, Vale do Douro e as aldeias históricas, temos que ver só que no âmbito do distrito da Guarda temos a maioria das aldeias históricas! Linhares, Sorotelha, Fornotelheiro, Almeida, Castelo Rodrigo, Marialva, Castelo Bom... Até temos duas marcas de peso, que é a marca Estrela e a marca Douro, não é? Portanto, consegue-se vender. Agora, têm é que inscrever-se num todo. Não podemos... o Presidente da Câmara de Trancoso andar a vender Trancoso, o da Guarda andar a vender o da Guarda, ou o de Almeida de Almeida, não dá.*

*Director IIEFP/CEFP C*

*Nesse aspecto, podemos proporcionar uma boa qualidade de vida, mas, para já, para uma faixa etária... que infelizmente já não é produtiva, é uma faixa etária já de 60 anos... sexagenários e essa já não é produtiva, não é? Pelo menos tem sido o nosso caso.*

*Presidente Câmara Municipal C*

*Hoje acho que cidades médias conseguem dar melhor qualidade de vida que as cidades grandes, hoje é possível isso acontecer, ir ao cinema, ir à certos espectáculos e hoje têm melhor qualidade de vida (...) as cidades de média dimensão dão qualidade de vida. Os jovens gostam de diversão e as cidades pequenas têm isso, tem tudo que uma cidade grande tem em termos de diversão.*

*Vereador Câmara Municipal B*

A mão-de-obra qualificada em diversas áreas, bem como a existência de jovens com habilitações cada vez mais específicas para o mercado local, são mais-valias a serem aproveitadas nas regiões do Interior.

*O Interior está desertificado. Pois está! Porque nós, a nível de todo o país, nós temos bons trabalhadores em todo o país que saíram daqui da nossa zona, que tiraram o curso, que eram daqui, só que eles não têm hipótese de se fixarem aqui.*

*Associação sindical B*

*Nós temos vontade de ter ensino superior em Gouveia. É uma cruzada que o Sr. Presidente da Câmara tem desenvolvido nomeadamente com a escola superior de saúde da Guarda, porque existe uma possibilidade, que está em portaria, portanto, a lei prevê que em Gouveia possa funcionar... um pólo da escola superior de saúde. Enfim, já o disse há pouco que existe aqui alguns serviços ligados à saúde que são, para já, ainda sui generis a nível do distrito. Por exemplo, a área da fisioterapia, através da Associação de Beneficência Popular (ABPG)<sup>24</sup>, que tem uma Clínica de reabilitação que provavelmente,*

<sup>24</sup> Associação de Beneficência Popular de Gouveia - (ABPG) – Associação fundada em 1880 com o objectivo de apoiar as pessoas; Hoje tem várias valências como o Jardim de Infância, Creche, ATL, Lar, Casa de Repouso, Centro de reabilitação, health club, e entre outras uma clínica de fisioterapia que funciona a partir de 2003 prestando serviços de saúde em ambulatório ou internamento. (<http://www.abpg.pt>)

*não vou dizer se sim ou se não, mas, a nível da região centro, é um dos melhores equipamentos que existe e tanto assim é que vêm pessoas de Trancoso, da Meda de Foz Côa, etc. para aqui, para essa clínica de reabilitação, para além de outros investimentos que a própria associação tem feito sempre nesta área. O que é que acontece? Existem condições em Gouveia para realização de um curso ligado à geriatria ou mesmo para a fisioterapia, em tempos... também se falou, o que daria para fixar aqui não sei quantos jovens. Mais, a associação tem lutado com dificuldades para... sobretudo eu posso-lhe dizer que estão não sei quantos fisioterapeutas espanhóis aqui a trabalhar. Depois a dificuldade que foi em arranjar recursos humanos para virem para aqui naquela área. Portanto, propôs-se à escola superior criar um curso nesta área. Em Gouveia tem em know how técnico e conseguia reunir depois condições também para... porque a escola não tem para esta área, pode ter para enfermagem, para o curso A, B ou C... não tinha para esta área, logo não tem corpo docente suficiente... é natural que o Ministério do Ensino Superior e a comissão que faz o acompanhamento não venha apoiar o curso, não é? Portanto, Gouveia disponibiliza meios técnicos, conseguiu arranjar recursos humanos necessários e, no entanto, a escola superior de saúde da Guarda recusou-se a aprovar... a única coisa é que o curso tinha que funcionar lá na escola. E eles propuseram já uma vez mas foi recusado! (...) Nem um pólo era! Portanto, era uma turma da própria escola que poderia até fazer alguns módulos na própria escola e outros aqui!*

*Vereador Câmara Municipal H*

Outro tipo de facilidades são os diagnósticos locais em matéria de educação, habitação e ambiente.

*Para as empresas que queiram fazer um diagnóstico antes temos a Carta Educativa feita, temos o Diagnóstico da habitação feito, temos o Diagnóstico do ambiente feito é tudo um pouco mais fácil*

*Presidente Câmara Municipal F*

São claras as forças e as fraquezas que dominam o Interior e quanto às segundas é possível concluir que localizadas numa zona desfavorável, e por razões de natureza económica, social, cultural, formativa, as regiões do Interior têm um défice de competitividade face aos grandes centros urbanos.

*Não é uma zona que nos permita muita coisa (...) a nível de estudo, temos que sair, o sítio mais perto é a Guarda (...) e o Politécnico não tem todos os cursos (...) e há pessoas que, pronto, preferem as universidades e as próprias cidades e conhecer outras coisas, meios mais desenvolvidos... e isso é uma grande desvantagem*

*Associação juvenil A*

*Essas empresas familiares são boas, mas... muitas vezes também se querem impor... ao nível local... pelas casas, ou pelo carro, ou pela... e não sabem... e depois descapitalizam as empresas em vez de investir nas empresas. Porque, se for alguém com tradição industrial que saiba que as empresas são definidas desta maneira, não vamos capitalizar para comprar um carro novo ou para comprar... É o mal das nossas empresas.*

*Presidente da Câmara Municipal C*

*Um dos problemas é a renovação do tecido empresarial! Aqui não houve tecido empresarial! (...) Nós temos um grau de competitividade completamente diferente com o litoral, nós não temos gente, o nosso mercado é completamente... se fizermos uma análise de mercado, assustamo-nos um bocadinho (...) Temos aí duas empresas de construção civil*

*e mais uma ou outra... uma fábrica de mármore e de carpintaria e absorve aqui uma ou duas ou três pessoas ou, então, essa gente, das duas uma, trabalho agrícola, porque nós temos uma mancha agrícola muito interessante, no Douro, mas trabalho empresarial agrícola abrange algumas pessoas (...) empresas familiares que ainda mantêm uma prestação de serviços, ou na electricidade, ou nas canalizações... tudo mais ligado à área da construção civil e suas... seus derivados. Apareceu... aparece uma ou outra fixação mais na área da restauração, mas, enquanto município agregador e responsável... alavancador de oportunidades, não tem sido por aí e além para a juventude*

*Vereador da Câmara Municipal J*

Um dos problemas mais graves no Interior é constituído pelo encerramento de alguns serviços, como as escolas, tribunais, unidades de saúde.

A diminuição das verbas para as autarquias crescem às anteriores medidas governamentais, sinais de desincentivo à descentralização e regionalização, constituindo mais um factor de enfraquecimento do Interior que se sente na maioria dos concelhos. Face à escassez de alternativas, as estruturas do Poder Local acusam um sentimento de abandono e desinteresse transmitido por parte do Poder Central.

*As políticas do governo, aquilo que me dá a entender, é que o Interior é para fechar, portanto, fecha-se a porta e, como alguém dizia no outro dia, o Interior é muito bonito, tem é um problema, vivem lá pessoas (...) é uma chatice dos diabos, temos que sustentá-lo (...) esta é a perspectiva política. A política nacional é um pouco isto, eles não assumem. (...) Os políticos pensam assim, mas não dizem, como é óbvio, porque o Interior só dá prejuízo. Na perspectiva política, o Interior é um problema, só dá prejuízos, não tem recursos, não tem capacidade de gerar, não tem interesse nenhum*

*Director IEFP/CEFP A*

*A responsabilidade das entidades políticas, não sei... e da autarquia, locais... locais... não, se calhar não digo bem só locais, eu acho que o governo em si também tem bastante culpa no que está a acontecer no Interior e não falo só na região da Guarda, eu acho que todo o Interior está a sofrer bastante com... com as decisões e com as leis do governo em geral, não só... por exemplo, porque... eu acredito que os presidentes locais tenham vontade de fazer alguma coisa por... por a terra, só que, se não tiverem... se não lhes for dado poder e verbas, digamos assim, mais alguma coisa por parte das entidades (...) o governo já não dá grande autonomia, depois as Câmaras vão atrás, depois as associações, depois... acaba por tudo... tudo ficar dentro do mesmo cesto*

*Associação juvenil A*

*Para a fixação, quer dizer, conheço muito pouco, porque, se conhecesse (...) incentivos no papel para isto e para aquilo, agora experiências com resultados, se eu conhecesse uma que fosse já testada, nós com certeza a aplicaríamos aqui de imediato! Não tenho problema nenhum em copiar aquilo que sejam bons exemplos! De forma alguma! Agora, como lhe disse, não conheço forma de nós, no Interior, aliás, antes pelo contrário, com o fecho de serviços, cada vez vamos ter menos pessoas, porque parece que não, mas quando fecha um serviço, quer dizer, são 4, 5 agregados familiares afectados por isso! Se vão deslocalizar também e com eles vão os filhos, portanto, se forem criados agora, vão ser jovens amanhã, portanto, há todo aqui um conjunto de factos que estão todos interligados*

*(...) há-se acordar um dia a se dar conta de que o mar vai entrar pelo litoral adentro e que já não há espaço para todos, portanto, que haja um repovoamento...*

*Presidente Câmara Municipal H*

*Se encerrarmos mais escolas, se encerrarmos centros de saúde, se encerrarmos serviços... correios, etc., escolas, tribunais, também não é nada apelativo para os jovens ficarem aqui! Portanto, e com essa falta de... ser apelativo, o que é que a Câmara Municipal pode fazer se não... ter aqui uma política de fixação? Qual é a política de fixação? É começar logo por... as pessoas as pessoas disponíveis, dar emprego! Mas também as autarquias já começam a estar completamente saturados (...) agora fecharam aqui o centro de saúde... e eu, até só pelo factor psicológico, que é das faltas de urgências à noite (...) as pessoas perdem um serviço e os jovens também perdem um serviço! E eu sei, por alguma experiência, por aquilo que tenho visto, nós temos muitas dificuldades em ser muito atractivos. Mas não é só o nosso município, os outros também*

*Vereador Câmara Municipal J*

A essas vêm adicionar-se outros fenómenos, igualmente preocupantes, mas reflexo das medidas anteriores e desmoralizadoras para quem vive no Interior. São as deslocalizações das grandes empresas.

*Temos uma empresa que é a DELPHI que agora está com uma reestruturação, vai fechar muitos trabalhadores (...) isso é a própria lei também que permite ao patronato a deslocação, não é? São políticas que foram criadas, são aprovadas, aproveitam tudo (...) As empresas para aqui se fixarem têm que ter condições, tudo bem, só que depois as condições que o governo dá, a nível nacional, a lei que permite deslocação e depois é assim, a mão-de-obra é barata, tem a ver com a mão-de-obra barata e tentam fixar uma empresa onde esteja uma mão-de-obra mais barata, mais escoamento de produto*

*Associação sindical A*

*Um grande problema complicado com a empresa DELPHI que chegou a ter 4000 trabalhadores e que irá despedir só cá 500 trabalhadores até ao final do ano. Cada empresa faz cablagens para automóveis e já a nível nacional a empresa de escadaria de Sintra, havia também algumas dificuldades ao nível, para os Estados Unidos e aqui na Guarda, mais tarde ou mais cedo sabíamos que isso iria acontecer, não é verdade? Ainda não encerrou porque consideram que é a empresa com maior índice de produtividade*

*Vereador Câmara Municipal B*

*A maior empresa da região (...) que é RHODE, uma empresa de calçado, que, num determinado momento, em Março... pronto falamos há um ano, em Março de 2006, essa empresa encerrou e ficaram na ordem de 400 pessoas... 400 pessoas todas sem emprego*

*Director IIEP/CEFP B*

A deslocalização das empresas cria o duplo efeito de mão-de-obra disponível (entendida como vantagem) contudo especializada numa área específica (entendida como desvantagem) e deixa para trás um tecido empresarial menos concorrente, menos dinâmico (novamente em desvantagem).

*DELPHI por exemplo, isto acaba... portanto, mais 50% ou 40% das pessoas que lá trabalham, a maior parte da Guarda (...) está terminado... o trabalho que há, portanto, aqui na Guarda... é muito difícil de arranjar trabalho e para arranjar trabalho aqui... é preciso algum elo de ligação com a Câmara Municipal e trabalhar lá... quer dizer, não*

*vamos ficar a trabalhar lá, andar lá aos montes, quer dizer, é um pouco por aí... não há empresas, não há nada*

*Associação juvenil B*

Para além dessas particularidades do mercado laboral do Interior, o fraco desenvolvimento do tecido empresarial e com ele o fraco poder reivindicativo dos trabalhadores, constituem outros inconvenientes do Interior.

*Os trabalhadores hoje têm medo (...) Vejo que há medo nos trabalhadores, que estão presos a esta onda de legislação, e, portanto, as pessoas entram numa de “está tudo bem, deixe-me estar que estou no meu cantinho”... antes não estavam tão dependentes como estão agora das chefias e depois há o poder político, quer dizer, que, se reparar e com certeza já tem alguns estudos que tem feito, quem é que hoje tem capacidade de dar trabalho aos jovens licenciados? No Interior não há empresas, as poucas que há estão a fechar, estão a ser deslocalizadas, é o poder autárquico... o poder autárquico que... nós sabemos que é assim infelizmente... quando eles dão alguma coisa, querem algo em troca... o poder autárquico vive dos votos*

*Associação sindical B*

*Estas políticas estão a tentar um bocado... aniquilar um bocado os sindicatos (...) este governo pretende... aniquilar o sindicato nacional que somos nós*

*Associação sindical A*

### **3.3. Conclusão**

Os dados estatísticos apurados na primeira parte deste capítulo, caracterizadores da interioridade regional, revelam um claro declínio e envelhecimento demográficos, uma economia pouco dinâmica e muito assente em actividades tradicionais, uma população activa pouco escolarizada e pouco qualificada e a escassez de oportunidades de investimento, presentes no Distrito da Guarda.

Uma primeira observação flagrante que resulta dos indicadores estatísticos é a de que a população do Distrito tem uma proporção de população inactiva elevadíssima, cerca de sessenta por cento, o que coloca sérios problemas ao nível da sustentabilidade económica e social da região, bem como sobre o dinamismo e a iniciativa necessários para manter a sociedade local. Um dos locais onde a população activa mais aumentou, em efeito dos fluxos migratórios da última década é o concelho da Guarda, tal como é manifesto o aumento da população activa empregada nas capitais dos concelhos.

Para além deste indicador de inactividade a taxa de desemprego é muito elevada, sendo que grupo mais afectado pelo desemprego corresponde ao dos trabalhadores com idades entre 35-54 anos e com tendência para aumento, tal como sucede para o grupo etário após 55 anos. Entre os jovens, o desemprego, apesar de atingir valores perto dos

20%, veio afirmar uma diminuição nos últimos anos, facto explicado não tanto pela eficácia das colocações realizadas pelo IEFP nas empresas, nem pela maior oferta no mercado, mas pela procura de emprego direccionada fora do Distrito. O desemprego típico continua ser o de quem procura um novo emprego, sendo que esse aumentou muito nos anos aqui estudados, cerca de 80% dos desempregados inscritos sendo pelas razões referidas.

Ainda, esses valores são acentuados no caso dos desempregados sem escolaridade mínima obrigatória, cujos valores percentuais correspondem ao dobro dos desempregados com escolaridade mais avançada (secundário e superior). Na realidade o acesso ao ensino não é semelhante em todo o território nacional, e o distrito de Guarda faz testemunho disso. Se por um lado alguns concelhos em pouco ou nada evoluíram, outros registam decréscimos significativos nalguns indicadores escolares. A retenção é um dos indicadores escolares mais preocupantes no Distrito da Guarda, apesar de os restantes indicadores de escolaridade, ainda que superiores, não se encontrarem longe das médias nacionais.

Na segunda parte do terceiro capítulo recolheu-se um conjunto de testemunhos privilegiados sobre o território de onde sobressaem fortes argumentos de carácter negativo, sobretudo relacionados com o desenvolvimento socioeconómico, o declínio demográfico e as decisões políticas menos favoráveis ao investimento e às iniciativas empresariais.

Os argumentos mais positivos invocam a qualidade de vida, a localização geográfica enquanto elo de ligação com a fronteira e o reaproveitar de alguns sectores tradicionais. Segundo aquilo que é referido pelos actores institucionais entrevistados, há experiências muito interessantes e bem sucedidas quando se combinam escala e tecnologia apropriadas, recursos humanos qualificados, iniciativa empresarial, diferenciação de produto e capacidade de o afirmar e valorizar nos mercados.

As entrevistas às entidades locais revelam ainda uma grande preocupação com diminuição demográfica e tendência para agravar o cenário actual. A desertificação das aldeias e dos espaços de uso agrícola a ele associados e dos extensos terrenos abandonados, para além do crescimento imobiliário desorganizado, preocupam, de uma maneira geral, os actores entrevistados, reforçando o quadro apresentado na primeira parte do capítulo, aquele de um território com indicadores débeis nalgumas áreas mais sensíveis como o emprego.

O panorama de desemprego que atinge o Interior, e invariavelmente centenas de pessoas, a falta de perspectivas concorrenciais, a escassez de oferta de emprego quando comparada com o Litoral ou mesmo com Espanha, leva as populações a sair. O potencial local, como o património cultural, turístico, agrícola, gastronómico e os ofícios tradicionais são os ramos com maiores possibilidades de exploração e a ideia com a qual fica é que existe um défice de empreendedorismo e de apoios específicos que dificultam o desenvolvimento. Associado a esta dificuldade interna de regeneração encontram-se as decisões políticas incongruentes, traduzidas em encerramentos de alguns serviços e capazes de enfraquecer o potencial atractivo da região. Aquilo que é proposto com pertinência pelas várias entidades entrevistadas é a existência de uma política concertada a nível nacional que discrimine positivamente este território.

Face a este panorama as expectativas dos jovens parecem ficar circunscritas em relação ao futuro, algo que o próximo capítulo procurará apurar no sentido de verificar as intenções, os projectos e as expectativas dos mesmos em relação à possibilidade de fixação ou saída.



## **CAPÍTULO IV**

### **RETRATO DOS JOVENS DO INTERIOR**

Procurando contextualizar o público-alvo estudado, isto é, os jovens do Interior, a finalidade deste capítulo recai sobre a descrição desta categoria. Os pontos de orientação são a descrição feita com base em indicadores estatísticos e nas percepções das práticas sociais dos jovens e dos contextos em que vivem.

Numa primeira parte apelou-se à apresentação e cálculo dos indicadores estatísticos de natureza demográfica, escolar, laboral e associativa. O interesse seguiu a lógica de caracterização descritiva desta categoria utilizando alguns indicadores específicos. Numa segunda parte do capítulo procura-se retratar o entendimento deste grupo social e geracional na perspectiva de vários actores sociais locais com capacidade decisória e de aplicação das políticas orientadas para os jovens. Trata-se, à semelhança do capítulo anterior sobre o território, das opiniões dos representantes de várias instituições locais, desta vez sobre os jovens. Por fim, na tentativa de espelhar a perspectiva dos jovens face à educação, emprego e planos de futuro são apresentados os resultados do inquérito por questionário e das entrevistas realizadas aos jovens.

#### **4.1. O perfil estatístico dos jovens**

Os jovens, tal como descrito nos primeiros capítulos, constituem um grupo social bastante complexo, no sentido em que não se distingue dos outros apenas pela sua identificação etária mas também por um conjunto variado de atributos de natureza psicológica, cultural, simbólica e mesmo política. Por sua vez a juventude é diversa, no sentido em que diferenças de classe, de género e territoriais distinguem fracções importantes de jovens e manifestam-se por práticas e representações bem contrastadas. Finalmente, os jovens são uma categoria muito instável no sentido em que, para além das mudanças que sofrem no seu desenvolvimento psicológico e cognitivo, os efeitos da socialização fazem-se sentir de um modo muito mais intenso e que, em momentos chave do ciclo de vida, relacionados com a escolaridade, o emprego e o casamento (no passado,

também, o serviço militar) processam mudanças radicais, marcando assim decisivamente as suas vidas.

Para além disto, os contextos territoriais em que vivem afectam igualmente os comportamentos, as práticas e as representações juvenis. Um estudo recente, divulgando os resultados do Observatório da Juventude Portuguesa (IPJ, 2005), salienta as diferenças que se podem encontrar quando se analisa os comportamentos juvenis, algo que não está completamente alheio à região que habitam. Segundo alguns autores os jovens do Interior remarcam-se por algumas particularidades, umas positivas e outras menos positivas, como refere Matos (1996) quando diz que esses constituem um grupo de risco face aos consumos e representações. Tendo isto em conta, uma preocupação do presente estudo foi aprofundar o conhecimento dos efeitos da “interioridade” dos contextos territoriais em que os jovens se socializam, detectar as grandes tendências demográficas, de escolaridade e ocupacionais que afectam a juventude e avaliar o contributo das políticas para a inserção social/fixação territorial dos jovens.

A “interioridade” de uma região como se viu anteriormente, manifesta-se nos fracos dinamismos socioeconómicos, nas reduzidas oportunidades e nos elevados constrangimentos que viver num território do Interior traz consigo. Sem procurar fazer aqui um balanço desses dinamismos no caso do distrito da Guarda, em síntese muito grosseira poder-se-ia dizer que este território se caracteriza por uma população activa com elevado índice de envelhecimento e baixos níveis de qualificação e por uma estrutura produtiva muito frágil, baseada predominantemente em ramos tradicionais de indústria (como o sector têxtil, o sector das madeiras ou o sector agro-alimentar) que têm vindo a demonstrar dificuldades acrescidas pela concorrência nacional e internacional.

Ao mesmo tempo, a diminuição da população e um emprego excessivamente dependente do Estado, paralelamente com um tecido económico-produtivo que não tira suficiente proveito dos recursos regionais vêm acentuar as especificidades, tornadas em obstáculos ao desenvolvimento. Existe, mesmo assim, um conjunto relativamente rico de recursos endógenos e de fluxos de investimento público em infra-estruturas que importaria saber porque não têm contribuído para um relançamento consistente da região.

#### **4.1.1. A demografia dos jovens do Interior**

A população alvo do estudo, os jovens com idades compreendidas entre 15 e 24 anos de idade, define-se por um conjunto de particularidades, como o seu peso na população, a sua preparação escolar, a sua actividade económica e, não menos

importante, as suas expectativas em relação ao futuro, em todas as suas dimensões. Em relação ao último aspecto não é possível retirar nada directamente das estatísticas, mas apenas sobre a estrutura e mobilidade da juventude do Distrito. Os jovens são um público muito susceptível à mobilidade perante as oportunidades de emprego e escolaridade que se lhes apresentam.

O confronto da informação estatística entre 1991 e 2006 mostra ter havido uma diminuição significativa da população jovem em alguns concelhos e de cerca de 2% na média distrital.

**Tabela 44 - Peso da população 15-24 anos na população residente (1991-2006) (N) (%)**

<b>DT da Guarda</b>	<b>1991</b>	<b>2001</b>	<b>2006</b>
Total da população residente (N)	188165	179961	173831
Total da população 15-24 anos (N)	26225	23359	20851
População 15-24 no Total da população residente (%)	13,9	13,0	12,0

Fonte: INE – Censos 1991, 2001; INE,2006

**Tabela 45 - População 15-24 anos (1991-2001) (N)**

	<b>1991</b>			<b>2001</b>		
	<b>HM</b>	<b>H</b>	<b>M</b>	<b>HM</b>	<b>H</b>	<b>M</b>
Aguiar da Beira	1010	525	485	840	412	428
Almeida	1500	793	707	964	480	484
Celorico da Beira	1202	629	573	1217	655	562
Figueira de Castelo Rodrigo	974	489	485	885	469	416
Fornos de Algodres	867	457	410	687	367	320
Gouveia	2226	1190	1036	1944	979	965
Guarda	5789	2859	2930	6126	2997	3129
Manteigas	601	301	300	546	291	255
Meda	1010	545	465	761	378	383
Pinhel	1834	960	874	1429	758	671
Sabugal	1918	976	942	1510	809	701
Seia	4547	2315	2232	3967	2004	1963
Trancoso	1542	777	765	1454	732	722
Vila Nova de Foz Côa	1205	653	552	1029	511	518

Fonte: INE – Censos 1991, 2001

Como mostra a tabela acima é notória a diminuição da população jovem na maioria dos concelhos entre 1991-2001. Ela apenas aumentou em dois concelhos, Guarda e Celorico da Beira, enquanto que nos restantes concelhos seguiu a tendência de diminuição. Almeida destaca-se entre os concelhos onde os jovens com idades compreendidas entre 15-24 anos mais diminuíram.

**Tabela 46 - Peso da população com 15 - 24 anos na população residente (1991-2006) (%)**

	1991			2001			2006		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
DT Guarda	13,9	15,0	13,0	13,0	13,8	12,2	12,0	12,8	11,2
Aguiar da Beira	15,0	16,1	14,0	13,5	13,8	13,1	14,1	15,2	13,0
Almeida	14,9	16,2	13,7	11,4	11,9	11,1	10,7	11,2	10,4
Celorico da Beira	13,5	14,8	12,4	13,7	15,3	12,2	12,0	13,1	10,9
Figueira C. Rodrigo	12,0	12,7	11,4	12,4	13,7	11,2	11,8	12,2	11,4
Fornos de Algodres	13,8	14,8	12,9	12,2	13,6	10,9	12,6	14,1	11,3
Gouveia	12,8	14,5	11,3	12,1	12,9	11,3	11,8	12,5	11,2
Guarda	15,0	15,6	14,5	14,0	14,4	13,7	12,1	12,5	11,7
Manteigas	13,5	13,9	13,1	13,3	14,9	11,9	12,9	14,0	11,9
Mêda	13,6	15,5	11,9	12,2	12,8	11,7	12,2	13,3	11,3
Pinhel	14,5	15,7	13,3	13,1	14,4	11,8	11,1	12,0	10,4
Sabugal	6,3	6,7	6,0	5,4	6,0	4,8	10,5	11,5	9,7
Seia	26,9	28,8	25,1	26,7	28,5	25,0	12,5	13,6	11,6
Trancoso	13,4	14,3	12,7	13,4	14,1	12,7	12,9	13,9	11,9
Vila Nova de Foz	13,6	15,4	11,9	12,1	12,6	11,7	11,3	11,9	10,8

Fonte: INE – Censos 1991, 2001; INE, 2006

Em 1991 o peso da população jovem, com 15-24 anos, na população residente, era de 16.3% no total da população portuguesa, enquanto que no Distrito de Guarda esta percentagem atingia 13,9%, com o valor mais elevado no concelho de Seia (26,9%). Já em 2001 as percentagens mostram decréscimo dos jovens na população total, tendo por outro lado Celorico da Beira e Figueira Castelo Rodrigo registado um ligeiro aumento. O concelho de Seia, seguido pela Guarda, continuava ser aquele com o mais elevado número de jovens na sua população (14%). Em 2006 o peso da população jovem atingia o seu valor mais elevado no concelho de Aguiar da Beira, representando 14% da população, enquanto que em Sabugal os jovens representavam apenas 10,5% da população total.

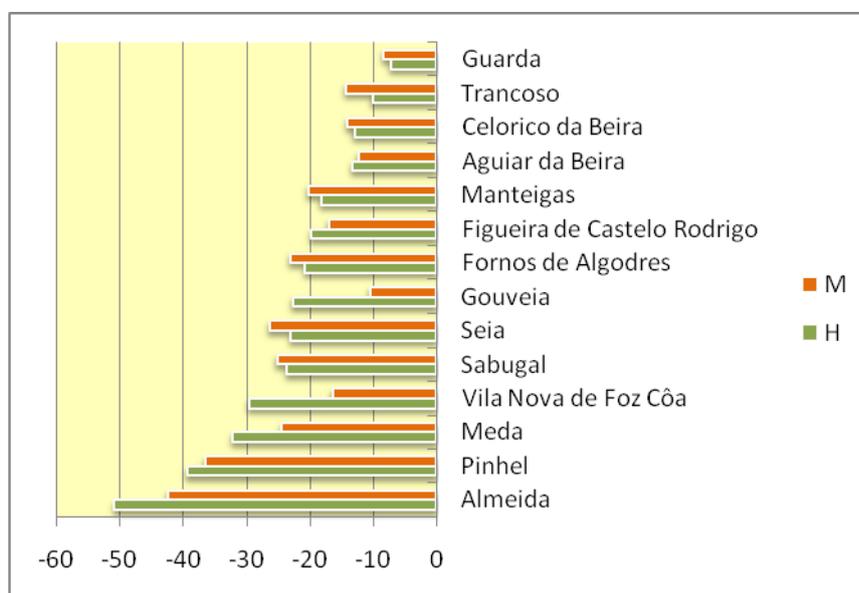
**Tabela 47 - Variação População 15-24 anos (1991-2006) (%)**

Aguiar da Beira	-12,9
Almeida	-47,0
Celorico da Beira	-13,6
Figueira de Castelo Rodrigo	-18,5
Fornos de Algodres	-21,9
Gouveia	-17,1
Guarda	-7,8
Manteigas	-19,3
Meda	-28,7
Pinhel	-38,1
Sabugal	-24,5
Seia	-24,7
Trancoso	-12,3
Vila Nova de Foz Côa	-23,7

Fonte: INE – Censos 1991, 2001; INE, 2006

São tanto os jovens do sexo masculino como de sexo feminino que contribuem para esta diminuição populacional nos concelhos atrás citados. Porém, quando se comparam os dados concelhios, verifica-se coexistirem dois padrões distintos cuja explicação não é fácil de encontrar: um em que a redução é marcada ou predominantemente feminina e outro em que a redução é marcada ou predominantemente masculina. Fenómenos como a desigual mobilidade inter-concelhia em função do sexo podem explicar as diferenças uma vez que as estatísticas demográficas intercensitárias subestimam a mobilidade geográfica.

**Gráfico 5 - Variação da população 15-24 anos por sexo (1991-2006) (%)**



#### 4.1.2. As estatísticas da escolaridade

À semelhança do que foi apresentado neste domínio sobre o Interior, foram apurados alguns indicadores. Dada a escassez de dados disponíveis, a atenção recaiu sobre indicadores de escolaridade com específica incidência sobre os jovens. Um destes indicadores apurados foi a taxa de saída antecipada, um indicador usado para representar os jovens que abandonam o ensino com níveis baixos de escolaridade. Mais precisamente esta taxa permite compreender qual é a proporção de jovens dos 18-24 anos que não concluíram o 3º ciclo do Ensino Básico e não se encontravam a frequentar a escola na altura do inquérito. Em 2001 aproximadamente um quarto da população residente no Continente português dos 18 aos 24 anos não concluiu o 3º ciclo nem se encontrava a

frequentar a escola, o que é preocupante. Os níveis mais baixos de saída escolar antecipada encontram-se fundamentalmente nas regiões de Lisboa e do Centro, com o Norte registando os valores mais altos. Já no Distrito da Guarda os dados do Ministério da Educação mostram os seguintes valores:

**Tabela 48 - Taxa de saída antecipada 2001 (%)**

Portugal	24,6 <sup>25</sup>
Aguiar da Beira	30,9
Almeida	18,8
Celorico da Beira	29,7
Figueira de Castelo Rodrigo	28,2
Fornos de Algodres	33,3
Gouveia	23,1
Guarda	17,3
Manteigas	17,3
Mêda	26,8
Pinhel	25,3
Sabugal	20,0
Seia	20,9
Trancoso	24,8
Vila Nova de Foz Côa	26,7

Fonte: GIASE - Ministério da Educação

No distrito a percentagem dos jovens que não tinham concluído o ensino obrigatório nem estavam a estudar em 2001 acusa níveis elevados, sempre acima dos 15%, sendo Fornos de Algodres aquele concelho que apresenta os indicadores de escolaridade mais desfavoráveis (aqui os jovens sem escolaridade obrigatória ultrapassam os 33%). O mesmo acontece no concelho de Aguiar da Beira, Celorico da Beira e Figueira de Castelo Rodrigo, concelhos mais sensíveis à problemática da escolaridade, como se verificou até agora.

Por seu lado, a saída precoce constitui um dos problemas fundamentais do ensino, sendo esta taxa a proporção de indivíduos com 18-24 anos que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola no seu grupo etário. Em 2001 perto de metade dos jovens com 18-24 anos (44%), residentes em Portugal, não concluíram o ensino secundário nem se encontravam a frequentar a escola. A incidência deste indicador não é, contudo, semelhante em todas as regiões do território. Nos concelhos de Oeiras, de Coimbra e de Lisboa, os melhor posicionados, aproximadamente 1 em cada 4 indivíduos dos 18 aos 24 anos saiu da escola sem ter concluído o ensino secundário. No Distrito da Guarda estes valores são praticamente iguais ou superiores à média nacional, destacando-se os concelhos de Celorico da Beira (50,9%), Fornos de

<sup>25</sup> Em 1991 a taxa de saída antecipada a nível nacional atingia valores muito elevados (54,1%)

Algodres (52,3%) e Figueira Castelo Rodrigo (48,4%) entre os que apresentavam em 2001 as mais elevadas taxas de saída precoce do ensino. Ao contrário, Guarda, Manteigas e Almeida revelam níveis significativamente mais baixos, sendo também os concelhos que atingem as taxas mais elevadas de cobertura do ensino básico

**Tabela 49 - Taxa de saída precoce 2001 (%)**

Portugal	44,8 <sup>26</sup>
Aguiar da Beira	46,1
Almeida	35,8
Celorico da Beira	50,9
Figueira de Castelo Rodrigo	48,4
Fornos de Algodres	52,3
Gouveia	42,4
Guarda	34,9
Manteigas	38,6
Mêda	44,2
Pinhel	43,4
Sabugal	41,5
Seia	43,6
Trancoso	45,5
Vila Nova de Foz Côa	45,4

Fonte: GIASE - Ministério da Educação

Para o caso da taxa de analfabetismo, no conjunto dos jovens<sup>27</sup>, esta variável não é reveladora de grandes surpresas. Mostrou-se no capítulo anterior que ela incide maioritariamente sobre a população mais idosa. Contudo interessa verificar os níveis do analfabetismo juvenil muitas vezes associado a várias formas de inserção precoce no mercado de trabalho.

**Tabela 50 - Taxa de analfabetismo na população 15-24 anos – 2001 (%)**

	HM	H	M
Portugal	0,6	0,4	0,8
Aguiar da Beira	1,0	1,5	0,5
Almeida	1,1	1,7	0,6
Celorico da Beira	0,9	0,8	1,1
Figueira de Castelo Rodrigo	2,0	1,3	2,9
Fornos de Algodres	1,0	1,1	0,9
Gouveia	0,7	0,7	0,7
Guarda	0,5	0,3	0,6
Manteigas	0,7	0,7	0,8
Mêda	0,7	1,1	0,3
Pinhel	0,7	0,5	0,9
Sabugal	1,2	0,9	1,6
Seia	0,7	0,8	0,6
Trancoso	0,5	0,7	0,3
Vila Nova de Foz Côa	0,7	1,0	0,4

Fonte: INE – Censos 2001

<sup>26</sup> Em 1991 a taxa de saída precoce ao nível nacional atingia 63,7%

<sup>27</sup> Para o cálculo da taxa de analfabetismo utilizou-se a seguinte fórmula: Taxa de Analfabetismo jovem (%) = População com 15-24 anos sem nível de ensino / Total da população com 15-24 anos

Em 2001 a taxa de analfabetismo juvenil atingia os seus valores mais baixos nos concelhos da Guarda e Trancoso (0,5%), valor ligeiramente abaixo do nível nacional (0,6%), enquanto que em Figueira de Castelo Rodrigo (2,0%), Sabugal (1,2%) e Almeida (1,1%) era superior a um valor percentual. Constatase que as diferenças entre o analfabetismo juvenil nos dois sexos atinge em proporções variadas os homens e as mulheres do Distrito da Guarda, contudo há um dado que se destaca relativamente ao analfabetismo juvenil feminino que atinge perto de 3% em Figueira de Castelo Rodrigo.

Desta forma, ao compararmos as diferenças entre a taxa de analfabetismo ao nível de cada concelho, na população total e na população jovem, os valores são pouco expressivos. Os concelhos que mais se distinguem são novamente Figueira de Castelo Rodrigo (2,0%), que atinge uma taxa de analfabetismo entre os jovens duas vezes acima da média distrital (0,9%) e três vezes superior à nacional (0,6%).

**Tabela 51 - Taxa analfabetismo comparada  
total da população e jovens com 15-24 anos (2001) (%)**

	<b>Taxa analfabetismo no total da população</b>	<b>Taxa analfabetismo na população com 15-24 anos</b>
Portugal	16,7	0,6
DT Guarda	20,3	0,9
Aguiar da Beira	28,2	1,0
Almeida	19,1	1,1
Celorico da Beira	23,6	0,9
Figueira de Castelo Rodrigo	20,2	2,0
Fornos de Algodres	22,5	1,0
Gouveia	18,5	0,7
Guarda	17,0	0,5
Manteigas	18,8	0,7
Mêda	24,1	0,7
Pinhel	21,6	0,7
Sabugal	25,8	1,2
Seia	17,3	0,7
Trancoso	23,3	0,5
Vila Nova de Foz Côa	22,6	0,7

Fonte: INE – Censos 2001

Destaca-se aqui o concelho de Trancoso, que apesar de inscrever a taxa de analfabetismo total entre as mais elevadas, na população jovem tal não acontece, sobressaindo pela positiva nesta variável de escolaridade.

Em suma, constata-se que os indicadores de escolaridade descritos até agora não estão muito abaixo do nível nacional, aproximando-se dos mesmos. Porém, acusam uma elevada taxa de saída precoce, principalmente nos concelhos de Celorico da Beira e de Fornos de Algodres, sendo que os mesmos concelhos assinalam uma saída antecipada e os maiores níveis de analfabetismo, no conjunto de todos os concelhos do Distrito. O fundamento destas dinâmicas fica a dever-se a diversas causas, entre as quais se pode referir as aspirações e necessidades de ingresso precoce no mercado de trabalho, que levam muitos dos indivíduos a orientarem a sua trajectória educacional em função dos projectos pessoais.

#### **4.1.3. As estatísticas do desemprego juvenil**

Se questionarmos onde, na estrutura do emprego, se enquadram os jovens, a resposta é verdadeiramente difícil, desde logo porque a actividade económica tem contornos distintos daqueles que estão expostos nas suas definições métricas. O trabalho não é sinónimo de actividade económica nem de emprego, pelo que as dinâmicas, mais ricas do que as estatísticas, desvendam vontades, potenciais movimentos futuros que nos escapam à análise. Os jovens podem, muitas das vezes, não estar inseridos no mercado de trabalho, informal desta vez, contudo mantêm um contacto muito próximo das actividades económicas. Nesta parte do estudo foi, portanto, avaliada apenas a estrutura ocupacional dos jovens à luz da informação estatística dos Censos, havendo decerto outros factores determinantes, provavelmente encapotados, descobertos através de entrevistas. Um dos aspectos mais importantes a referir é que a actividade económica dos jovens tem vindo a diminuir nos últimos anos.

A diminuição da proporção dos jovens com actividade económica pode ser explicada por razões que se prendem com o prolongamento da escolaridade ou com a saída dos jovens do concelho.

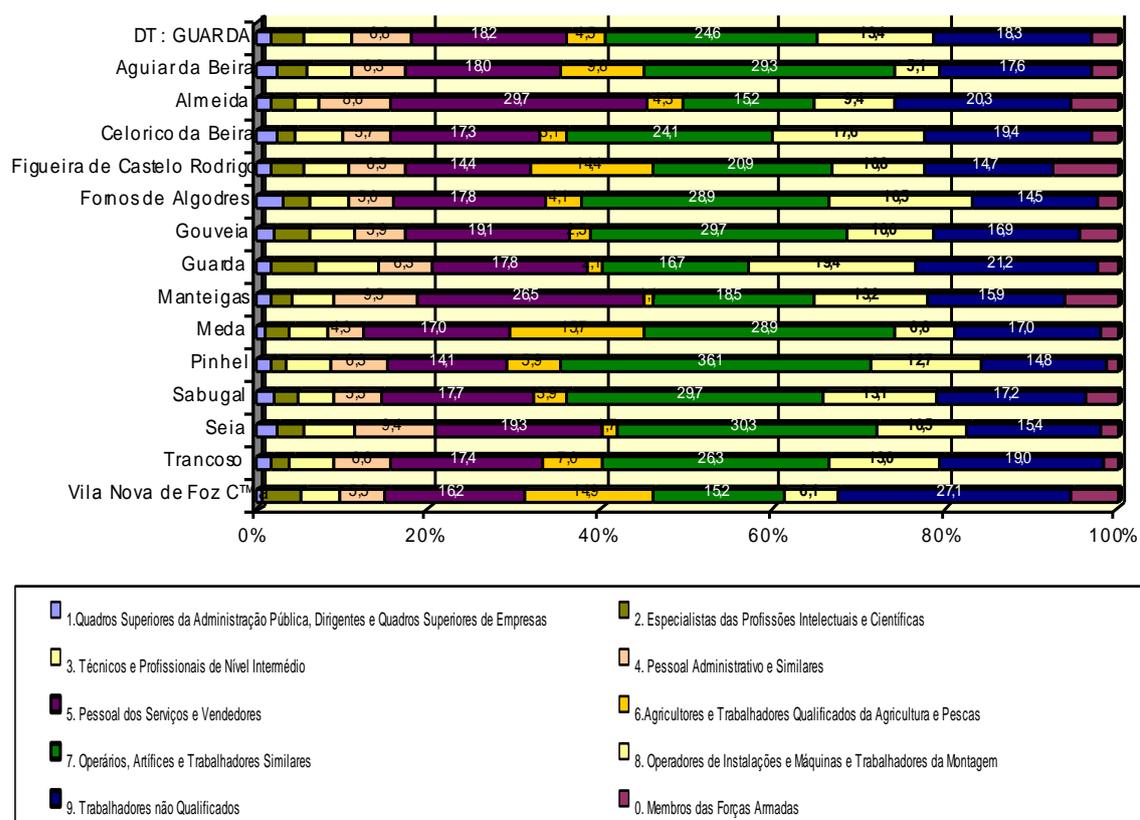
**Tabela 52 - População com 15- 24 anos por condição perante a actividade económica na população com 15-24 anos (1991-2001) (%)**

	1991		2001	
	com actividade	sem actividade	com actividade	sem actividade
Aguiar da Beira	50,1	49,9	37,0	63,0
Almeida	38,5	61,5	33,9	66,1
Celorico da Beira	46,8	53,2	44,4	55,6
Figueira de Castelo Rodrigo	36,7	63,3	35,8	64,2
Fornos de Algodres	52,4	47,6	40,3	59,7
Gouveia	50,0	50,0	37,8	62,2
Guarda	44,1	55,9	38,0	62,0
Manteigas	52,1	47,9	41,0	59,0
Mêda	40,5	59,5	35,3	64,7
Pinhel	47,7	52,3	42,8	57,2
Sabugal	44,9	55,1	35,5	64,5
Seia	51,8	48,2	41,6	58,4
Trancoso	43,6	56,4	38,9	61,1
Vila Nova de Foz Côa	36,7	63,3	36,7	63,3

Fonte: INE: Censos 1991, 2001

No que diz respeito à composição dos jovens mostra-se que a inactividade é mais acentuada na população feminina. Em 2001, na população feminina com 15-24 anos, os concelhos de Celorico da Beira (38,4%), Seia (36,6%) e Pinhel (35,8%) eram os que tinham maiores percentagens de jovens activas. No lado oposto encontravam-se Figueira de Castelo Rodrigo (77,9%) e Vila Nova de Foz Côa (74,1%), onde mais de setenta por cento das jovens com 15-24 anos não se encontravam activas. Já a população jovem masculina acusava níveis inferiores de inactividade, sendo disso exemplo o concelho de Fornos de Algodres (49,6%). Apenas Almeida (62,3%) e Sabugal (60%) conseguiam destacar-se como os concelhos com a maior incidência de jovens inactivos, perto dos valores femininos.

Uma outra observação diz respeito aos grupos de profissões em que estão empregados os jovens. Um dos principais aspectos que se destaca aqui é a grande incidência dos jovens em profissões pouco qualificadas, como se pode verificar nas tabelas seguidamente apresentadas.

**Gráfico 6 - População empregada com 15-24 anos por grupos de profissões (2001) (%) (Total)**

Observa-se no gráfico acima que existe uma predominância distrital dos jovens nas categorias profissionais de “Operários e Artífices” (cerca de 25%) e de “Pessoal dos Serviços” e “Trabalhadores não Qualificados” (cerca de 18% cada). A categoria do pessoal administrativo, apesar de não atingir 10%, é das profissões qualificadas que mais empregam jovens, sendo Seia e Manteigas os concelhos onde se encontram mais jovens nessas profissões. Se se considerar a distribuição desta população activa jovem pelos grandes grupos de profissões e pelos concelhos, verifica-se que a distinção entre os sexos é muito relevante.

As mulheres jovens encontram-se empregadas em maior número em sectores como “Pessoal dos Serviços e Vendedores” (26,2%) e “Trabalhadoras não qualificadas” (21,6%), tendo nalguns concelhos valores elevados noutros grupos profissionais: “Pessoal Administrativo” nos concelhos de Manteigas (15,5%), Seia (14,9%) e Figueira de Castelo Rodrigo (13,9%); e “Operárias” nos concelhos de Pinhel (21,8%) e Celorico da Beira (20,3%). Fazendo uma avaliação apenas com uma leitura superficial, na evolução de 1991 para 2001 é clara a redução em qualquer uma das categorias predominantes em que os

jovens se encontram, efeito provavelmente associado ao desemprego, ao prolongamento da escolaridade e à saída migratória.

No caso dos jovens do sexo masculino as profissões que mais empregam são as de “Operários, Artífices e Trabalhadores Similares” (32,4%), de “Trabalhadores não qualificados” (16,1%), de “Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem”(14,4%) e de “Pessoal dos serviços e Vendedores” (13%).

Uma análise mais fina, a nível dos concelhos, mostra que a profissão de “agricultor” ainda ocupa muitos jovens nos concelhos de Mêda (19,2%), de Vila Nova de Foz Côa (17,7%) e de Figueira de Castelo Rodrigo (17,5%), ou que a profissão operária é particularmente elevada nos jovens de Aguiar da Beira (44,9%), de Pinhel (44,8%) e de Mêda (41,8%) ou ainda que os trabalhadores não qualificados são mais frequentes nos concelhos de Vila Nova de Foz Côa (26,5%) e Almeida (21,2%). Neste último concelho o “Pessoal dos serviços e vendedores” atinge a percentagem mais elevada (23,7%) sendo também o concelho que se destaca dentro desta categoria profissional. Relativamente à situação de desemprego jovem<sup>28</sup> os valores mais recentes colocam a população jovem, a nível nacional, num processo contínuo de crescimento dos níveis de desemprego desde 2001, com uma ligeira exceção no ano de 2005.

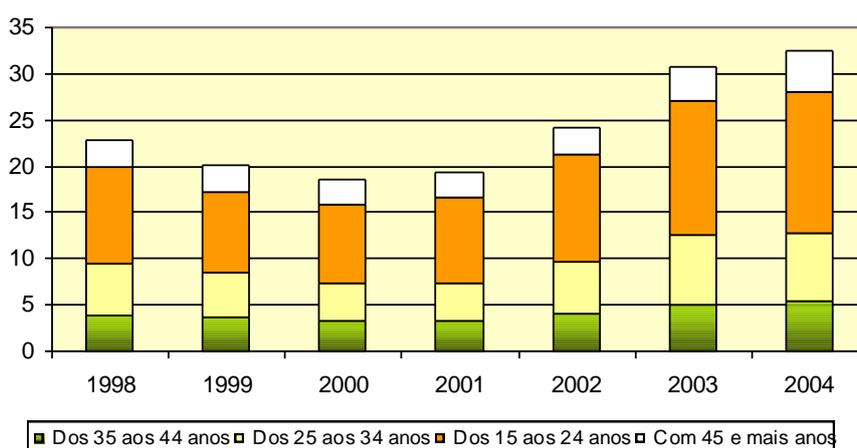
**Tabela 53 - Taxa de desemprego por grupo etário em Portugal (1998-2004) (%)**

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total	4,9	4,4	3,9	4,0	5,1	6,3	6,7
Dos 15 aos 24 anos	10,4	8,8	8,6	9,4	11,6	14,5	15,3
Dos 25 aos 34 anos	5,6	4,8	4,1	4,1	5,6	7,5	7,2
Dos 35 aos 44 anos	3,9	3,7	3,2	3,2	4,0	5,1	5,5
Com 45 e mais anos	3	2,9	2,7	2,6	3,0	3,6	4,5

Fonte: INE, 2004

<sup>28</sup> Segundo a aceção do IIEFP o desemprego é entendido como o número de pessoas, com idade igual ou superior a 16 anos que, registadas nos seus centros, não trabalha no momento da inscrição e está disponível a trabalhar por conta de outrem.

Gráfico 7 - Taxa de desemprego por grupo etário em Portugal (1998-2004) (%)



Segundo os dados disponibilizados pelo INE, através do Inquérito ao Emprego, a população alvo deste estudo, com idades entre 15-24 anos, atinge percentagens muito elevadas relativamente à sua situação perante a actividade económica. Os jovens empregados, a nível nacional e no espaço temporal de 6 anos, têm vindo a diminuir o seu peso na estrutura da população empregada. Este fenómeno é explicado pela taxa de desemprego registada no mesmo período que revela um agravamento superior nos jovens relativamente às restantes faixas etárias.

Esta tendência já se verificava em 2000, pelo Índice de desemprego registado nos jovens (INE). O índice foi construído tendo em conta o volume do desemprego médio registado no 1º semestre de 2000, em cada concelho, onde se valorizam essencialmente as características relacionadas com os jovens. Este índice resulta do somatório do peso dos que têm menos de 25 anos, do peso das mulheres, dos que estão desempregados há menos de 1 ano e dos que têm uma habilitação inferior ao ensino secundário.

Do mapa nacional destaca-se o Distrito de Guarda com um número médio elevado de desempregados jovens (apenas no 1º semestre de 2000) comum a todos os concelhos, tendo a Guarda como concelho que menos desempregados jovens regista em contraposição aos concelhos de Pinhel e Mêda.

**Tabela 54 - Desemprego registado na população <25 anos  
(Dezembro 2000- Dezembro 2005 ) (%)<sup>29</sup>**

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Almeida	14,9	14,6	13,2	16,7	14,5	10,6
Aguiar da Beira	19,5	19,0	19,1	17,2	18,4	19,3
Celorico da Beira	21,5	23,6	18,7	24,4	19,6	20,9
Figueira de Castelo Rodrigo	20,6	23,0	24,8	21,2	24,8	18,6
Fornos de Algodres	20,2	16,5	23,4	19,0	11,4	13,0
Gouveia	17,2	17,6	20,2	17,6	16,3	15,4
Guarda	21,8	21,7	21,4	17,1	16,3	16,4
Manteigas	12,5	18,4	13,4	14,0	8,4	16,1
Mêda	26,3	28,2	21,9	28,8	19,6	9,4
Pinhel	29,0	22,3	28,1	22,7	21,4	15,5
Sabugal	19,3	22,5	21,3	22,6	16,2	16,2
Seia	18,3	18,1	20,4	19,2	17,5	14,0
Trancoso	28,7	26,9	26,5	18,4	15,2	13,6

Fonte: IEFP – Estatísticas mensais 2000-2005

Nos cinco anos em estudo verifica-se um decréscimo do desemprego entre os jovens no Distrito da Guarda. O peso dos jovens desempregados (15-24 anos) no conjunto dos desempregados para todos os concelhos varia muito neste período (o que evidencia a grande variabilidade dos padrões de desemprego em função das características locais dos mercados de trabalho). Este é um tema que exige um refinamento da análise. Mesmo assim, poderiam ser destacados aqueles concelhos em que o aumento do peso dos jovens desempregados é bastante regular ao longo do período – Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda, Celorico da Beira e Sabugal, e aqueles concelhos em que o peso do desemprego jovem está a diminuir regularmente – Almeida, Trancoso, Pinhel e Guarda – e os restantes com padrões mais irregulares.

#### 4.1.4. Dados sobre o associativismo juvenil

Apesar do associativismo juvenil, tal como foi demonstrado anteriormente, não revelar dados muito significativos ao nível nacional, definindo uma tendência de pouca participação juvenil na sociedade, no caso do distrito da Guarda o número de associados jovens é exemplar. Segundo os dados apurados pelo IPJ da Guarda (IPJ:2008) entre 2003-2004 o número de jovens associados aumentou em mais de quinhentos.

<sup>29</sup> Apesar dos dados anteriores não englobarem o concelho de Vila Nova de Foz Côa nem se cingirem ao mesmo período é neste concelho que se encontra, em 2006, a maior incidência de desemprego jovem (22.1%) com uma clara tendência de aumento face à data homóloga de 2004.

**Tabela 55 - Número de associados jovens 2003-2004 (N) (%)**

	<b>2003 (N)</b>	<b>2004 (N)</b>	<b>Variação 2003-2004 (%)</b>
Portugal	142.669	138.139	-3,2
Guarda	7.418	8.048	8,5

Fonte: IPJ : 2008

Os dados revelam que entre os dois anos em confronto houve um crescimento do número de jovens associados ao nível do distrito da Guarda, o que não segue a tendência de diminuição verificada a nível nacional. Esta condição explica-se, segundo as interpretações do próprio IPJ da Guarda, através dos incentivos ao associativismo, e não por uma maior consciencialização dos jovens da importância dessa prática, facto para o qual já têm sensibilidade. Além do associativismo existem outras formas, informais de associação, adoptadas pelos jovens para fazerem valer os seus interesses, razão que explica em parte os dados anteriores.

A título exemplificativo os dados apresentados acima revelam um aumento na ordem de 8,5% entre 2003 e 2004 ao nível dos jovens associados no Distrito. Contudo, segundo o IPJ, até 2008 essa tendência tem vindo a diminuir, explicado pelas dificuldades encontradas por parte de algumas associações em se candidatar aos apoios do IPJ, uma vez que as suas estruturas deixaram de contemplar direcções jovens, e torna-se cada vez mais difícil aliciar os jovens a permanecerem por falta de oportunidades locais de emprego capazes de os fixar.

*Tenho pena quando essas pessoas que fazem parte da associação deixem de fazer parte da associação não por vontade própria, mas é porque têm que sair, são obrigados a sair... ou porque arranjam um emprego longe daqui, ou porque casaram e não conseguiram comprar casa*

*Associação juvenil A*

## **4.2. Os Jovens e a interioridade: expectativas e comportamentos**

As aspirações e as expectativas dos jovens, modo geral, devem ser entendidas num contexto mais extenso, enquanto expectativas de uma categoria social em contínua adaptação às transformações estruturais de várias esferas: família, escola, trabalho, comunidade. Associados a essas transformações encontram-se os contextos sociais e económicos em que se integram os jovens, também não sendo indiferente a variável

classista, geracional ou de género. Dessa forma as expectativas pessoais e profissionais dos jovens dependem dos factores referidos mas também de outros condicionantes ligados às especificidades do tecido económico e social local. Estes explicam o contínuo ajuste dos projectos dos jovens à realidade e, em particular, à incapacidade de expressar esses mesmos projectos, como se verificou ao longo das entrevistas e dos inquéritos realizados junto deles.

Face a essa lógica de adaptação dos projectos pessoais e profissionais aos contextos sociais e económicos, como também à condição da juventude, uma das preocupações do estudo foi averiguar qual é a imagem que se constrói sobre os jovens do Interior. Os seus modos de vida, os seus comportamentos e as suas manifestações de interesses levaram a construção de imagens e representações sobre a juventude que importa conhecer. Inquiriram-se sobre o assunto actores institucionais que mais de perto se relacionam com os jovens, seja no domínio da escola, do trabalho, do associativismo ou dos projectos de futuro dos jovens em geral. Em contraponto, as entrevistas aos jovens permitem discutir a autenticidade dessas representações recolhidas dos actores próximos.

Nos pontos seguintes, sintetizam-se os principais dados sobre o perfil dos jovens do Interior.

#### **4.2.1. A perspectiva dos actores sociais locais**

A opinião e o conhecimento dos vários actores sociais entrevistados sobre a juventude, as suas expectativas pessoais e profissionais referem um conjunto variado de traços de que se comporia o perfil dos jovens do Interior. Um primeiro traço é o do apego à família, a coabitação tardia, a desresponsabilização e dependência dos pais.

*Na Europa, aos 20, 21 anos, os jovens saem de casa... em Portugal, aos 30, 32, os jovens ainda estão em casa dos pais (...) há que criar mais responsabilização e mais autonomia junto dos jovens! Nessa idade... os jovens não podem estar toda a vida à sombra... à sombra do património familiar*

*Presidente da Câmara Municipal F*

O segundo traço é indicado como a falta de objectivos dos jovens. Apesar de ser possível naturalizar essa atitude a verdade é que ela pode estar ainda, de certo modo, relacionada com o traço anterior, em que a responsabilidade das decisões não compete aos jovens.

*Os jovens, por natureza, são distraídos, tem muitos pensamentos, muitas ideias e não tem objectivos concretos*

*Vereador da Câmara Municipal D*

Ainda, outros referem o carácter limitado das aspirações relacionando-o com a falta de oportunidades locais.

*As aspirações dos jovens são limitadas como são nos outros concelhos... pelas potencialidades locais*

*Presidente da Câmara Municipal C*

A generalidade dos actores entrevistados caracteriza a juventude como pouco participativa nas actividades associativas, pouco informada sobre os seus direitos e deveres, sobre as oportunidades e ajudas em matéria de emprego e formação profissional, localmente e ao nível nacional, e ao mesmo tempo inadvertidos sobre as instituições e as políticas para eles orientadas. As explicações vão para a socialização primária, através da família e, posteriormente, a socialização secundária através da escola. Sucede, muitas das vezes, a família não ser crítica das expectativas dos jovens e encaminhar, ou deixar que eles se orientem, para aspirações difíceis de alcançar localmente, designadamente quando obedecem a padrões de necessidades e consumos.

*Alguns não sabem aproveitar e por uma coisa muito simples que se chama família... uma responsabilidade única e exclusiva... não é a sociedade, é a família (...) e hoje eu acho que falta muito aos jovens... é rédea curta e essa rédea curta só pode ser dada pela família. Isto depois têm efeitos forçosamente nefastos neles. O outro lado em que, do ponto de vista social, se quer fazer uma análise muito fina porque... eu acho que nós rapidamente enveredamos, quando ultrapassamos para uma sociedade de consumidores ou mercado, em que as pessoas querem consumir tudo e tudo e querem ter tudo, é obvio que isto depois vai dar problemas que começam a afectar o endividamento e isso foi transmitido aos filhos (...) têm que aprender a conquistar as coisas ... deixaram de ter o sentido da responsabilidade, deixaram de ter o sentido da dificuldade das coisas*

*Director IIEFP/CEFP C*

As más condições económicas e sociais e a falta de alternativas para os jovens ocuparem os tempos livres explicam, segundo alguns entrevistados, levam à ocorrência, entre os jovens, de situações de desvio social e marginalidade.

*Nós aqui temos várias problemáticas e, mesmo para nós, tem sido muito difícil muitas vezes mobiliza-los. Os jovens passam muito tempo nos cafés, os tempos livres são passados lá (...) uma das grandes problemáticas é o alcoolismo. (...) Eu também trabalho aqui na Câmara e na Rede Social (...) na fase de diagnóstico, nós fizemos vários estudos com os jovens e, um deles, foi acerca do alcoolismo e miúdos com 12, 13 anos já consomem álcool e isso é problemático. Nós (associação) ainda fizemos muito pouco, mas temos actividades desportivas, culturais, até um bocadinho sociais também, alguma preocupação social, talvez pelo facto de eu ser socióloga... influencio um bocadinho os outros... Aqui normalmente a sexta-feira à tarde é quando eles não têm aulas e vão para o café... normalmente... agora eu acho que as escolas estão a tentar mudar um bocadinho isso, mas... na escola secundária, a sexta-feira à tarde normalmente era uma tarde livre que*

*eles tinham ... nós temos conhecimento dos dados do centro de saúde e era complicado, (...) rapazes e raparigas que iam para o hospital quase em estado de coma com álcool.*

*Associação juvenil C*

*O problema do álcool entre os jovens é terrível... terrível! Nem imagina o que é a realidade! (...) por acaso eu tenho amigos polícias e eles dizem que não sabem se divertir, aliás só sabem partir coisas, pessoal dos 18 anos até aos 20 e tais... há várias formas de se divertirem. Claro que não estou a dizer para... podem beber socialmente, quer dizer, não estou a ir por aí, mas... mas está um pouco complicado... também eles estão a aprender que se podem divertir... de outras formas, não é? E nós indirectamente, não querendo dar sermões, porque senão fogem, portanto, indirectamente tentamos inculcar-lhes valores e princípios para eles...\_acho que consegue-se esse objectivo*

*Associação juvenil B*

#### 4.2.1.1. Perspectivas dos actores sociais locais no domínio da educação e formação

O perfil do jovem do Interior, segundo os actores entrevistados, inclui traços acerca das atitudes relativamente à educação escolar e à formação profissional. A par do interesse e motivação pela escola, a aversão à escola é uma das atitudes identificadas

*Eles a nível de ensino estão descontentes, eles preferem uma alternativa ao ensino*

*Associação juvenil B*

O mesmo tipo de atitude é reconhecido por quem recebe os jovens na formação profissional:

*Muitos deles vêm para aqui porque abandonaram o sistema oficial de ensino, não querem nada com a escola (...) “bem, eu não quero nada com a escola, vou para ali, dão-me lá de almoço e ainda tenho direito ao passe social, tiro um curso, aquilo não é tão complicado”. Bem, (...) ao longo do percurso, uma coisa curiosa acontece, amadurecem! Saem daqui completamente diferentes do que entraram, isto é, enfrentam mais facilmente os perigos que lhes reservam e levam potencial, aí já são eles que têm que aproveitar (...) levam o potencial de uma carteira profissional da profissão que tiraram*

*Director IEFP/CEFP C*

Os baixos níveis de aspiração escolar foram também referidos, em termos muito próximos daquele que os próprios jovens deram nas respostas ao inquérito.

*Em relação ao percurso escolar (...) do estudo que fizemos a grande maioria aspira o ensino superior, no entanto, tínhamos, não significativa, mas uma percentagem de jovens que queria ficar pelo 9º ano e aspira o 9º ano e mais nada... não foi uma percentagem significativa, mas é sempre preocupante, não é? Mais... assim em termos de expectativas... depois havia alguma percentagem de... havia uns que também diziam que não gostavam da escola, que não gostavam de estudar (...) os factores podem ser muitos, pode ser a própria escola, pode ser a família*

*Associação juvenil C*

*Tirar um curso superior sem ter saída profissional isso assusta-os bastante. Pelo menos, é a noção que eu tenho, porque têm aquela noção de não terem rede por baixo... “eu vou, mas se cair... não tenho rede por baixo, como é que eu faço?”, não é? Têm muito a noção*

*de estarem desamparados nesse aspecto, não é? Eu penso que eles não têm essa noção quando estão a tirar o curso, eles ganham essa noção quando saem*

*Associação Patronal A*

Os jovens que pretendem atingir um grau de ensino mais elevado, aperfeiçoando as suas habilitações, têm a consciência da importância que isso tem para aumentar as possibilidades de empregabilidade a longo prazo. Contudo, face às poucas oportunidades locais de emprego que correspondam verdadeiramente às suas expectativas, os jovens com formação superior tendem sair do Interior e não voltar.

*O jovem, que normalmente tem sucesso no secundário, vai fazer o seu curso superior fora e são poucos os que voltam, muito poucos os que voltam, não só porque cá não há mercado para os absorver, em termos de oportunidades de trabalho, nem pelas suas carreiras. As carreiras aqui são sempre das universidades.*

*Director IIEFP/CEFP A*

*Os jovens procuram, a maior parte, formação superior, são obrigados a sair não só do concelho, mas também da região, depois para voltarem têm muita dificuldade... bastante. São criadas novas expectativas (...) Tendem a não voltar. Os outros mantêm... mas até se tem verificado, nos últimos tempos, já não acontecia se calhar há uns anos haver alguma emigração, principalmente para Espanha.*

*Vereador Câmara Municipal D*

Segundo os entrevistados, a decisão de prosseguir com os estudos nem sempre depende apenas da vontade do jovem. Mais uma vez, é a família a ter um peso significativo na decisão pelas implicações financeiras e outras que acarreta.

*Eu entro em contacto com várias famílias que, em termos de percurso educativo, não dão a importância que se calhar devia dar, não consideram que a escola... não dão a importância devida à escola*

*Associação juvenil C*

*Referia só um caso, um caso mediático que foi à base de a Rosa Brava lá uma... uma jovem lá dos Casais (?) foi um caso que eu acompanhei muito de perto e que realmente os pais têm aquela mentalidade... E ela vive, mas a vontade dela sei que era continuar a vida fora dali, no entanto, os pais não permitem, não... apesar de todos os aliciantes que lhe demos, de garantir isto, aquilo, mas nunca aceitaram nada. É por assim dizer... até ao 2º ciclo, até ao 6º ano de escolaridade, o único abandono que temos e aí verifica-se depois a nível do ensino secundário, como sabe, aí as estatísticas vão crescendo... aos 17, 18, 19 anos e começam... a escola começa, digamos, a não ser atractiva, eles começam a ter resultados... e, portanto, têm que ir buscar percursos alternativos, não é? Mas até aí também temos a funcionar, para os jovens*

*Vereador Câmara Municipal H*

#### 4.2.1.2. Perspectivas dos actores sociais locais no domínio do trabalho e emprego

A importância do trabalho enquanto factor de integração social foi considerada, na perspectiva dos entrevistados como fundamental, defendendo que a família deveria ser, inclusivamente, uma âncora na realidade do trabalho para os jovens sem os proteger em demasia, desresponsabilizando-os.

*Os jovens, especialmente os que estão ainda no 3º ciclo, que estão no 9º ano, que estão naquela fase em que deveriam estar já a perspectivar o futuro em termos profissionais, não têm a mínima ideia do que querem ser quando forem grandes e muitos têm ideias de coisas que nós... não lembra a um adulto (...) há é um grande distanciamento da realidade, eles não têm ideia nem sabem como é que as pessoas vivem com este tipo de profissão e, por vezes, também não lhes é dito e eles também não têm a percepção de que isso são profissões elitistas (...) Eles não têm a noção. (...) não sabem o que é que os pais fazem... não fazem a mínima ideia de qual é a profissão dos pais. Ou seja, ouvem falar “o meu pai é isto”, mas não fazem a mínima ideia do que é que ele faz (...) Não se deve cortar os sonhos pela raiz, porque eles têm o direito de sonhar (...) mas, se não formos nós, os mais velhos, a abrir horizontes, se calhar, eles vão achar que aquilo é possível, até ao dia em que se vão desiludir e vão descobrir que, afinal, aquilo é mesmo muito difícil e depois ficam desiludidos e acham que não há mais nada, ficam perdidos. E o que falta, se calhar, aos jovens é uma referência em termos de trabalho. Há muitos jovens que já têm experiência de trabalho, já conviveram com o trabalho (...) algumas tarefas mesmo com o apoio familiar, se calhar, esses têm mais percepção e maior disponibilidade para perceber o mundo do trabalho, quer ao nível dos ritmos de horários, a carga de trabalho que têm que executar, ou até as relações de trabalho e as hierarquias (...) Os outros, que são muitos protegidos pela família e que a família os protege ao ponto de nem sequer, ocultar perante o jovem, o que é que eles fazem, ou o grau de responsabilidade que o pai tem na empresa, ou não tem, isso também é importante (...) os jovens que estão nessa situação de superprotecção são os que têm os sonhos mais irrealistas, são os que têm os sonhos, se calhar, menos exequíveis em termos de futuro.*

*Director IIEP/CEFP A*

O contacto desde cedo com o mercado de trabalho, nas suas vertentes desde as mais simples tarefas às mais complexas, desde as menos valorizadas socialmente para as mais valorizadas, permitem aos jovens ter uma noção do sistema de trabalho, da existência ou não de hierarquias, conviver com os colegas de trabalho em ambiente de competitividade, partilha, organização interna e gestão de conflitos.

Só para exemplificar um dos nossos entrevistados, ligados ao IIEP que contacta diariamente com os jovens, citou o modelo das multinacionais não entendidas como exploradoras de mão-de-obra, mas como grandes escolas do mundo do trabalho.

*Todos os jovens deviam trabalhar, pelo menos, se calhar não digo mais, mas pelo menos 3 meses num McDonald's... é verdade! (...) lavar a casa de banho e depois vão passando para os outros sítios e depois lá vão para a cozinha e depois para o atendimento, até que chegam a chefe de loja. Por isso, eu acho que todos eles deviam passar por aí, era uma grande aprendizagem (...) ou noutras empresas com a mesma metodologia, também há outras empresas, eu referi-me ao McDonald's porque, se calhar, é o exemplo mais*

*conhecido da hierarquia profissional e do premiar, da meritocracia, porque aquilo é mesmo meritocracia (...) são pagos de forma diferenciada, em função da sua capacidade e disponibilidade para trabalho (...) o Feira Nova já tem um modelo semelhante (...) o Lidl e outras empresas que também praticam modelos de meritocracia que seria bom que os jovens passassem por eles (...) se há alguns que definem que são multinacionais que exploram mão-de-obra barata, há outros, como eu, que não acham, acho que são grandes escolas*

*Director IEFP/CEFP A*

*Os jovens devem subir patamares, devem subir degraus, a tal experiência que nós vamos adquirindo ao longo da... da vida, daí que eu defenda que... nas organizações, em todos os serviços deve haver... um equilíbrio entre os da experiência, dos que já têm alguma experiência, e os jovens, porque complementam-se. A gente quando acaba de tirar um curso vem com novas ideias, vem com outras perspectivas... depois vão-se diluindo no caminho que a gente vai percorrendo*

*Associação sindical B*

Outro dos informantes entrevistados salientou que a preocupação com o futuro emprego chega tardiamente e, mais uma vez, isso se relaciona com a superprotecção dos pais, como se acabou de referir anteriormente.

*Até ao 12º ano, estão todos a estudar, nem estão preocupados ainda com isso, são miúdos que estão a estudar ainda, pronto, estão sob a alçada dos pais (...) a nível de mercado de trabalho, eles não se preocupam com isso, não têm planos enquanto estiverem com os pais a financiar... portanto, não estão mesmo preocupados*

*Associação juvenil B*

Existe portanto uma clara correlação entre os projectos idealizados pelos jovens e pelas suas famílias, a sua preparação escolar/profissional ou falta dela e as oportunidades locais.

Alias, os jovens entendem e manifestam alguma frustração no que respeita à incongruência entre as suas expectativas, as suas qualificações e a oferta local de emprego, frustrações legítimas sobretudo quando o investimento na formação não tem, de imediato, o retorno almejado.

*Depois há jovens que dizem “mas porque é que eu andei a tirar o curso? Mas para que é que eu investi na minha formação? Privei-me de tanta coisa para quê? Para agora andar aqui e para comprar um maço de tabaco tenho que pedir ao meu pai para de dar um maço de tabaco?” (...) uma pessoa passa uma vida de sonhos, de idealismos a fazer projectos e, de repente, vê-se com o canudo, vê-se com publicações, vê-se com a formação e todas as portas estão fechadas.*

*Associação sindical B*

Face às novas alterações do mercado de trabalho, no espaço nacional e local, da precariedade dos postos de trabalho, das condições salariais, os jovens esperançados

resignam-se pouco a pouco em conseguir, em tempo útil, trabalhar nas áreas desejadas, e nas condições sonhadas.

*Não é pelo facto de uma pessoa ser licenciada (...) não tenho dúvidas nenhuma que muitos têm que baixar o patamar das suas ambições ... eu estou a falar de pessoas que têm formação superior*

*Director IEFP/CEFP C*

Muitos deles tornam-se profissionais resignados. Reditas vezes os actores sociais entrevistados referem que perante as poucas oportunidades locais e apesar das suas habilitações serem elevadas muitos dos jovens diminuem o grau de expectativas em relação ao emprego, circunstâncias que se apuram não apenas no Interior mas por todo o país. O lado positivo é a capacidade de flexibilidade dos jovens em aceitar novo desafios.

*Todos os dias basta ligar a televisão, e toda a gente sabe disto, pessoas que tinham supostamente carreiras estáveis e pensavam que já não iam a lado nenhum, se viram subitamente abaladas (...) aquilo que antes era certo, hoje já não é, e, portanto, muito mais para quem está a começar (...) mentalmente a ideia que eles têm é “tudo bem, se escorregar e cair, levanto-me e tento outra coisa. Sou jovem, tento outra coisa”, acho que é mais essa a esperança que eles sempre têm se correr mal, outra coisa surgirá.*

*Associação patronal A*

Uma das maiores preocupações do poder local é precisamente a saída dos jovens mais qualificados. As elevadas qualificações escolares desses, incongruentes com as necessidades locais de emprego levam os jovens a sair em busca de oportunidades profissionais.

*Verifico que quanto mais qualificamos o jovem mais depressa ele sai da região... os desqualificados são aqueles que vão ficando (...) se não houver algum desenvolvimento no tecido económico que absorva essas novas competências e gente mais qualificada, quer dizer, os jovens da Escola profissional de hotelaria raramente ficam, vão para o litoral, vão para o Algarve, onde as remunerações são melhores e se calhar as condições de trabalho também. Sem acessibilidades, sem incentivos ao investimento, sem criação de emprego, os jovens vão continuar a sair do Interior... a não ser os desqualificados que ficam por aí em empregos mais desqualificados...*

*Presidente Câmara Municipal F*

*Agora, há uma dificuldade é de jovens que se formam, que tiram a sua licenciatura ou o seu bacharelato, fazem a sua formação académica e depois não regressam. Essa é que é a maior dificuldade! O jovem normalmente termina o 12º ano ou deixa... ou abandona...normalmente tem mercado de trabalho! (...) o grande objectivo aqui é conseguir fazer regressar aqueles que vão estudar para fora e depois fazê-los regressar ... muitos deles querem vir! Mas não existe cá trabalho para a área onde eventualmente eles querem trabalhar (...) o que me preocupa é, como lhe digo, aqueles que vão para a Guarda, para a mesma área que existe em Pinhel em termos de trabalho*

*Vereador Câmara Municipal G*

Daí, e segundo as percepções recolhidas juntos dos actores privilegiados, os jovens demonstrarem ter capacidade de leitura sobre aquilo que o Interior lhes possa oferecer em respostas das suas expectativas. A realidade própria do Interior há uns anos atrás, de que a responsabilidade da oferta de emprego local era das instituições do Estado, deixou de ser directamente ligada à boa vontade do poder local, e os jovens começam a entender esse novo fenómeno. O Estado há muito suspendeu a sua função de maior empregador no Interior.

*A vida dos jovens está muito complicada porque não há emprego e, aqui há uns anos atrás, esta geração, por exemplo, havia a função pública, as pessoas nem ganhavam muito...mas estava certo! Aquela mensalidade... e, portanto, as pessoas podiam comprar uma casa, podiam fazer, dentro das possibilidades que eles tinham, fazer algum investimento porque diziam assim “eu tenho um emprego garantido”. Hoje não... o jovem está meio ano aqui, depois está além, daqui por uns tempos está na rua, depois pode arranjar ou não arranjar, quer dizer, é muito complicado*

*Associação sindical B*

A par das expectativas elevadas relacionadas com a qualificação, em matéria de emprego, existe um reparo interessante a fazer, aquele de que os jovens do Interior não querem estar associados às profissões tradicionalmente locais, preferem profissões reconhecidas socialmente, profissões que confirmam menor desgaste físico e maior reconhecimento social, sendo essa valorização mais apetecível quanto menor for o foro das interacções sociais de proximidade.

*Os jovens gostam de estar sentados numa secretária, quer dizer, em vez de estarem a trabalhar nesta área (do granito) mas (...) este tem mercado de trabalho aqui*

*Vereador Câmara Municipal G*

*Os jovens também não querem ir para aquilo (cestaria) porque... ganham mais nas confecções e nestas zonas da periferia... se corre o risco de que esta actividade se extinga (...) o que é que eles vêem num percurso académico? Professores, normalmente com um bom aspecto, com um bom nível de vida, com um bom estatuto, que trabalham por conta de outrem e, portanto, as suas expectativas em termos profissionais serão de que amanhã também possam ter um bom emprego, um chefe, um bom estatuto, ter um bom ordenado, ter um bom carro, ter uma boa casa, etc., e, enfim, não ter grandes preocupações em termos daquilo que é a vida empresarial, portanto, que é desenvolve um trabalho normal, de preferência leve, muito bem pago, sem grande stress. Pronto, e eu penso que é mais ou menos à volta disto que estão as suas expectativas futuras em termos de vida profissional.*

*Associação patronal B*

*Nós temos potencialidades locais, nós aqui éramos a capital do queijo, digo-lhe a verdade...mas sabe que o pastor tem associado a si... é uma palavra... não digo jocosa, mas que tem um sentido pejorativo, está a ver? Você se disser a uma mulher “então o que é que faz o teu marido ou o teu namorado e tal... é pastor, é isto...”, é pejorativo e, além de ser pejorativo, tem a sua carga negativa.*

*Presidente Câmara Municipal C*

Para além disso, na óptica dos actores sociais os jovens do distrito, ambicionam, em termos de emprego algo estável que lhes favoreça a fixação sobretudo numa altura em que a instabilidade económica se faz sentir e atingem mesmo os eventuais destinos de migração.

*Eles querem fixarem-se aqui e terem um emprego estável... terem também a própria oportunidade de criação de uma empresa familiar, há uma ilusão de que só estando no litoral ou só estando nas grandes metrópoles é que se tentam desenvolver, não*

*Associação sindical A*

*O jovem procura muito mais a estabilidade à precariedade e é normal... mas eu vou-lhe explicar o que é que eu quero dizer com isso. É muito mais fácil eu bater nas portas do município... e ser-me aberta uma porta e ter um emprego... do que me arriscar a ir... se eu tiver esta abertura, se me for mais fácil, prefiro que decidam por mim do que, se calhar, chegar ao município e dizer "bem, eu tenho aqui este projecto. O que é que vocês me dão?" ...*

*Vereador Câmara Municipal J*

*Localmente, só existindo emprego, é que os jovens vão... vão enraizar-se.*

*Vereador Câmara Municipal D*

Nestas circunstâncias a constituição de uma empresa pode estabelecer um passo importante na carreira profissional de um jovem. Um passo igualmente ponderado pelos jovens, sobretudo porque ser empreendedor é uma experiência que fornece uma satisfação incomparavelmente maior do que aquela associada à empregabilidade por conta de outrem permitindo por vezes a fixação no Interior.

*Eles fazem-no (criar uma empresa) por uma questão de afirmação pessoal, por uma questão de dizer "eu consegui! Eu vou aparecer aos olhos de todos como um jovem que foi bem sucedido e que conseguiu e, se calhar, quando tiver a idade do meu pai, vou ter tanto ou mais do que ele e, para trás, toda uma experiência de sucesso". Portanto, é não só a estabilidade financeira, como também a questão da afirmação pessoal profissional que eu acho que é muito, muito, muito importante (...) eles já perceberam que o risco faz parte*

*Associação patronal A*

*Só agora se começaram a convencer e eu acho que isso já começou a acontecer, pelo menos, entre os jovens, que a criação do auto-emprego é uma solução.. Com esta história do emprego para a vida, como toda a gente já vai assumindo que isso acabou, os jovens, como são os que têm que assumir isso em primeiro lugar, porque são os que em primeiro lugar vão sentir isso na pele*

*Associação de desenvolvimento local A*

Torna-se imperioso, dadas as particularidades do mercado económico nacional e internacional, avaliar de forma comedida a opção de auto-emprego antes de a aplicar, e investir, tal como refere um dos actores privilegiados, na formação específica.

*Fazem-se muitos seminários, fazem-se muitas conferências, fazem-se muitos workshops, muitos trabalhos com jovens a tentar motivá-los para o empreendedorismo, mas, como alguém dizia, não se nasce empreendedor, as pessoas têm que ser mobilizadas, motivadas,*

*empurradas, às vezes, para virem a ser empreendedores (...) Os jovens têm que se adaptar e hoje (...) têm perceber que, se querem uma estabilidade de trabalho, nada melhor do que trabalharem por conta própria. Pelo menos, sabem ao que vão*

*Director IIEFP/CEFP A*

Mesmo nos casos em que as ideias possam ter viabilidade a conjuntura económica juntamente com a falta do espírito de risco, do próprio jovem, mais do que por falta de apoios, são argumentos de peso que inibem a iniciativa empreendedora.

*Era importante que as novas gerações tivessem outra... com consciência do risco, mas, como falava e muito bem, uma cultura de risco... de um risco maior ainda*

*Associação patronal A*

*O que existe é uma coisa que não existia há uns anos atrás, basta ter uma ideia, o dinheiro é o mais fácil de arranjar (...) ideias é o que falta, porque, há uns anos atrás, as pessoas tinham que ter ideia e, além da ideia, tinham que ter dinheiro e tinham que ter outro tipo de competências. Hoje não, hoje é só preciso mesmo a ideia porque facilmente se arranjam parceiros competentes, facilmente se arranja dinheiro (...) eu nem sequer sabia que existia, mas existem os investidores anjo (...) Angel Investment, são investidores que estão disponíveis para apostar na sua ideia sem lhe cobrar juros, se as coisas correm bem, ganham os dois, se as coisas correrem mal, perdem os dois... está a ver? Já existem bolsas de investidores*

*Director IIEFP/CEFP A*

*A grande dificuldade é que o jovem não vai à Câmara Municipal pedir esse apoio! Em primeiro lugar nós dispomos de técnicos capacitados para poderem disponibilizar informação, eventualmente candidaturas, etc. que os jovens queiram fazer (...) mas não são as Câmaras Municipais que têm que ir atrás dos empresários. As Câmaras Municipais têm que proporcionar aos empresários aquilo que eles acharem melhor.*

*Vereador Câmara Municipal G*

Apesar de vivermos numa sociedade de informação em que os jovens têm acesso e uma facilidade privilegiada em lidar com as novas tecnologias, e apesar de muitos saberem, teoricamente, como iniciar um projecto de auto-emprego.

*A maior parte dos licenciados que nós aqui temos, nunca contactou com o sector competitivo, não sabem o que é estar num ambiente concorrencial, não sabem o que é, objectivamente não sabem. (...) muitos acabam por vir para aqui porque têm medo de ir para Lisboa, têm medo de ir para o competitivo e uma pessoa que tem medo de ir para o competitivo, nunca é competitivo. Temos acompanhado aqui muitos jovens que vêm das escolas profissionais, por causa das PAPs (Provas de Aptidão Profissional) e estágios, etc. (...) vêm com aquele mito na cabeça de que o turismo é a solução para tudo (...) eles têm ideias fabulosas, de facto, só que depois falta o resto da perspectiva (...) aparecem-me aqui para casa de turismo... dizem que aquilo dá para pagar 2 ou 3 postos de trabalho, quando é mentira, quando muito, dá para pagar um, mas eles não têm essa noção... e, portanto, muitas das vezes, avançam com essa expectativa de que vão dar emprego à família toda*

*Associação de desenvolvimento local A*

São precisos, portanto maiores incentivos, não necessariamente financeiros como formativos. Os entrevistados apontam para os estímulos à criatividade, os apoios à elaboração de projectos, a sistematização dos planos de negócio e a captação das tendências locais em termos de oferta e procura.

*(Os jovens) têm que tomar decisões, têm correr riscos, têm que correr algum risco, mas eventualmente acautelados, mas compete-nos a nós dizer “vocês agora adquiriram estas competências e nós ainda não fechamos a porta, nós ainda temos isto”. Na eventualidade de, enfim, as pessoas terem algum espírito empreendedor, terem alguma capacidade para correrem riscos, terem capacidade de iniciativa, terem sentido de responsabilidade, capacidade de liderança (...) compete-nos fazer uma análise do processo, uma análise do projecto... uma análise do projecto e vemos também até que ponto é que vamos apoiar financeiramente...*

*Director IEFP/CEFP B*

Quando se fala em estímulos não se pretende, necessariamente, referir os concursos de ideias de auto-emprego, utilizados excessivamente sem resultados concretos, pois tal como alguns dos nossos entrevistados essa pode ser uma forma de comprometer a transformação da ideia em realidade.

*As boas ideias são coisas muito caras, nalguns casos nem sequer podem ir a concurso. A concurso só podem ir ideias e indivíduos que não pretendem executá-las. Quem é que tem uma boa ideia que não queira executar?*

*Director IEFP/CEFP A*

Ao mesmo tempo acusa-se ser preciso evitar os excessivos seminários de esclarecimento impostos aos desempregados, jovens ou não, cuja iniciativa não se estimula com exemplos teóricos de como funciona na prática o auto-emprego, mas sim com acções de formação capazes de dotar de competências aos interessados.

*Tem havido sessões sobre o microcrédito, convidam-se todas as entidades... as entidades todas... desde o centro de emprego... ou o NEGA, IAPMEI, ou o Núcleo de empresas de Seia que vêm... temos feito sessões de sensibilização repetidas (...) principalmente a população desempregada*

*Presidente Câmara Municipal F*

A cautela maior na arquitectura de uma ideia, a gestão da experiência nessa área e de competências, leva ao sucesso do auto-emprego, é desses ingredientes que os jovens precisam na sua iniciativa empreendedora.

*O que leva ao sucesso é a boa ideia, as conjunturas do mercado, a própria aceitação do produto e depois a própria capacidade de uma promotor se adaptar às dificuldades que vai encontrando (...) mas quando nasce torto, já dificilmente se endireita*

*Director IEFP/CEFP A*

Entre os exemplos de boa prática de empreendedorismo jovem que vingaram no Interior alguns deles usufruíam dos ingredientes acima mencionados. Um primeiro exemplo refere-se à utilização das novas tecnologias de informação para projecção fora das fronteiras nacionais, uma empresa de serviços informáticos *low profile* ao nível local.

*Na era global em que vivemos, qualquer jovem que tiver ideias... uma boa ideia, hoje, com as ferramentas de informática, com a Internet conseguimos colocar os nossos produtos ou os nossos serviços em sítios onde não imaginávamos há 5 ou 6 anos atrás e as oportunidades há iguais aqui, como haverá, se calhar, em Espanha ou noutro sítio qualquer atendendo a esse novo quadro onde nos encontramos, com base nas novas tecnologias de informação e comunicação. Há exemplos locais desse sucesso... conheço algumas empresas que estão a operar com jovens e que são empresas de sucesso mundial, não é só local, estamos a falar de empresas de sucesso mundial, tipo quase aquelas empresas de garagem como a Google e a YouTube (...) que tem como clientes a Microsoft, a Google e todas aquelas empresas... a Acrobat e outras empresas mundiais, tem-nas como clientes e está sediada a 200 metros do local onde nós estamos e, se calhar, nunca ouviu falar dela, nem nunca vai ouvir falar, porque a política deles é low profile, não deixar que alguém imite o que nós fazemos porque senão outros quererão fazer (...) nem sequer são licenciados em informática. Mas isto... só para dar valor a que as oportunidades existem sempre. O que não existe são boas ideias... as ideias é que são difíceis de arranjar (...)é tudo virtual, recebem por transferência bancária, nunca viram o cliente e o cliente também nunca os viu a eles, não é? Mas o serviço aparece feito. Desde que o trabalho seja feito, ninguém põem em causa quem é que está a fazer, nem o que está a fazer, nem como está a fazer*

*Director IEF/CEFP A*

Outros exemplos de sucesso de auto-emprego estão relacionados, precisamente, com os ofícios tradicionais e as potencialidades locais tais como o ambiente, a qualidade de vida, as paisagens e o relevo local apostando num turismo diferenciado e de qualidade.

As valências desses projectos são múltiplas, desde uma vertente pedagógica, a uma de entretenimento e de lazer, sem esquecer o importante acompanhamento das necessidades e gostos dos seus beneficiários, sempre em busca de nichos diferentes de satisfação desses gostos.

*Há um jovem que apostou no turismo e que está a construir uma queijaria pedagógica, faz queijo tradicional da Serra da Estrela (...) os miúdos podem ir lá aprender como é que se faz queijo, portanto, há aí muitos jovens a trabalhar... já foram jovens, quando começaram as iniciativas, e agora já têm trinta e tal anos, já não são tão jovens, mas têm empresas de sucesso (...) foi um daqueles que olhou para trás e viu assim “então, mas o que é que o meu pai faz? O meu pai é pastor, tem um bom rebanho de ovelhas, faz queijo, o queijo vende-se bem”. Hoje ele tem o queijo dele colocado no Brasil, no Japão, no El Corte Inglés, em Espanha e Portugal, no Carrefour, na Makro, em tudo o que é sítio. O queijo é a 20€ o quilo, não é? Agora, no Brasil, tem vendido a 100€ o quilo, no Japão, vende-se a 150€ o quilo (...) as ideias não é só pensar “eu quero fazer isto”, está a perceber? Muito trabalho, muitos anos de... sistematização*

*Director IEF/CEFP A*

*ViVaVentura é um conjunto de jovens que decidiu fazer um negócio na área da animação turística. Portanto, em termos daquilo que academicamente é definido como as fases de risco, em que os riscos são maiores no negócio, aqueles 2 ou 3 anos, eles já passaram essa fase do risco e são empresa, lá está, de jovens aqui, que investiram aqui, aproveitaram as oportunidades da região, na área turística. Não foram ao óbvio, não criaram capacidade alojamento, toda a gente só se lembra da capacidade, eles foram a uma área muito mais complicada que é a questão da animação (...) tiveram que diversificar, de ir buscar nichos, terem a visão suficiente para irem buscar outro tipo de actividades que lhes permitam ter uma actividade mais homogénea ao longo do ano e têm tido uma actividade bastante interessante (...) tiveram o engenho de terem feito possibilidade de negócio, de ir de um lado para o outro. O sucesso deles não depende da Câmara, não depende da nossa associação, não depende de ninguém em particular.*

*Associação de desenvolvimento local A*

*Há um jovem, que é um empresário e posso dizer bastante grande a nível agrícola, a formação dele não estava a correr bem e decidiu vir fazer aquilo que o pai fazia, a agricultura, só que... mais industrial, mais organizado... são alguns exemplos que vão mudando as coisas (...) tem uma empresa de produção de queijos e ovelha... tem a parte de produção animal de carne, neste caso, e tem a parte de produção de leite para o fabrico de queijo*

*Vereador da Câmara Municipal D*

É possível emoldurar estes casos de sucesso e torná-los exemplos para os jovens com espírito empreendedor, complementando o seu espírito com formação adequada e vocacionada para áreas específicas do mercado local, aproveitando o potencial endógeno.

#### 4.2.1.3. Perspectivas dos actores sociais locais no domínio do associativismo

Conjuntamente, é possível entender os jovens, as suas expectativas em termos educativos e profissionais, através das suas manifestações sociais, apelando ao associativismo jovem. Nesse sentido os jovens dão a conhecer-se. A opinião geral é de que existe, como foi referido há pouco, um défice de associativismo no Interior, retrato do quadro nacional. Entre as alterações sugeridas pelas associações juvenis, mais próximas dessa realidade, conta-se com a maior necessidade dos jovens em participarem nas actividades mas não nas estruturas associativas. O factor explicativo dessa adesão é a ocupação dos tempos livres, contudo dificulta o trabalho das associações que não conseguem aproveitar o seu envolvimento na realização de actividades locais nem na responsabilização dos mesmos face aos problemas locais. No que refere às associações sindicais essas indicam também uma diminuição dos seus associados jovens, facto explicado pelo encontro tardio dos jovens com o seu primeiro contrato de trabalho, experienciando situações de precariedade sucessivas.

*Os jovens não aderem aos sindicatos... primeiro porque também se calhar não têm emprego, dos que têm emprego, os vencimentos também são baixos e a quota para os*

*jovens... pesa ainda estar a fazer um desconto para o sindicato (...) os jovens hoje começam a sua carreira com vencimentos muito baixos, jovens licenciados, e depois há a sedução da vida em sociedade... oferta a nível até dos meios de comunicação social é tudo muito bonito, aparece o banco tal até a dar essa facilidade, é um vencimento antes de o receber, é o carro que eu posso comprar e estou um ano sem pagar, essas seduções todas que ajudam a afundar também os jovens. Eles ficam seduzidos por essas coisas e depois afastam-se um bocadinho dos sindicatos porque já têm muito por onde distribuir o seu vencimento. Quando recorrem aos sindicatos, é quando estão já numa situação complicada*

*Associação sindical B*

*A nível dessa idade, dos 15 aos 24 anos, há uns anos atrás, dava para entrar na administração local com essa idade, a maioria dos jovens agora também entram, mas o problema que as pessoas se colocam já há algum tempo é que entram para a administração local por contrato de trabalho... e agora é ainda mais grave, por POC's – planos ocupacionais de carenciados, entram por recibos verdes – prestação de serviço -, quer dizer, e a gente... estando uma pessoa que esteja a contratos, chegar a abordar um jovem para sindicalizar (...) a juventude... para o movimento sindical não está muito motivada, pensam que, claro, isto não deixa de ser uma política reivindicativa, não é política partidária, mas é uma política reivindicativa e os jovens não estão muito vocacionados e muito motivados para se sindicalizar*

*Associação sindical A*

Sem um envolvimento nessas estruturas os jovens não apresentam as suas verdadeiras necessidades, deixam de lutar pelos seus direitos. Apesar de essa situação nunca ter tido um carácter reivindicativo em Portugal, no Interior é ainda mais clara essa passividade.

*A nossa juventude é uma juventude que já lhe foi oferecida muita coisa, que não tiveram que lutar por muitas coisas (...) talvez tenha a ver também com a educação, os pais hoje tentam dar tudo, os pais hoje estão pouco tempo com os filhos ... pronto, tentam compensar os filhos de outra maneira e os jovens foram criados num tipo de vida em que tudo lhes é dado e não estão habituados a lutar pelas suas coisas, daí que vivem o momento presente com alguma angústia... falta-lhes assim um bocadinho aquela garra de querer conquistar isto com algum esforço (...) não digo que os jovens estão parados, que não têm ambição, têm ambição, mas se calhar são poucos lutadores*

*Associação sindical B*

#### 4.2.1.4. Perspectivas dos actores sociais locais no domínio das expectativas e planos de futuro

Por fim, um último tópico que tenta caracterizar os jovens dos concelhos do Interior, na óptica dos actores sociais locais, é a tendência vincada pela saída. Entre as principais razões da partida do Interior, tal como apurado nas entrevistas e no Inquérito dirigidos aos jovens, são as poucas oportunidades de emprego apresentadas localmente.

*Essa questão da saída (dos jovens) está sempre associada ao mercado de trabalho (...) os que conseguem de alguma forma ou por iniciativa própria em termos de empregabilidade... ficam... há outros... os que não conseguem, acabam por ir*

*Associação juvenil C*

*Os jovens começam a não ver horizontes e se calhar só os encontram nos grandes Centros como Lisboa, Porto e pouco mais, Coimbra, Braga, são poucos mais os pólos... até mesmo uma cidade como a Guarda, apesar de ser maior e ter outra dinâmica mas a realidade não é muito diferente, em termos de juventude. Apesar de receber alguns jovens que vêm de outros sítios para lá estudar, são poucos os que se fixam (...) A própria Guarda, se calhar, perde mais jovens do que aqueles que recebe (...) Da parte do mercado de trabalho, não havendo oportunidades de emprego, os jovens têm que voltar-se para outros sítios, têm que ir para o estrangeiro...*

*Director IEFP/CEFP A*

Assim, o défice de oportunidades justifica a saída das pessoas do Interior, apesar de se admitir que os jovens poderiam ter preferência por permanecer, segundo a opinião de alguns dos representantes locais.

*Eu, se estou aqui, foi porque surgiu uma vez uma oportunidade, uma vez surgiu-me uma oportunidade, porque senão não tinha estado aqui (...) os meus irmão estão a desempenhar funções actualmente... os que estão fora daqui, que não há cá. Ninguém vem fazer projectos de estradas para cá, ninguém vem gerir redes... gerir... trabalhar com redes internacionais de comunicação de bases, porque não há empresas destas, nem nunca vai haver empresas dessas aqui, só há nos grandes centros, só há em Lisboa e no Porto, portanto, acabou... acabou, não há oportunidade. Portanto, o défice de oportunidades eu acho que justifica... claramente isso*

*Associação de desenvolvimento local A*

*Eu acho que as pessoas se sentem felizes aqui, gostam muito disto e as pessoas... se falasse com os jovens, dizem-lhe maravilhas disto! Como terra sua (...) É evidente que os jovens... aqui, se tivessem a sua empregabilidade, ficavam cá! Depois de fazerem os seus percursos académicos, a maioria deles acaba por se fixar nos grandes centros urbanos. Penso que isto é comum a quase todos os concelhos do Interior*

*Vereador da Câmara Municipal J*

A esses factores vêm juntar-se o distanciamento face às mentalidades conservadoras, bem como os atractivos próprios dos grandes aglomerados.

*Saem daqui à procura de melhores condições de vida, depois porque aqui, vamos lá ver, é um meio pequeno, tudo se conhece e, se eles cometem um erro é logo uma perseguição*

*Associação sindical A*

*Saem daqui à procura de melhores condições de vida, depois porque aqui, vamos lá ver, é um meio pequeno, tudo se conhece e, se eles cometem um erro é logo uma perseguição*

*Associação sindical A*

*Os jovens querem fixar-se cá, mas não têm emprego e então têm que partir para outros lados. Eu sei que há jovens que gostavam de ficar aqui na sua zona... olhe, temos, por exemplo, os jovens licenciados na educação... vão aqui para o instituto, pronto, porque querem ficar e é ensino superior, mas não têm garantias nenhuma de emprego. Eles hoje agarram-se a qualquer coisa, querem qualquer coisa, mas nada está assegurado (...) é que é uma situação muito, muito, muito ingrata para os jovens neste momento. Eu gostaria, digo-lhe sinceramente, gostaria, e tenho pena, de ter uma visão mais optimista aqui na nossa zona para os jovens, mas não tenho...*

*Associação sindical B*

As mentalidades fechadas, o forte conservadorismo e implicitamente a pressão dos meios rurais penalizadores de um eventual fracasso, são dessa forma apontados por alguns dos entrevistados como motores da saída dos jovens do Interior.

*O conservadorismo aqui no Interior pessoas... ao senhor presidente da Câmara beijam a mão quase... ao senhor presidente... ou tiram o chapéu... e eu... portanto, eu fiz a minha escola primária numa zona da Guarda que é um meio rural, passavam as pessoas lá do campo, "o senhor é professor", tiravam o chapéu, quer dizer, isso hoje em dia é impensável na sociedade em que estamos!*

*Associação sindical A*

*Temos tido uma cultura que penaliza em excesso o fracasso, não é? E, portanto, isso inibe os jovens a arriscar.*

*Associação de desenvolvimento local A*

*O obstáculo maior que existe é o obstáculo da mentalidade. Uma pessoa que um dia me disse que nós não temos culpa de cá ter nascido, somos burros em cá continuar, isso foi dito um dia, já pensei várias vezes, não acredito muito nisso, mas, ao fim e ao cabo, é o que toda a gente pensa, é ir-se embora... é ir-se embora porque aqui não há futuro, porque aqui não há emprego*

*Associação de desenvolvimento local B*

Outro dos motivos que induzem à partida é a busca de um estilo de vida distinto, de um ritmo e uma dinâmica tipicamente urbanas e reproduzidas nas imagens publicitárias ou nas séries de televisão que incutem nos jovens o sonho de adopção do mesmo estilo de vida.

*Se perguntarem aos nossos jovens "se tiveres hipótese, vais para Lisboa?", com as mesmas condições em Lisboa e aqui, querem ir para Lisboa! Vêm nos meios de comunicação social, que mostra... tem cinema, que há praias, que há vivência, que há isto, que há bares, que há uma vida nocturna e por aí fora! Portanto, e esta juventude é captada, é formatada, embora num mundo rural, vê-se muita televisão, portanto, e por aí fora... e, mesmo os nossos livros escolares, os livros, o que eles... o que eles, portanto, os livros que são... que, portanto, transportam uma cultura urbana e dão, digamos, transmitem uma urbanidade*

*Vereador Câmara Municipal I*

*Para eles este ambiente selvagem... não direi selvagem, mas, quer dizer, melódico, com os passarinhos a cantar, a agricultura... a eles não lhes diz nada, mas diz-lhes aos pais que já tinham cinquenta e tal, sessenta anos! Está a ver? E isso é o que, eles queriam um outro movimento outra luz, outra bulha, outra gente e isso tudo contribui para que as pessoas se... saiam daqui.*

*Presidente Câmara Municipal C*

Apesar de em muitos dos casos terem sido indicadas razões que levam os jovens a sair, existem outras motivações que os levariam a ficar. Contam-se entre eles a apreciação do estilo de vida e do meio ambiente característico do Interior, a importância da família, mas também o receio em fazer um passo tão decisivo nas suas vidas, embora

os exemplos de sucesso dos imigrantes os levem a sair para depois retornarem nos seus concelhos.

*Eu gosto daqui, eu gosto muito de viver lá... eu tenho prazer quando vejo uma notícia sobre o isto quando vou à Internet e vejo sites a falarem sobre o (local) quer dizer, eu tenho orgulho mesmo... e então quando falam mal... eu fico em bicos de pé a gritar “não, não, não, claro que o (local) não é assim!”, apesar de me saber mal, entre aspas, e eu estou sempre, e digo mesmo isto de coração, tenho pena se algum dia tiver que sair de lá, porque já vivi, quando estive a estudar, já vivi fora, mas o fim-de-semana era fantástico... ansiava o fim-de-semana ainda ... é aquela paz... tudo bem, às vezes, pode ser paz em excesso, mas sabe bem, é calmo, vive-se bem ... é puro*

Associação juvenil A

No caso do receio em partir esse prende-se principalmente com a forte concorrência e competitividade laboral existentes nos aglomerados urbanos, para os quais a pouca experiência profissional inicial poderá ser uma entrave.

*As pessoas que cá ficam, mesmo os licenciados, são pessoas que, lá está, não vamos dizer que são um segunda escolha, porque não são, são sempre uma primeira escolha, mas são pessoas que, a nível profissional (...) ou porque tem dificuldades em conduzir ou outras, afasta-se um bocado desses centros e afasta-se também um bocado das outras oportunidades e, portanto, de alguma forma, também acaba por ser marginalizado profissionalmente. O pessoal que vai ficando por cá, mesmo os mais jovens, muitos deles, vão ficando cá por fatalismo e por comodismo e não para aproveitar as oportunidades que a realidade local cá tem. É a percepção que eu tenho. Eu acho que é uma constatação do que acontece, sinceramente.*

Associação de desenvolvimento local A

Os casos de sucesso que se verificam em alguns concelhos, de jovens retornados, já fora da faixa etária estudada aqui, incitam à saída por objectivos económicos, sempre com a ideia do retorno.

*Uma coisa é verdade é que aqueles que cá ficam têm coisas rentáveis e vivem bem... até casos de emigrantes, regressaram, montaram uma empresa aqui em Portugal e sempre com sucesso e com uma vida que eles não teriam no país para onde emigraram.*

Associação de desenvolvimento local B

Os efeitos criados com a decisão dos jovens, saindo ou permanecendo, não explicam apenas o fenómeno de despovoamento, mas ajuda a compreendê-lo melhor. Com a saída os concelhos não só ficam “despidos” de jovens, em termos demográficos, como ficam privados do dinamismo, da capacidade criativa, de reprodução de modelos e tradições típicas, da renovação do mercado de trabalho e da especialização orientada por outras vias. Na população em geral, nas estruturas organizativas os efeitos são visíveis desmotivando quem permanece.

*Há muitos jovens que (...) entraram comigo para a associação e, na altura, quando eu entrei, entraram mais 3 raparigas, no ano a seguir, entraram mais algumas pessoas, raparigas e rapazes, e se eu lhe disser que actualmente essas pessoas já saíram da associação... a única que se mantém dessa altura sou eu... fico triste... fico triste em que tenha sido assim, porque... primeiro, porque foram estudar fora, depois, acabaram de estudar e arranjam emprego fora, depois, porque casaram e a pessoa também estava a trabalhar fora, acabaram por comprar lá casa e acabaram por ficar por lá... vêm à aldeia se calhar uma vez por ano... duas vezes por ano, no máximo, no Natal e... mais ou menos resume-se a isso... e têm uma presença muito... não pertencem, digamos assim, e é triste... eu tenho pena que seja assim (...) o meu contrato vai acabar em Agosto... eu estou a fazer estágio profissional este ano... vai acabar em meados de Agosto e não sei o que é que vai ser. Se calhar, daqui para a frente, também vou ter que sair... e se calhar também vou deixar a associação de lado (...) quando paro e me tento imaginar sem a associação e sem aquele ambiente e sem a adrenalina da organização das actividades, não me consigo imaginar...*

*Associação juvenil A*

#### **4.2.2. A perspectiva dos jovens**

A perspectiva dos jovens em relação à sua condição no Interior pendula em função dos seus projectos de futuro e das oportunidades locais. Tendo por base as entrevistas e o inquérito por questionário realizados aos jovens do Distrito da Guarda foi possível compreender que a maioria dos planos de futuro dos jovens está relacionada com o investimento educacional e profissional de longa duração e com a autonomia financeira face ao agregado familiar. Nessa ordem de ideias a criação do próprio emprego bem como a realização pessoal através do casamento e constituição de uma família são dos projectos mais referenciados pelos jovens como prioritários. Quanto à saída/permanência no Interior, essa depende de vários factores como se poderá verificar adiante.

Quanto à educação e formação entre os jovens entrevistados, cujos projectos estão ligados à continuação dos estudos, alguns encontram-se associados à saída da região.

As razões prendem-se com as ofertas formativas mais abrangentes, apelativas e versáteis de outras localidades ou das grandes cidades ou simplesmente com as convivências que se possam criar a partir de uma deslocação com fins para o estudo. Essa saída permite ao mesmo tempo o ganho de uma autonomia face ao poder e controlo familiar para alguns jovens provenientes de famílias mais conservadoras, factor indicado quer pelos jovens quer pelas várias entidades entrevistadas. Apresenta-se no capítulo que

se segue um aprofundamento desta temática discutindo a complexidade das decisões dos jovens relativamente a ela. O mesmo se verifica para o domínio do trabalho e emprego.

Sobre aos planos de futuro os resultados do inquérito são muito explícitos. Independentemente de optarem pela permanência ou pela partida, os jovens podem criar expectativas de realizarem projectos de natureza pessoal e/ou profissional na região. Quanto a essa matéria cerca de 70% dos jovens inquiridos responderam não terem quaisquer planos e apenas 31,2% referiu ter pensado em alguns projectos.

**Tabela 56 - Projectos pessoais e profissionais no local**

	N	%
Não	196	68,8
Sim	89	31,2
Total	285	100,0

Para aqueles que têm projectos a desenvolver no local foi deixada em aberto a exposição dos mesmos. São projectos variados que norteiam a vida de qualquer jovem, quer do Interior quer do Litoral, o que os diferencia é provavelmente a sua possibilidade de realização, como adiante se verá. Enquanto isso, são descritos alguns desses projectos como se segue.

**Tabela 57 - Tipos de projectos a nível local – notas explicativas**

Variável	Justificação
<b>projectos locais</b>	
Criar o próprio emprego	Abrir uma oficina de mecânica; uma farmácia; uma agência de viagens; um comércio; construção de habitações; cabeleireiro; escola de música. Mais que uma vez: animação turística; estabelecimento de recreio; organização de eventos
Desporto+ triviais	Desporto; recreio + triviais
Triviais (casar, casa, emprego)	Casar; ter filhos; ter uma casa; ter um emprego estável
Prestar assistência social	Ajudar os outros; ser útil para as pessoas; prestar assistência social
Encontrar emprego	Encontrar emprego
Estágio profissional	Encontrar um estágio profissional
Culturais	Culturais; musicais; teatrais
Políticos	Políticos
Continuar projectos familiares	Continuar com o negócio familiar; seguir o projecto do seus pais;

No conjunto, 14,4% dos inquiridos não indicou os projectos, apesar de confirmarem a sua existência. Entre os jovens inquiridos que o fizeram cerca de 48% gostariam de poder criar o próprio emprego e cerca de 21% têm projectos relacionados com o casamento, a construção de uma habitação e emprego ao nível local.

**Tabela 58 - Tipos de projectos a nível local**

	N	%
Criar o próprio emprego	23	47,9
Triviais (casar, casa, emprego)	10	20,8
Encontrar emprego	4	8,3
Culturais	3	6,3
Estágio profissional	2	4,2
Continuar projectos familiares	2	4,2
Prestar assistência social	2	4,2
Políticos	1	2,1
Desporto e triviais	1	2,1
Total	48	100,0

Como projecto pessoal e profissional o discurso dos jovens indica que planeiam casar, ter um emprego estável e ter habitação própria, planos de futuro traçados a longo prazo que se espelham nos seus discursos.

*Trabalhar, ter um trabalho estável e conseguir alcançar os meus objectivos...ter uma família, como toda a gente.... Eu quero o que toda a gente quer, ter um emprego, ter uma família, ser bem sucedido na vida, acho que basicamente é isso.*

*(Diogo, 19 anos, estudante Ciências de Educação)*

*Como para qualquer jovem, arranjar trabalho. Eu acho que para mim é exercer a minha profissão, agora acho que há muitas pessoas que não exercem a sua profissão e o meu objectivo é mesmo exercer a minha profissão, acho que é isso.*

*(Diogo Filipe, 16 anos, estudante liceu)*

Foram encontradas, no entanto, muitas incertezas entre os jovens entrevistados. Muitos deles quando questionados sobre os seus projectos mostraram não ter algo concreto idealizado, enquanto outros, apesar de declararem ter, mostraram essa mesma indecisão. Isso deve-se, em menor importância, aos conhecimentos que têm numa determinada área profissional. Quando esse conhecimento é menos rico, mais limitativo dos projectos profissionais ele se mostra, contrariamente àqueles dotados de mais instrução. Essa indecisão está fortemente relacionada com as perspectivas locais de emprego. Por outro lado o panorama nacional e as alterações das condições e relações de trabalho indicam que hoje, comparativamente há duas décadas atrás, é relativamente mais difícil aos jovens traçar planos a médio e longo prazo. Contudo, entre os jovens que indicaram não terem quaisquer planos de futuro a maioria completou o 9º ano e não

tenciona prosseguir os estudos, ao mesmo tempo que já tomaram a decisão por ficar na sua região a trabalhar em profissões menos qualificadas.

*Não, não tenho. Acho que é passar o dia e... trabalhar e... estar com o meu filho*

*Ainda não... para já, não.*

*Por enquanto ainda não... não tenho planos.*

*(opinião generalizada de um conjunto de jovens com 9º ano completo mas que abandonaram os estudos e se encontram a trabalhar em profissões menos qualificadas)*

*Não sei, sinceramente não sei, porque projectos, futuro, isto está muito complicado...para pensar no futuro, uma pessoa pensa no futuro e sai sempre tudo ao contrário. Um pessoa tem que agarrar todas as oportunidades, uma pessoa não pode pensar muito no futuro porque hoje é dia não está muito fácil.*

*(Ingrid, 23 anos, 12º ano, florista)*

Existem ainda jovens que idealizam projectos, emprestando modos e estilos de vida de referência, dos vizinhos ou dos familiares imigrados.

*Ser alguém na vida. Por acaso tenho um primo... já tá na Inglaterra já há 8 ou 9 anos, já fez casa, tem lá vida, tem agora 2 meninas. Só que vem cá nas férias, de vez em quando...eram esses os meus objectivos também. Esses são também os meus objectivos*

*(Aurélío, 25 anos, 9º ano, trabalhador na construção civil)*

Quando questionados sobre a possibilidade de realização dos seus projectos a maioria dos jovens inquiridos, 56,1% afirmou tal ser possível localmente.

**Tabela 59 - Possibilidade de realização dos projectos locais**

	N	%
Sim	160	56,1
Não	125	43,9
Total	285	100,0

Interessa igualmente compreender de que forma a realização dos projectos está relacionada com as potencialidades ou com as dificuldades locais. Acerca dessa questão, as três principais potencialidades locais favorecedoras para a realização de projectos profissionais e pessoais dos jovens, são o ambiente, as pessoas e o capital patrimonial/turístico. Responderem por essa ordem 33,6% dos inquiridos que reconheceram a primeira qualidade do local, que é o meio ambiente, e a segunda como o capital humano, as relações de amizade e proximidade, os laços fortes e estreitos mais vinculados no Interior entre familiares e amigos, assinalado por 33,2% deles. E por último, a potencialidade mais referida, por 30,5% dos jovens, é a herança cultural e histórica transformada em potencial turístico.

**Tabela 60 - Principais potencialidades locais que acolhem os projectos**

	Respostas		Casos
	N	%	%
Ambiente	87	16,1	33,6
Pessoas	86	15,9	33,2
Património/ Turismo	79	14,6	30,5
Cultura/ Lazer/ Desporto	71	13,1	27,4
Educação/ Formação	54	10,0	20,8
Saúde	39	7,2	15,1
Habitação	36	6,7	13,9
Desenvolvimento económico	34	6,3	13,1
Acessibilidades	30	5,6	11,6
Política local	21	3,9	8,1
Outro	3	,6	1,2
Total	540	100,0	208,5

Se no caso das potencialidades o meio ambiente saudável, os relacionamentos pessoais e as potencialidades turísticas são considerados na realização e aplicação de um projecto de carácter local, aquilo que dificulta essa realização consta nos seguintes quadros de referência como algo curioso.

Paradoxalmente, os mesmos recursos humanos que foram identificados como mais-valias para a realização dos projectos locais, em 33,3% dos casos, são agora considerados como entrave a realização dos mesmos. Entenda-se que essa variante de resposta se aplica aos relacionamentos humanos mas também a mentalidade, o que leva a crer que é esse o aspecto aqui indicado.

**Tabela 61 - Principais dificuldades locais que inibem os projectos**

	Respostas		Casos
	N	%	N
Desenvolvimento económico	99	20,2	39,3
Pessoas	79	16,1	31,3
Política local	70	14,3	27,8
Acessibilidades	54	11,0	21,4
Ambiente	43	8,8	17,1
Educação/ Formação	32	6,5	12,7
Cultura/ Lazer/ Desporto	31	6,3	12,3
Saúde	29	5,9	11,5
Habitação	26	5,3	10,3
Património/ Turismo	22	4,5	8,7
Outro	6	1,2	2,4
Total	491	100,0	194,8

Do total de respondentes a maior proporção, 39,3%, referiram o desenvolvimento económico local como obstáculo primeiro aos seus projectos. Uma grande percentagem dos inquiridos, 31,3%, mencionou que as pessoas, no sentido de uma mentalidade conservadora, impedem em muitos dos casos a criação de um projecto local, pessoal ou profissional. Por último, o terceiro obstáculo mais referido, por 27,8% dos jovens é, através da sua gestão e uso, a política local. A completar estas respostas, os resultados das entrevistas apontam para as medidas políticas locais e nacionais como um dos obstáculos maiores a realização dos projectos dos jovens.

*Aqui? Quais são as ajudas? Não há ajudas, não há incentivos. Podiam ajudar as pessoas a construírem a casa, incentivarem as pessoas ficarem cá, mas mais não há incentivos.*

*(Nelson, 25 anos, militar a trabalhar em Lisboa)*

*Só que as nossas vias, os nossos acessos são complicadas! Pronto, eu criava a minha empresa e até tinha algum sucesso, acho que não havia grandes dificuldades. Acho que as maiores dificuldades aqui prendem-se com o emprego e com as acessibilidades (...) eu vejo a visão, por exemplo, do Governo. Não vão fazer um investimento aqui, quando só três mil ou quatro mil pessoas é que tiram partido disso, não é? Se calhar só nós é que íamos usufruir disso. É pena, só que dava-nos jeito e isto desenvolvia.*

*(Riogério, 18 anos, estudante Enfermagem)*

Fica, no entanto, a opinião de um jovem com a esperança de mudar o rumo do seu futuro e dos restantes jovens intervindo activamente na vida política, talvez a única porta possivelmente aberta para mudanças de fundo e inversão do fenómeno de despovoamento.

*Estou a pensar entrar no partido jovem ...socialista, Juventude socialista (...) porque gostava lutar pelos meus interesses dos jovens de cá (...) já tenho conhecimento e eu e os meus colegas gostávamos de defender os interesses dos jovens nesse partido*

*(Diogo Filipe, 16 anos, estudante liceu)*

### **4.3. Conclusão**

Objectivo principal deste capítulo foi aprofundar e conhecer a juventude do Interior a partir de vários reflexos. Foi possível demonstrar que existem várias formas de olhar para a juventude e entender que a realidade em que vivem é mais intricada do que parece. Daí decorre que existem vários retratos de uma mesma categoria, facto que mostra que o desenho das políticas não pode ser feito sem uma ancoragem na realidade.

O retrato dos jovens que decorre das estatísticas mostra uma categoria social em rápida diminuição com consequências importantes para as dinâmicas familiares,

ocupacionais e culturais das regiões do Interior. A mesma é a imagem dos testemunhos dos actores institucionais, embora esses preferem referir mais a passividade, a falta dos estímulos e participação dos jovens na vida local, apresentando uma imagem menos positiva desta categoria, pelas associações que aplicam no que concerne à saída dos mesmos. Trata-se aqui principalmente dos presidentes/vereadores das Câmaras Municipais, que orientam e aplicam políticas de juventude no local. Dentro dos actores sociais os que demonstram ter uma imagem mais próxima da realidade são os dirigentes associativos e os directores dos Centros de Emprego e Formação Profissional.

Por seu turno a imagem que os jovens têm de si próprios, o auto-retrato mostra que são uma categoria marcada pelas incertezas, particularmente no que refere às oportunidades locais de emprego. As expectativas que depõem no seu futuro são, em certos aspectos, bastante coincidente com o retrato geral feito pelos actores entrevistados, como por exemplo conseguir a estabilidade profissional e fixar uma residência própria no local ou na região. São discordantes no que refere ao gosto pelo local demonstrando-se apreciadores do ambiente e valorizando as redes locais de proximidade.

Em síntese muito grosseira, verifica-se que as respostas à fixação, as estratégias adoptadas face à saída registada dos jovens são mais complexas do que se pensava. Essas não foram aqui aprofundadas entendendo-se que para se formular políticas tem de se conhecer a população alvo e as suas intenções de permanência/saída. É precisamente em busca dessas réplicas que se inicia um outro capítulo, deixando a avaliação das políticas para o capítulo conclusivo.



## **CAPÍTULO V**

### **REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS – SOBRE FICAR OU PARTIR**

Um dos objectivos do presente trabalho foi averiguar quais são os projectos de futuro dos jovens e em que medida estão subordinadas às potencialidades locais. Outro dos objectivos foi averiguar qual a intenção dos jovens em partir dos seus concelhos ou ficar e que razões orientam essas decisões. Por fim tentou-se compreender quais os factores de retenção/atracção para a decisão dos jovens. Cada um destes objectivos seguiu uma linha distinta. No primeiro caso, e como se poderá verificar a seguir, o retrato traçado nos dois capítulos anteriores permitiu definir o contorno dado aos projectos dos jovens, estando esses, em parte, relacionados com as características do local. Esta não é de todo uma variável indiferente, o ajustamento dos planos de futuro dos jovens não é alheio ao território. No segundo caso, a intenção de partir ou ficar é movida por diversas razões, aqui a linha de investigação procurou combinar justificações de ordem profissional com afectivas, como não podia ser mais complexo. O capítulo avalia, por fim, as condições propulsoras dos projectos profissionais e pessoais dos jovens, numa perspectiva de rentabilização futura dos mesmos pelos agentes locais de desenvolvimento.

#### **5.1. Entre ficar ou sair**

Através do inquérito por questionário e das entrevistas houve a preocupação em conhecer as principais preocupações dos jovens do Interior relativamente ao seu futuro. Ficou apurado que entre estas se destacam as questões do emprego, da habitação, do meio ambiente, da escolaridade mas também do desenvolvimento local e das desigualdades sociais. Segundo dados do Observatório de Juventude (IPJ:2005) a maioria dos jovens, ao nível nacional, preocupa-se mais com a questão do emprego e desemprego (62%), a habitação própria (25%) e com a escolaridade (13%). Não muito diferente do retrato nacional entre as primeiras preocupações dos jovens inquiridos encontra-se também o emprego.

Analisando o conjunto dos 285 jovens que responderam, verifica-se que a sua primeira preocupação é com o emprego (cerca de 84%), a segunda com a saúde (cerca de 41,5%) e a terceira com a habitação (37,5%), seguindo-se as preocupações com o meio ambiente e com a escolaridade. Menos preocupante parece ser o grau de desenvolvimento local ou as desigualdades sociais, o que se pode compreender pelo facto de serem problemas percebidos como tendo um impacto menos directo nas suas vidas.

**Tabela 62 - Principais preocupações dos jovens**

	Respostas		Casos
	N	%	%
Emprego	239	31,9	83,9
Saúde	118	15,7	41,4
Habitação	107	14,3	37,5
Meio ambiente	66	8,8	23,2
Escolaridade	60	8,0	21,1
Desenvolvimento económico nacional e local	57	7,6	20,0
Desigualdades sociais	44	5,9	15,4
Guerra	28	3,7	9,8
Direitos humanos	28	3,7	9,8
Outras (drogas)	3	,4	1,1
Total	750	100,0	263,2

Tendo em cálculo a diminuição demográfica dos jovens no distrito da Guarda, um dos interesses do estudo foi a análise dos projectos dos jovens face ao local onde residem, projectos que se prendem com a permanência ou saída, com a realização de projectos pessoais no local e a sua possibilidade de concretização, as dificuldades locais e a possíveis soluções. Assim, quando questionados sobre o local onde prefeririam viver, 45% dos inquiridos afirmaram preferir viver no concelho onde residem actualmente e 31% escolheriam viver fora da região, mas no país.

**Tabela 63 - Distribuição dos inquiridos segundo o local onde prefeririam viver no futuro**

	N	%
No concelho onde reside actualmente	122	44,9
Fora da região, mas no país	84	30,9
Fora do país	51	18,8
Outro concelho do distrito	15	5,5
Total	272	100,0
NS/NR	13	
Total	285	

Menor é a proporção dos jovens que indicam poder morar noutra concelha do distrito (5,5%). Apesar de não ser um número muito elevado o daqueles que afirmaram a opção por outra concelha do distrito, dois terços não decidiram qual, enquanto que um terço declarou escolher a concelha da Guarda.

**Tabela 64 - Viver noutra concelha do distrito**

	N	%
Ainda não decidiu	10	66,7
Guarda	4	26,7
Outro	1	6,7
Total	15	100,0

Permanecer ou sair do seu concelho é uma opção determinada por um conjunto de factores inerentes à pessoa ou ao local onde se reside. Alguns dos factores estão relacionadas com as ofertas de trabalho existentes no local, com o desenvolvimento económico da região, com a importância da família ou mesmo da escola. Desse modo a escolha entre partir ou ficar é determinada, para 41% dos jovens da nossa amostra, pelas oportunidades de emprego e pela proximidade que se quer manter com as redes primárias e secundárias, 31% referindo que estar perto da família, dos amigos e vizinhos pesa na altura da decisão. Ainda, cerca de 18% referem partir/ficar dado a existência de um estilo de vida que se quer manter.

**Tabela 65 - Distribuição dos inquiridos segundo os factores que consideram determinantes para a permanência/saída**

	N	%
Oportunidades de emprego	108	41,1
Manter a proximidade com os familiares, amigos, vizinhos	84	31,9
Manter um certo estilo de vida	46	17,5
A opinião da família	19	7,2
Outra	4	1,5
A importância da escola naquela região/país	2	,8
Total	263	100,0
NS/NR	22	
Total	285	

As determinantes da escolha operam diferentemente conforme a fase de vida dos jovens, dependem da disponibilidade para sair ou, em outros casos, da presença da decisão, no sentido em que quem está mais longe de ter de optar se sente mais livre para fazer escolhas:

*É normal, acho que toda a gente quando é de terras pequenas ou de aldeias... sempre pensa sair daqui. Sair...pensar e fazer acho que são duas coisas diferentes. Acho que quando são desprendidos é que se está a pensar a fazer isso, não é, têm mais oportunidade de fazer isso. Quando já são assim...eu já tenho um filho e tudo e não... acho que já... já ficou para trás...esse projecto*

*(Cátia, 22 anos, empregada de balcão)*

A preferência por se manter no local onde se vive actualmente, a preferência pelas raízes, não é assim tão forte quanto se poderia imaginar, uma vez que 55,8% dos jovens afirmaram pensar em sair.

**Tabela 66 - Distribuição dos inquiridos segundo a ponderação em sair do seu concelho**

	N	%
Sim	159	55,8
Não	126	44,2
Total	285	100,0

Pese embora a distribuição desigual dos inquiridos pelos concelhos do Distrito da Guarda, mas tendo em conta a forte consideração da opção por sair dos seus concelhos, procedeu-se ao cruzamento das variáveis. Estabeleceu-se, como se pode verificar na tabela seguinte, que dos inquiridos que pretendem sair dos seus concelhos, 34,8% são do concelho de Seia e 27,1% da Guarda.

**Tabela 67 - Distribuição dos inquiridos segundo a residência do inquirido e a ponderação em sair do seu concelho**

	Sair do concelho					
	Sim		Não		Total	
	N	%	N	%	N	%
Aguiar da Beira	0	0,0	2	1,6	2	0,7
Almeida	1	0,6	1	0,8	2	0,7
Celorico da Beira	14	9,0	18	14,8	32	11,6
Figueira Castelo Rodrigo	1	0,6	0	0,0	1	0,4
Fornos de Algodres	1	0,6	0	0,0	1	0,4
Gouveia	1	0,6	3	2,5	4	1,4
Guarda	42	27,1	38	31,1	80	28,9
Manteigas	6	3,9	2	1,6	8	2,9
Mêda	2	1,3	4	3,3	6	2,2
Pinhel	21	13,5	18	14,8	39	14,1
Sabugal	10	6,5	9	7,4	19	6,9
Seia	54	34,8	27	22,1	81	29,2
Trancoso	1	0,6	0	0,0	1	0,4
Vila Nova de Foz Côa	1	0,6	0	0,0	1	0,4
Total	155	100,0	122	100,0	277	100,0

Os mesmos concelhos, invertem as duas posições mais significativas em termos percentuais no caso dos inquiridos que não planeiam abandonar o seu concelho, 31,1% dos inquiridos que negaram a sua saída residem na Guarda enquanto 22,1% em Seia.

**Tabela 68 - Distribuição da amostra dos jovens que pretendem sair/ficar no seu concelho segundo o grupo de idade, sexo e grau de escolaridade do indivíduo**

		Pensa sair do seu concelho				Total	
		Sim		Não		N	%
		N	%	N	%		
Grupo de idade	15-17 anos	52	55,9	41	44,1	93	100,0
	18-21 anos	66	54,5	55	45,5	121	100,0
	22-24 anos	41	57,7	30	42,3	71	100,0
	Total	159	55,8	126	44,2	285	100,0
Sexo	Feminino	85	61,6	53	38,4	138	100,0
	Masculino	74	50,3	73	49,7	147	100,0
	Total	159	55,8	126	44,2	285	100,0
Grau de escolaridade	Sem nível de ensino	0	0,0	1	100,0	1	100,0
	2.º ciclo do ensino básico (6.º ano)	15	53,6	13	46,4	28	100,0
	3.º ciclo do ensino básico (9.º ano)	53	48,2	57	51,8	110	100,0
	Ensino secundário (12.º ano)	72	64,9	39	35,1	111	100,0
	Médio	2	50,0	2	50,0	4	100,0
	Superior	16	57,1	12	42,9	28	100,0
	NS/NR	1	33,3	2	66,7	3	100,0
	Total	159	55,8	126	44,2	285	100,0

A intenção de sair depende também da idade, do sexo e do nível de ensino que se tenha. Assim o valor percentual mais elevado dos jovens que pensam em sair (57,7%) situa-se no escalão dos 22 aos 24 anos (mais 1,9% em relação à média); nas raparigas 61,6% (mais elevado em 6% do que a média); e nos jovens com níveis mais elevados de escolaridade, como no caso dos que têm o ensino secundário 64,9% (mais elevado em 9,1% do que a média) ou superior (57,1%, mais elevado em 1,3% do que a média).

Em termos permanência, o valor percentual mais elevado de jovens que pretendem ficar situa-se no escalão etário entre 18-21 anos (45,5%); nos jovens de sexo masculino (49,7%) e nos jovens com o 9º ano completo (51,8%).

Temos, portanto, algumas particularidades entre o grupo dos jovens inquiridos com planos de saída para fora dos concelhos e de permanência. Arremata-se que o grupo etário com convicções mais fortes, em termos de saída é o grupo dos jovens com idades entre 22-24 anos, de sexo feminino e com grau de escolaridade superior. O grupo de jovens com fortes intenções em permanecer no mesmo concelho em que reside

caracteriza-se por ser composto por jovens de sexo masculino, com idades entre 18-21 anos e com o 9º ano de escolaridade.

Adiantando algumas das razões de saída poderá dizer-se que a vontade em sair não decorre tanto do não valorizar afectivamente o local, mas sim, de avistar fora dele projectos com maiores possibilidades de concretização, coincidentes com as expectativas dos mais escolarizados, de uma maior profissionalização, algo que poderá antecipar que o grupo de jovens com idades entre 18-24 anos, à medida da escolarização, venham a caminhar para a mesma tendência de saída.

## **5.2. Factores de atracção**

Uma das hipóteses do presente trabalho é de que existe uma relação entre laços de parentesco e de amizade criados entre os jovens do Interior e a sua preferência por permanecer na região devido ao investimento nessas coordenadas. Um outro factor, possivelmente dominante nessa decisão, de partir ou ficar, seria a implicação dos jovens nas actividades da comunidade no concelho ou na sua freguesia. O envolvimento activo dos jovens pode ser um factor que contribui para uma maior percepção das dificuldades locais e ao mesmo tempo poderá levar o jovem a querer contribuir para o desenvolvimento local. Aquilo que se procurou observar foi o grau de associativismo como factor importante na criação de laços de amizade e sociabilidade no Interior capazes de favorecer a realização dos projectos futuros dos jovens e de influenciar a sua decisão de ficar ou de partir.

### **5.2.1. Família e redes primárias enquanto factor de fixação**

Manter o contacto com a família e os amigos é um, se não o mais determinante factor para a permanência no concelho. Para aqueles jovens inquiridos que afirmaram não pensarem sair dos seus concelhos, a família, os amigos e a existência de uma estrutura habitacional ou a possibilidade de a constituir, são, como se viu, fundamentais para se ficar no concelho onde reside.

Considerando o número elevado de inquiridos que não responderam ou não souberam que tipo de resposta dar, procedeu-se a uma condensação das múltiplas respostas numa contagem das questões assinaladas.

A esmagadora maioria (84,3%) dos inquiridos que pretendem ficar referiu que a principal razão pela qual ficariam seria a família, e 70% deles respondeu que ficariam por

causa dos amigos. A residência própria também é um dos factores mais assinalados aparecendo em cerca de 20% das respostas, i.e, assinalada por 57,3% dos jovens inquiridos. Porém, o emprego estável só é factor para não sair para 33% dos inquiridos.

**Tabela 69 - Principais razões para ficar**

	Respostas		Casos
	N	%	N
Família	75	29,0	84,3
Amigos	63	24,3	70,8
Residência própria	51	19,7	57,3
Emprego estável	29	11,2	32,6
Receio sair	27	10,4	30,3
Apoios à fixação por parte da Câmara	10	3,9	11,2
Outra (gosto)	4	1,5	4,5
Total	259	100,0	291,0

Apesar de a maioria dos inquiridos responder ser a família o motor da decisão em permanecerem, a opinião desta não tem um peso significativo no momento da decisão. Contudo, um dado interessante a remarcar é de que quando questionados sobre os factores determinantes para a opção da saída a opinião da família, apesar de não ter um peso significativo no panorama geral, é referida mais por parte dos homens que das mulheres. O mesmo fenómeno acontece entre aqueles que referem pretender ficar para manter a proximidade com os familiares, os homens privilegiando as redes já estabelecidas.

**Tabela 70 - Principais factores determinantes para a permanência/saída segundo o sexo**

	Sexo				Total	
	Feminino		Masculino		N	%
	N	%	N	%		
Oportunidades de emprego	63	48,5	45	33,8	108	41,1
Manter a proximidade com os familiares,	40	30,8	44	33,1	84	31,9
Manter um certo estilo de vida	19	14,6	27	20,3	46	17,5
A opinião da família	6	4,6	13	9,8	19	7,2
Outra	2	1,5	2	1,5	4	1,5
A importância da escola naquela região/país	0	0,0	2	1,5	2	0,8
Total	130	100,0	133	100,0	263	100,0

De acordo com as respostas colhidas através das entrevistas, para além da família, dos amigos e da forte ligação afectiva e funcional com estes, também o estilo de vida que se pode fazer assume um peso significativo na decisão de ficar.

*O que me faria ficar, sei lá, talvez porque estou mais perto da família, dos amigos, e Guarda é um lugar sossegado, sem grande confusão, como lá, como há em França e claro se conseguir arranjar alguma coisa ficaria, agora não sei, vamos lá ver.*

*(Ingrid, 23 anos, 12º ano, florista – trabalho informal)*

*Sair, não, por enquanto não (...) é aqui a minha terra, tenho cá a minha família, os meus amigos.*

*(Sofia, 19 anos, 9º ano, cabeleireira)*

*Gostava de exercer aqui, se houvesse oportunidade aqui, constituir família, ficar mais perto dos meus pais, acho que sim, era bom*

*(Joana, 20 anos, estudante Psicologia)*

*É assim, nós jovens, pronto, os jovens têm as suas opiniões, por exemplo, a minha opinião e eu já conheço outros meios e... vou frequentemente a Lisboa, a Coimbra... ehhh... o nível de vida é completamente diferente, não é? Partem do stress, da própria habitação, nós, aqui, temos condições para tudo, temos condições para levar uma vida estável, se tivermos um emprego estável... ehhh... a própria educação dos filhos, acho que é muito melhor, às vezes, do que nas grandes cidades, porque chega a um ponto que uma pessoa perde o controle de... às vezes, dos filhos, não digo de todos, mas temos condições para fazermos aqui um bom futuro! Aqui há condições para isso! A própria qualidade de vida, as próprias pessoas... ehhh... só que o emprego é que é mesmo muito, muito difícil! Até a própria construção de uma habitação é muito mais fácil aqui, sendo uma casa com espaço, do que numa grande cidade, não é? Agora, também depende se as pessoas gostam de viver aqui. Há pessoas que não gostam e há jovens que não querem aqui ficar, eu não me importava, eu gosto!*

*(Rogério, 18 anos, estudante Enfermagem Guarda)*

*Eu gosto daqui... Tem muitas coisas... tem poucos empregos, havia de estar mais desenvolvido mas não (...) Tenho cá emprego, estou aqui empregada e aqui vou ficar. Seria mais difícil sem a família (...) Por causa que sempre vivi aqui, da família, dos amigos*

*(Maria de Fátima, 23 anos, empregada de caixa num supermercado)*

*Eu conheço mais esta zona, Guarda, onde estou a viver. A minha primeira escolha ficar nesta zona, perto de casa, perto da família, perto dos amigos, dos conhecidos (...) Em relação em ir para grandes cidades como Lisboa, Porto, já é uma coisa que eu preferia não ter de fazer, no entanto se for necessário, por questões de emprego não terei outra opção (...) possuo casa própria, os meus pais possuem casa própria, penso que será eventualmente fácil adquirir uma mais na metrópole, aqui na cidade da Guarda. Não estou a ver isto como um entrave (...) mentalidades aqui na cidade da Guarda não vejo... penso que sejam pessoas abertas com, aberta à comunidade (...) a família está de acordo - embora preferissem que eu lute por conseguir um emprego e se isso significar eu sair desta zona eles estão de acordo no entanto não vêem problemas em eu ficar.*

*(Diogo, 19 anos, estudante Ciências da Educação)*

Questionados sobre as dificuldades que imaginam ter de enfrentar se ficarem, os jovens parecem estar bem cientes delas e tendem a valorizar certos aspectos positivos ou contrapartidas.

*Acho que a qualidade de vida e os recursos naturais, as pessoas também... eu acho que são muito acolhedoras, agora passo um bocado a maior parte do tempo em Coimbra, mas tenho saudades daqui. Eu gosto de viver aqui só sei que não teria as mesmas oportunidades que tenho em Coimbra, é uma cidade maior. Mas pronto, eu gosto da calma daqui, tenho aqui os meus amigos, prefiro aqui. Não sou daquelas pessoas que queria muito ir porque estão fartas disto, eu não, eu sempre gostei disto aqui, mas tenho consciência que aqui não encontro nada (...) não tenho oportunidade aqui*

(Joana, 20 anos, estudante Psicologia em Coimbra)

*Ficar aqui, não, ir para Lisboa, uma cidade grande porque arranja-se mais emprego que aqui*

(Samuel, 17 anos, estudante liceu)

Alguns minimizam o problema da falta de empregos, considerando que as oportunidades de emprego dependem do próprio.

*Ter emprego cá... Então não terei?! Só não tem quem não quer! Haja vontade.*

(João Carlos, 20 anos, 9º ano, pai deiro)

*Há muito poucas fábricas, havia de haver mais, não há assim, não há desenvolvimento a nível de emprego, não há nada mas eu não quero sair, não, não, e por enquanto estou empregada e por enquanto acho que não (...) é aqui a minha terra, tenho cá a minha família, os meus amigos...*

(Sofia, 19 anos, cabeleireira)

Esta mesma questão, acerca das dificuldades para quem fica, foi colocada no inquérito e permitiu recolher informação muito rica também. Desde logo sobre a própria percepção das dificuldades.

**Tabela 71 - Encontrar dificuldades se ficar no concelho – notas explicativas**

<b>Variável</b>	<b>Justificação</b>
<b>dificuldades se ficar</b>	
Oportunidades de emprego	Falta de emprego; despedimentos em massa; emprego na sua área profissional
Família	Problemas com a família; interferências da família
Fraco desenvolvimento local	Pouco desenvolvimento local; poucos projectos sociais locais; mudar o estilo de vida
Sem dificuldades	Nenhumas; sem dificuldades
Desertificação	Ver como tudo a volta fica desertificado; falta de apoios à fixação
Envelhecimento	Viver num concelho com população cada vez mais envelhecida deprime;

Começa por ser significativo que cerca de um terço dos que referem preferir ficar, não tenham qualquer resposta a dar sobre as possíveis dificuldades que enfrentarão. Isto pode traduzir falta de discussão sobre o assunto (designadamente na escola), um certo fatalismo na condução da vida, excesso de confiança ou mesmo a falta de amadurecimento da opção pela saída.

**Tabela 72 - Encontrar dificuldades se ficar no concelho**

	N	%
Oportunidades de emprego	27	75,0
Sem dificuldades	4	11,1
Desertificação	2	5,6
Família	1	2,8
Fraco desenvolvimento local	1	2,8
Envelhecimento	1	2,8
Total	36	100,0
NS/NR	90	
Total	285	

Dos que responderam, a grande maioria (três quartos) refere a dificuldade em encontrar emprego para o caso de optar por ficar e apenas um décimo refere não prever quaisquer complicações.

Admitindo-se a influência que o caso de familiares, vizinhos ou conhecidos com experiências de saída possa ter tido nas representações dos jovens acerca de sair ou ficar, verificou-se, pelo inquérito, que a avaliação feita pelos jovens é de que a saída teve um impacto positivo do ponto de vista financeiro ou da qualidade de vida. Em 69,1% dos casos inquiridos existe a ideia de que houve melhorias para aqueles que saíram e voltaram, mas também para os que não voltaram (67,7%).

**Tabela 73 - Representações sociais daqueles que saíram e voltaram**

	N	%
Melhoraram a sua condição financeira /qualidade de vida	170	69,1
Aumentou a população local	26	10,6
Melhoraram a condição financeira dos seus familiares cá	22	8,9
Estão na mesma situação que antes	22	8,9
Pioraram a sua condição financeira	6	2,4
Total	246	100,0
NS/NR	39	
Total	285	

Em ambos os casos, da saída de conhecidos e do seu regresso ou fixação noutra local, a avaliação é de que a partida teve um impacto positivo do ponto de vista financeiro ou da qualidade de vida.

**Tabela 74 - Representações sociais daqueles que saíram e não voltaram**

	N	%
Melhoraram a sua condição financeira /qualidade de vida	170	69,7
Melhoraram a condição financeira dos seus familiares cá	30	12,3
Diminuiu a população local	23	9,4
Estão na mesma situação que antes	20	8,2
Pioraram a sua condição financeira	1	,4
Total	244	100,0
NS/NR	41	
Total	285	

Um tipo de representação semelhante encontrou-se nos jovens entrevistados, alguns deles indicando que a sua opção pela saída, mesmo quando transitória, tem como objectivo melhorar a condição financeira.

*Eu acho que melhoraram a sua condição, se fosse cá não melhoravam, não ganhavam dinheiro, foram para lá, é duro trabalhar lá, nunca ninguém disso o contrário. Acho que melhoraram a sua condição na vida (...) Sair do país e trabalhar para fora, tenho muitos amigos meus que saíram e estão a a trabalhar para fora, e arranja-se muito mais trabalho e com melhores rendimentos (...) lá há o desenvolvimento, aqui esta região está muito pouco desenvolvida (...) Ir trabalhar para depois voltar, acho que vou ter melhor qualidade de vida. Mas eu não acho muito boa ideia sair do país, sou mais nacionalista, mas se não houver outra opção...se não criam condições para as pessoas viverem...*

*(Ludovico, 18 anos, estudante curso profissional IEFPP)*

*Os que saíram servem de exemplo, para nos irmos para o outro lado*

*(Ivone, 21 anos, empregada quiosque)*

*Vou para a Suíça... se der...ficar por lá ... para as obras. Vou andar entre cá e lá (...) Se fosse um emprego fixe... eu ficava, só que... o meu objectivo é no estrangeiro...*

*Aurélio, 25 anos, trabalhador construção civil – informal)*

Parece no entanto que a opção vai além de um simples desejo e referencial a seguir, por vezes sendo uma necessidade gerada pela falta de oportunidades de emprego locais.

*Agora com a situação da SOTAVE... isso também contribuiu um bocado para a decadência da própria vila! É pena, porque nós vemos... eu, como jovem, às vezes sinto-me um bocado triste, entre aspas, de ver tanta gente partir, tipo ir para França, agora há pessoas que vão para Angola (...) Se eu me vou embora e nunca mais volto, já é menos uma pessoa que poderia cá vir de vez em quando e se calhar até tinha uma ideia para um projecto e depois até ficava cá, não é? Agora é assim, eu vou-me embora mas depois volto quando já tiver um nível monetário melhor, mas elas não voltam... as pessoas que vão para o estrangeiro passam a receber lá, sei lá, mais do que mil e tal euros por mês, mas estão sujeitas a vir para cá e ganhar quinhentos ou seiscentos euros. Já não voltam e eu tenho noção que cada vez vai haver mais gente a ir embora (...) E é assim, nós, jovens, estamos cá a ver os emigrantes irem, às vezes pensamos se eles têm uma qualidade de vida espectacular lá*

*(Rogério, 18 anos, estudante Enfermagem Guarda)*

No que diz respeito às redes criadas, à estrutura familiar e à sua importância, não foi possível aprofundar a relação dos jovens com as mesmas ou o tipo de relacionamento, mas apenas a influência da família no momento decisivo em que se define a opção de abandonar o concelho de residência. Importa considerar que a família enquanto factor de retenção poderá ter um peso significativo não apenas através das atitudes opinativas, como se verificou nos quadros acima, mas também através das práticas de mediação com o mercado de trabalho local ou para fora dele.

Na análise das entrevistas foi possível comparar dois tipos de situações: uma em que existe por parte das redes sociais (família, amigos, conhecidos) alguma capacidade de influência na integração no mercado de trabalho e uma outra que revela a inexistência dessa capacidade ou mesmo a inexistência de tais redes. Em ambos os casos a correlação com o grau de ensino que o indivíduo possui parece não ser uma variável decisiva, pois as redes informais de acesso são referidas como recurso a utilizar quer por jovens com grau de escolaridade mais baixo quer mais elevado, embora os jovens mais qualificados admitam recorrer com maior facilidade às vias formais de acesso ao mercado de trabalho. Com base nesta distinção é possível construir uma tipologia que retrate o peso das redes na procura do primeiro emprego e novo emprego. Assim, correlacionando as três dimensões do espaço (local), do capital social (redes) e do capital escolar (qualificações) obtiveram-se as categorias seguintes:

- os jovens menos qualificados que recorrem a nível local à família restrita e fora do local, a parentes e amigos

*Eu já estive inscrita no Centro de Emprego, mas depois...acabei por...a minha irmã também trabalha aqui...no café*

*(Cátia, 22 anos, empregada de balcão, 10º ano)*

*Eles todos os meses aqui na exposição costumam pôr pessoas novas, eu falei com a minha mãe, **a minha mãe** lá foi...prontos veio aqui falou com as pessoas e arranjou-me isto.*

*(Ricardo, 20 anos, trabalhador estudante, Ensino complementar)*

*Recorri aos amigos do estrangeiro (quando estive a trabalhar na Suíça)*

*António, 20 anos, trabalhador construção civil, 9º ano)*

- os jovens qualificados que recorrem a nível local à família e fora do local a meios e instituições mais formais

*Recorreria talvez à família mesmo. Talvez mesmo à família e o que eles depois poderiam vir a arranjar.*

*(Ana Isabel, 21 anos, estudante Enfermagem Lisboa)*

*Hoje em dia, também funciona tudo um bocadinho com cunhas, não é? Vai-se pedir aqui e além, conhecidos e consegue-se um bocadinho... bons trabalhos através disso.*

*(Carla, 22 anos, trabalhador estudante, estudante universitária)*

*Tinha mesmo que ir pelo...concurso público. Até porque na minha família não tenho ninguém conhecido nessa área ou que me possa ajudar, por isso acho que não.*

*(Joana, 20 anos, estudante Psicologia)*

Coexistem portanto duas vias de acesso ao mercado de trabalho, uma formal e outra informal, sendo esta última movida por redes de sociabilidade primárias, incluindo, família directa, outros parentes, conhecidos e amigos. Poderá dizer-se que a família continua ser um dos elos de ligação ao mercado de trabalho, embora outros laços, igualmente fortes mas distantes em grau, ganham cada vez mais relevância. Algo que se confirma em outros estudos (Machado e Cheta, 1998).

Quanto ao acesso formal no mercado de trabalho os jovens responderam que os concursos públicos ou o contacto directo com os empregadores são os meios às quais recorrem habitualmente, embora reconheçam que esta via é mais morosa. Ainda, a candidatura a uma oferta de emprego constitui uma forma de demonstrar a capacidade de autonomia e competências adquiridas ao longo do percurso escolar e profissional, mesmo quando isso não resulte numa ocupação na mesma área profissional.

*Primeira via a que se recorre é sempre mesmo a nível do Ministério da Educação, no entanto poderemos também pensar no caso das escolas privadas e no caso de não resultar talvez um emprego numa outra área que me permita iniciar a minha vida profissional, tentar chegar à alguma independência económica dos meus pais. Se tiver que passar por outra área que não educação nos primeiros anos, não vejo problemas em fazê-lo.*

*(Diogo, 19 anos, estudante Ciências da Educação)*

### **5.2.2. Associativismo local enquanto factor de atracção**

O associativismo assume cada vez mais importância na formação individual dos jovens desenvolvendo manifestações sociais nas áreas da cultura, do desporto, do recreio e do lazer, do ambiente, do património, e da solidariedade social. As associações juvenis constituem por isso um pivô fundamental no processo de educação, mesmo que por via informal, servindo para reforçar a capacidade crítica dos jovens. O grau de envolvimento dos jovens na vida comunitária e o desejo em continuar a fazer parte das estruturas locais são plausíveis agentes convidativos para os jovens desenvolverem projectos nos seus concelhos.

Outro facto notável é que apesar do número de jovens associados não ser significativo, ao nível nacional, aquilo que se tem vem verificando é de que a participação associativa poderá revestir-se de várias formas, alguns jovens preferindo colaborar sem fazer parte das estruturas associativas. Contudo esses testemunhos são captados através do envolvimento associativo. Nesse sentido aquilo que foi averiguado em termos de envolvimento activo nas instituições e actividades locais remete para o associativismo.

Com o intento de medir a participação dos jovens em algumas estruturas sociais, o conhecimento das políticas juvenis e a utilização das mesmas, através das instituições vocacionadas para o efeito, ao mesmo que apurar a sua opinião sobre tais políticas, procedeu-se à inquirição das mencionadas questões. Porém, o associativismo não regista muitos aderentes entre os nossos inquiridos, 67,4% indicando não pertencerem a nenhuma associação e apenas 32,6% serem associados a uma estrutura associativa.

**Tabela 75 - Pertence a alguma associação**

	N	%
Sim	93	32,6
Não	192	67,4
Total	285	100,0

**Tabela 76 - Distribuição dos inquiridos segundo a pertença a alguma associação e o sexo**

		pertença a alguma associação				Total	
		Sim		Não			
		N	%	N	%	N	%
sexo	Feminino	37	26,8	101	73,2	138	100,0
	Masculino	56	38,1	91	61,9	147	100,0
Total		93	32,6	192	67,4	285	100,0

Dos jovens inquiridos associados a maioria é de sexo masculino. Entre os jovens entrevistados que não pertencem a nenhuma associação, apenas alguns justificam com a falta de tempo a sua opção, enquanto que a maior parte mostra nunca ter pensado nisso como algo válido.

*No meu caso específico não faço parte porque o meu curso é já por si muito trabalhoso e deixa-me muito pouco tempo para me dedicar à outras coisas, do foro pessoal, tento dedicar-me mais tempo aos estudos e guardar essas actividades para um outro plano*  
(Diogo, 19 anos, estudante Ciências da Educação)

*Talvez seja, mas o curso ocupa-me bastante tempo... e tenho estágio... é... muito complicado*

(Ana Isabel, 21 anos, estudante Enfermagem Lisboa)

Dos inquiridos que responderam não estarem associados a maioria, 40,9% motiva que não se associou porque nunca tinha pensado nesse assunto e 14% acusa a falta de oportunidade.

**Tabela 77 - Razões do não associativismo**

	N	%
Nunca pensou no assunto	67	40,9
Nunca surgiu uma oportunidade	23	14,0
Disponibilidade de tempo muito reduzida	17	10,4
Não vale a pena	16	9,8
Falta de informação	11	6,7
Prefere organizar-se com os amigos	11	6,7
Não encontrou uma associação que lhe agradasse	7	4,3
Distância entre casa e associações é um obstáculo ou não existem na zona onde reside	6	3,7
As associações que lhe agradam têm quotas elevadas	5	3,0
Prefere fazer as coisas por si mesmo/a porque não acredita nas suas capacidades interventivas	1	,6
Total	164	100,0
NS/NR	33	
Total	285	

Entre os cerca de 30% dos jovens pertencentes a uma associação, a sua totalidade indicou qual o motivo da escolha do associativismo, o que contrasta com a situação dos que não pertencem a nenhuma associação e que não referiram, em cerca de 12%, nenhum motivo.

**Tabela 78 - Razões que levaram ao associativismo**

	N	%
Realização dos ideais pessoais	29	31,2
Maior participação cívica	28	30,1
Influência dos amigos/estar junto deles	21	22,6
Dar voz às necessidades locais	11	11,8
Disponibilidade de tempo	4	4,3
Total	93	100,0

Neste caso, dos jovens associados, existe uma proporção equilibrada de motivações, como a realização de ideais pessoais (31,2%), uma maior implicação na vida social, civicamente (30,1%), e também o peso dos referenciais sociais de proximidade, os amigos (22,6%). É particularmente interessante observar como os jovens se reportam ao associativismo indicando a satisfação em realizar ideais pessoais ou participar em actividades de utilidade pública através da participação em associações.

Ainda, os jovens associados não integram, na sua maioria (60,2%), os órgãos associativos, afastando-se, de certo modo, das decisões mais importantes tomadas pela associação à qual pertencem.

**Tabela 79 - Pertence aos órgãos sociais da associação**

	N	%
Sim	37	39,8
Não	56	60,2
Total	93	100,0

Interrogados sobre o tipo de actividade associativa à qual estão relacionados, muitos dos inquiridos declararam estarem envolvidos em mais do que uma actividade, no total até cinco, sendo as mais comuns de carácter desportivo, cultural, recreativas e de voluntariado.

Analisando em conjunto as respostas anteriores relativas ao tipo de actividade associativa em que os jovens estão envolvidos, responderam 93 inquiridos da nossa amostra. Do total de 169 respostas dadas pelos inquiridos, as actividades que mais despertaram interesse e os levou estarem associados são, por ordem de preferência, as culturais, desportivas e recreativas. 48% dos jovens dizem fazer parte de uma associação de carácter cultural, cerca de 40% jovens indicam fazerem parte de uma associação desportiva, clube de futebol ou outra e 29% estão inscritos numa associação recreativa. Menos citadas são as associações educativas, humanitárias e empresarias. Tipos de actividades associativas

	Respostas		Casos
	N	%	%
Culturais (artística, musical, teatral, cine-clube)	45	26,6	48,4
Desportivas (clube desportivo, claque)	37	21,9	39,8
Recreativas	27	16,0	29,0
Voluntariado	16	9,5	17,2
Estudantis	11	6,5	11,8
Religiosa	11	6,5	11,8
Políticas (partido)	7	4,1	7,5
Assistência social	5	3,0	5,4
Ecológica	3	1,8	3,2
Empresariais	3	1,8	3,2
Educativas (científicas)	2	1,2	2,2
Humanitárias (filantrópicas)	2	1,2	2,2
Total	169	100,0	181,7

Como se observa aqueles que estão associados em mais do que uma estrutura diminuem em percentagem. Pelo quadro abaixo, os que se encontram numa segunda associação são menos de 50%, ainda assim, é um dado interessante devido ao envolvimento em mais do que uma organização, simultaneamente alargando a rede de conhecimentos e conhecidos.

Ao cingir as atitudes dos jovens face ao associativismo, questionou-se também o tipo de avaliação que fazem em sentido lato. Apenas 3,5% não souberam o que responder, ou não conseguiram avaliar o seu envolvimento, dos restantes, 36% avaliaram como muito positiva ou positiva (33,7%). Numa percentagem muito pouco significativa, 3,6% dos inquiridos apreciaram muito negativamente a sua participação associativa.

**Tabela 80 - Apreciação do associativismo**

	N	%
Muito positiva	30	36,1
Positiva	28	33,7
Média	21	25,3
Muito negativa	3	3,6
Negativa	1	1,2
Total	83	100,0

Relacionado, ou não, a uma associação, os jovens foram questionados acerca da importância que atribuem ao associativismo. Dessa forma, e como se pode observar pelo quadro abaixo, 40,3% indicam que estar associado ajuda a uma maior aproximação aos problemas locais, que permite debater em conjunto questões de interesse comum (28,6%) e ajuda a alargar o sistema de redes de inter-conhecimento (26,6%).

**Tabela 81 - Importância do associativismo**

	N	%
Maior aproximação dos problemas locais	100	40,3
Alargar o círculo de relações	66	26,6
Debater questões de interesse comum	71	28,6
Ajuda ser popular	11	4,4
Total	248	100,0

A apreciação dos jovens entrevistados associados é claramente positiva. Confirma-se, por um lado, que através das actividades associativas é possível entreter os jovens, defender os seus direitos e aproximá-los à comunidade e às suas dificuldades, por vezes conseguindo esses ter o seu primeiro contacto com o mercado de trabalho local através destas actividades.

*Já participei no OTL, dois anos, acho que é bom porque há jovens que entram por outros caminhos e enquanto estão que nessas actividades estão ocupados e não estão a fazer grandes estragos (...) mesmo ao nível de relacionamento com outras pessoas... é como se fosse um trabalho periódico e dá para ganhar algum*

*(Diogo Filipe, 16 anos, estudante liceu)*

*Defender os seus direitos, fazer valer os ideais em que acreditam, ter alguém que os represente. Criam laços entre as pessoas, de entre ajuda, de companheirismo, e não vejo nada de mal nessas associações, pelo contrário*

*(Cristina, 20 anos, estudante IPG)*

*Se são importantes...não sei...mas dão maior dinamismo à sociedade e às pessoas envolvidas (...) e para os jovens também, há também associações para os jovens, há as associações de estudantes...que lutam pelos direitos dos jovens, dos estudantes, no contexto da sua escola, do seu estabelecimento de ensino.*

*(Diogo, 19 anos, estudante Ciências de Educação)*

Por outro lado são reconhecidos os obstáculos enfrentados pelas associações, como a insuficiente participação dos jovens, cada vez menos dispostos repartir o seu tempo entre os estudos e a vida local, mas também os escassos apoios às associações.

*Contribuiu, contribuiu mas com a idade há mais coisas para desenvolver e as associações aqui também são de... não dá para levar as coisas sozinho, é preciso levar ajuda e há muita coisa que neste momento...não há, desde sempre não houve iniciativa local*

*(Manuela, 19 anos, estudante liceu)*

O testemunho de alguns dos entrevistados marcou a importância do associativismo enquanto factor possível de retenção dos jovens no Interior.

*Pertenço aos Escuteiros... mais nada (...) participei no Verão... voluntariado, também no OTL... eh... mas dá sempre jeito, não é? Quanto mais não seja uma pessoa recebe outro incentivo, a nível monetário, dá sempre jeito e também ocupa... atribui-nos responsabilidades e é bons nós termos responsabilidades (...) Bom, aprende-se muito e vemos algumas coisas de outra forma. Aprendemos também a lidar com várias situações. Os Escuteiros dão-nos departamentos, por exemplo, eu já sou mais velho, ficamos entregues a departamentos e, se calhar, aprendemos um bocado para uma vida futura (...) temos experiências agradáveis, até a nível de saídas (...) Aqui temos condições para isso. (...) se eu cá ficar, se calhar ia estar integrado em alguma associação, não é? Uma pessoa aqui dá para se meter nessas associações e tem tempo para isso e também assim, no meu ver, a ver o espaço envolvente de uma forma diferente e que, lá está, há muita coisa por onde explorar! Aprendemos a gostar mais de Manteigas, aprendemos porque também os dirigentes fazem-nos conhecer um pouco mais de Manteigas e se calhar procuram também incentivar-nos a fixar-nos cá, só que... é o que eu digo, é o emprego, é muito complicado, nós, aqui, é mesmo muito complicado*

*(Rogério, 18 anos, Estudante Enfermagem Guarda)*

*Ser bombeiro é uma experiência...como é que hei de dizer, muito positiva, porque aprende-se muito e desenvolve-se muito bem uma pessoa...a conviver com outras pessoas...e o espírito de grupo é muito bom (...) Porque gosto daquilo. É o que gosto de fazer, dá-me prazer fazer aquilo ...é inexplicável o que se sente por aquilo.*

*(Ludovico, 18 anos, estudante curso profissional IEF)*

Se pela avaliação das representações e atitudes dos jovens entrevistados face ao associativismo não é claro o poder de atracção com intuito de fixação, através dos jovens inquiridos foi comparada a escolha dos jovens associados entre sair ou ficar. Aquilo que se poderia verificar como uma correlação entre a maior aproximação aos problemas regionais e intenção por fazer parte do local, futuramente, mantendo essa mesma proximidade com o concelho e as pessoas, revelou-se inexacto.

**Tabela 82 - Distribuição dos inquiridos segundo a pertença a alguma associação e a intenção em sair ou não do seu concelho**

		Pensa sair do seu concelho				Total	
		Sim		Não		N	%
		N	%	N	%		
Pertence a alguma associação	Sim	50	31,4	43	34,1	93	32,6
	Não	109	68,6	83	65,9	192	67,4
Total		159	100,0	126	100,0	285	100,0

Como se verifica pelo cruzamento, entre os jovens que pretendem partir apenas 31,4% estão associados a algum tipo de actividade. Está, portanto, clara a não preponderância dos associados entre os jovens que pretendem sair ou até mesmo ficar. Conclui-se que entre os factores presumidos como atractivos para os jovens se radicarem no Interior, a família e também os amigos, enquanto suportes para os projectos de futuro e o associativismo, enquanto participação no seio da comunidade local, apenas os primeiros têm peso significativo. É o relacionamento familiar e as redes de amigos que mais influenciam e levam os jovens a permanecerem na região, salvaguardando desse modo laços de afecto construídos ao longo dos anos e fornecendo o fundamento de eventuais projectos locais dos jovens.

### **5.3. Factores de repulsão: escola e trabalho**

Fora as características do grupo de jovens com intenção por ficar, como foi apurado anteriormente, os jovens que pretendem sair são jovens de sexo feminino, com idades entre os 18-21 anos e com o 12º ano de escolaridade completo. Mas existe outra preocupação, aquela de entender as razões da sua decisão e enquadrar os indicadores de

escolaridade e do trabalho no panorama regional. Com este intuito são lançadas duas hipóteses que entendem a dimensão da escola e do trabalho como possíveis factores de repulsão, que induzem à saída dos jovens do Interior. Para atestar as hipóteses foi questionado, através do inquérito, quais seriam os principais factores que levam os jovens a tal decisão. O mesmo aconteceu no caso dos jovens entrevistados que, apesar de verbalizarem pouco as suas preocupações de futuro, estão cientes do caminho que querem seguir.

As circunstâncias primárias que levam os jovens a sair do Interior são de natureza económica, social e cultural. Assim, as principais razões determinantes para a saída são o emprego, ou a falta dele, a realização financeira e a socialização com outro meio, diferente daquele onde residem. São estes os indicadores obtidos através do inquérito realizado à amostra. Segue-se a necessidade, simultaneamente curiosidade, em conhecer pessoas diferentes e o facto de morar ali não agradar ao inquirido. A escola, nomeadamente as ofertas formativas, não ocupam um lugar de destaque nas razões de saída, contudo, está, como será visto adiante, interligada aos projectos de futuro dos jovens no local, pois dadas as expectativas criadas, os jovens com maiores qualificações procuram preenche-las fora do local, onde as ofertas de emprego são em maior número, apesar da forte concorrência.

De volta à análise do inquérito, e compreendendo melhor as principais razões da saída, foram acumuladas as ocorrências das repostas num só quadro. Do total de 159 inquiridos que pretendem sair, foram validadas 434 respostas assinaladas por 150 dos inquiridos.

De uma maneira geral as motivações dos jovens em partir estão relacionadas com a fraca oferta de emprego local, cerca de 87% dos jovens assinalaram que é o emprego, ou a falta dele, que os leva, em primeiro lugar, a sair. Marca-se como segunda motivação da partida a procura de uma realização financeira que não se pode concretizar, para 45,3% dos jovens, na região. Enquanto última hipótese de resposta possível para esta questão é colocada como terceira principal razão, o gosto, a vontade, curiosidade, em conhecer outras pessoas diferentes, referida por 35,3% dos jovens.

**Tabela 83 - Principais razões para sair**

	Respostas		Casos
	N	%	N
Emprego	130	30,0	86,7
Realização financeira	68	15,7	45,3
Conhecer outras pessoas diferentes	53	12,2	35,3
Morar aqui não me agrada	34	7,8	22,7
Cultura	34	7,8	22,7
Uma localidade maior	33	7,6	22,0
Educação	22	5,1	14,7
Unidades de saúde	19	4,4	12,7
Outro meio social para educar os meus filhos	18	4,1	12,0
Viver perto de parentes que moram fora	12	2,8	8,0
Condições ambientais	11	2,5	7,3
Total	434	100,0	289,3

No caso dos jovens entrevistados, foi encontrada a mesma vontade em sair, movidos pelo desagrado em morar em localidades pequenas, onde o ritmo da vida e o espaço é distinto daquele que é transmitido e mercantilizado nos meios de comunicação. É a procura desse fascínio, do ritmo específico da vida urbana para qual são transferidos através de vários meios, escola, família, sociedade, que os jovens anseiam conhecer.

*Estou farto daqui, é sempre a mesma coisa*

*(Samuel, 17 anos, estudante liceu)*

*Por estar no Interior já é um obstáculo... Porque as pessoas continuam a sair para o Litoral, do Interior para o Litoral, realmente o Interior ficou um bocado envelhecido que de resto acho que é uma cidade como qualquer outra (...) pior é mesmo estar no Interior*

*(Cristina, 20 anos, estudante IPG)*

*Eu tenho colegas que querem muito sair daqui, andávamos nós na secundária e eles já estava a pensar em sair, portanto é um meio pequeno, pouco desenvolvido, não tem lugares de lazer onde a gente possa ocupar o seu tempo, é sempre o mesmo sítio, as mesmas pessoas e há pessoas que querem mais e aqui não há oportunidade para isso.*

*(Joana, 20 anos, estudante Psicologia em Coimbra)*

*Viver...em Lisboa ou no Porto (...) Porque eu gosto daquilo, tem muita movimentação e há mais oportunidades, são cidades e há mais oportunidades de trabalho (...) Aqui é muito calmo, muito calminho, eu gosto mais de agitação (...) eu se for é mesmo para fora daqui, gostava mesmo de ir embora para fora daqui*

*(Maria João, 15 anos, estudante liceu)*

*Eu queria viver para Itália, queria estudar no Porto, depois seguir Erasmus e depois viver para Itália (...) colegas meus que já estiveram lá a estudar e disseram que era espectacular (...) Itália fascina-me, pelo menos um ano viver assim, para a experiência (...) Em Itália a vida é muito cara, mas isto vai com as facilidades que os pais dão, eu sou filho único, é tudo para mim.*

*(Ricardo, 20 anos, trabalhador estudante, Ensino complementar)*

Outra situação que condiciona a permanência dos jovens é a questão do fraco desenvolvimento local, realidade para qual os entrevistados estão sensibilizados.

*Toda a gente sonha ter uma casa, ter um carro e a partir daí seguir a sua vida, então não tendo essas bases aqui uma pessoa tem de ir para fora trabalhar para elas, certo? É o que toda gente faz.*

*(Nelson, 25 anos, 9º ano, militar)*

*Sair, sim, sim, sim, sem dúvida alguma (...) um bocadinho cansada de ver sempre a mesma coisa e não ver isto evoluir*

*(Maria João, 15 anos, estudante liceu)*

Ainda no caso dos jovens entrevistados foi apurado, quer através do discurso directo ou indirecto, que existe um outro indicador que condiciona a fixação. Apesar de nas respostas ao inquérito a mentalidade não constituir um factor de referência, entre os jovens entrevistados essa situação teve um maior destaque. Entenda-se a situação do fechamento da mentalidade como um fenómeno constrangedor da liberdade do jovem, fundamento da sua saída como libertação desse controlo.

*Eu gosto de Trancoso, é a minha terra, mas não me vejo aqui (...) a mentalidade conservadora, também é uma das razões que me leva a não ficar aqui (...) toda a gente sabe tudo de toda a gente, e é uma coisa que neste momento já não é vista em muitos sítios (...) a ideia de ficar sem a família também é um táctica de se desprender do controlo (...) No trabalho de uma socióloga que está a acabar de formar se lançaram também alguns inquéritos para o 12º ano. E a maioria dos alunos na pergunta: se gosta de morar em Trancoso, respondeu que sim, mas o que realmente pensa é que não. Portanto, eles respondem que sim, para ficarem bem (...) mas eu particularmente respondi que não. Houve, em 300 e muitos, houve 28 pessoas que responderam que não, eu estava nesses 28 pessoas. O outro universo, o resto das pessoas são pessoas que talvez para ficar bem, não querer deixar mal visto o Trancoso, atenção que eu também não quero deixar mal visto o Trancoso, é a minha terra e gosto muito dela, mas a nível de futuro não vejo grande futuro nela, e as mentalidades foi uma das coisas que não dá para suportar muito...*

*(Manuela, 19 anos, estudante liceu)*

Ainda, e acerca daqueles que se propõem abandonar o concelho de residência, por diversas razões, como já se apurou, os jovens foram interrogados no inquérito, de forma aberta, sobre as dificuldades que se pensa encontrar se optar por sair. Por ser uma questão que implicou alguma reflexão os jovens não souberam ou não responderam em cerca de 26% dos casos, o que revela ainda uma proporção elevada dos que tencionam sair que ainda não pensaram seriamente nas dificuldades ou não as expressaram. Dos restantes, foi possível codificar as suas respostas justificativas como se segue.

**Tabela 84 - Encontrar dificuldades se sair do concelho – notas explicativas**

Variável	Justificação
<b>dificuldades se sair</b>	
Emprego	Falta de emprego; emprego numa área diferente da minha
Habitação	Habitação
Condições de trabalho	Trabalhar mais horas que aqui; trabalhar em piores condições
Língua e cultura	Língua; cultura e tradições
Adaptação ao modo de vida e de trabalho	Estilo de vida e de trabalho diferente; desconhecido;
Integração, relacionamento	Integração; relacionamento; socialização; não conhecer ninguém
Estar longe da família e dos amigos	Saudades da família; solidão; estar longe da família; cortar com as raízes
Meios financeiros	Falta de meios financeiros; não ter recursos
Sem dificuldades	Sem dificuldades; nenhuma dificuldade

Cerca de 29,1%, que replicaram quais seriam essas mesmas dificuldades, confirmaram que a adaptação a um modo de vida e de trabalho diferente poderia ser uma das principais dificuldades encontradas no início, seguida da distância da família e dos amigos (11,6%) e da dificuldade em encontrar/construir uma habitação (10,5%). Remarca-se que 11,6% não considera ter dificuldades nenhuma se optar por sair.

**Tabela 85 - Encontrar dificuldades se sair do concelho**

	N	%
Adaptação ao modo de vida e de trabalho	25	29,1
Estar longe da família e dos amigos	10	11,6
Sem dificuldades	10	11,6
Habitação	9	10,5
Integração, relacionamento	8	9,3
Emprego	7	8,1
Meios financeiros	7	8,1
Língua e cultura	6	7,0
Condições de trabalho	4	4,7
Total	86	100,0

O mesmo comportamento desencorajador é observado entre os jovens entrevistados cujas respostas ou silêncios vão de encontro ao que foi apurado no inquérito, aquilo de que, apesar de tencionarem sair, alguns dos jovens não contrabalançaram as possíveis dificuldades.

Embora optando por abandonar os seus concelhos, 81% dos jovens inquiridos que referiram essa opção, diz preferir manter um contacto regular com o local de

residência actual se sair, i.e, com a família, amigos e vizinhos, o que induz a supor um forte carácter dos laços de parentesco e amizade, como já confirmado.

**Tabela 86 - Manter contactos locais se sair do concelho**

	N	%
Frequentemente	106	80,9
Apenas nas férias	20	15,3
Raramente	2	1,5
Outra	2	1,5
Nunca mais	1	,8
Total	131	100,0

Aproximadamente 15% diz voltar apenas nas férias, em visita, se sair. Em inferioridade encontram-se os inquiridos que raramente (1,5%) ou nunca mais pretendem voltar (0,8%).

### **5.3.1. Escola como factor de repulsão**

No caso da escola, e porque a maioria dos jovens inquiridos se encontravam a estudar na altura da realização do inquérito, pretendeu-se conhecer os indicadores de escolaridade dos jovens, quais os planos de futuro face à continuação dos estudos e em que medida essa continuação é uma situação voluntária ou dependente das ofertas profissionais locais. Esta hipótese avança com a afirmação de que a escola é igualmente um meio para se alcançar objectivos profissionais e um meio de vincar expectativas difíceis de realizar a nível local.

Constando que os jovens da nossa amostra, com as idades entre os 15-24 anos se encontram habitualmente a completar os estudos, o módulo sobre a escola e as suas representações, foi abordado do ponto de vista da constatação dos indicadores, da importância atribuída aos estudos e das esperanças criadas nesse percurso de especialização.

Assim, quando questionados sobre o grau de ensino que desejariam alcançar no futuro 44,9% dos inquiridos referem o Ensino superior, o Ensino secundário (22,5%) ou um Curso de pós-graduação (17,2%).

A grande fatia dos jovens (44,9%) refere que o Ensino superior é o grau de escolaridade que mais ambicionam alcançar, muito provavelmente devido às oportunidades de emprego e realização financeira que possam proporcionar a longo prazo.

**Tabela 87 - Grau de escolaridade desejado pelo inquirido**

	N	%
Ensino superior	128	44,9
Ensino secundário (12.º ano)	64	22,5
Curso pós-graduação	49	17,2
Ensino secundário complementar – via profissionalizante	24	8,4
NS/NR	11	3,9
3.º ciclo do ensino básico (9.º ano)	7	2,5
Ensino médio	2	,7
Total	285	100,0

É com base nesta afirmação os jovens entrevistados estruturam o seu discurso sobre a importância de um grau académico e a transição para o mundo de trabalho com maiores oportunidades.

*O mercado de trabalho está muito mais complicado e quem não tiver estudos acho que não consegue... não é que com um curso eu não posso ir para o desemprego, mas tenho mais hipóteses...*

*(Joana, 20 anos, estudante Psicologia, deseja acabar a licenciatura)*

*É importante (a escola), é o futuro hoje em dia, é o mais importante... e há que ter objectivos. Sem estudos, hoje em dia, da maneira como está o país não se vai a lado nenhum... mas também há que ter... consciência... do que nós vamos escolher para o futuro. Quando estamos no 12º é importante, temos que escolher bem a área*

*(Rogério, 18 anos, estudante Enfermagem Guarda, deseja acabar a licenciatura)*

*São importantes, sim. Hoje em dia, uma pessoa sem estudos não... não arranja nada... isto é uma ideia generalista, não é, porque toda a gente... mas é real, não é? Uma pessoa com estudos, com uma licenciatura... consegue ter uma vida melhor, a nível profissional, a nível monetário, não é?*

*(Carla, 22 anos, estudante Psicologia, deseja acabar a licenciatura)*

Para uma melhor compreensão das expectativas dos jovens em relação ao seu percurso escolar cruzaram-se as variáveis respectivas ao actual grau e ao grau ambicionado de escolaridade. Dos que referem aspirarem ao Ensino Superior 57,8% já completaram o secundário e 19,5% o 9º ano. Aqueles que pretendem alcançar o Ensino secundário terminaram o 6º ano (42,9%) e o 9º ano de escolaridade respectivamente (39,1%).

Fica aqui a nota de que entre os jovens inquiridos, os que concluíram o 9º ano são aqueles que menos sabem qual o grau de escolaridade que ambicionam, ou simplesmente não responderam ao inquérito, 63,6% dos que Não sabem/Não respondem. Igualmente é também esse grupo de jovens com 9º ano completo que tencionam ficar com o mesmo grau, i.e com o 9º ano, 71,4% dos que referiam isso, não quererem assim

continuar os estudos para além do grau obtido. A grande maioria, 47.8% pretende seguir os estudos para obter um curso superior e essa realidade é clara por aquilo que afirmam em relação a importância dos estudos. Contudo, existe um grupo relativamente grande em termos percentuais, de 26.1%, que não tem intenção de ultrapassar o 9º ano de obrigatoriedade escolar.

Reforçando as declarações dos jovens inquiridos no que refere às motivações do abandono escolar, os testemunhos recolhidos através das entrevistas referem terem-se afastado da escola sobretudo por razões de ordem financeira, de uma necessidade de profissionalização mas também porque não gostavam de estudar. Facto curioso é que de que é o grupo dos jovens com o 9º ano de escolaridade que menos projectos educacionais tem, pretendendo ficar apenas com esse grau de ensino, pelas razões acima mencionadas.

*Gostar gostava, mas não foi possível continuar (...) Eram muitos e tal, muitos irmãos. E eu também não gostava. (...) Mas também não dá, por causa do trabalho*

*(Maria de Fátima, 23 anos, empregada de caixa num supermercado,  
9 ano de escolaridade)*

*A minha mãe ficou chateada /quando soube que abandonou a escola), mas.... Mas tenho o 9º ano! Fui na desportiva...Por causa do curso...O meu curso é que fez o 9º.*

*(João, 17 anos, desempregado,  
obteve o 9º ano através de um curso profissional de calceteiro)*

*Foi da escola, eu andava lá a fazer bué de cenas e meteram-me num curso (...) O meu pai... a mim... não me disseram nada. Mas acabei o curso...tirei a carta de condução.*

*(Aurélio, 25 anos, desempregado,  
9º ano através de um curso profissional, questionado sobre a opinião da família o  
entrevistado recuou em explicar a situação do pai, com paradeiro desconhecido)*

Ainda, e tendo em conta a repetida reprovação dos estudos por parte dos inquiridos, referida no ponto sobre a caracterização da amostra, e assinalando que a reprovação ocorreu mais que uma vez, houve uma manifesta intenção de marcar o parecer sobre a importância dos estudos. Assim, as respostas dadas pelos jovens inquiridos revelam uma valorização dos estudos.

**Tabela 88 - Importância dos estudos na óptica dos jovens**

	N	%
Preparam para a vida activa	213	74,7
Necessitam uma orientação mais prática	61	21,4
Não têm grande utilidade	5	1,8
NS/NR	4	1,4
Outra (excesso de informação e desadequação à realidade laboral)	2	,7
Total	285	100,0

Para 74,4% dos inquiridos a concepção sobre os estudos é aquela de que a escola prepara para a vida activa e apenas 21,4% avaliam-na de uma forma menos positiva, indicando a necessidade de uma orientação mais prática. Não se pode deixar de questionar sobre a verdadeira convicção dos jovens nessa matéria, uma vez que pelas práticas observadas na segunda percentagem, que indica a necessidade de uma maior adaptação dos estudos à realidade, parece ter maior peso que a primeira, aqui analisada.

*É dada menos importância à parte prática, é dada mais importância à parte teórica, deixamos pouco preparados para a vivência que é o real, para a vivência que hoje há nas escolas (...) Não que seja propriamente desadequado, mas devia ter mais uma parte prática, devia insistir mais na parte prática da questão, da formação*

*(Diogo, 19 anos, estudante Ciências de Educação)*

Importa também dizer que a ligação entre a escola e o mercado de trabalho surge imperiosamente desde muito cedo, seguindo outros modelos europeus com um vínculo reforçado ao mundo do trabalho e a formação escolar.

*Em França é diferente, totalmente diferente, aqui nós temos que estudar e ao fim dos estudos encontrar trabalho, lá não. (...) Eu nasci lá, nasci em França, depois fiz a escola primária lá e depois viemos para cá, os meus pais decidiram vir para Portugal, e viemos para cá, para Portugal. E posso dizer que os estudos lá são totalmente diferentes de Portugal, mesmo diferentes em tudo, só que eu fiz a primária, não...mais para a frente não sei, sei que é diferente porque tenho lá amigos e amigas que já têm....porque lá é assim, não sei bem explicar, tiram, aqui temos que estudar até ao 12º ano, enquanto lá estudam e trabalham ao mesmo tempo, eles fazem...estágios, é diferente, totalmente diferente.*

*(Ingrid, 23 anos, 12º ano, florista – trabalho informal)*

De uma maneira geral a avaliação do papel da escola na formação dos jovens é positiva, tal como se observou pelo nosso inquérito mais de metade dos jovens inquiridos afirmando que a escola prepara para a vida activa. A mesma tendência é retratada no quadro das entrevistas onde também se encontra um discurso algo desanimador perante expectativas criadas e as ofertas do mercado de trabalho, fundamentalmente quando se trata de jovens com grau de escolaridade mais elevado. A consciência de uma maior

dificuldade em ingressar/manter-se no mercado de trabalho a longo prazo para aqueles com menos qualificações e a curto prazo para aqueles com maiores qualificações é óbvia. Todos eles, de uma forma ou outra, reconhecem as escassas ofertas locais e a importância de uma orientação profissional prévia, a partir da escola, com o intuito de preparar para as transformações do mundo laboral.

*É importante, é o futuro hoje em dia, é o mais importante... e há que ter objectivos. Sem estudos, hoje em dia, da maneira como está o país não se vai a lado nenhum...mas também há que ter... consciência... do que nós vamos escolher para o futuro. Quando estamos no 12º é importante, temos que escolher bem a área*

*(Rogério, 18 anos, 12º ano, com perspectivas em continuar a estudar)*

*São sempre importantes. O mercado de trabalho está muito mais complicado e quem não tiver estudos acho que não consegue...não é que com um curso eu não posso ir para o desemprego, mas tenho mais hipóteses...*

*(Joana, 20 anos, 12º ano, com perspectivas em continuar a estudar)*

*(Os estudos ) têm máxima, importância máxima. A ideia é basicamente esta, se há dezenas e dezenas, para não dizer mais de licenciados sem trabalho os não licenciados devem ser mais...é muito importante*

*(Manuela, 19 anos, Ensino complementar, com perspectivas em continuar a estudar)*

*Dou muita importância porque quero ter um futuro melhor...sem os estudos não éramos nada*

*(Maria João, 15 anos, 6º ano, com perspectivas em continuar a estudar)*

Para alguns dos jovens entrevistados o abandono dos estudos é um assunto ainda muito sensível, pois desperta dissabores com a escola, uns deixando por própria iniciativa os estudos, outros por necessidades financeiras.

*São importantes, sim. São... importantes... mas parece que hoje em dia já não dão muito valor... Não há muita saída. Eu fiz o meu 10º ano de dia e depois completei à noite...mas fiquei por aí...eu já tenho um filho e...tive que trabalhar*

*(Cátia, 22 anos, Ensino complementar, abandonou os estudos)*

*É importante, só que hoje em dia para estudar ou não, é a mesma coisa, parece tudo muito difícil. As vezes....temos o 12º ano, não é, vamos para universidade só que estuda-se quatro ou cinco anos ou mais e chega-se ao fim e não se encontra emprego...quanto mais aqueles que não estudam....está muito difícil, mas pronto, estudar acho que sim, faz parte da vida e quanto mais temos, mais estudos, mais tirarmos mais cursos mais possibilidades teremos, acho eu...eu penso assim (...) hoje em dia não garante assim muito, mas quem queira continuar em frente que continue...eu também era para ir para o ensino superior eu é que não conseguí entrar, se não era para ir.*

*(Ingrid, 23 anos, 12º ano, abandonou os estudos)*

Para alguns dos jovens entrevistados continuar os estudos é uma opção que reconhece a importância da escola como vector de formação profissional, alavanca para uma especialização capaz de trazer maiores rendimentos.

*Começar a trabalhar, não vejo como possível num futuro próximo. Portanto provavelmente irei optar por uma continuação da formação de modo a aumentar as minhas capacidades para tentar outras vias de empregabilidade.*

*(Diogo, 19 anos, estudante Ciências de Educação)*

Para outros jovens voltar a estudar pode constituir uma necessidade no sentido de alcançar alguns objectivos profissionais. Instrumentalizando a existência de várias oportunidades de formação disponibilizadas por algumas instituições e em resultado de objectivos estratégicos nacionais de qualificação, os jovens frequentam cursos de formação como uma modalidade de complementar a sua actividade profissional ou de melhor corresponder às exigências futuras do mercado de trabalho. Independentemente de ser ou não instrumentalizada, o efeito é positivo, contribuindo para dotar os jovens de instrução e alcançar os objectivos das políticas nacionais de diminuição do défice de escolarização.

*Acho que, sem estudos não se consegue nada, vou tentar fazer 12º ano, porque daí uns tempos vai ser preciso...vais passar a ser obrigatório e eu queria tê-lo para conseguir os meus objectivos (...) não iria conseguir arranjar trabalho com essa facilidade, agora o trabalho está difícil de arranjar mesmo para quem tem estudos...*

*(Nelson, 25 anos, 9º ano, deseja voltar a estudar)*

Através da análise das respostas ao inquérito relativa às razões de saída, verificou-se portanto que a escola não se encontra entre as principais condições da partida dos jovens do Interior. A falta ou a qualidade das unidades de saúde, dos estabelecimentos de ensino, da oferta cultural ou das condições ambientais também não mereceram intensa ponderação por parte dos inquiridos na sua categorização dos factores imperativos da sua saída. Remata-se que a escola não é um factor directo na decisão dos jovens, contudo, a continuação dos estudos, quer porque os jovens a querem para a sua realização profissional e pessoal, quer porque a necessitam, aumenta o grau de qualificação e simultaneamente de expectativas. E neste último caso, quanto maiores as expectativas criadas pelas qualificações obtidas através da escola, maiores as hipóteses de que a médio e longo prazo os jovens consigam alcançar os seus objectivos profissionais. Mais, para este grupo específico de jovens, com qualificações superiores e expectativas à medida das suas capacidades, os horizontes locais parecem incapazes de dar respostas, pelo que, tal como se verificou, é, infelizmente, o conjunto dos jovens mais qualificados que tencionam sair do Interior, como o manifestaram através do inquérito uma grande percentagem dos jovens inquiridos.

### 5.3.2. Trabalho como factor de repulsão

À semelhança do quadro traçado sobre as expectativas dos jovens quanto à escolaridade, o presente trabalho preocupou-se em traçar o perfil dos inquiridos tendo em conta as suas representações sobre o mundo do trabalho. Aquilo que se pretendeu testar foi a hipótese de uma orientação das saídas dos jovens com o intuito de preencher a ausência local de ofertas de emprego.

Questionados sobre as suas representações sociais face ao trabalho, os inquiridos apresentaram uma postura de idealização e realização pessoal através do trabalho. Dessa forma e simplificando as respostas relativas à atitude dos jovens inquiridos face à profissão desejada foram auferidas 503 réplicas.

**Tabela 89 - Atitude perante a profissão**

	Respostas		Casos
	N	%	N
Sentir-me realizado pessoalmente	174	34,6	61,1
Sentir-me competente	54	10,7	18,9
Ter uma remuneração muito elevada	54	10,7	18,9
Ter uma vida calma	49	9,7	17,2
Concretizar projectos e ideias inovadoras	47	9,3	16,5
Alcançar prestígio e reconhecimento	40	8,0	14,0
Contribuir para a modernização do país/região	35	7,0	12,3
Ter mais tempo livre	28	5,6	9,8
Ter uma posição social importante	14	2,8	4,9
NS/NR	8	1,6	2,8
Total	503	100,0	176,5

Entre as 503 respostas, 34,6% mostram a preferência dos inquiridos por uma profissão que ofereça a realização pessoal e 10,7% das respostas indicam a opção por uma profissão capaz de os fazer sentirem-se competentes, e ao mesmo tempo terem uma remuneração elevada. Conclui-se que mais de metade dos jovens preferem uma profissão que os satisfaça no plano pessoal, uma ambição legitimamente formulada mas nem sempre com aplicação real no mundo do trabalho, muitas das vezes os jovens trabalhando em áreas que não os preenchem. Uma outra nota que merece atenção é o facto de serem poucos os inquiridos que indicaram preferirem uma profissão com uma posição social importante. Apesar da aspiração a posições de destaque, reflecte-se entre os jovens a noção de que são também cargos de responsabilidade, o que os leva a optar menos por essa situação. Existe de facto uma variável referencial quer familiar, quer dos grupos de amigos que são fundamentais no percurso profissional escolhido, e que conduz a uma

necessidade de afirmação social local. Entenda-se que este é um fenómeno que leva muitas das vezes à saída, objectivado pela confirmação exterior das suas capacidades para depois haver uma validação das mesmas no local. Por essa razão catorze dos jovens disseram preferir um trabalho prestigiado, com afirmação profissional, e simultaneamente social.

Entender o emprego como algo estável, permanente, versátil, de gestão própria ou até alienada, também interessou do ponto de vista das representações dos jovens. Quanto à atitude dos jovens frente ao emprego foi analisada a percepção e a preferência dos jovens e contrariamente aquilo que o mercado de trabalho regional e nacional tem dados sinais, a tão desejada estabilidade no emprego parece ser mais um mito que uma realidade. Por essa razão quando questionados sobre o tipo de emprego que prefeririam, se pudessem escolher, é possível adiantar que 57,4% dos 284 inquiridos respondentes ainda referiram nas suas atitudes a preferência por um emprego para toda a vida, mas também uma necessidade de mudança de competências e responsabilidades de acordo com os seus interesses, facto referido por 38% dos inquiridos acerca da versatilidade do emprego. Menos são aqueles que preferem nunca trabalhar ou viver de uma quantia de dinheiro sem precisarem de trabalhar mais na vida. Claramente a utilidade do trabalho de cada indivíduo na sociedade é apreciada neste aspecto.

**Tabela 90 - Atitude face ao emprego**

	Respostas		Casos
	N	%	N
Encontrar emprego para a vida toda	163	35,6	57,4
Trabalhar em diversas áreas consoante os meus interesses	108	23,6	38,0
Ter condições para trabalhar por conta própria (empréstimo ou apoio financeiro)	66	14,4	23,2
Ter condições (empréstimo ou apoio financeiro) para iniciar um negócio	40	8,7	14,1
Encontrar um emprego na Administração Pública	28	6,1	9,9
Poder mudar de emprego sempre que estivesse cansado daquele que tivesse na altura	20	4,4	7,0
Receber/herdar uma grande quantia de dinheiro e nunca mais precisar de fazer nada na vida	12	2,6	4,2
Nunca precisar de trabalhar	11	2,4	3,9
NS/NR	10	2,2	3,5
Total	458	100,0	161,3

Por fim, e ainda dentro da mesma análise sobre as representações dos jovens face ao mundo do trabalho, foi questionada a sua postura perante um conjunto de situações, como a preferência pelo maior ou menor esforço, versus maior ou menos remuneração, ao mesmo tempo que se contrabalançou o factor da proximidade/distância do local de trabalho e o interesse em trabalhar na sua/outra área profissional.

Diante seis afirmações sobre as conjunturas descritas, os inquiridos escolheram as três que mais se adequaram ao seu perfil. Entre as 285 respostas conferidas e sintetizando os três grupos de respostas num só quadro, obteve-se o resultado constante na tabela abaixo, que nos fornece uma leitura transversal.

**Tabela 91 - Altitude face ao trabalho**

	Respostas		Casos
	N	%	N
Prefiro trabalhar longe de casa mas ser bem remunerado	120	26,8	45,6
Prefiro ter um trabalho mais pesado mas melhor remunerado	108	24,2	41,1
Prefiro trabalhar longe de casa mas na minha área profissional	100	22,4	38,0
Prefiro trabalhar perto de casa mas com menos remuneração	62	13,9	23,6
Prefiro ter um trabalho menos pesado mas com menos remuneração	38	8,5	14,4
Prefiro trabalhar perto de casa mesmo que fora da minha área profissional	19	4,3	7,2
Total	447	100,0	170,0

Das 447 respostas, obtidas em conjunto para as três questões do grupo, observa-se uma preferência da remuneração face aos outros factores. Assim sendo, 45,6 dos inquiridos indicam preferirem trabalhar longe de casa e serem bem remunerados ou ter um trabalho mais pesado desde que tenham uma boa remuneração, 41,1 dos inquiridos respondendo afirmativamente. O mesmo se pode dizer sobre a importância conferida à satisfação pessoal no trabalho, obtida através de um empenho profissional de acordo e dentro da sua área profissional, razão pela qual 38 dos inquiridos preferem trabalhar longe de casa desde que seja na sua área profissional.

Rematando a temática do trabalho com uma pergunta sobre as possíveis vias de combate ao desemprego juvenil, observou-se que 29,8% apostariam numa maior orientação dos currículos escolares para as necessidades do mercado de trabalho.

**Tabela 92 - Combater o desemprego juvenil**

	N	%
Adequar os programas escolares às necessidades do mercado	85	29,8
Oferecer incentivos às empresas para empregar jovens	60	21,1
Aumentar os cursos de formação profissional	48	16,8
Prolongar a escolaridade obrigatória	41	14,4
Diminuir o horário de trabalho	15	5,3
Apoiar os trabalhadores que querem reforma antecipada	14	4,9
NS/NR	14	4,9
Limitar o acesso dos trabalhadores estrangeiros ao mercado de trabalho	7	2,5
Limitar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho	1	,4
Total	285	100,0

Relembramos que anteriormente questionados sobre a importância dos estudos os jovens colocaram em primeiro lugar a capacidade dos estudos em preparar para a vida activa, contudo aqui parece que essa capacidade não está completa, do ponto de vista dos jovens, uma vez que se volta a verificar o valor da conjugação entre os dois mundos, o da escola e do trabalho, em nada antagónicos. Não fica por confirmar essa necessidade, 16,8% dos jovens pertencentes à nossa amostra indicaram o aumento dos cursos de formação profissional como uma possível resposta ao desemprego. Contudo, o papel da escola na orientação dos percursos escolares e profissionais é apenas uma parte da solução. Entre os nossos respondentes 21,1% apontam a responsabilização do Estado, através de incentivos às empresas que empreguem mão-de-obra jovem. Menos de 5% são aqueles que optariam por medidas mais restritivas a certos grupos sociais (mulheres, imigrantes, pessoas com idade próxima da reforma) para combater o desemprego juvenil.

Com base nas respostas obtidas anteriormente foi possível analisar os indicadores de emprego e as representações dos jovens sobre o mundo do trabalho em geral, contudo não se abordou a questão do trabalho/emprego no plano local. Essa preocupação foi alvo do questionário aos jovens entrevistados, aos quais, por razões que se prendem com a maior possibilidade de respostas narradas, foram colocadas perguntas sobre a sua perspectiva acerca das oportunidades locais de emprego.

Um dos problemas em matéria de emprego no Interior constitui o facto de, por muitas décadas, o emprego na Administração Pública ter assimilado muitos jovens, qualificados principalmente. Era o Estado o maior empregador no Interior e continua ser, através os estágios profissionais nas autarquias, um dos meios para o primeiro contacto com o mundo do trabalho. Apesar da consciência de uma responsabilidade partilhada, fruto das mudanças económicas nacionais e internacionais, quando se reportam à realidade regional, os jovens do Interior continuam olhar para as Câmaras como um encarregado pela função social de empregador, quando na realidade já o deixou de ser há alguns anos e será cada vez menos. Uma situação que se agrava à medida que as políticas governamentais o apontam nesse sentido. Interessou portanto observar como são captadas as dinâmicas ao nível local.

*Uma das coisas que afasta as pessoas daqui, não terem emprego, não terem oportunidades aqui*

*(Joana, 20 anos, estudante Psicologia em Coimbra)*

*Aqui, emprego... não há saídas, basicamente só a Câmara, mas não tem muito.... o resto não incentiva (...) eu quero sair, ir para uma cidade maior (...) para ter melhores condições de vida, ter maiores oportunidades (...) estou decidida a sair, isso sim (...) Viseu, Lisboa, Porto.... não sei, mas não quero cá ficar (...) com a família, ainda não falámos nisso, mas penso que vão aceitar.*

*(Teresa, 17 anos, estudante liceu)*

*A Câmara agora até investe nos jovens! Esta própria bolsa que eles nos atribuem, é uma forma de incentivo, não é? E lá até criaram uns prémios de mérito escolar e isso é tudo um incentivo aos jovens, porque eles pensam “epa, eles vão lá para fora e dizem: a nossa Câmara aposta em nós!”. Só que é assim, aposta em nós só que nós depois vamos embora! E isso também é chato! Não é? Agora é assim, se a Câmara aposta nos estudos, mas não aposta depois... Na fixação, embora haja projectos... Não temos é o mais importante, que é o emprego, que é o nosso sustento (...) os trabalhos, por exemplo, da Função pública aqui, em Manteigas, estão um bocado também envelhecidos, a nível de funcionários (...) não está a haver essa renovação, também pela própria situação do Governo, e o que é que vai acontecer? É que, qualquer dia, quando quiserem renovar, não vão conseguir porque os jovens já estão todos fora de Manteigas! E acho que, de uma forma progressiva, eles deviam ir renovando e pensando em outros... outros tipos de trabalho! Acho que isso era muito importante!*

*(Rogério, 18 anos, estudante Enfermagem Guarda)*

A constatação da realidade, de que existem dificuldades em encontrar emprego no local, volta a ser reforçada pelos jovens entrevistados. Conscientes dessas contrariedades e independentemente do grau académico, os jovens estão dispostos a procurar emprego fora do local, embora para aqueles com maiores qualificações, como já se referiu na secção sobre a escola, as competências adquiridas são condutor de expectativas realizáveis fora do local.

*Os jovens aqui têm oportunidades de trabalho, mas ou não são suficientes ou são trabalhos ao nível de construção, essas coisas básicas ao nível profissional, não há nada mais que chame os jovens*

*(Nelson, 25 anos, 9º ano, militar)*

*Acho que, hoje em dia, já está difícil de arranjar trabalho para quem tem a licenciatura, quanto mais para quem não tiver estudos. É bastante complicado. Por exemplo, no meu curso, enfermagem, aqui, no Interior, está muito mau... e acho que a maioria dos cursos também (...) eu até conheço bastante gente... aqui das aldeias que tirou enfermagem em Coimbra, Viseu, Guarda e que está a trabalhar em Lisboa, porque não arranjam mais perto (...) não há muitas coisas, tirando ali uma clínica ... mas é fisioterapia, não é muito para enfermagem (...) Trabalho, é mais difícil arranjar emprego aqui, as fábricas fecharam... o hospital, pelos vistos, também vai fechar... (...) Se calhar, se todas as pessoas pensarem como eu penso, um bocadinho negativo, ninguém fica cá! Isso é verdade, mas uma pessoa já nem pensa... acaba o curso, tá quatro anos a matar a cabeça e depois queria ter emprego e queria ter a vida... um bocadinho de estabilidade e, sinceramente, em Gouveia, neste momento, não sei... mas, neste momento, não vejo futuro*

*(Ana Isabel, 21 anos, estudante Enfermagem Lisboa)*

Mesmo para os jovens cujas perspectivas iniciais apontam no sentido de permanecer, as limitadas ofertas de emprego, e simultaneamente o fraco desenvolvimento local impõe uma reorientação dos projectos de futuro. Isso deve-se igualmente às recentes medidas governamentais que retiraram alguns serviços de referência local e às quais os jovens não ficam indiferentes, marcando essa mesma posição.

*Acho que ao nível de emprego, acho que não há aí nada de ...onde a gente possa estar...centros comerciais, não há nada e o que existe ainda querem fechar tudo, centros de saúde, tribunais, outras instituições...*

*(Ivone, 21 anos, 9º ano, empregada quiosque)*

*Eu gostava de uma cadeia de hotéis, ter a minha própria empresa e dar trabalho às pessoas que mais precisam para eles poderem seguir a sua própria vida (...) mas para aqui acho que não, eu se for é mesmo para fora daqui, gostava mesmo de ir embora para fora daqui*

*(Maria João, 15 anos, estudante liceu)*

É portanto notória a importância atribuída ao factor emprego na decisão de partida. Quer através da análise das entrevistas ou do inquérito, a dimensão do trabalho, pelas componentes específicas locais, revela ser o factor primordial da saída dos jovens do distrito. Está, dessa forma, confirmada a hipótese formulada inicialmente nesta secção, que correlaciona o abandono do Interior com a procura de ofertas profissionais fora do local.

#### **5.4. Conclusão**

O quadro analítico das entrevistas e do inquérito aplicado aos jovens da nossa amostra permitiu atender através, dos dados, o quadro de caracterização económico e escolar ao mesmo tempo que observar os indicadores de tendência entre os jovens do Interior perante a hipótese de saída ou permanência. Operacionalizando alguns conceitos base, e testando as hipóteses gerais e operacionais aquilo que se apurou aponta para a existência de factores de atracção e repulsão capazes de induzir a escolha pela partida ou pela fixação.

Cabe referir que no caso dos agentes de atracção no Interior, a família, enquanto suporte económico e emocional, e o envolvimento na comunidade local, através do associativismo, constituem uma âncora para a fixação dos jovens. Contudo, a família e as redes de amigos são o motor com maior peso nesta equação. Quanto aos agentes de repulsão, foram consideradas as expectativas profissionais criadas no percurso escolar e as escassas ofertas de emprego locais. A primeira ponderação quanto às expectativas é de que os jovens que manifestaram a intenção de partir têm um grau de escolaridade mais

elevado dos que não tencionam fazê-lo. Contudo, o factor principal de saída não é dado pelas expectativas, mas sim pela carência de oportunidades profissionais locais.

Contrariamente a outros estudos que referem a importância da fixação pela habitação (Machado e Cheta:1998) a conclusão que se retira é que a fixação pelo emprego é uma, se não a, questão decisiva no Interior. As pequenas actividades económicas são aquelas que envolvem o tecido empresarial do distrito. Contudo, necessitam de uma maior capacidade de inovação e competitividade apta a gerar mais postos de trabalho. De uma maneira geral o pêndulo que bate na vida dos jovens do Interior oscila entre ficar e sair. Essa é a questão, mas tendo em conta todos os factores que afectam a decisão dos jovens em ficar ou sair salienta-se a preferência, na maioria dos casos entrevistados e inquiridos, pela permanência, razão pela qual muitos deles atrasam a decisão, inevitável nalguns casos, de saída. Prima nesse desfecho o envolvimento afectivo com a família e a comunidade.

## **CAPÍTULO VI**

### **POLÍTICAS PARA OS JOVENS - UMA AVALIAÇÃO CRUZADA COM BASE NA EXPERIÊNCIA**

O objecto deste capítulo segue a avaliação das políticas de juventude a partir da experiência dos diversos actores que nelas participaram, quer como decisores, quer como executores, quer como tomadores. Assim, a análise recaiu, não sobre os resultados das políticas relativamente aos objectivos iniciais pretendidos pelo promotor, nem sobre a coerência, relativamente aos instrumentos utilizados para realizar tais objectivos, ou a eventual sobreposição dos mesmos. Recaiu sobre os resultados da implementação das políticas na óptica daqueles que as produzem e as aplicam e na óptica dos que delas fazem uso.

Aquilo que se destacou desde o início da investigação foi o elevado número de medidas no âmbito das políticas de juventude abrangendo questões educacionais, de emprego e formação profissional. Tal quantidade justifica-se, em parte, pela sobreposição de objectivos em várias medidas, como já foi assinalado em estudos recentes de avaliação das políticas de juventude: isso corresponderia “à ausência de um programa integrado e coerente em que os vários domínios de intervenção estejam bem definidos e traduzidos em medidas específicas” (Guerreiro e Pegado, 2006:81).

Perante isto, o presente estudo procurou auscultar os actores institucionais e inquirir os jovens obtendo a partir daí uma avaliação baseada na experiência pessoal e conjugar as avaliações assim obtidas numa espécie de espelho de visões e entendimentos das políticas que directamente ou indirectamente favorecem a fixação dos jovens no Interior.

#### **6.1. A visão de quem produz ou aplica as políticas**

Parte-se do pressuposto de que existe uma diferença entre o desenho da política, correspondente à sua filosofia, objectivos, modos de os realizar, metas e regulamentação dos procedimentos burocráticos e a implementação da política, correspondendo esta última à aplicação das medidas aos destinatários, o que inclui aspectos tão importantes para a avaliação dos resultados como a difusão do conhecimento sobre a política, a

cobertura efectiva dos potenciais destinatários, o perfil dos beneficiários reais comparativamente aos destinatários idealizados ou o nível de individualização das políticas.

Daí que possa divergir a avaliação feita por um promotor da política daquela feita por um executor - digamos, para simplificar, feita por um político ou por um profissional. Este último está mais perto do contexto de aplicação e, portanto, mais ciente dos enviesamentos que as políticas sofrem até ao momento da execução e também das razões desses enviesamentos.

O conteúdo das medidas, ou seja os meios através dos quais se pretende conseguir as mudanças, constituem também elementos importantes de avaliação de desempenho.

Importa reconhecer que o público-alvo das medidas que terão impacto sobre a saída dos jovens do Interior não tem necessariamente de ser a população jovem. Na verdade existe um conjunto de medidas comuns a diferentes categorias da população que pode ser decisivo para alterar as condições de repulsão. Outras delas são orientadas especificamente para os jovens o que não significa, só por si, que esteja assegurada a sua maior eficácia.

Os entrevistados começam sempre por afirmar três coisas: que as políticas para os jovens são muito recentes, que são insuficientes e que os seus resultados não revelam quebras visíveis de saída dos jovens.

*Em boa verdade, as políticas da juventude não têm existido. Políticas de juventude activas, não são muito visíveis. São visíveis na área de investimento, na área de infra-estruturas, mas na pessoa é muito mais difícil! Se me disser, mas nós contribuimos porque criamos postos... porque abrimos as portas, escancaramos as portas para os estágios profissionais, para os estágios curriculares, para a... para a presença cívica dos jovens, não só para o seu desenvolvimento intelectual, isso é uma verdade! E, portanto, nessa área, nós estamos a fazer políticas de juventude! Não é? Porque abrimos a porta. Agora, eu acho... e alguns ficam, mas acho que, por si só, não basta!*

*Vereador da Câmara Municipal J*

De entre todas as medidas, importa identificar aquelas que se destinam expressamente a favorecer a retenção dos jovens no Interior concedendo-lhes facilidades e ajudas de que outros grupos da população local não beneficiam. Em alguns municípios existem medidas de incentivo à fixação quer dos jovens naturais do concelho quer de famílias jovens de fora que se queiram instalar no concelho.

*Há 3 ou 4 anos... as políticas sociais eram, praticamente não existiam\_(...) Hoje o regulamento de apoio à fixação de pessoas no município tem um conjunto de benefícios dirigidos aos jovens (...) apoios à constituição da família, fixação da residência... e apoio à natalidade (....)incentivo à recuperação de habitações. Já recuperámos cerca de 350 habitações... neste momento, estamos a atribuir subsídios até.... 2.000 contos, portanto, 10.000€... os jovens têm uma bonificação de 50% na parte que lhes compete, normalmente eles têm que suportar 20% e há uma bonificação de 25% nesses apoios à habitação de cariz... de cariz social*

*Presidente da Câmara Municipal F*

Porém, as políticas mais comumente adoptadas, principalmente pelos municípios, não se destinam exclusivamente aos jovens mas são realizadas a pensar neles, como é o caso das infra-estruturas desportivas, de lazer, culturais, bibliotecas, espaços internet e mesmo transportes.

*Com o investimento que estamos a realizar e as estruturas tanto desportivas, culturais, de produzir um efeito que os jovens se possam radicar e que os jovens possam ter interesse, mesmo trabalhando fora, possam residir no concelho. É a nossa principal intenção (...) o nosso interesse em criar infra-estruturas, em criar ligações rápidas de todas as freguesias com a sede de concelho, com a sede de concelho e com as principais vias, para gerar este efeito de procurar um emprego fora, mas depois residir... residir no concelho e criamos as condições para que seja possível criar empregos no nosso concelho*

*Vereador da Câmara Municipal D*

O esforço de investimento tem sido muito elevado porque esse equipamento não existia ou estava muito degradado. A racionalidade do investimento, devido à baixa escala do empreendimento, é muitas vezes duvidosa, sobretudo pela dificuldade em calcular os custos de oportunidade ou em estimar os custos da desertificação.

*Relativamente a este executivo, a política para os jovens, olhe, o primeiro ponto foi, é caricato, é assim, o primeiro ponto foi encerrar tudo aquilo que os jovens poderiam ter, é caricato, mas eu vou-lhe dizer, encerrar... temporariamente. Havia um gimnodesportivo cujo piso tinha buracos, um mau estado de conservação dos balneários, o telhado, quando choveu, quando houve tempestades, ficou com buracos, então encerrei, neste momento, está em obras que é para levar um piso novo, já tem telhado, para que os alunos quer do 1º ciclo, quer da C+S tenham condições. Encerramos as piscinas que também não estavam em condições e, a esse nível, já existia, mas eu estou a dar continuidade, vão agora... vão reabrir... de trazer todos os miúdos das escolas para as piscinas, ao longo da semana, ao longo do ano lectivo. O cinema do centro cultural também estava num estado decadente, não houve uma manutenção, também foi encerrado, neste momento, já foi recuperado, no dia mundial da criança já teve 700 miúdos, porque o tempo também não ajudou, porque eu tinha previsto uma acção para o estádio municipal. No fundo, aquilo que eu lhe estava a dizer é caricato, começar-lhe a dizer o que é que eu fiz, fizemos, encerramos, mas... encerramos para reabrir com condições, digamos, não é?*

*Vereador da Câmara Municipal A*

Existe ainda a consciência de que os apoios nacionais são demasiado modestos e que isso tem a ver com a baixa prioridade quer das políticas de juventude, quer das políticas de combate à desertificação e ao abandono.

*Se não houver outros incentivos que têm muito mais a ver com a capacidade que... o governo tivesse de ter directamente com o poder local! (...) A política de juventude, é sempre muito integrada no bolo da política global! Nós não somos tão cirúrgicos como são, por exemplo, as políticas sectoriais da cidade! (...) As políticas de juventude estão correlacionadas obviamente, isto é tudo transversal e interligado, vão estar muito ligadas a um factor... que é quando, como e aonde potencializar o desenvolvimento do tecido económico?*

*Vereador da Câmara Municipal J*

Não admira assim que as conclusões sejam muito pessimistas e que a avaliação feita pela maioria dos promotores seja a de que tais investimentos são insuficientes para atrair e fixar jovens no Interior, servindo apenas para proporcionar serviços com qualidade semelhantes aos existentes nos grandes centros urbanos. Mesmo assim, as entidades locais e o poder autárquico do Interior parecem, a partir da obra já realizada e em curso, não ter poupado esforços para mobilizar recursos e vontades.

### **6.1.1. Educação**

No que respeita à educação e formação profissional, para além de um conjunto de políticas específicas de carácter nacional, os entrevistados mencionaram algumas medidas que poderiam produzir resultados apreciáveis na retenção de jovens.

Primeiro, reforçar a ligação entre o ensino superior e as necessidades dos mercados de trabalho do Interior, designadamente por parte das universidades e politécnicos da região, com vista a encontrar actividades inovadoras e formar competências capazes de as promover.

*Os jovens procuram muito em função da sua formação, por isso, cada vez é mais importante a ligação das instituições do ensino superior com o mercado de trabalho. (...) Apostar exactamente na inovação. E é aí que nós temos estado de fora, em relação ao modelo dos países nórdicos (...) O QREN é a ponta dessa área como área prioritária de investimento abrindo, pela primeira vez, oportunidade para a iniciativa privada concorrerem a esse esforço.*

*Vereador da Câmara Municipal B*

Em alternativa, procurar a criação de novos cursos que se ajustem às necessidades de formação em áreas capazes de aproveitar as condições locais e gerar emprego.

*Fomos à procura daquilo que é os cursos tecnológicos. Fizemos uma candidatura em parceria com (...) que é uma escola tecnológica ligada à rocha e ao granito que é (...) aquilo que nós, de facto, temos cá! Podíamos ter feito a candidatura num outro curso qualquer, uma outra área qualquer, mas não, entendemos que há mercado de trabalho em (...) para a continuidade destes jovens aqui, nomeadamente das pedreiras (...) Este curso depois dá-lhe o grau III, que podem ter equivalências quer na Universidade da Beira Interior, quer na Universidade de Évora para dar equivalências ao primeiro e segundo ano, podem continuar a estudar e podem, de facto, ir para o mercado de trabalho como técnicos profissionais.*

*Vereador da Câmara Municipal G*

Segundo, uma das medidas referidas é o reforço das oportunidades de qualificação mais avançada para quem saiu precocemente do ensino. Neste domínio o IEFP tem programas orientados para este objectivo, embora a sua procura não seja muito elevada – uma constatação que conviria ser aprofundada para entender melhor as razões da relativa insuficiência da medida

*Claramente direccionadas e viradas para este tipo de população e é o programa “Aprendizagem”, que são acções de formação de três anos, com uma componente sociocultural, científico-tecnológica, prática e simulada e formação em contexto de algum posto de trabalho, que lhes permita dupla qualificação, qualificação académica desde o segundo ano e a qualificação profissional na área do curso e a “Educação e formação dos jovens”, em que o acesso teve conversões do 7º ao 8º ou então 9º ano, depende da tipologia, em que permite aos jovens concluir a escolaridade obrigatória, o 9º ano, e, ao mesmo tempo, ter a formação. É esta, além das políticas de emprego e da política de formação, é esse o nosso relacionamento com os jovens do ponto de vista global.*

*Director IEFP/CEFP B*

Terceiro, ligado com o anterior, está o combate ao insucesso escolar e ao abandono precoce, criando condições dentro da escola e fora dela, para minimizar esses fenómenos. Pela parte dos municípios tem havido medidas de incentivo ao prolongamento da escolaridade, oferecendo facilidades para quem vai estudar fora, com bons resultados. As contrapartidas para quem usar dessas facilidades são, em regra, pouco pesadas.

*É prioridade absoluta qualificar as pessoas... sinalizar e combater cada um dos casos do abandono e do insucesso escolar e vamos ter uma preocupação com... uma população jovem com um cariz formativo completamente diferente daquilo que tivemos até há uns anos. Temos o programa da bolsa de estudo, ou seja os nossos jovens que recebem a bolsa de estudo são obrigados a prestar 22 dias de serviço comunitário, não na Câmara Municipal mas em qualquer outra entidade sediada no concelho (...) e acho que isto também é bom para eles.*

*Presidente da Câmara Municipal F*

Quarto, aproveitar a descentralização de funções para os municípios para gerir, de uma forma mais eficaz, recursos humanos e materiais pode ser entendida como uma medida a equacionar.

*Com os jovens das escolas, quer com o primeiro ciclo quer com o segundo e terceiro ciclo, é, no fundo criar, através de equipamentos, aquilo que se chama serviços educativos. (...) Com a nova transferência de competências que está em cima da mesa este ano, com a Administração local, as Câmaras ficarão com a responsabilidade de desenvolver actividades até ao 3º ciclo, desde equipamentos, pessoal auxiliar, passará tudo para as dependências das Câmaras.*

Vereador da Câmara Municipal B

Independentemente de optar por uma ou outra das medidas, os resultados destas parecem ser compensadores, tendo em conta alguns dos depoimentos.

*Os nossos indicadores de abandono escolar são muitíssimo menores, porque temos conseguido assinalar quase caso a caso quem teve insucesso na escola e... ou quem não prosseguiu os estudos, abandonando o sistema, mas aquilo que nós queremos é que não haja nenhum caso de insucesso ou de abandono escolar sem encontrar uma resposta para cada um deles. E acho que vamos conseguir fazer isso.*

Vereador Câmara Municipal F

Diferentes actores colectivos mostram-se disponíveis e interessados em prosseguir o mesmo objectivo, aquele de apostar na qualificação dos jovens.

*Se nós formos a pegar no LEADER, vemos claramente lá transposto as preocupações relacionadas com os jovens, porque há objectivos até gerais. O próprio LEADER tem indirectamente a ver com essa população, quando estamos a falar em termos de fixação da população, obviamente que a principal preocupação, se calhar, serão os jovens, não é? A principal, não é a única. A questão da fixação da população infelizmente ...os jovens são naturalmente quem mais nos preocupa*

Associação desenvolvimento local A

Porém, nem todos reconhecem a positividade dos resultados das medidas enunciadas, precisamente devido aos constrangimentos estruturais da economia e do mercado de trabalho local. Descrentes na capacidade de fixar jovens, em especial os mais qualificados, a estratégia, para alguns, passa por promover o investimento económico, recrutar os quadros necessários para os novos empreendimentos e esperar que a economia se desenvolva por arrasto.

*É evidente que eu posso criar pacotes de fim-de-semana e packs de férias para os jovens, para os que estão a estudar, eu posso criar a Queima das Fitas, como um incentivo... posso criar um emblema para os miúdos venderem na sua terra, na sua origem (...). Só que depois as pessoas saem e o tecido não... e o regresso é que é mentira! (...) Tem que se ver que nós perdemos jovens porque (...) além de que lhe damos, qualidade de vida, infra-estruturas e alguns incentivos, benesses, não os conseguimos manifestamente entusiasmar para eles cá viverem (...) Se calhar somos nós, os políticos geracionais e os não-geracionais, que teremos que perceber o que é que tem falhado... já sabemos que falhou*

*muito... tem falhado muito, o Governo, nas políticas de juventude... O poder político não pode ser acusado de tudo (...) mas também (...) os políticos não estão isentos das suas responsabilidades, acho também que devia haver novas formas de fazer política... sem ser muito monopolizada, um pouco mais aberta, mais... precisamos de discussão.*

*Vereador da Câmara Municipal J*

### **6.1.2. Emprego e Formação**

A nível regional existem dois planos de intervenção no domínio do emprego, que abrangem os concelhos do Distrito de Guarda - o Plano de Intervenção para a Beira Interior (PIBI) e o Plano Regional de Emprego de Trás-os-Montes e Alto Douro (PRETMAD), ambos promovidos pelo IEFP. O primeiro procura desenvolver acções de formação em Tecnologias de Informação e Comunicação, nas camadas mais jovens da população, com duração entre 380 e 450 horas, complementadas com estágios profissionais em empresas. O segundo procura estimular a contratação de certas categorias mais vulneráveis - jovens à procura do primeiro emprego, adultos desempregados de longa duração e pessoas com deficiência - e inseri-las no mercado de trabalho, através dos programas “Emprego Jovem” e do aumento dos apoios financeiros e fiscais. Para além destes, existem outros programas, mais gerais, promovidos pelo IEFP e que também abrangem jovens.

#### **PNE em matéria de emprego Planos regionais de emprego**

##### **PIBI**

*Plano de intervenção estratégica que visa um conjunto de medidas a serem tomadas até ao final de 2006, abrangendo entre outros, todos os concelhos de Guarda, excepto Vila Nova de Foz Côa. Os seus objectivos destinam-se diminuir os efeitos do desemprego e aumentar a competitividade, apoiar a fixação dos jovens nessas regiões, promover a igualdade de oportunidades, apoiar os grupos particularmente favoráveis ao desemprego e combater o desemprego de longa duração.*

##### **PRETMAD**

*Plano de intervenção estratégica que visa incentivar a contratação de categorias sociais desfavorecidas em empresas da região recorrendo aos apoios oferecido pela Segurança Social. A sua área de intervenção abrange, entre outros concelhos da Região Norte, o concelho de Vila Nova de Foz Côa, pertencente ao distrito da Guarda.*

Sem prejuízo destes programas, há que reconhecer que poderia existir uma maior descentralização no IEFP e que a criação de respostas adequadas aos contextos locais e, em particular, aos contextos do Interior é bem reduzida. Os Centros de Emprego e os Centros de Formação Profissional estão, em geral, confinados aos programas que de momento estão a ser financiados e sujeitos a metas de realização que são determinadas pela direcção nacional.

Quanto aos programas de emprego mais usados pelos Centros de emprego locais, para a colocação dos jovens no mercado de trabalho, estes são os estágios profissionais e a requalificação profissional.

*A resposta fundamental que nós temos para estes jovens recém-licenciados é orientá-los para (...) o estágio profissional. É uma medida que tem tido bastante sucesso no Instituto de emprego... eu penso que a taxa de empregabilidade é bastante elevada. Somos um centro com uma dimensão pequena (...) mas conseguimos dar resposta na ordem de 90, 100, estou-lhe a falar do histórico dos últimos 2 anos, 90, 100 jovens... recém-licenciados e bacharéis também... inseridos, portanto, neste programa... no programa estágios profissionais (...) é um número significativo para estes centros*

*Director IEFP/CEFP B*

Os cursos de formação profissional orientados para os jovens são dados como um exemplo de alternativa ao ensino oficial que parecem poder superar o *cansaço pela escola*. Os alunos, estando formalmente no Secundário, frequentam cursos totalmente diferentes que lhes permitem completar o 12º ano e que por vezes resultam numa requalificação da confiança nas suas capacidades e subseqüentemente também uma revalorização social.

*[O programa] EFJ - Educação e Formação de Jovens está a ser uma boa opção alternativa a um ensino regular que é dados aos alunos que têm só sucesso. Ou seja, muitos dos jovens que tinham já percursos que tenderiam para o abandono e para o insucesso, quando reencaminhados para a Educação e Formação de Jovens, dentro da própria escola, estão a voltar ao sucesso. Isso está a acontecer nas escolas (...) Um exemplo a seguir, têm não só respondido internamente, como captado o interesse de outros alunos de outras escolas (...) Os miúdos estão nos cursos que são totalmente diferentes, em termos de construção curricular, em termos de objectivos (...), mas há uma questão que, se calhar, é socialmente interessante. Por um lado... eles estão na escola, no secundário, que é uma boa referência (...) Isso é muito importante, falar de uma perspectiva de marketing da imagem do aluno, o aluno referencia-se com a escola secundária, ele diz "eu estou na escola secundária", não diz nunca o que está a fazer, pode estar a fazer um curso igual ao nosso, daqui do Centro de formação, está a ver? Até nas escolas, se calhar, tem outro valor (...) dá, em termos sociais, ao jovem, uma grande estabilidade emocional (...) nos outros cursos teriam desistido, nunca iriam completar o 12º ano ou então iriam completá-lo tardiamente, com retenções e outras coisas, mas que são canalizados ou são motivados a ir para aqueles cursos e eles acabam por ir e fazem o percurso normal e estão motivados*

*Director IEFP/CEFP A*

Pouco a pouco, a distinção rígida que existia no nosso país entre ensino e formação profissional vai-se esbatendo e isso é apontado como uma orientação muito positiva. Estes cursos, ministrados nas próprias escolas secundárias, revelam-se muito motivadores para os jovens com maior insucesso. Obviamente, alguns dos entrevistados

apontam algumas dificuldades de implantação destes cursos dada a tradição referida, mas o desenrolar dos eventos demonstra uma tendência para a mudança.

*Já havia jovens que não se integravam e que não se identificavam com o ensino regular, o que muitas vezes influenciava o abandono escolar (...) ou saíam... pronto, tentavam o ensino profissional noutra sítio ou então ficavam no ensino regular, mas depois não conseguiam, não tinham sucesso (...) A nível de formação profissional, também não existia até ao ano anterior, agora já iniciaram na escola secundária os cursos profissionais. Agora há essa possibilidade agora de funcionarem nas escolas secundárias porque houve várias tentativas, há vários anos, e não se conseguia... não sei de quem era a culpa, entre aspas, se havia alguém que tinha culpa, mas, pronto*

*Associação juvenil C*

Auscultar os jovens sobre as suas expectativas em termos de formação e orientar os jovens para a criação de empregos – empreendedorismo – são práticas utilizadas alegadamente com bons efeitos para combater o abandono da escola ou mesmo do local de origem.

*Aproveitar a bolsa de ideias de emprego/empresas por parte dos jovens (auscultação dos jovens, nada mais do que isto) - ideias interessantes. Era importante que por parte de algumas entidades, portanto, a escola, a autarquia, portanto, enfim, tivessem investido um bocado nesses grupos, e continuassem a ajudá-los a manter o entusiasmo que com eles estavam naquele momento (...) a aperfeiçoar melhor a ideia, no fundo, dentro da realidade que ela tinha em termos de ser posta em prática. Isto só para dizer que deve ser por aí o caminho, portanto, e o empreendedorismo felizmente começa a estar na moda em Portugal, quando lá fora isto já tem... barbas... mais brancas que as minhas...*

*Associação patronal B*

Neste sentido, o programa Iniciativas Locais de Emprego (ILEs) é avaliado positivamente, uma vez que através dele tem sido possível fixar jovens nos concelhos do Interior, apoiando o início das actividades económicas desenvolvidas pelos jovens.

*As Iniciativas Locais de Emprego, talvez seja a área onde temos mais exemplos de sucesso e de boas práticas para a fixação dos jovens (...) a formação também ajuda, em parte, à fixação... à fixação, embora que temporária, porque depois, se o mercado não responde em termos de oportunidades (...) Ajudámos a criar 53 postos de trabalho, dos quais a maioria era jovens, através dessa iniciativa, jovens até aos 35 anos (...) e criámos (...) 32 novas pequenas empresas. Agora, se destas trinta e tal empresas, algumas conseguirem sobreviver... e algumas vão crescer e vão criar novos postos de trabalho, isso é normal. Temos estado a criar uma média de vinte e tal, 30, 40, 50 empresas, por ano, providas das iniciativas locais de emprego. Algumas sobreviveram, outras não, a maioria tem jovens implicados (...) há a responsabilização dos jovens sobre os projectos que... em que se implicam...*

*Director IEFP/CEFP A*

Dadas as limitações dos mercados de trabalho do Interior, os próprios municípios acabam por ter um papel muito importante, quer na criação de emprego quer na promoção de oportunidades de formação. A primeira opção está cada vez mais a ser afastada, pois

implica despesa com salários dificilmente orçamentáveis. Em boa parte, o esforço orientado para a população jovem dos concelhos do Interior opera através de instituições terceiras, dados os limites muito fortes à acção dos municípios neste domínio, desde logo também pelas limitações de competência jurídica. Assim, “contorna-se” a lei, criando associações apropriadas para a missão que se quer desenvolver ou então empresas municipais que fomentem o empreendedorismo em sectores estratégicos.

*Apesar destas contingências todas, ainda vamos conseguindo criar postos de trabalho... não através da Câmara, mas individualmente constituímos uma IPSS e em 3 anos, criámos 9 ou 10 postos de trabalho! (...) Nós criámos uma associação de desenvolvimento local que nunca chegou a ter os órgãos sociais suficientes para ser constituída... e preferimos actuar principalmente através da associação, da IPSS*

*Presidente Câmara Municipal F*

*As próprias Câmaras Municipais não têm a capacidade, e cada vez têm menos essa capacidade, de poder gerar empregos, porque esta coisa de colocar as pessoas nas Câmaras Municipais, etc. é uma política que nós nunca tivemos e não vamos ter, vamos continuar a não ter... dar emprego por dar emprego, quer dizer, dar emprego porque é necessário uma pessoa trabalhar aqui! (...) Nós estamos a criar a loja do... artesanato (...) houve muitos dos nossos jovens que fazem artesanato (...) a Câmara tem que criar aqui um... um dinamismo à volta do artesanato. E o que é que a Câmara (...) a empresa municipal, neste caso, está a criar, na zona histórica de [concelho], uma casa de artesanato onde é a própria empresa que faz a recolha do artesanato que é feito, porque o grande problema hoje do artesão é que não tem escoamento do seu produto (...) depois fazemos a promoção dele, quer nas feiras, nomeadamente em termos de representação da Câmara (...) o artesanato movimenta muito dinheiro! Agora, tem de partir dos artesãos*

*Vereador Câmara Municipal G*

O poder local revela, portanto, algumas estratégias para contornar a desertificação e implicitamente a fixação, através da atracção de investimentos para a criação de empresas. Assim, os representantes das Câmaras Municipais entrevistados, referiram oferecerem às empresas condições e facilidades na instalação (oferta de terrenos para implantação, redução de taxas, facilidades no licenciamento, etc).

*Uma preocupação que existe e que tem a ver com a política nacional, e logicamente aquilo que a Câmara faz enquanto estrutura de poder local é tentar captar investimentos (...) nomeadamente com a plataforma logística, para que as empresas possam estar lá, criar emprego. A Câmara irá construir edifícios para estas estruturas, centros de incubadoras de empresas. (...) A Câmara tem essa função de mediação, para dar condições para que as empresas possam estar lá. Isso são condições que nós queremos dar pela plataforma, porque é um projecto importante... estamos a falar de um investimento de cerca de 5 milhões de contos que a Câmara está a fazer num equipamento daquela dimensão, tem tanto de importante como de risco (...) Todos esperam que haja retorno desse investimento*

*Vereador Câmara Municipal B*

*O concelho não... não tem capacidade assim como a região não tem capacidade de gerar empregos com facilidade, como o próprio país! (...) Mas qualquer empresário, não por ser jovem, mas a qualquer empresário que venha ou queira vir para o concelho, nós temos, no parque industrial de [local do concelho], terrenos a 0,50€ o metro quadrado, temos uma cláusula em que permite, se houver mais do que 5 postos de trabalho no regulamento, que esse custo possa ficar a zero e pode ainda ser pago aos funcionários o primeiro ano [de descontos] para a Segurança Social. Isso é um bom incentivo*

*Vereador Câmara Municipal D*

O fomento do empreendedorismo jovem é um objectivo que, em geral, todos os municípios prosseguem, embora por caminhos bem distintos, sendo que a oferta de instalações e a dotação financeira para o arranque sejam hoje apoios generalizados a muitos municípios.

*... com o aumento que fizemos relativamente às contribuições, a proposta é que as receitas sejam aplicadas em empreendedorismo jovem. Está expresso no próprio plano que foi aprovado quer pela Câmara, quer pela Assembleia Municipal. Portanto, o objectivo é criar precisamente um programa que vá de encontro a essa procura dos jovens. Por um lado, preparar-lhes o espaço do modo que eles se possam instalar e, por outro, criar um apoio específico financeiro para que eles possam ter uma primeira ajuda no arranque. Essa verba, está devidamente cativada a partir da cobrança de impostos de terreno municipal.*

*Vereador Câmara Municipal H*

*Estamos, neste momento, a preparar um programa que já existe em Trancoso, na Guarda... e pouco mais... no sentido de apoiar o empreendedorismo. A Câmara dispõe de 20% de apoio para os projectos que venham a ser apresentados (...) é um programa de fixação de empresas e de empreendedores para o interior, é investimento e o tal... e o tal Finicia<sup>30</sup> (...) o protocolo é celebrado entre nós o Associação Patronal B, Segurança Social, Banco Espírito Santo, Norgarante<sup>31</sup> e são financiados projectos até 50.000€*

*Presidente Câmara Municipal F*

*O que está por trás, portanto, deste projecto [Projecto BInova em parceria com NERCAB (...) a Câmara da Guarda, a Câmara de Castelo Branco, o Politécnico da Guarda e o Politécnico de Castelo Branco], em termos do Associação Patronal B e em termos também do NERCAB e penso que também dos outros parceiros, é que esta fuga constante dos jovens do Interior pode e deve ser colmatada através daqueles que existem e são naturais de cá, que aqui façam um percurso, portanto, académico, mas também aproveitando aqueles que, por efeitos de numerus clausus ou outros motivos, vêm de fora, portanto, para esta região (...) ao fim de vários anos, eles ganham amor, portanto, ao território, à cidade e manifestam vontade em continuar aqui no seu percurso profissional (...)*

*Associação patronal B*

<sup>30</sup> Finicia: Programa que tem como objectivo facilitar o acesso ao financiamento pelas empresas de menor dimensão, que tradicionalmente apresentam maiores dificuldades na sua ligação ao mercado financeiro. Através do estabelecimento de parcerias público-privadas, o programa promove o alargamento do acesso a capital e ao crédito, proporcionando às empresas recursos ao desenvolvimento da actividade nas fases iniciais, assumindo o IAPMEI o risco das operações financeiras envolvidas. O Programa tem 3 eixos de intervenção, vocacionados para apoiar: projectos de forte conteúdo inovador; negócios emergentes de pequena escala; iniciativas empresariais de interesse regional

<sup>31</sup> Norgarante é uma das quatro Sociedades de Garantia Mútua (SGM) existentes no país, participada pelo Estado Português através do IAPMEI e do IFT, bem como BCP, CGD, pelos principais grupos bancários nacionais (BPI, BES, Millenium Santander Totta, CCCAM), actuando junto das PME's através da prestação de garantias para diversos fins.

Apresentada esta visão mais qualitativa das políticas de emprego no Distrito, a partir dos testemunhos dos agentes institucionais, importa olhar para alguns indicadores estatísticos sobre a implementação dessas políticas. Apesar de elas se repartirem por diversas instituições, as dificuldades de acesso a informação fiável levou a que a análise se concentrasse nos dados do IIEFP. Dos programas existentes, seleccionaram-se todos aqueles que tivessem na sua população alvo os jovens com idades entre 15 e 24 anos. Reconhece-se que o limite de idade é simultaneamente um obstáculo, pois os jovens com idade superior a 25 anos também recorrem a estes programas. Contudo, para uma maior uniformização dos dados verificou-se que esta idade é aquela que melhor serve os objectivos do estudo. A nível nacional os programas mais concorridos pelos jovens são precisamente aqueles vocacionados para a juventude.

**Tabela 93 - Programas de emprego e formação profissional mais concorridos pelos jovens <25 anos a nível nacional (2005)**

Tipo de programa	Desempregados inscritos	Jovens inscritos (15-24 anos)	Peso dos jovens no total de inscritos
PT	149 191	55 738	37,4
Estágios Profissionais	18 106	10 134	56,0
ILEs -CPT	3 835	965	25,2
POCs subsidiados	37 069	3 446	9,3
POCs carenciados	11 877	1 936	9,3
Em Família - PEPS	180	77	42,8
Aprendizagem - Pólos	11 723	11 647	99,4
Cursos EFJ - 1º emprego	5 770	5 721	99,2
Form. Prof. Desempregados	15 414	2 837	18,4
Cursos EFJ - Novo emprego	65	54	83,1
Incentivos ao emprego	494	193	39,1

Fonte: IIEFP

No caso dos Centros de Emprego<sup>32</sup> que abrangem os concelhos do Distrito da Guarda, os dados relativos aos programas mais concorridos pelos jovens revelam informações interessantes. Apesar de existirem programas apenas dirigidos aos jovens, a maior parte dos programas escolhidos pelos menores de 25 anos são aqueles que também estão abertos a outros grupos etários.

<sup>32</sup> Os dados do IIEFP da Guarda incluem os jovens inscritos no IIEFP da Guarda e no CEFP de Pinhel, e abrangem a população de 11 dos 14 concelhos do distrito. Os dados do IIEFP de Seia referem-se a população jovem dos concelhos de Seia e Gouveia. O único concelho não incluído na análise é o concelho de Vila Nova de Foz Côa pertencente a área do Centro de Emprego de Torre de Moncorvo. O CEFP de Torre de Moncorvo incide sobre três concelhos entre quais um do Distrito da Guarda (Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa, Freixo de Espada à Cinta), razão pela qual se optou por não avaliar esses mesmos dados dada a ausência de dados desagregados.

No ano de 2005, salientaram-se, a nível nacional, os Estágios Profissionais e os Pólos de Aprendizagem como os programas mais usados pelos jovens com menos de 25 anos. No Distrito da Guarda os programas mais concorridos foram os POCs, os Estágios Profissionais e a Formação Profissional.

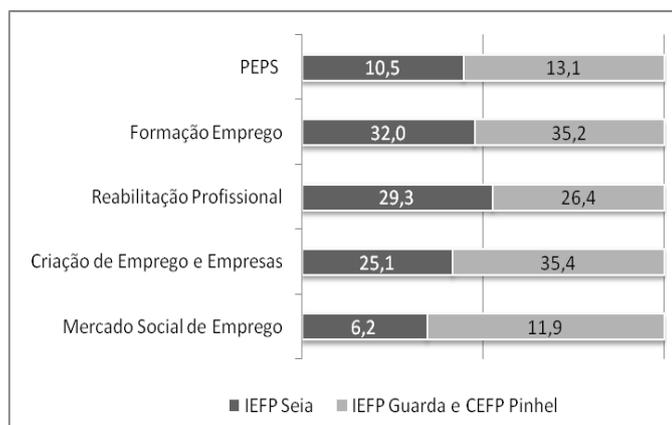
**Tabela 94 - Programas do IEFP mais concorridos em 2005**

	Nacional (<25 anos)	C.E.F. Guarda (total)	C.E.F. Pinhel (total)	C.E.F. Seia (total)
Estágios Profissionais	10 134	245	103	221
ILEs -CPT	965	56	22	48
POCs subsidiados	3 446	0	308	503
POCs carenciados	1 936	700	43	284
Em Família - PEPS	77	0	0	0
Aprendizagem - Pólos	11 647	0	0	0
Cursos EF Jovens - 1º emprego	5 721	72	0	34
Form. Prof. Desempregados	2 837	239	0	246
Cursos EF Jovens - Novo emprego	54	0	0	0
Incentivos ao emprego	193	7	5	3

Fonte: IEFP

A tabela acima compara a incidência dos programas mais concorridos pelos jovens a nível nacional e como os mesmos são frequentados pelos jovens do distrito. O gráfico apura uma maior frequência dos jovens inscritos nos programas de Reabilitação profissional<sup>33</sup> e Formação Emprego. Informações estatísticas fornecidas pelos próprios centros permitiram desagregar melhor ainda a incidência dos jovens com 15-24 anos inscritos nos programas ao longo dos últimos anos, entre 2000 e 2006 respectivamente.

**Gráfico 8 - Percentagem dos jovens que concorreram aos programas do IEFP entre 2000-2006 no total dos inscritos**



<sup>33</sup> Inclui os Cursos EF Jovens (Novo emprego e 1º emprego) e Incentivos ao Emprego

Sem pretender comparar o número de inscritos nos centros de emprego, os resultados referem que há uma maior procura por parte dos jovens de programas com carácter formativo e profissional e de integração no mercado de trabalho, quer pela via dos estágios quer pelo apoio na criação de empresas.

**Tabela 95 - Percentagem de jovens com 15-24 anos em programas do IEFP no total dos inscritos.**

	Distrito da Guarda (2000-2006)					
	IEFP Seia			IEFP/CEFP Guarda e Pinhel		
	Total	Jovens	%	Total	Jovens	%
<b>Programas IEFP</b>	<b>jovens</b>			<b>jovens</b>		
<b>Mercado Social de Emprego</b>						
POCs subsidiados	3189	176	5,5	3344	354	10,6
POCs carenciados	378	29	7,7	394	73	18,5
Escolas-Oficina	200	9	4,5	193	20	10,4
Despachos Conjuntos e Protocolos	115	20	17,4	234	54	23,1
Empresas de inserção	37	3	8,1	129	11	8,5
<b>Criação de Emprego e Empresas</b>						
Criação de Emprego e Empresas	774	190	24,5	-	-	-
Apoio à Contratação	389	146	37,5	171	76	44,4
ILE (Apoios à iniciativas locais de emprego)	286	40	14,0	272	77	28,3
Apoios a projectos de emprego	80	3	3,8	21	13	61,9
Conversão contratos de trabalho a termo	19	1	5,3	12	3	25,0
PRADESCOOP (Desenv. Cooperativo)	-	-	-	4	1	25,0
<b>Formação Emprego</b>						
PFE (Programa Formação Emprego)	97	15	15,5	48	12	25,0
Estágios Profissionais	1233	410	33,3	883	314	35,6
Estagiar em Portugal	-	-	-	1	1	100,0
Bolsas de Formação da Iniciativa do	-	-	-	5	3	60,0
<b>Reabilitação Profissional</b>						
Integração em mercado normal de trabalho	41	12	29,3	25	8	32,0
Prémio de Integração	-	-	-	17	5	29,4
Ajudas Técnicas	-	-	-	2	1	50,0
<b>PEPS (Programas de Emprego e Protecção Social)</b>						
FORDESQ + GESTIC	151	36	23,8	355	67	18,9
Emprego Família	19	5	26,3	39	8	20,5
Formação Inicial Artesanato	74	8	10,8	48	1	2,1
FACE	224	1	0,4	156	3	1,9
Formação Continua Artesanato	12	3	25,0	12	1	8,3
INSERJOVEM (apoios à integração)	1	0	0,0	-	-	-
INSERJOVEM (Estágios)	1	1	100,0	-	-	-

Fonte: IEFP/ CEFP Guarda, Pinhel, Seia – dados internos para 2000-2006 desagregados por idade

Olhando mais de perto para os programas verifica-se que, entre os que recorreram ao IEFP no período referido, a percentagem de jovens é maior naqueles programas específicos para eles, como os Estágios profissionais, os Apoios à contratação e os Apoios à criação de empresas. Contudo, comparando o número de inscritos e beneficiários apenas uma parte dos jovens tem optado pelas políticas exclusivas, enquanto que a maioria escolhe programas mais alargados.

Relativamente à distribuição dos jovens inscritos, um apuramento mais atento revelou que são mais os jovens de sexo feminino que recorrem aos programas de juventude propostos pelo IEFP, embora no caso do programa Reabilitação Profissional essa tendência é precisamente contrária. São de facto as mulheres que recorrem em maior número aos Centros de Emprego, porventura “porque o mercado de trabalho é mais *adverso* a esta categoria de trabalhadores e porque elas precisam de mais apoio” como afirmou um dirigente do IEFP.

### **6.1.3. Associativismo e promoção da cidadania activa**

No que refere ao associativismo apurou-se, ao longo da investigação, existir uma grande carência de informação sobre as associações juvenis e as suas actividades, desde logo porque muitas delas não têm informação disponível. Reconhecida a importância da mobilização dos jovens através do associativismo, as várias instituições locais inquiridas referiram que o seu relacionamento com os jovens se faz através das actividades culturais e sociais propostas pelas associações juvenis. Na maioria dos casos, estas actividades têm o aval do poder local por serem actividade dinamizadora da vida concelhia que procuram ao mesmo tempo recuperar o carácter típico e original dos costumes locais. A cultura, como reconhece um dos entrevistados, é também um recurso importantíssimo para quem pretende encontrar um emprego.

*Agora, no âmbito cultural, desportivo, portanto, temos políticas devidamente orientadas para a própria formação, nalguns casos, como disse há pouco, com a organização de eventos que, de alguma forma, os envolvam e os motivem, portanto, a permanecer aqui, por exemplo, nos períodos de interrupção lectiva e tentando cativar outros jovens de outras localidades também para virem para aqui. (...) Porque entendemos que devíamos ter os jovens a participar mais na vida da sua comunidade e do município, instituimos, portanto, um parlamento jovem (...) que vai ser instalado no próximo dia 25 de Abril.*

*Vereador Câmara Municipal H*

Um outro objectivo destas actividades é despertar para os valores de solidariedade ao mesmo tempo que transmitir uma mensagem positiva aos jovens com comportamentos desviantes, marcantes nos meios mais pequenos.

*Gostávamos de tirá-los do café e começar a envolvê-los noutras actividades (...) tentamos fazê-los entender que... o alcoolismo é uma problemática ... porque o problema é que eles não entendem que... eles se calhar não são alcoólicos, há muitos jovens que não são, mas o facto de ir diariamente ao café e beber a sua cerveja e beber pode vir a tornar-se num problema grave e o que nós tentamos transmitir é que eles percebam que, para além disso, há outras coisas que eles podem fazer, há essas actividades.*

*Associação juvenil C*

*Dos princípios e dos valores temos trabalhado e vamos dar uma continuidade, não vamos abandoná-los assim á deriva, não estamos a formá-los, portanto, para arranjar trabalho e para estas coisas, mas ficam os valores (...) de uma forma geral, acho que os jovens estão a perder um pouco os valores e os princípios, independentemente das convicções de cada um (...) mas acho que os valores e os princípios, por exemplo são universais... ou deviam ser universais, portanto, e talvez eles não sabem se divertir, é preciso saber divertir e acho que nós nessa parte lúdica, esta é a minha opinião, claro, nessa parte lúdica também ensinamos o sinónimo de divertir sem... ser preciso álcool*

*Associação juvenil B*

Finalmente, o envolvimento dos jovens na vida colectiva, a sua sensibilização para uma cidadania activa e a preparação para o exercício de funções de interesse público não tem sido objecto de particular atenção das instituições locais, embora haja exemplos de autarquias locais que procuraram cuidar desse aspecto.

*O nosso parlamento jovem vai ter participantes das escolas, mas também representantes das juntas de freguesia, das associações com estatuto RNAJ e... escolas, portanto, e indicados pela Assembleia Municipal, pela Câmara Municipal. O objectivo é (...) pedagógico, começar a envolver os jovens desde novos na vida da sua comunidade (...) O objectivo não é a politização, o objectivo é atrair os jovens também para estas causas da política (...). Daí que pedíssemos a cada Assembleia de Freguesia que indicasse um jovem de cada freguesia para trazer os seus problema locais. Temos que exercer a cidadania e participar nas coisas e então lá dentro sim tentar dar a volta às coisas!*

*Vereador Câmara Municipal H*

*Estamos a elaborar um regulamento para a constituição de um conselho municipal da juventude, como já temos o conselho municipal de educação, que também é especialmente vocacionado para a juventude. Eu acho... vamos ter que ouvi-los e ver quais são as suas aspirações e depois... instrumentos que nós temos... vamos ver se conseguimos aplicar os instrumentos que temos para ver se alguma coisa acontece aos jovens (...) acho importantíssimo que haja a comunicação que não tem existido e daí eu falar na necessidade urgente de constituir o Conselho municipal da juventude. O que é que pensam os jovens? Porque é que eles não participam num movimento associativo, não criam empresas, não... estão impávidos e serenos à espera que as coisas aconteçam*

*Presidente Câmara Municipal F*

*Os projectos Intervir - Intervir Sabugal<sup>34</sup> e Avivar Côa (2005-2007)<sup>35</sup> que são projectos de animação - são bons exemplos de boas práticas*

*Associação juvenil C*

O exemplo que se destaca aqui é a parceria entre instituições locais e associações com o aval ou mesmo participação das autarquias, permitindo um relacionamento mais próximo dos jovens ao acto de cidadania participativa. O carácter dessa participação pode facilitar o conhecimento das políticas orientadas para os jovens, embora, como se verificará adiante não é o retrato da realidade.

#### **6.1.4. Para uma avaliação das políticas**

Comece-se pelo reconhecimento da positividade das medidas de política. Esse está muito presente nos entrevistados, embora varie conforme a responsabilidade do entrevistado face a essas medidas. É o que se passa com algumas medidas no âmbito das políticas de emprego, como no caso dos cursos de formação profissional que visam aumentar a empregabilidade dos desempregados ou de outras categorias sociais que suportam alguma forma de marginalização.

*A Associação Patronal B, portanto, dá acções de formação profissional de Nível III e de Nível IV, em várias áreas com um bom sucesso em termos de empregabilidade*

*Associação Patronal B*

*[Através do curso de técnicos nas pedreiras são criados postos de trabalho]. Trinta postos de trabalho no concelho G é muito posto de trabalho para os jovens! São muitos postos de trabalho*

*Vereador Câmara Municipal G*

Num outro domínio, também são avaliadas de forma positiva as medidas que as Câmaras Municipais promovem com o objectivo de criar uma identidade concelhia, entendida como um motivo de orgulho.

---

<sup>34</sup> Projecto de acção social promovido pela Câmara Municipal de Sabugal e Santa casa da Misericórdia de Sabugal (2001-2005) que visou a integração social dos indivíduos e famílias em situação de maior fragilidade; Em Sabugal o projecto concluiu-se com resultados positivos: foi feito o diagnóstico das carências e das potencialidades do concelho, o Centro juvenil alargou o espaço para uma mediateca, uma cinemateca ao mesmo tempo que adquiriu material didáctico e recreativo, o gabinete de psicologia abriu novos pólos no Soito, Alfaiates e Ruvina; as Férias em Movimento deram resposta durante as férias, foi feita a recuperação de casas de famílias carenciadas, através da intervenção em 42 habitações em todo o concelho etc. Por ter cumprido os seus objectivos de forma exemplar foi escolhido para representar o Distrito da Guarda na reunião nacional, realizada em Fátima em 2004. Do Intervir Sabugal os Centros juvenis e as Férias em movimento continuam a funcionar ainda hoje

<sup>35</sup> Na continuação do projecto Intervir Sabugal, o Projecto Avivar Côa, inserido no POEFDS (Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social) novamente promovido pela Santa Casa da Misericórdia do Sabugal é um projecto que visa estender a acção social a todo o concelho, especialmente à população desfavorecida. Como no anterior projecto o enfoque recai sobre as famílias, jovens e crianças com problemas psico-sociais, a sensibilização da população para a deficiência, a promoção do contacto inter-geracional e a participação comunitária através de acções de animação

*Banda desenhada da cidade de foi realizada com o intuito de sensibilizar as crianças e os adultos - o jovem leva isto para casa, transmite ao pai, porque o pai já não se lembra muito bem, o pai é obrigado a ler se calhar, é obrigado a explicar-lhe e se calhar é obrigado a procurar... aqueles que o fazem, outros não fazem, mas faz com que a mentalidade do pai... a seguir faz um trabalho sobre G e, repare, isto, quer queira, quer não (...) incute aos miúdos um orgulho na sua terra, e é isto que nós temos que fazer*

*Vereador Câmara Municipal G*

No que respeita à política de formação, de reconhecimento e validação de competências promovida pelo Ministério de Educação em conjunto com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, o objectivo é qualificar os jovens e adultos por forma a integrá-los melhor no mercado de trabalho de acordo com as novas exigências de competitividade e eficácia. Questionada por aqueles que a efectivam, essa situação surge naturalmente quando no terreno estão entidades duplamente responsáveis pela formação e integração no mundo do trabalho e quando essa mesma ligação ainda não foi feita a montante.

*A política do Ministério de Educação de diminuir o abandono escolar e aproximar a escola ao mercado de trabalho através dos cursos profissionais integrados na escola - há uma vontade clara deste governo em por as escolas a fazer outras coisas, a fazer outras coisas mais abertas à sociedade, em ver a educação em perspectivas diferentes e as escolas já poderão reagir a isso, não é?*

*Associação desenvolvimento local A*

*As políticas estão bem! Na minha opinião, estão óptimas! (...) não é preciso regular nem regulamentar, é preciso é que as pessoas, que estão no terreno, que estão a trabalhar, não criem constrangimentos àquilo que existe, não criem complicações, não desacreditem aquilo que está a funcionar (...) As políticas não são contrárias e o objectivo é comum, é de certificar os portugueses... o problema é as pessoas que trabalham as políticas! Não estamos a falar das políticas! (...) Normativamente, elas vão ser flexíveis (...) O que não me parece que vá ser tão flexível é a cabeça dos executantes, porque nós temos aqui dois Ministérios em luta pelo mesmo tacho ou pelo mesmo bolo financeiro, que é o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, que é um Ministério que hoje nos regula a nós e que nos tutela, que vai andar a puxar para si um conjunto de atribuições que os outros acham que têm por direito. (...) A escola está preparada para o sucesso, para os 5%, 10%, 12%, não faço ideia da percentagem que consegue atingir o ensino superior, está a ver? A escola está preparada para isso, os outros todos são para excluir (...) há uma percentagem dos jovens que não cumpre os requisitos para ser licenciado, para entrar num percurso de sucesso. Então, tem que haver outros sucessos pelo meio e é aqui que eu acho que a flexibilização deste novo quadro comunitário, através das Novas Oportunidades (...) criámos um modelo que é muito flexível.*

*Director IIEP/CEFP A*

No que respeita ao despertar a consciência dos jovens para a importância da luta pelos seus direitos, algumas das manifestações propostas pelos sindicatos parecem ter sido um sucesso.

*Temos alguma interligação com a associação de estudantes do IPG e ISACE e da Escola superior de enfermagem, até está lá um elemento que participou e que levou cerca de 18 jovens, 20 jovens à manifestação de dia 28 de Março em Lisboa e eu fiz uma intervenção no autocarro e falei com eles “Vocês vêm porquê? Porque estão a sentir corda na garganta. Vocês estão a acabar o curso e estão a ver a precariedade do vosso sector de enfermagem”, porque há falta de enfermeiros na Guarda e no Ministério da Saúde e no país e o governo não desbloqueia verbas, nem... porque, pronto, depois há o interesse entre o público e o privado, a promiscuidade da saúde é um negócio fabuloso... e os jovens, de facto, gostaram de participar na manifestação (...) foi a primeira vez que vieram a uma manifestação ... e disse na intervenção “espero que vocês tenham gostado e que tenham a consciência de que só com a luta é que se consegue alguma coisa, só se lutarmos é que se consegue. Nem sempre se ganha, mas não lutando perde-se tudo*

*Associação Sindical A*

De igual modo o associativismo é bem visto porquanto alarga as perspectivas dos jovens, permite atrair mais jovens para a associação, criar laços de amizade e confraternização ...

*O ano anterior foi bastante benéfico (...) porque todas as actividades que organizámos correram bastante bem, houve muita adesão por parte da população (...) Entraram bastantes jovens, agora, há pouco tempo, para a associação porque... e acho que um dos nossos objectivos está a ser cumprido, que é, nas nossas actividades, envolvermos de tal maneira as pessoas para que elas tenham vontade de entrar para a associação e de fazer parte da organização*

*Associação Juvenil A*

... e responder às expectativas do público para quem as actividades foram dirigidas.

*Tudo aquilo que envolve muito trabalho, porque envolve, mas também é muito gratificante nós chegarmos ao fim de uma actividade e vermos a quantidade de pessoas que participaram e irmos conversar com algumas ou com a maioria delas, porque acabam por ser todas pessoas conhecidas, e elas dizerem-nos que foi espectacular, que foi... pronto, e depois chegamos ao final do dia e ouvir isso depois de não sei quantas semanas de trabalho é muito bom para nós e claro que nos dá vontade de continuar*

*Associação Juvenil A*

A existência, por si só, de algumas actividades, iniciativas, não basta se não houver um acompanhamento contínuo junto dos jovens

*Aquilo (o concurso entre vários grupos de trabalho parte do projecto BInova) mobilizou-os de tal forma (...) eles morderam o isco de tal forma que os entusiasmou a ponto de, nem queriam vir comer porque estavam ali ainda a acabar (...) Foi um sucesso e este formato, pronto, da nossa parte tivemos de aplicar, enfim, noutras situações, mas acho que foi muito mais produtivo do que termos aí as pessoas sentadas. É seguramente para repetir.*

*Associação Patronal B*

A avaliação das políticas nem sempre se avista positiva e refere sobretudo a falta de articulação entre as instituições que as aplicam, como o IPJ, o IEFPP, as escolas e outras. O enfoque excessivo sobre algumas políticas e o esquecimento de outras e, não

muito menos os constrangimentos locais, para se dar uma resposta positiva às expectativas dos jovens.

*Cada um gere ou produz uma política própria, digamos assim, e depois... por não haver esse chapéu, em termos de política de juventude, acontece isso que lhe estou a dizer, quer dizer, um jovem, hoje em dia, provavelmente, se tiver hipóteses, nem sempre tem, não é, o IPJ ainda tem delegações em todas as sedes de concelho... O IEFP também tem, mas já a ANJE, já não tem (...) mas as pessoas têm em Coimbra, se calhar, melhores serviços e se forem à ANJE do que se forem ao IEFP*

*Associação desenvolvimento local A*

A propósito da focalização excessiva das medidas para jovens na formação e emprego um dos entrevistados referiu os excessivos investimentos nas infra-estruturas quando comparados com os investimentos na fixação da população local.

*Há políticas aplicadas, por nós, directamente para os jovens mas têm uma vertente... ocupacional, mais do que propriamente um programa para que os jovens possam criar novas sinergias (...) Antes havia um problema mais grave, era que os concelhos do Interior estavam a ficar despovoados e sem infra-estruturas nenhuma agora há infra-estruturas, investiu-se se calhar muito mais em infra-estruturas e esqueceram-se de criar novas oportunidades para a fixação de pessoas*

*Vereador Câmara Municipal D*

Limitados, no terreno, pela oferta disponível localmente e face às expectativas dos jovens, os Centros de emprego vêm restrita a sua actuação pelas condicionantes locais.

*Nós temos uma noção mais ou menos do que é que efectivamente os jovens pretendem. Agora, o que é que acontece? Acontece que nós confrontamo-nos com expectativas de jovens, interesses, preferências, acções por saídas profissionais que nós temos a noção da dificuldade da inserção depois no mercado de trabalho. Nós não podemos impingir, entre aspas, ao jovem, o curso de carpinteiro, não podemos impingir... mas temos obrigação de prestar informação de quais são as oportunidades no mercado de trabalho, quais são as áreas em que mais fácil a integração no mercado de trabalho do que outras*

*Director IEFP/CEFP B*

Outros reparos são endereçados a certas políticas em particular. É o caso da medida *Novas Oportunidades*, cuja receptividade da dupla certificação não é consensual. Se por um lado é considerada uma medida positiva, pelo outro é criticada pela sua obscuridade conceptual e falta de efectividade. Isso deve-se sobretudo ao modo de aplicação das políticas, que difere nos princípios pedagógicos de uma instituição, como a escola, para outra, como os Institutos de emprego.

*A dúvida que se levanta aos professores é esta: "então, se eles aqui, na escola, não conseguiam fazer nada, como é que eles vão ali e depois ficam logo com o 9º ano?". Ora, o problema está aí! Se calhar, nós não estamos adaptados para a... a nossa mentalidade é*

*que não está adaptada para aceitar que eles sejam capazes de cumprir com um referencial que está criado e que tenham um grau de exigência... para eles, se calhar é possível, porque foi apresentado de outra forma, foi-lhes feita uma sugestão de eles fazerem as actividades de outra forma, eles fizeram-nas por vontade própria, enquanto que, na escola, a escola está preparada para debitar matéria e para eles depois reproduzirem a matéria que foi debitada. E é aí que estamos a falhar. Porque é que se vai dar um 9º ano ao jovem que, há dois anos, andou aqui e não deu nada, não tinha aproveitamento e agora, em meia dúzia de meses, fez uma certificação e tem o 9º ano? Porque tem equivalência ao 9º ano. Isto tem criado alguns problemas nas escolas, a ponto de haver professores que desacreditam completamente o modelo (...) O problema é que o Novas Oportunidades e a EFJ, ou o EFA, quando é dado na escola, é sempre dado com o mesmo princípio, que é o professor que tem aquela meta ... enquanto que a formação não é propriamente uma escola, a formação tem metodologias diferentes, é isso que eu ainda gostaria de ver uma dia... algumas modificações*

*Director IIEFP/CEFP A*

Outra das confusões é o facto de o mesmo tipo de cursos ser ministrado em diferentes programas, consoante as metas financeiras e não mediante as necessidades das populações locais.

*Hoje em dia, há cursos desses... quase iguais em diferentes Ministérios (...)um curso de Educação e Formação de Adultos (EFA), se o público-alvo for desempregados, era financiado pelo..., para carenciados era POEFDS, se for para pessoas que não forem carenciadas, mas que sejam desempregadas, por exemplo, já é a PRODEP e se fosse para jovens, já é... é PRODEP na mesma, mas já é outra medida. (...) Depois cada um tem um pacote financeiro diferente, completamente diferente, gerido... e depois acontecem coisas esquisitas, porque fazem-se os cursos em função do dinheiro que há e não em função das necessidades (...) isso não pode acontecer em programas nacionais*

*Associação Desenvolvimento Local A*

A oferta de medidas similares por várias instituições converte-se ainda num problema de coordenação.

*O que é que falta? Coordenação (...) agora tudo faz cartas educativas, todas as associações (...) a associação de municípios da Cova da Beira faz cartas educativas, a associação Guarda Cidade Digital faz cartas educativas, depois a Câmara do Sabugal faz a carta educativa dela e... por aí a fora (...)Faltam estruturas de coordenação, falta... eu sei que é verdade que, portanto, as instituições olham muito para o umbigo e querem trabalhar e, por vezes, temos que ultrapassar também essas barreiras*

*Vereador Câmara Municipal I*

Paralelamente, um dos pontos negativos apontado às políticas é o carácter avulso das políticas ou a diversidade de medidas que existem para atingir os mesmos fins. Por outro lado, e apesar de por vezes serem adoptadas medidas que vão de encontro às potencialidades económicas locais, o desinteresse por parte dos jovens leva ao insucesso de algumas medidas. Isso deve-se, nalguns casos, ao facto de os cursos serem escolhidos mais pelas regalias que oferecem do que propriamente pelos seus conteúdos.

*Nós tivemos um curso em Almeida de gestão e marketing comercial, pós-laboral, ficou deserto, não apareceu um único candidato... quando Almeida é uma terra que hoje tem um potencial turístico muito grande, onde normalmente passam mais de 100.000 pessoas, onde haveria muito, na área de negócio, a fazer, mas as pessoas tinham que aprender a fazer gestão, a fazer marketing... e era pós-laboral, era gratuito, as pessoas não ganhavam, não apareceu ninguém. Claro que nós... como é que nós vamos combater isso?*

*Associação desenvolvimento local B*

*Infelizmente a adesão dos jovens ao curso tecnológico não foi muita, mas temos muitos jovens que vieram de fora, nomeadamente de Trás-os-Montes... que estão mais sensíveis a esta área, mas, de facto, nós pretendíamos era que fossem os jovens do concelho. Esse objectivo não se concretizou, este é o primeiro ano, entendemos que, se calhar, no próximo ano eventualmente possa vir, até porque despertou mais alguma atenção aos jovens do concelho, porque têm uma outra visão*

*Vereador Câmara Municipal G*

Outras medidas permitem uma leitura incorrecta derivada do excesso ou da ambiguidade normativa da própria medida

*Aliás, tudo isto é controverso, nunca ninguém nos conseguiu explicar se é mesmo obrigatório o 9º ano, se é obrigatório 9 anos de escola. Os nossos normativos dizem que são 9 anos de escola, agora, os do Ministério da Educação, dizem eles, que é 9º ano (...) a lei do trabalho fala nos 9 anos de escola, fala em estudar 9 anos, aos 15 anos eles podem trabalhar...*

*Director IEFP/CEFP A*

*Nós somos um país que legisla, legisla, legisla a uma velocidade vertiginosa e depois temos as dificuldades de fazer as aplicações! Todos os dias, com a legislação que vem, passamos a vida a estudá-la e, quando damos conta, passou do tempo, a legislação aos municípios e cada vez mais apertada para os municípios... a legislação não é flexível!*

*Vereador Câmara Municipal J*

A avaliação negativa das medidas pode resultar da percepção de que os problemas têm causas mais fundas que as políticas não atingem, como o declínio demográfico.

*Não é por falta de termos políticas. Nós temos políticas... o problema é na execução das políticas (...) há pessoas que se preocupam em executar as políticas e outras não. Só para dar um exemplo... eu tenho a noção... que nós, neste momento, temos menos jovens por vários factores .... a pirâmide está....(invertida) e porque as próprias escolas também começaram a ter... deixaram, digamos, de ter o ensino formal e passaram a ter o ensino profissional. Eu, perante isto, eu tive que encontrar as formas e os mecanismos de tentar captar jovens*

*Director IEFP/CEFP C*

Ou seja, elas não são vistas como de acesso igual para todos os jovens, faltando informação e equidade:

*Os estágios na Administração Pública, eu penso que será positivo e diminui, desde logo, aqueles índices que eles queriam diminuir de jovens desocupados e enfim... agora, como vimos, agora vêm todos para a rua outra vez... é positivo, é uma experiência, não é, mas era desejável que fosse uma coisa ainda mais (...) esse tipo de iniciativas é ótimo, não é, e podemos dizer que chegou a imensa gente, mas se calhar não chegou a pessoas suficientes,*

*não é, e isso é mais condicionado para as classes superiores, que, de facto, neste momento, se me perguntar a mim, são os mais necessitados, é aquela grande massa que não tem onde... porque os quadros técnicos, é a minha experiência, têm sempre lugar ou vão tendo, mesmo numa conjuntura económica depressiva, vão tendo, porque são poucos, o espaço que há é para eles, o problema está nos quadros médios e superiores...*

*Associação Patronal A*

A par das medidas no âmbito de educação e formação contam-se as medidas de apoio à recuperação de habitação rural, medidas que possibilitam, indirectamente, a fixação dos jovens. Apesar de ser uma alternativa, oferecida por alguns municípios, que permite resgatar habitações em condições degradadas e ao mesmo tempo criar o próprio emprego através do turismo rural, ela não é concorrida pela maioria dos jovens por razões que se prendem com a escassa informação e preparação dos jovens nessa matéria ou por não cumprir condições de atractividade para os jovens.

*O que é que aconteceu? Foram investidas verbas nessas estruturas, mas a maior parte delas nunca funcionaram. Foi uma maneira de os donos dessas casas, quintas... recuperarem porque não tinham meios (...) não houve ali um posto de trabalho, quando eles, no mínimo, tinham garantido 3 postos de trabalho para uma aldeia. Ora, era óptimo 3 postos de trabalho para uma aldeia, claro! Agora é preciso fiscalizar essas coisas, porque se é com dinheiro de nós todos*

*Associação Sindical B*

*Os jovens não pagam IMI, não pagam taxas de licenciamento... isso nós temos! É por isso que se fixam aqui por não pagar os 100 contos ou 200, portanto, os 500€, ou 1000€, ou 2000€, uma vez na vida? Não! Agora, fornecemos habitação ou lotes para os jovens que se quiserem instalar no concelho... é por isso? Nós temos 30.000 fogos, casas, no concelho, temos só 15.000 pessoas... Portanto, nem uma... se fossemos distribuir casas, que obviamente nem todas terão as condições...*

*Vereador Câmara Municipal I*

Porém, há quem ache que não é por aplicar medidas de incentivo à habitação que os jovens ficam nos seus meios de origem, mas sim da conjugação de muitas outras medidas de alcance mais vasto.

*Não é desvalorizar ou valorizarmos todas as pequenas medidas que se fazem, que se implementam. Todas, em conjunto, podem criar alguma dinâmica e, pelo menos, psicologicamente, aí sim, podem psicologicamente levar a que haja uma vontade, umas energias, um correr de vontades (...) Mas isso é... não resolve*

*Vereador Câmara Municipal I*

Ao mesmo tempo e apesar do relativo sucesso de algumas medidas, como por exemplo das ILEs, elas não produzem os efeitos desejados principalmente por não haver uma estratégia integrada ao nível regional.

*Mesmo aquelas medidas que nós temos a nível das iniciativas locais de emprego, que, ao final do ano, podem ter criado 40, 50 postos de trabalho, por exemplo, e só por si só, num contexto global, não é significativo! (...) nalgumas épocas há a necessidade de prever, isto*

*é, de delinear a uma estratégia (...) no caso concreto da Guarda, pelo menos, as infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, com ligação a Espanha (...) deveria ter sido perspectivando como é que estava o tecido, criar núcleos de forma a suster as crises, porque é preferível ter 10 empresas com 15 trabalhadores do que ter uma com 500 (...) não houve essa perspicácia*

*Director IIEFP/CEFP C*

Reconhece-se que não basta criar as infra-estruturas e equipamentos nos municípios do Interior. É preciso igualmente cuidar das outras condições para o investimento e para o empreendedorismo jovem. A própria opção por empresas de maior dimensão parece ser errada, pois o risco de insucesso nesta região, sendo elevado, logo encerramento dessas empresas vai atingir um maior número de pessoas.

*Acho que as autarquias têm a obrigação e o dever de serem os motores do empreendedorismo, no território, depois da fase do alcatrão, da água, do esgoto, não é? Hoje há que pensar mais nas pessoas do que na construção civil e acho que essa mentalidade ainda não está criada (...) porque se não forem as autarquias efectivamente a privilegiar o empreendedorismo, a apoiar os jovens e a criar condições vai ser complicado. Porque as Câmaras querem, muitas vezes, projectos grandes, 200 postos de trabalho e tal, mas esquecem-se das empresas com 5 postos de trabalho (...) se uma dessas empresas fechar não é uma desgraça e se fechar uma de 200... é um terramoto, não é? Portanto, nestas zonas o preferível é apoiar o empreendedorismo, mas na micro-empresa.*

*Associação desenvolvimento local B*

Sendo chocantes as assimetrias regionais e, designadamente, entre Litoral e Interior, uma política nacional de compensação da interioridade, a par da tributação diferenciada e da regionalização administrativa, são saídas que vários dos entrevistados defenderam.

*O problema é que ainda há uma certa diferença entre o investimento no litoral e no Interior. O Interior é muito esquecido a nível de investimento. O desenvolvimento de qualquer país é por duas rachas, é através da educação e da saúde. Quando nós vemos investimentos graves na educação e na saúde, está tudo dito! Como é que o nosso país pode ser um país que se desenvolva quando cada vez mais privatizam saúde, educação, tudo? E as Câmaras são exemplo disso! Tem, por exemplo, a água. A água é um bem público e é portanto, a água é cada vez mais um negócio.*

*Associação Sindical A*

*Se encerrarmos mais escolas, se encerrarmos centros de saúde, se encerrarmos serviços... correios, etc., escolas, tribunais, também não é nada apelativo para os jovens ficarem aqui! Portanto, e com essa falta de... ser apelativo, o que é que a Câmara Municipal pode fazer se não... ter aqui uma política de fixação? Qual é a política de fixação? É começar logo por... as pessoas as pessoas disponíveis, dar emprego! Mas também as autarquias já começam a estar completamente saturados (...) agora fecharam aqui o centro de saúde... e eu, até só pelo factor psicológico, que é das faltas de urgências à noite (...) as pessoas perdem um serviço e os jovens também perdem um serviço! E eu sei, por alguma experiência, por aquilo que tenho visto, nós temos muitas dificuldades em ser muito atractivos. Mas não é só o nosso município, os outros*

*Vereador Câmara Municipal J*

As iniciativas empreendedoras precisam de um plano de acompanhamento e orientação, o que carece de preparação técnica nos serviços de apoio. Os maiores défices de preparação residem, em geral, na contabilidade e no *marketing*.

*Como não temos grandes ideias, acabamos por apoiar todas as ideias e isso não é uma boa política (...) Aqueles que têm normalmente sucesso, são aqueles que têm maior maturidade, maior capacidade de adaptação ao mercado e ainda a vantagem de estarem ligados ao sector.*

*Director IEF/CEFP A*

*A arte do artesanato combinada com novas leis do marketing - as senhoras que compram as revistas de decoração continua a haver lá coisas em verga... verga ou outros materiais e não são baratas! Então, porque é que... se aqui há o know how do trabalho, portanto, da verga, porque é que estes não hão-de ser capazes de fazer isso? Ou seja, o que é que aqui existe? Existe a capacidade e a mão-de-obra para transformar a matéria-prima. Agora, o que não existe, porque tem a ver com a concepção do produto, com as tendências, quais são os produtos alvo, o que é que eles gostam, onde é que se vende, depois toda a parte da venda, do marketing, onde é que eles vão vender, como é que eles vão vender, como é que vão apresentar, como é que vão contactar... Portanto, no fundo, o que é que eu tinha imaginado? A título de projecto experimental, se nós escolhêssemos ou descobríssemos um artesão que voluntariamente aceitasse, durante um ano, um ano e meio, ter a coadjuva-lo, portanto, um especialista na área do design e um especialista na área do marketing, eu estou convencido, portanto, que este indivíduo, portanto, que a empresa dele, portanto, ao fim de dois anos, portanto, pá, era capaz de já ter descolado (...) e nessa altura, ele já trocava o carro, já andava ali de Mercedes, tinha... começava a fazer obras na casa e os outros, que percebiam e viam, depois também naturalmente iriam atrás, porque penso que é assim que as mudanças se fazem*

*Associação Patronal B*

Mesmo quando as iniciativas empreendedoras têm uma base a partir da qual podem ser lançadas, como as incubadoras de empresas ou as plataformas logísticas, falta decisão política local séria que promova a realização dessas mesmas iniciativas. A política local é dominada, segundo os entrevistados, por interesses partidários que dificultam a obtenção de consensos e se alimentam de clientelismos ilícitos.

*O município tomou a decisão... isto é a partir de 1995, estamos a falar de há 12 anos, mas já estava prevista há 10 anos, tem sido tomada uma opção de criar o que se denomina parque industrial (...) Eles existem, só que não estão institucionalizados, depois há lobbies, depois para criar, para expandir uma pequena metalo-mecânica na [concelho], é uma carga de trabalhos, uma metalo-mecânica pode gerar dois ou três postos de trabalho, ou cinco, porque tem a ver com... plano de directores municipais (...) Não é obrigatório ser uma única zona, podiam ser várias, não era obrigatório ser um parque industrial, era uma zona de crescimento industrial em que o privado é que teria que investir (...) Alguém que é desempregado que queira ir... que sabe que pode vir a instalar-se ali, seria apoiado através da criação do próprio emprego, portanto, nós teríamos a nossa intervenção indirecta (...) Estrategicamente cometeu-se um erro! não houve a previsão de evitar a especulação (...) a cidade e a região sofrem com estas coisas*

*Director IEF/CEFP C*

*Temos aqui (...) a plataforma logística. Na altura, falavam que não sei quê... não passa de um espaço, de um terreno que não há lá nada ainda... o que se quer investir... há falta de vontade política para investir! Pronto, e as políticas têm prioridades, prioridades que têm a ver com eleições, que na altura das eleições promete-se tudo, na altura das eleições promete-se tudo, mas depois não se cumpre nada. Eu penso que essencialmente o nosso país peca por isso... é que estamos muito dependentes dos políticos. Os políticos utilizam-nos e usam-nos conforme eles, conforme os seus interesses...*

*Associação Sindical B*

Quanto às políticas culturais, recreativas e desportivas e de associativismo juvenil, os entrevistados institucionais, e sobretudo aqueles que promovem acções nestes domínios, referiram frequentemente a falta de participação dos jovens nessas actividades, um alheamento particularmente notório quando elas têm lugar na proximidade, uma falta de dinamismo dos jovens para se envolver na organização de actividades e a deficiente divulgação de informação sobre as actividades. Por vezes os concelhos têm o equipamento adequado e promovem iniciativas e mesmo assim a resposta é escassa.

*No rally-paper, a avaliação é... não é tão positiva. Em termos de participação, nós tivemos mais participantes de fora do que propriamente dos de [concelho] que nós gostávamos de mobilizar e que participassem e que fizessem outras coisas... porque, neste momento, já há equipamentos, já tem um complexo desportivo, com as piscinas municipais, tem pavilhão, tem aulas de... desportivas de vários níveis... em termos culturais, também é feita bastante... são feitas bastantes actividades no auditório municipal, mas as pessoas não participam, esse é que é o problema... não há a cultura de participação ainda.*

*Associação juvenil C*

Alguns dos entrevistados referiram ser necessário criar uma imagem positiva do concelho junto dos jovens através das actividades associadas ao concelho, algo que, na sua avaliação, tem dado resultados positivos entre os jovens com iniciativa.

*Academia de música de [concelho B], isso é um projecto nosso e eu nunca lá tinha posto os pés, posso-lhe dizer que eu fiquei encantadíssimo mas essas iniciativas não devem ter dedos políticos*

*Associação desenvolvimento local B*

*Projecto Zéthoven<sup>36</sup> (...) que é o projecto de música nas escolas (...) qualquer pessoa pode se inscrever na academia de música. (...) Neste momento é pioneiro em termos de número de alunos no projecto Zéthoven. O projecto Zéthoven nasceu muito antes da directiva da Sra. Ministra da Educação (...) faz com que outros jovens queiram ir para este projecto (...) em que os jovens estão ali um ano e depois terminam, nós fizemos esta academia de música a pensar que amanhã vamos poder montar um conservatório, temos todas as condições*

*Vereador Câmara Municipal G*

<sup>36</sup> Projecto Zéthoven – Projecto musical e pedagógico que envolve cerca de 250 crianças das escolas de [concelho]

*Recentemente, apresentámos candidatura também ao EcoXXI<sup>37</sup> ...fomos o município que teve melhor pontuação... dos 20 e tal que foram seleccionados. Quer dizer, ao nível da qualidade ambiental e da qualidade de vida acho que já estamos a conseguir passar a imagem*

*Presidente Câmara Municipal F*

Como se verificou, algumas medidas aqui apresentadas e avaliadas pelos actores sociais entrevistados indicam fragilidades e dificuldades constantes na consolidação das mesmas, o que significa que uma avaliação, apenas de uma perspectiva, aquela dos decisores e aplicadores das políticas, é limitativa do entendimento que se pode ter sobre o funcionamento das políticas orientadas para os jovens.

### **6.1.5. As áreas de intervenção prioritária**

Assim, procurou-se conhecer as áreas que merecem uma maior atenção por parte dos actores institucionais com vista a atingir o objectivo de fixação dos jovens no Interior. A opinião dos actores institucionais entrevistados, em boa medida já aparente pelo que ficou dito para trás, não diverge muito da dos jovens, embora seja obviamente mais elaborada e fundamentada.

A falta de indústrias na região para aproveitar o potencial de desenvolvimento local ou a falta de uma regeneração do tecido empresarial estão à cabeça das prioridades. Mas também os serviços são mencionados por quase todos os actores institucionais.

*Uma regeneração do tecido, se não as empresas seriam sempre as mesmas, a tecnologia a mesma, portanto, tem de haver renovação (...) tem que aparecer outras áreas da indústria, nem que sejam 20... 10 trabalhadores, sejam lá quantos forem, têm que aparecer. Digamos, sectores de actividade dinâmicos e, acima de tudo, com uma outra coisa, um elevado grau de qualificação.*

*Director IEFP/CEFP C*

A mesma ideia da inovação, agora associada à de empreendedorismo, é avançada.

*Está tudo a fechar... a têxtil fechou toda, agora está a fechar o calçado, está a fechar tudo.*

*Onde é a área privilegiada? É a área das novas tecnologias, ou seja, empreendedorismo ligado à inovação e aí é que podia marcar a diferença em termos de um lucro, de um*

<sup>37</sup> EcoXXI - Projecto ECOXXI definido pelas NU em 2002 numa conferência sobre o Desenvolvimento sustentável : pretende tornar-se um ECO do Ambiente Municipal no século XXI; visa: contribuir para um envolvimento de diversas entidades na elaboração e implementação da Agenda 21 e no cumprimento dos seus objectivos; sensibilizar os municípios para uma maior integração das preocupações ambientais nas políticas municipais; envolver os municípios no apoio à implementação de programas de Educação Ambiental no âmbito da implementação da Agenda 21 Local; motivar os municípios para a importância do seu papel como parceiros e como agentes do processo de educação ambiental formal não formal; desenvolver acções concertadas com os municípios de (in)formação dirigida a diversos públicos alvo; contribuir para elaboração de indicadores de sustentabilidade local

*público e de um mercado de trabalho. (...) o caso das novas tecnologias, nomeadamente ligadas à área da informática (...) São áreas que são procuradas pelos jovens... há mercado. Há um conjunto de empresas ligadas à informática, ligadas às novas tecnologias*

*Vereador Câmara Municipal B*

O modelo é o da pequena indústria, mas mesmo assim é necessário garantir mão-de-obra, fixando-a na região.

*Nós temos planos, nós temos projectos para este concelho e um deles certamente, como disse há pouco, é a fixação de casais jovens (...) através da pequena indústria. Não há outra solução. Não estou a dizer indústria que vai empregar 300, 400 trabalhadores, não. Pequenas indústrias, indústrias com 20, 50 pessoas, no máximo e será dessa maneira que poderá haver a fixação dos residentes, uma vez que, não havendo condições, eles vão procurar outras cidades para viverem*

*Vereador Câmara Municipal A*

Para além da indústria, a construção civil é mencionada como um sector que também poderia crescer se inovasse.

*A construção civil acompanhou também um bocado aquilo que acontecia na região Centro, em termos de criação de emprego, e, portanto, é sempre uma área onde há muitas possibilidades, embora não tenha havido aqui, na região, grandes apostas... as apostas que tem havido em termos de sector da construção civil matem os padrões tradicionais.*

*Associação Desenvolvimento Local A*

O investimento nos serviços revelou-se, nas últimas décadas, uma oportunidade para os jovens pelo nível mais elevado de escolaridade e pela capacidade de adaptação que estes revelam. Acresce que a criação de certos serviços induz o aparecimento de outros a eles associados, pela criação de novas necessidades. Neste sentido, os serviços públicos de carácter social ocupam um lugar muito importante numa Dinâmica de criação de novas oportunidades de negócio.

Fixar os jovens, a população em geral, no Interior implica uma acção muito consolidada e em várias vertentes, que corresponde a uma verdadeira estratégia de desenvolvimento local.

*Há aqui outro factor que tem a ver com a fixação. O problema da fixação hoje é um problema anterior, não tem tanto a ver com a questão da qualificação, tem a ver com a criação de riqueza. Se não houver criação de riqueza, forçosamente não há a criação de postos de trabalho, logo não há condições para a fixação. (...) numa região como a nossa, é perfeitamente normal o fenómeno de desertificação, em vez de crescimento de população. Eu espero resolver-se o problema primordial de encontrar emprego no trabalho (...) e os fenómenos de migração e de emigração tem exactamente a ver com isto.*

*Director IEFP/CEFP C*

A criação de empregos pode gerar-se da própria ideia de fixação ou de atracção da população jovem, para a qual uma política de incentivos fiscais, e outros, seria determinante.

*Criar emprego fundamentalmente. Como? De várias formas, desde esse apoio a construir empresa, desde... estimulá-los (...) uma política de benefícios fiscais e assim as pessoas davam novos contributos, por exemplo, o gás, que tem um IVA de 21%, ter o IVA de 5%, que tem o gás natural... nós aqui pagamos o gás a 21%, mesmo o gás por ser uma zona do Interior e fria, ter a luz eléctrica mais barata... haver um IRC mais baixo, até isenção de IRC nos primeiros 3, ou 4, ou 5 anos do início de actividade da micro-empresa. Seriam medidas que iam resultar e tirar frutos imediatos e as pessoas vinham para cá de certeza absoluta. Ora, quando uma pessoa aqui chega, quer montar uma olaria, monta o forno, vai comprar o gás, paga o gás a 21%, vai comprar a Espanha, em que em cada 3 botijas, uma vem de borla, começamos a ter aqui uma concorrência desleal e havia necessidade que o governo olhasse para o Interior... com olhos de ver e dizer assim “aqueles ainda lá estão, porque é que ainda não vieram embora e porque é que não se vai fixar os outros?”, e estou convencido que estas medidas não iriam alterar a balança de pagamentos de Portugal, nem agravar o défice, não é? Devíamos evitar que esta zona perdesse, como já perdeu, 50% da população.*

*Associação Desenvolvimento Local A*

Uma economia regional beneficia das trocas e da especialização no seu interior. A atracção de investimentos de fora é um recurso que não pode ser minimizado. O desenvolvimento local passa ainda por um maior investimento por parte do Estado, não só através de medidas de discriminação positiva mas também por outras de natureza mais profunda.

*Eu continuo a pensar que só com políticas locais não vamos a lado nenhum (...) as políticas de âmbito meramente local ou regional dificilmente terão algum sucesso se não houver políticas nacionais... se houver políticas nacionais e que as autarquias tenham um papel complementar nessas políticas ou que sejamos chamados a desenvolver essas políticas com meios financeiros... as coisas podem acontecer... agora, capacidade endógena para que as coisas aconteçam duvido que alguma autarquia tenha, mesmo as de média dimensão, como sejam os casos da Guarda ou da Covilhã, porque acabam por ser, no panorama nacional, nem de média dimensão, são um pouco abaixo da média... Se houver políticas nacionais mais abrangentes que favorecem em termos de IRC, IRS, o subsídio de desemprego e incentivos para empresas com empregabilidade no Interior, há muita gente que vem dos centros urbanos à procura de qualidade de vida. (...) Quando foi divulgado este regulamento de apoio à criação de empresas, de apoio ao investimento, fomos consultados por dezenas de pessoas... “eu moro em Setúbal, tenho condições de vida miseráveis... gostava de vir trabalhar para [concelho], o que é que eu posso vir fazer? Sou advogado, a minha mulher trabalha num laboratório de análises clínicas, que alternativas é que eu tenho em [concelho]?”... como é que nós vamos garantir que a senhora vai ter um posto de trabalho, não num laboratório de análises clínicas porque não temos cá nenhum... ou que o gabinete de advocacia vai ter clientes suficientes para uma população de 5000 pessoas?*

*Presidente Câmara Municipal F*

Entende-se assim, que não basta disponibilizar condições locais para a instalação de empresas; é necessária uma política fiscal de incentivo e isso só o Governo pode fazer.

*Entendo que ou há políticas discriminativas, mas têm de ser de foro nacional, que possam potencializar os empresários a recrutar jovens, ou a Câmara, por si, não pode muito mais do que fazer mudar a qualidade de vida, as infra-estruturas, o apoio às associações para fazerem alguma dinamização para os jovens (...) Ou se cria realmente, para o Interior, uma discriminação positiva em regime fiscal capaz de fazer deslocação das empresas para o Interior, com taxas de incentivo para que acompanhe o jovem e haja forma de os conseguir sediar. Caso contrário, não havendo esta possibilidade, o tecido económico, por si só, não suporta*

*Vereador Câmara Municipal J*

A aprovação de projectos de grande dimensão com o objectivo de suscitar o aparecimento de um elevado número de empresas subsidiárias não resulta se não for articulada com outras acções públicas no sentido de gerar desenvolvimento local.

*Nós corremos o risco de fazer estes investimentos âncora, que, em qualquer lado do mundo geram os tais lucros, e aqui não geram coisa nenhuma, porque não há capacidade de iniciativa local! Aquilo que, genericamente, as pessoas falavam em termos de haver auto-sustentabilidade dos processos de desenvolvimento, no Interior as fragilidades já são tantas, que muitas das vezes, acho que põem em causa a auto-sustentabilidade a qualquer processo que seja iniciado aqui, nem que seja massivo. Portanto, isto apela claramente a outro tipo de funções de natureza política, mas mais radicais.*

*Associação Desenvolvimento Local A*

A par da intervenção estatal muitos entrevistados reconhecem ser necessário um esforço local de captar investimentos, de requalificar a imagem do distrito e de aproveitar as potencialidades locais. É que mesmo algumas oportunidades de aproximar os grandes investidores das áreas do Interior não foram aproveitadas.

*Se me perguntar se os jovens podem fazer alguma coisa para se ajudarem a si próprios, podem, claro, mas seriam gotas no oceano. É fundamental o investimento aqui, a criação de estruturas como sejam o hospital, a universidade ou a tão famosa PLIE, alguma coisa que... funcione como pólo atractivo e que seja a ponta do novelo, porque, como sabe, depois uma coisa vem atrás da outra, há um dinamismo próprio, mas isso tem que existir e só a administração central, em colaboração com a local*

*Associação Patronal A*

Os mapas administrativo, judicial e outros, são também entendidos como um obstáculo e a sua reforma exige coragem e determinação, enquanto o preceito constitucional da regionalização esteja bloqueado. Mas reconhece-se que mexer nesses mapas vai atingir muitos interesses instalados, legítimos e ilegítimos.

*Temos uma reforma administrativa do país que, no Estado-Novo, nunca foi implementada, esta visão do país em concelhos, em distritos, em províncias e os distritos nunca foram dotados de competências, as províncias muito menos, portanto, ou seja, tivemos uma revisão administrativa incompleta, tentámos fazer uma nova reforma... uma nova regionalização, que foi... que foi... que foi, portanto, foi recusada, tentámos agora criar um sistema de organização, adoptamos o modelo usado nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, um mau modelo e que está praticamente parado e não funciona e está-se agora a discutir aquilo a que se chama “nova organização administrativa do país (...), dividir o país em Nuts II e, por sua vez, dividir as Nuts II em Nuts (...) em que se divide o país em Nuts II, em regiões que, por sua vez, se subdividirão em Nuts III. Quer dizer que a própria legislação do governo, quer as grandes opções do plano, quer o PRACE<sup>38</sup>, define já a possibilidade da transferência de competências, quer para as Nuts II, quer principalmente para as Nuts III*

*Vereador Câmara Municipal B*

A distribuição territorial do equipamento e serviços é igualmente contestada, precisamente pela sua potencialidade de gerar actividades e ocupações subsidiárias.

*Porque é que nós não criamos (...) um hospital especializado na nossa área... quem diz um hospital diz outras coisas, mas isto estou a falar da falsa descentralização do Estado... repare, são pessoas que vinham para aqui porque tinham os seus postos de trabalho (...) empresas que gerem à volta daquilo e eu dizia “isto é o ideal para um concelho como Pinhel, como Figueira, como Almeida! (...) Porque é que o tribunal administrativo não está em Figueira, não está em Pinhel, não está em Almeida? Obriga as pessoas a vir aqui! Cria postos de trabalho cá! (...) se precisar, vou daqui para Coimbra! Então, porque é que Coimbra não vem para cá? É esta mentalidade que nós temos que inverter! Eu acho que o Estado tem que dar o exemplo primeiro!*

*Vereador Câmara Municipal G*

Enquanto isto, os municípios, segundo os actores locais envolvidos, têm uma responsabilidade demasiado elevada para os recursos e as competências de que dispõem, sendo vistos pela população como a entidade pública a quem devem ser pedidas contas pelo estado dos territórios.

*A autarquia tem demasiada influência sobre isto tudo, acho que devia ter muitíssimo menos... devia estar aqui só para complementar as atitudes... (...) Há influência porque há omissão! Eu acho que devemos ter um papel complementar (...) Temos que dar resposta ao emprego... as pessoas vão-se embora e a Câmara é que tem culpa! As pessoas não arranjam emprego e a Câmara é que tem a culpa!*

*Presidente Câmara Municipal F*

E, em geral, é sempre possível explicar as debilidades dos concelhos a partir dos recursos endógenos, incluindo a falta de iniciativa.

---

<sup>38</sup> PRACE - Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (2006) - O Programa do Governo consagra a modernização da Administração Pública como um dos instrumentos essenciais da estratégia de desenvolvimento, tendo como principais objectivos a promoção da cidadania, do desenvolvimento económico e da qualidade dos serviços públicos, apelando à eficiência, à simplificação, racionalização e automatização dos recursos permitindo dessa forma a diminuição do número de serviços e dos recursos.

*Nós aqui temos qualidade de vida, nós temos aqui algumas oportunidades e quais são os nossos pontos fortes e quais são os nossos pontos fracos e que... qual a oportunidade que as pessoas têm para seguir esta nossa linhagem. Eu acho que este diagnóstico tem de ser sempre feito, ponderado. Agora, se eu não tiver iniciativa, não vai ser... nós basta-nos olhar para os que estão de fora e... temos o turismo, temos a qualidade de vida, temos a segurança, temos... temos este... temos a nossa maneira de ser solidário, que pode ser um ponto bom. Agora, temos pontos fracos... não somos competitivos, não temos gente... se calhar não... não sabemos também... não sabemos agarrar algumas... mês depois temos outros problemas, temos outras... temos as acessibilidades... é um ponto difícil, mas também pode servir como eixo de... um efeito de túnel, não é? Mas temos também a Espanha... Espanha teve uma política que, há 20 anos ou há 30, arrasou completamente as suas aldeias e fez núcleos urbanos.*

*Vereador Câmara Municipal J*

Não admira que, perante este quadro, se torne corrente apontar a importância da participação dos jovens na vida activa local, através do associativismo, da acção colectiva, como factor de agregação de forças e metodologia de intervenção.

*Se queremos políticas para jovens, era óptimo e desejável que elas fossem delineadas pelos jovens, em parceria com pessoas mais velhas, pronto, há coisas em que a experiência é fundamental, não é, mas sempre com um elemento jovem lá para dentro (...) Não pessoas que têm uma carreira feita e está a pensar naquilo que os jovens de 20 precisam, mas os jovens de 20, que estão lá e que já foram à procura de emprego e perceberam que ali não... que a porta está fechada, que ali a porta está entreaberta, que ali há hipótese, que ali não há, em colaboração directa!*

*Associação Patronal A*

A diversidade de áreas de intervenção e actuação das associações juvenis, como o desenvolvimento local e social, a animação, o desporto etc., permite promover um intercâmbio mais regular e dinâmico com outras colectividades. Nesse sentido as associações conseguem ser elos de mediação entre os jovens empreendedores e as instituições na fase de preparação, orientação e gestão inicial de uma empresa. As metodologias de abordagem têm uma grande importância neste processo. É preciso ouvir os jovens, trabalhar em conjunto, indo de encontro às suas necessidades, desvalorizando o factor idade e inexperiência, pois os jovens têm muito potencial criativo. Por isso, a tentação de aconselhar, insinuar, impor, a partir da experiência dos adultos pode ter resultados menos eficazes.

## 6.2. A visão dos destinatários das políticas

À semelhança de outros estudos sobre jovens do Interior (Portela e Gerry, 2002) resulta desta investigação que existe entre os jovens – e não apenas entre os próprios actores institucionais como se verificou acima – um elevado grau de desconhecimento das políticas de juventude em geral. Por um lado, o desconhecimento deriva da ausência de informação, que se deve em boa medida ao sistema burocrático e às “práticas clientelísticas” (*ibid.*: 150), uma vez que apenas alguns usufruem de certas medidas, como se passa no domínio das políticas de habitação. Por outro lado, a complexidade das redes entre as várias instituições que aplicam as políticas (sejam elas de nível europeu, nacional ou regional), o número de actores envolvidos e de siglas associadas, para além da sobreposição das medidas confundem completamente os destinatários.

Conclui-se o presente capítulo, com a avaliação que os jovens inquiridos fizeram das instituições que desenvolvem políticas e da sua eficácia.

### 6.2.1. Sobre as instituições que produzem as medidas e a sua eficácia

Dentre as instituições públicas vocacionadas para apoiar os jovens encontram-se o Instituto Português de Juventude e o Instituto de Emprego e Formação profissional. Começando por observar as práticas de contacto com estas instituições e o conhecimento dos jovens face às políticas que elas aplicam verificou-se o seguinte.

**Tabela 96 - Distribuição dos inquiridos segundo os que recorreram aos programas do IPJ e**

		IEFP	
		N	%
Recorreu ao IPJ	Sim	70	24,6
	Não	215	75,4
	Total	285	100,0
Recorreu ao IEFP	Sim	39	13,7
	Não	246	86,3
	Total	285	100,0

Do total da amostra, cerca de um quarto dos jovens inquiridos afirmou ter recorrido ao IPJ e apenas 13,7% ao IEFP. São percentagens preocupantes se se tiver em conta que o IPJ deveria constituir uma referência para os jovens, quer em termos informativos, dos seus direitos, quer em termos de usufruto das suas actividades e que o IEFP é o grande produtor de políticas de emprego e formação profissional.

**Tabela 97 - Distribuição dos inquiridos segundo as razões que levaram recorrer ao IPJ**

	N	%
Obter o cartão-jovem	24	36,4
Várias actividades	9	13,6
Convívio	7	10,6
Apoio à cultura e desporto	6	9,1
Apoio as associações juvenis	6	9,1
Cursos de formação para jovens	5	7,6
Apoio na procura de emprego	4	6,1
Viagens e alojamento em pousadas de juventude	4	6,1
Esclarecimentos/informação	1	1,5
Total	66	100,0

Os jovens procuraram o IPJ sobretudo para obter o cartão jovem (36,4%), para várias outras actividades (13,6%) ou simplesmente para o convívio (10,6%). Menos frequentes são as situações em que os jovens recorreram ao Instituto para esclarecimento (1,5%) ou apoio na procura de emprego (6,1%) e vantagens para viagens e alojamento.

**Tabela 98 - Distribuição dos inquiridos segundo as razões que levaram a não recorrer ao IPJ**

	N	%
Nunca precisei	82	47,7
Nunca tive conhecimento/informação sobre a sua existência	41	23,8
Falta de tempo	39	22,7
As áreas não correspondem aos meus interesses	10	5,8
Total	172	100,0

Quem não recorreu ao IPJ, de uma forma geral, é porque nunca precisou (47,7%), ou por não ter tido conhecimento da existência do Instituto ou das suas actividades (23,8%). Quanto ao IEF, dentre as diversas razões para os jovens terem recorrido a ele contam-se principalmente os cursos de formação (50%), o apoio na procura de emprego (38,9%) ou o pedido de esclarecimento ou informação (11%).

**Tabela 99 - Distribuição dos inquiridos segundo as razões que levaram recorrer ao IEF**

	N	%
Cursos de formação	18	50,0
Apoio na procura de emprego	14	38,9
Esclarecimento/informação	4	11,1
Total	36	100,0

### **6.2.2. Sobre as medidas específicas**

Avaliando de forma específica cada programa do IPJ e IEFP em que participaram, os jovens inquiridos referiram ter estado inscritos em mais do que um programa. Face a uma avaliação qualitativa dos mesmos quase dois terços dos inquiridos afirmaram utilizar as ajudas do IPJ, tais como cartão jovem, apoio na procura de emprego, alojamento em pousadas, convívio, informações, mas sem uma avaliação individualizada. As restantes respostas indicam a utilização de programas específicos do Instituto, para esses existindo uma apreciação mais clara referindo uma qualidade média na aplicação dos programas. Um dos programas mais utilizados, talvez pelo seu frequente emprego pelas escolas, foi o Parlamento Jovem, sendo apreciado por 20,4% dos inquiridos como de qualidade média. Igualmente foi referido o Programa OTL, Ocupação dos Tempos Livres, e avaliado como de qualidade média (embora muito positivo para cerca de 11% dos inquiridos).

No que se refere aos programas de emprego e formação, o apoio na procura de emprego é uma das medidas do IEFP mais recorridas, embora a sua avaliação mostre uma certa insatisfação por parte dos jovens que a utilizaram. As críticas devem-se, provavelmente (os números são muito reduzidos para uma avaliação mais segura), ao facto de não se conseguir conjugar as expectativas dos jovens com as ofertas de emprego existentes.

Na pergunta aberta sobre o que acham das políticas de juventude e dos programas existentes, os jovens da amostra revelaram ter uma opinião formada, mesmo quando referiam não os conhecer. Esse desconhecimento era sempre apreciado negativamente, por ser atribuído a falhas na divulgação da informação.

**Tabela 100 - Opinião dos jovens sobre os programas de juventude – notas explicativas**

<b>Variável</b>	<b>Justificação</b>
<b>opinião dos jovens sobre os programas</b>	
Bons	dão mais oportunidade de relacionamento e aprendizagem; favorecem amizades e integram na sociedade; ajudam no desenvolvimento físico e intelectual; abrem mais perspectivas; orientam e contribuem na integração social; mantêm os jovens ocupados; são uma forma de entreter os jovens; são enriquecedores; preparam para o futuro
Muito bons	abrangem vários pontos de vista; são fixes
Óptimos	preparam para o mundo do trabalho
Úteis	aumentam a formação dos jovens com insucesso escolar ou dos que não querem seguir os estudos; fornecem informação; são esclarecedores
Interessantes	combatem o abandono e a desmotivação; são pertinentes; ajudam na evolução pessoal e profissional; são educativos
Adequados	se adaptam às expectativas dos jovens e às necessidades do mercado de trabalho
Desadequados	não tomam em conta as expectativas dos jovens; são desmotivantes; são limitadoras pelas idades impostas como limite de acesso
Insuficientes	não abrangem muitas actividades; os cursos de formação não são suficientes; poderiam ser melhores; os seus objectivos são muito reduzidos face às necessidades dos jovens; falta uma melhor orientação; dependem muito da capacidade do formador
Pouca informação/ divulgação	não existe muita informação sobre os programas
Não tenho uma opinião formada	nunca pensei no assunto; não tenho conhecimento suficiente para falar sobre isso
Não servem para nada	não acredito no sucesso ou nos objectivos desses programas; não os considero nada de especial; são uma seca

A avaliação sintética usada através da codificação omite as justificações dadas pelos inquiridos. No quadro seguinte registam-se algumas delas e estabelecem-se as correspondências com as categorias sintéticas de avaliação.

**Tabela 101 - Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre os programas de juventude**

	N	%
bons	88	33,6
interessantes	39	14,9
nunca tive conhecimento dos programas	24	9,2
úteis	22	8,4
insuficientes	18	6,9
desadequados	16	6,1
muito bons	11	4,2
não tenho uma opinião formada	11	4,2
importantes	9	3,4
não serve para nada	8	3,1
adequados	6	2,3
ótimos	5	1,9
razoáveis	3	1,1
pouca divulgação/informação	2	0,8
Total	262	100,0

Ao avaliar as repostas obtidas observa-se que metade dos jovens avaliaram como boas (33,6%) ou interessantes (14,9%) as políticas de juventude. Contrapondo a inadequação dos programas face às expectativas dos jovens, são mais os que referem um certo desajustamento (6,1%) do que um ajustamento às expectativas (2,3%). Ainda, 9% afirmam não terem tido conhecimento de tais programas. Por conseguinte, e interpretando as convicções dos jovens face às políticas, é possível declarar que mais de dois terços, i.e, 68,7% avaliam as medidas de modo positivo, e 26,1% de modo negativo, pelas razões já mencionadas.

### **6.2.3. As áreas de intervenção prioritária**

Este tema foi abordado no inquérito aos jovens. Do total de 273 inquiridos, mais metade afirmaram ser preciso avançar com investimentos na área da educação e formação. Tal como já tinha sido constatado anteriormente a formação profissional é considerada a melhor forma de combater os desajustes entre a formação académica e as exigências da vida profissional. Parece, assim, que a formação, na perspectiva dos jovens, é mais do que um simples instrumento de preparação profissional; é também uma forma de inserção dos jovens no mercado de trabalho local.

Mais ou menos a mesma percentagem dos inquiridos (48%) respondeu que o desenvolvimento económico local é fraco, sendo também a segunda escolha em que investiriam, se deles dependesse. A terceira área mais importante de investimento (para

cerca de 39% dos inquiridos) é a da Cultura, Lazer e Desporto, o que leva a crer que apesar da existência e bom funcionamento das estruturas essas revelam-se insuficientes.

**Tabela 102 - Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre as principais áreas por investir para a fixação dos jovens**

	Respostas		Casos
	N	%	%
Educação/ Formação	138	18,4	50,5
Desenvolvimento económico	131	17,5	48,0
Cultura/ Lazer/ Desporto	106	14,2	38,8
Saúde	89	11,9	32,6
Ambiente	70	9,3	25,6
Património/ Turismo	59	7,9	21,6
Pessoas	43	5,7	15,8
Acessibilidades	42	5,6	15,4
Habitação	41	5,5	15,0
Política local	22	2,9	8,1
Outro (incentivos aos jovens – autonomia)	8	1,1	2,9
Total	749	100,0	274,4

Embora muitos jovens não tivessem referido qualquer área prioritária de intervenção, a maioria, no entanto pensa que, ao aproveitar as potencialidades locais, tais como o turismo, o ambiente, mas também a capacidade de renovação e inovação da mão-de-obra jovem, as probabilidades de arrancar com um desenvolvimento local sustentado seriam mais elevadas.

Haveria que multiplicar as iniciativas, pois a atracção de pessoas de fora (no âmbito do turismo, por exemplo) tem de ser forte e continuada.

*Se apostassem no turismo, nos museus, traziam pessoas, para a restauração também é bastante bom, mas isso é dois dias ou três dias, depois as pessoas voltam para as terras e fica-se na mesma!*

*(Ana Isabel, 21 anos, estudante Enfermagem)*

O papel de motor do desenvolvimento - pela fixação dos jovens, acumulação de conhecimento útil, fonte de ideias e de empreendedorismo - desempenhado pelas novas instituições de ensino superior é realçado e a criação de pólos regionais é também avançada.

*E porque não, pensar em investir e fazer talvez um protocolo com a UBI e pôr aqui um pólo da UBI. Já se vê muito! A própria Guarda tem um pólo em Seia, nós podíamos apostar nisso! A Câmara podia apostar... construía, por exemplo, uma residência de estudantes e fazia... e isso trazia gente aqui. Porque um pólo aqui da UBI trazia estudantes, professores, já tinha funcionários, podia ser gente da terra e era bom*

*(Rogério, 18 anos, estudante Enfermagem)*

As dificuldades na instalação de novas indústrias são um obstáculo, mas reconhece-se a saída pela inovação tecnológica e a facilidade de as população jovem aderir desde que se invista em formação especializada.

*Empreender nessas áreas mais despovoadas sempre ajudaria...estou a pensar agora no caso particular de fixação de indústrias, ajuda, uma vez que providencia a abertura de mais vagas de trabalho, e permitiria, mais que não fosse temporária de pessoas na zona de afectação dessa indústria. (...) Talvez apostasse na inovação tecnológica da zona, uma vez que estamos na era da informação, da informática, dos computadores e os jovens são atraídos para as novas tecnologias, talvez passasse por essa área, a construção de estruturas que apoiem mais os jovens*

*(Diogo, 19 anos, estudante Ciências de Educação)*

### 6.3. Conclusão

A partir dos problemas identificados e dos resultados de avaliação das políticas é possível tecer algumas reflexões. Por um lado, trata-se da actuação dos actores privilegiados no que se refere às políticas de juventude e, por outro, assinalar os pontos débeis referidos pelos mesmos, e também pelos jovens.

No que refere à actuação dos actores é preciso assinalar que dado o vasto leque de políticas existentes e as sucessivas sobreposições das medidas e dos objectivos, essa situação gere alguma confusão junto dos próprios actores privilegiados, confrontados com a gestão de atribuições diversas e o contínuo reformular do aparato legislativo. Isso gere uma dispersão dos objectivos e da actuação dos actores, ao qual se acrescenta o distanciamento das necessidades dos jovens pela forma de aplicação das medidas – *bottom-down* (impositivas), tornando que infrutuosas as suas acções.

As entrevistas realizadas aos diferentes actores institucionais permitem clarificar um número elevado de aspectos que este estudo se propunha abordar. Vejamos, em síntese, alguns dos mais importantes.

É consensual que as políticas para os jovens são muito recentes, se revelaram insuficientes e os seus resultados não evidenciam quebras visíveis de saída dos jovens para fora do Distrito da Guarda. E isto acontece apesar do reconhecimento da existência de políticas municipais de incentivo à fixação quer dos jovens, de políticas de dotação de infra-estruturas, de políticas de fomento da iniciativa local. A avaliação crítica de tais políticas é muito detalhada e, em boa medida, assente na experiência dos entrevistados. Uma formulação mais geral salienta o facto de tais investimentos serem insuficientes para atrair e fixar jovens no Interior, servindo apenas para proporcionar serviços com

qualidade semelhantes aos existentes nos centros urbanos do Litoral. Mesmo assim, as entidades locais e o poder autárquico do Interior parecem, a partir da obra já realizada e em curso, não ter poupado esforços para mobilizar recursos e vontades.

Analisando as fragilidades das políticas sector a sector, a visão dos actores institucionais é de que no domínio da educação e formação, torna-se necessário ligar o ensino e a formação às necessidades do Interior e evitar a saída precoce do ensino ou reforçar a formação a quem saiu precocemente. Por outro lado a atribuição de subsídios ou outros benefícios a quem estuda fora tendeu a generalizar-se aos diversos municípios do distrito, mas a avaliação que os autarcas fazem é muito díspar. Porventura, os municípios onde os autarcas reconhecem que os incentivos não bastam para assegurar o retorno dos jovens serão precisamente aqueles que menos capacidade de atracção dispõem. Por outro lado, a contrapartida para os benefícios recebidos, não podendo desincentivar a progressão dos estudos, tem de ser relativamente contida e, portanto, torna-se ineficaz em muitos casos. Este é um dos aspectos que mereceria ser mais rigorosamente aprofundado.

A descentralização para os municípios de funções de gestão de recursos humanos e materiais ligados ao ensino parece revelar-se positiva e ainda pode ser alargada. Também a partilha de funções com diversos parceiros, públicos ou privados, é vista como desejável, já tem uma experiência razoável e conta com a disponibilidade de muitas instituições locais

No domínio do emprego e da formação profissional, existem programas de âmbito regional, geridos pelo IEFP, que pretendem dar resposta mais adequada às necessidades locais, mas os resultados não são concludentes. Dos programas nacionais para jovens o destaque dos dirigentes entrevistados vai para os estágios profissionais, pela procura elevada e bons resultados alcançados. Mas também os cursos de Formação e Educação de Jovens, do IEFP, que vieram permitir aos alunos com insucesso e saturados da escola concluírem o 12º ano em moldes completamente diferentes e, para eles, mais atractivos. Por seu turno, os esforços feitos para fomentar o empreendedorismo jovem (em parte através do programa ILE) também têm dado os seus frutos, mas os números são ainda muito baixos. Foi referida a acção de diversas instituições com o propósito de intensificar a formação e difundir o espírito empresarial junto dos jovens. Serviços de emprego, associações patronais, associações de desenvolvimento e municípios parecem apostados no mesmo desígnio, mas nem sempre a sua acção é concertada e se aproveitam as vantagens de cada uma das instituições. As tradições de intervenção sectorial, as

competências jurídicas pouco definidas e a falta de recursos a afectar a este objectivo são limitações de monta, mas os poucos exemplos em que a cooperação funcionou deixam a esperança que essas mesmas limitações acabem por ser superadas. De realçar, a vantagem de dispor de entidades mais localizadas e perto dos jovens para servirem de mediadoras na difusão, implementação e acompanhamento das medidas nacionais geridas pelos Centros de Emprego e pelos Centros de Formação Profissional.

Descrentes na capacidade de fixar os jovens mais qualificados, a estratégia, para alguns municípios, passa por promover o investimento económico, recrutando os quadros necessários para os novos empreendimentos, dotando-se de infra-estruturas de apoio ou oferecendo facilidades aos capitais exteriores para investirem no concelho e... esperar que a economia se desenvolva por arrasto. Esta estratégia, reconhece-se, também comporta riscos elevados, pois o investimento a suportar pela autarquia pode tornar-se sufocante e impedir o cumprimento de outras missões essenciais da autarquia, sobretudo se não aparecerem empresas para usar essas infraestruturas. Notória e quase sempre mencionada nas entrevistas é a falta de políticas nacionais para enquadrarem e viabilizarem as acções dos municípios para o desenvolvimento das regiões interiores.

Quanto ao modo como os jovens avaliam as políticas que lhes são dirigidas e, designadamente, as políticas de apoio à sua fixação nos territórios de origem, a hipótese de que partimos de que *elas não correspondem às expectativas dos jovens nem permitem a radicação dos mesmos* parece confirmar-se. Esta hipótese concebe as políticas de retenção/fixação dos jovens no Interior como um expediente de compensação pelo défice de atractividade regional. Pressupõe-se, assim e em primeiro lugar, a fraqueza de factores de retenção tais como *os laços com a família e a comunidade* e *o envolvimento em estruturas associativas de carácter local*.

A autonomização relativamente aos grupos primários aumenta à medida que se avança na idade laboral. Depois pressupõe a fraqueza dos factores de atracção associados à *oferta de emprego* e às *expectativas profissionais criadas pela qualificação escolar*. Se a escola que deveria formar para uma profissão e o mercado de trabalho que deveria assegurar um emprego falham então estes factores deixam de produzir atractividade.

Por último, antecipa-se uma debilidade das políticas orientadas para a fixação dos jovens traduzida na incapacidade de fortalecer aqueles factores de atracção e de valorizar as potencialidades locais.



## CONCLUSÃO FINAL

A informação estatística por si só não responde em geral às questões de investigação que requeiram conhecimento mais refinado. Serve de suporte básico para o entendimento da realidade e, nesse sentido, permite identificar tendências, padrões e fluxos que devem ser tidos em conta na tal análise mais fina. Assim a análise qualitativa veio completar a análise quantitativa resultando num quadro analítico muito rico em conclusões.

No caso presente, os indicadores construídos tiveram o propósito bem pragmático de permitir comparações relativamente a certos aspectos da realidade e a certas tendências entre o Distrito da Guarda e o país e, dentro do Distrito, entre os diferentes concelhos. Sendo um objectivo modesto, ele é fundamental num país em que a informação desagregada está dificilmente disponível, por um lado, e em que diferenças marcantes existem em espaços relativamente contíguos, por outro.

Uma análise sintética desses *indicadores* ao nível da estrutura e das dinâmicas populacionais destaca, em primeiro lugar e para último período inter censitário, o declínio demográfico e as suas consequências no envelhecimento da população do Distrito, quer se veja este como um aumento do peso da população idosa, quer como uma redução do peso da população jovem. Uma outra tendência verificada consiste na deslocação da população dos pequenos aglomerados populacionais para os maiores, em regra sedes do concelho ou centros melhor dotados de equipamento social ou de oportunidades de emprego.

No que respeita aos níveis de performance escolar, não existem diferenças significativas face ao panorama nacional, contudo é de destacar, desde logo, o facto de a taxa de analfabetismo no conjunto da população ter diminuído, embora ela seja ainda relativamente elevada nos jovens, o que se relaciona também com os outros indicadores de escolaridade. De facto, os níveis de abandono e de insucesso escolar em alguns concelhos são muito elevados, manifestando a presença de problemas estruturais muito sérios. No que diz respeito às taxas de saída precoce e de saída antecipada - e de uma

forma geral - o Distrito não se afasta muito da média nacional, porventura dada a falta de oportunidades de emprego para esses jovens na região. Verifica-se, assim, um problema de insucesso sem abandono escolar, a exigir uma abordagem muito particular orientada para dotar as escolas de melhores condições de progressão dos jovens.

A nível da estrutura ocupacional, o dado mais flagrante é, sem dúvida, o peso elevadíssimo da população inactiva, bem superior à média nacional. A proporção de população inactiva ultrapassa o da população activa, levantando-se uma questão séria de sustentabilidade económica e mesmo social nesse caso. Por outro lado o nível de desemprego revela tendências muito preocupantes, sendo a falta de emprego um dos factores que iniciam o ciclo da saída.

Quanto ao uso de programas de emprego e formação profissional por parte dos jovens dos 15 aos 24 anos, os números são baixos e mostram que ainda há muito a fazer por parte das entidades públicas para compensar as insuficiências de qualificações e da escolaridade, com uma oferta de saídas de emprego e formação para os jovens. Acresce que falta uma avaliação do impacto destas políticas na situação dos jovens a partir dos testemunhos daqueles que passaram por elas e também da perspectiva dos técnicos e dirigentes dos Centros de Emprego, bem como de entidades independentes que tenham avaliado certos programas. Sem ela, os números dos jovens que passaram pelos vários programas podem esconder uma situação de desemprego oculto ou manifestar a escolha de uma solução temporária que transmita uma falsa sensação de segurança.

*O retrato dos jovens do Interior* traçado pelos actores locais é fiel ao retrato que eles apresentam de si mesmos quando se trata das expectativas de emprego. Estes indicam, com alguma fatalidade discursiva que em nada podem alterar essa realidade, uma vez que o desenvolvimento local depende sobretudo dos investimentos e das políticas financeiras.

Quando se trata de formação profissional o retrato já é diferente pois, segundo se apurou neste estudo, os jovens demonstram interesses em áreas diversas, áreas para as quais o local não te resposta. A leitura que daqui se retira deverá ter mais que um ângulo. Por um lado trata-se de políticas gerais, de cursos de formação profissional discordantes das necessidades locais em termos de actividades económicas, por outro lado trata-se de uma desarticulação entre as várias instituições locais cujos objectivos convergem. A falta de linearidade das respostas demonstra que estamos perante realidades incomensuráveis, com características peculiares, pelo que os programas desenvolvidos para os jovens devem ser decididos com eles e tendo em conta essas realidades. A opção ao nível

nacional por um programa de emprego e formação, ou habitação, deve ter em conta que os planos de desenvolvimento regional, as suas populações, não são meras indicações sem efeito. E se os jovens são uma das populações alvo a sua importância ainda é maior

Outro dos pontos em que o retrato dos jovens não coincide com aquele que eles apresentam de si é o interesse demonstrado pelos jovens em permanecer no Interior. Apesar da falta de oportunidades locais e apesar da maioria ponderar a saída os jovens prefeririam ficar na região onde residem, valorizando os factores de atracção. É provavelmente uma das conclusões mais fortes deste estudo, a merecer atenção por parte dos actores locais. Essa pendulação depende principalmente das oportunidades de emprego locais, a família constituindo-se como factor primo para a permanência.

O quadro analítico através do qual o inquérito e as entrevistas observaram os jovens do Interior, nas suas características e disposições, permitiu através deste estudo conhecer melhor os *factores de atracção e repulsão* capazes de induzir a escolha pela partida ou pela fixação. Uma primeira constatação, já referida acima, é que a família, enquanto suporte económico e emocional, e o envolvimento na comunidade local, através de modalidades de acção colectiva e associativismo, constituem importantes factores para a fixação dos jovens. Contudo, a família é o motor com maior peso nesta equação.

Se o prestígio e a notoriedade social ou a necessidade de promoção social no meio se conseguem dificilmente sem sair, então a saída pode ser vista como uma estratégia meramente instrumental e pensada para durar apenas o tempo necessário para obter os recursos valorizados no meio social de origem. Isto não implica que o curso desta estratégia não se encarregue de alterar estas presunções e expectativas, tornando mais difícil do que se contava a aquisição desses recursos, oferecendo novos factores de atracção pelo meio de acolhimento ou, pura e simplesmente, alterando as representações e as expectativas trazidas de origem.

A comunidade local é igualmente um factor de atracção importante, designadamente através do vínculo afectivo com o local que através dela se estabelece, contudo não é condição suficiente para pendular a favor da permanência aquando no momento de decisão.

Quanto aos factores de repulsão, as expectativas profissionais criadas no percurso escolar aliadas à escassa oferta de empregos locais que correspondam a essas expectativas constituem as razões mais fortes que levam os jovens a sair.

Mas existem outros factores repulsivos que devem, igualmente, ser tomados em conta. Alguns deles têm a ver com a escassez de recursos locais em matéria de cultura, de

desporto, de lazer e de consumos, tudo isso correspondendo a novas necessidades trazidas pela modernidade e pela urbanização das sociedades e rapidamente disseminadas pelo território pela via dos meios de comunicação social, da emigração e da própria escola. Tratando-se de uma tendência irreprimível, as autoridades locais tudo fazem para colmatar a falta, uma vez que o mercado claramente insatisfaz a procura desses bens nas regiões de Interior, mas os seus esforços são insuficientes perante a elevada compulsão ao consumo e as representações míticas sobre a vida nas grandes cidades do Litoral.

É importante perceber que a vulnerabilidade a estes factores se distribui desigualmente entre os jovens: ela é mais forte à medida que se avança na idade e no grau de escolaridade, e também mais forte nas raparigas do que nos rapazes.

No que respeita à *fixação dos jovens* é possível concluir que essa depende de um conjunto de factores relacionados com a capacidade do local em tornar-se mais atractivo e isso só se consegue a custa de um desenvolvimento local integrado.

Se entendermos, como José Reis, que para a efectivação do desenvolvimento local é preciso cumprir alguns requisitos, a fixação dos jovens é materializável. As quatro condições de realização do desenvolvimento local dos territórios numa economia cada vez mais globalizada são, segundo o mesmo autor “a existência de limiares de densidade<sup>39</sup>, a instituição de sistemas de inter-relações locais<sup>40</sup>, o desenvolvimento de culturas técnicas e institucionais locais<sup>41</sup> e a capacidade de negociação externa<sup>42</sup>” (Reis, 1994:14).

Nessa lógica as políticas orientadas para os jovens capazes de permitir a sua fixação deveriam ser eficazes. Entendidas como um todo, as políticas orientadas, duplamente para a fixação da população no Interior como da preparação formativa dos jovens, devem comportar uma visão integrada de desenvolvimento local capaz de constituir uma fundação que alicie, através da evolução económica e social e da qualidade dos serviços, à fixação.

A principal hipótese deste estudo é sintetizada nesses termos: as políticas destinadas à retenção dos jovens em áreas do Interior não reconhecem adequadamente as

---

<sup>39</sup> Os limiares de densidade referem-se à densidade demográfica, quando as condições demográficas nas regiões do Interior, em parte pela migração das populações para as regiões do Litoral, são desfavoráveis ao desenvolvimento local

<sup>40</sup> O sistema de inter-relações locais refere-se às condições organizacionais das empresas, instituições, associações e a estreita e positiva colaboração entre elas

<sup>41</sup> O desenvolvimento de culturas técnicas e institucionais locais refere-se ao reconhecimento de uma identidade, uma associação territorial pedante pela sua cultura utilizada em seu favor pelas especificidades intrínsecas. Essa mesma cultura poderá ser aplicada à outras áreas, como às organizações, instituições etc.

<sup>42</sup> Quando um local consegue preencher os requisitos de densidade, solidariedade, identidade, desenvolve consequentemente um quarto, o de autonomia, de uma capacidade de negociação com o exterior.

estruturas e as dinâmicas demográficas e ocupacionais dessas regiões. É uma hipótese forte, que apesar de ter desejado não obter a sua confirmação, a mesma foi confirmada, mas nem por isso tem fácil esclarecimento. O problema é deveras mais complexo do que parece.

Dos resultados obtidos através das entrevistas destaca-se, em geral, a desigual expressão espacial dos fenómenos e das *políticas* dentro da região estudada - o Distrito da Guarda. A dificuldade advém da diversidade dos padrões de declínio demográfico e de envelhecimento da população; da diversidade dos padrões de abandono escolar e de insucesso; da oferta limitada do emprego jovem e da distribuição típica dos jovens por ramos e sectores de actividade; da caracterização do desemprego jovem. É essa relativa insuficiência e inadequação das políticas a mais apontada, acrescida da falta de apoios disponibilizados às iniciativas económicas, cívicas ou culturais dos jovens nestes concelhos do Interior.

Muitos dos actores sociais entrevistados acusam como principal *obstáculo* as dificuldades financeiras independentemente do seu grau de dependência face ao poder Central. Quando as reduções financeiras para o poder local estão articuladas com restrições normativas a situação torna ainda mais difícil a aplicação das medidas.

Reconhece-se ao mesmo tempo que é fundamental um maior esforço na ligação entre autarquias locais, centros de emprego, escolas e empresas, no sentido de inserir nas suas preocupações a qualificação dos jovens e promover o associativismo, a participação cívica, porque esse é um elemento indissociável à qualidade de vida. Acresce o facto de a forma de implementação das políticas ser o vector fundamental, sem para isso ser necessário continuas reformulações. Quando se refere a forma de implementação é preciso ter em atenção uma maior difusão de informação sobre as medidas, evitando a infoexclusão, uma maior aproximação dos actores sociais entre si, mas sobretudo entre eles e a comunidade em geral e, os jovens em específico. A mentalidade política é apontada como um outro impedimento à real e eficaz aplicação das políticas em geral e das políticas de juventude em específico. Mas não é apenas a mentalidade política considerada como impedidora das mudanças locais. Apesar de ser obrigatório que as empresas tenham pessoal qualificado, no Interior, à semelhança do que acontece um pouco por todo o país, a mentalidade dos empresários é um obstáculo ao desenvolvimento de actividades económicas de qualidade, à competitividade local e à formação dos seus trabalhadores.

É preciso encarar a comunidade enquanto parceiro de decisão, estabelecer um diálogo real, aberto e efectivar as colaborações com objectivos comuns.

Outra das justificações na complexidade da inadequação das políticas é que, para além de abundantes, as medidas parecem ser mal ajustadas aos contextos em que se aplicam. Essa questão é patente quer no discurso dos actores institucionais, que indicam estarem a carregar o peso excessivo de medidas cujas orientações são muito abstractas, quer no discurso dos jovens, que declaram estar confusos e desconhecerem todas as medidas existentes. Mesmo assim, tanto o primeiro quanto o segundo grupo de entrevistados avaliaram de forma positiva a existência destas medidas sem evidenciarem os seus critérios de avaliação.

Atendendo a esta complexidade os vários actores entrevistados colocaram em balanço as *parcerias* realizadas. Um cruzamento das suas reflexões destaca diferentes interpretações da mesma realidade.

A avaliação que se faz das parcerias é sem dúvida positiva. Mesmo sem ter um intuito claro, as parcerias criam, colateralmente, o efeito de bola de neve, levando a outras colaborações futuras, entre os actores e entre as instituições que representam. Existem exemplos de parcerias, como aquelas referidas por serem capazes de originar cursos de formação com o objectivo duplo de incentivo à criação de ideias de emprego local com base no potencial local. Outras são parcerias que revelam a dependência de algumas associações do IPJ, atestando a sua importância para a existência das associações juvenis.

Existem, contudo, alguns sinais. Apontada por muitos dos actores sociais como um dos maiores obstáculos à realização de parcerias de sucesso é a questão designada vulgarmente de “capelinhas”, ou seja, o bairrismo ou o particularismo exacerbados. A preocupação excessiva com o “seu” e o não entendimento do “nosso”, enquanto potencialidades regionais, prejudica claramente a projecção da imagem e do desenvolvimento local. Não obstante a maioria dos parceiros sociais referirem ter uma perspectiva de valorização das parcerias, referida inclusivamente no novo QREN que financia os projectos de parceria, a nível prático, as parcerias nem sempre são eficazes por não reunirem a maximização dos esforços na realização da colaboração. Isso ocorre quer entre instituições entre si quer entre empresas. Falta definir, nesse sentido, objectivos concretos para as parcerias existentes. Embora muitas delas não sejam vinculadas por escrito, é preciso que haja uma afirmação da sua existência e ao mesmo tempo uma co-responsabilização.

Pelo outro lado, superando as críticas de que tem vindo a ser acusado, o poder local, defende-se afirmando que a existência de “capelinhas” é considerada como apenas uma fronteira mental, pois no terreno os partidos políticos, o poder local e a oposição trabalham em conjunto.

Importa referir aqui que, ao longo do processo de investigação, foram evidentes os traços de “opacidade” entre alguns dos actores locais, razão que leva a concluir que a existência de “capelinhas” ainda é uma realidade a combater.

Vale a pena considerar as *soluções* que, do ponto de vista dos jovens, seriam necessárias para resolver os problemas identificados. O problema do desemprego exigiria a criação de mais postos de trabalho, o apoio às empresas, uma intervenção estrutural na economia e a oferta de maior formação aos jovens. No caso dos jovens que pretendem iniciar a sua vida de trabalho deveria haver mais oportunidades de emprego, através da criação de mais postos de trabalho acompanhada por mais oportunidades de formação. Relativamente ao acesso ao Ensino Superior, ele deveria ser facilitado, baixando as médias de acesso, oferecendo mais bolsas de estudo e mais apoios, reduzindo o valor a pagar pelas propinas e abrindo mais vagas. Por fim, a questão dos custos de habitação procurariam, segundo a opinião dos jovens, ser solucionada através de maiores facilidades, vantagens e ajudas para os jovens, designadamente pela redução das taxas de juro.

Aparece igualmente importante o acesso, a circulação e a interpretação correcta de informação sobre a existência de programas, políticas, apoios, instituições que zelam pelos seus interesses, objectivos que só se alcançam por uma maior participação cívica dos jovens. Essa lacuna demonstra que a sua diminuta participação limita identicamente a sua voz pública e afirmação social. Isso é ainda mais grave entre os jovens do Interior, cujo acesso, pela própria geografia humana e relevo ambiental, se encontra separada de tantos pólos de interacção juvenil.

Face essas sugestões de perspectiva futura outras surgem naturalmente, desta vez por parte dos actores institucionais. Entre as medidas sugeridas contam-se aquelas capazes de estimular e aproveitar o potencial endógeno, como por exemplo renovar a filosofia interventiva da escola e avaliar o seu desempenho através do sucesso escolar. Sugere-se ainda a adequação da formação aos públicos alvo, através de um modelo flexível e mais sedutor para os jovens, respeitando os seus interesses e as suas capacidades e baseado na ligação ao mercado de trabalho. Outra sugestão é definir

estratégias e dotar as instituições de responsabilidade em matérias distintas, em termos de formação, sem sobrepor atribuições.

Ao nível das políticas de emprego foi reconhecida a necessidade de incentivos diferenciados para o Interior. A par deles deve haver também uma diferenciação face a outras regiões, que ofereçam serviços capazes de fixar as pessoas pela sua particularidade e qualidade. A polivalência, um chavão tão utilizado, normalmente associado ao da flexibilidade, não passa de uma palavra com significado declarado. Nos dias de hoje a polivalência no emprego é um pré-requisito, tornando-se necessário, cada vez mais, essa exigência orientar os jovens na procura de emprego mas também na promoção dos modelos de formação profissional. O empreendedorismo jovem, embora reconhecidas as suas virtualidades, necessita de um maior leque de apoios aos jovens com capacidade e interesse em desenvolver o seu próprio emprego e um acompanhamento mais próximo desde o seu início como também de uma maior orientação, aproveitando ao máximo as potencialidades locais.

O apoio e a orientação dos jovens não devem ser entendidos, contudo apenas do ponto de vista dos programas de emprego e formação profissional, dos incentivos ao associativismo mas também do ponto de vista de uma formação complementar.

Distintos tipos de medidas poderiam ser aplicados como, por exemplo, o apoio à habitação própria. Tendo em conta a existência de oferta de habitação, o recurso a terrenos e casas disponíveis para aquisição é uma possibilidade, tal como o é a construção de habitação própria a custos controlados, através da redução das taxas de construção e licenciamento para jovens. Assim, ter casa e viver no Interior poderá ser uma alternativa ao mercado imobiliário dos grandes centros e dos satélites urbanos à sua volta.

Em suma, é possível concluir que a principal hipótese do estudo se verificou, sendo as políticas para os jovens ineficazes quanto à sua fixação. O retrato traçado sobre os jovens transparece contudo algumas ambiguidades, resultado da composição invariável desta categoria e das mudanças económicas e sociais que atravessam o território em que vivem. Desde logo se confirmou o significativo peso das políticas de emprego no desenho das trajetórias pessoais e profissionais dos jovens. A existência de laços fortes estabelecidas com a família e a comunidade revelaram-se como factores que inclinam a balança pela permanência, enquanto a escassez de ofertas de emprego combinada com uma orientação profissional desenquadrada do panorama laboral local indicam uma resposta desajustada às expectativas e aspirações dos jovens, o que contribui para saída destes do Interior.

## Bibliografia

Almeida, Maria Antónia Pires de (2007), “O mundo rural e os novos desafios” in Tomaz Dantinho e Orlando Rodrigues (coords.), *Periferias e Espaços Rurais. Comunicações apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais*, Estoril: Príncípia Editora, 295 – 317

Almeida, Ana Nunes de; Wall, Karin (1995), “Demografia e Valores da Sociedade portuguesa” in Eduardo de Sousa Ferreira e Helena Rato (coord.) *Portugal hoje*, INA, Maia: SerSilito, 31-53

Amaro, Rogério Roque (2003), “Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? – da teoria à prática e da prática à teoria”, *Cadernos de Estudos Africanos*, Lisboa: ISCTE, N° 4, 1-45

Bourdieu, Pierre (2007), *O poder simbólico*, 10ª edição, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil

Canário, Rui (1997), *Educação e perspectivas de desenvolvimento no Interior*, Jornada da Interioridade, Perspectivas de Desenvolvimento Interior, Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade, 03.03.2008, <<http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/biblioteca/outros/interioridade/index.html>>

Carvalho, João *et al.* (2005), *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2005*, Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas: Sogapal, 59-114

Domingues, Álvaro (1997), *Desenvolvimento do Interior*, Jornada da Interioridade, Perspectivas de Desenvolvimento Interior, Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade, 03.03.2008, <<http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/biblioteca/outros/interioridade/index.html>>

Eurostat (2004), *Labour Force Survey*, Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities

Ferrão, João e Neves, António Oliveira das (1991), *Disparidades regionais de formação: avaliação do sistema de educação-formação e elementos para a definição de políticas de âmbito territorial*, Colecção Estudos, Nº8, IEFP

Ferrão, João (1997), *Reconstruir o Interior destruindo a Interioridade: para uma estratégia activa de inclusão de actores*, Jornada da Interioridade, Perspectivas de Desenvolvimento Interior, Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade, 03.03.2008,

<<http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/biblioteca/outros/interioridade/index.html>>

Ferrão, João (coord.) (2000), Saída do sistema educativo, aspectos da situação, causas e perspectivas em termos de emprego e formação, *Estudos e Análises*, Nº. 36, Observatório do emprego e formação profissional, pp. 141-144; 199-207

Figueiredo, António Manuel (2006) *Avaliação dos apoios a criação do próprio emprego por desempregados subsidiados*, Quartenaire, MTSS/ DGERT

Fernandes, Ana Alexandre (1998), “Identidade nacional e cidadania europeia” in Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais (coord.) *Jovens portugueses de hoje*, Oeiras: Celta Editora, 307-357

Freire, Adriano (2002), *Inovação - Novos Produtos, Serviços e Negócios para Portugal*, Lisboa: Editorial Verbo

Garcia, José Luís *et al.* (2000), *Estranhos: juventude e dinâmica de exclusão social em Lisboa*, Oeiras: Celta Editora, 141- 176

Gaspar, Jorge (1986), *Portugal, os próximos 20 anos, A ocupação e a organização do território*, Vol. I, Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 30-35, 110-138

Gaspar, Jorge *et al.* (1989), *Portugal, os próximos 20 anos*, Vol. VI, Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 111- 173

GIASE (2001), *Estatísticas da educação*, Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, Base de Dados do Ministério de Educação

Goodin, Robert *et al.* (1999), *The Real Worlds of Welfare Capitalism*, Cambridge: Cambridge University Press, 37-55

Granoveter, Mark (1983), “The strength of weak ties: A network theory revisited”, *Sociological Theory*, Vol. I, 201-233, 10.10.2008,

<[http://www.si.umich.edu/~rfrost/courses/SI110/readings/In Out and Beyond/Granovetter.pdf](http://www.si.umich.edu/~rfrost/courses/SI110/readings/In_Out_and_Beyond/Granovetter.pdf)>

Guerreiro, Maria das Dores; Pegado, Elsa (2006), “Os jovens e a inserção na vida activa”, *Sociedade e Trabalho*, Nº. 30, Lisboa: DGEEP, 73-89

Guerreiro, Maria das Dores; Abrantes, Pedro (2007), “Transições incertas - os jovens perante o trabalho e a família”, *Colecção Estudos*, Nº2, Lisboa: CITE

Hespanha, Pedro (2007) “Os paradoxos da educação, uma reflexão crítica sobre a escola e a sociedade” in CNE, *Educação e municípios*, Seminários e Colóquios, Lisboa: Conselho Nacional de Educação, 163-179

IEFP (2004), *Estatísticas mensais*, Mercado de Emprego, 03.04.2006

IEFP (2005), *Estatísticas mensais*, Mercado de Emprego, 03.04.2006

IEFP (2006), *Estatísticas mensais*, Mercado de Emprego, 03.04.2006, <[http://portal.iefp.pt/pls/gov\\_portal\\_iefp/docs/page/portal\\_iefp\\_internet/estatisticas/mercado\\_emprego/informacao\\_mensal/2006/inf\\_mensal.pdf](http://portal.iefp.pt/pls/gov_portal_iefp/docs/page/portal_iefp_internet/estatisticas/mercado_emprego/informacao_mensal/2006/inf_mensal.pdf)>

IEFP (2007), *Estatísticas mensais*, Mercado de Emprego, 10.01.2008, <<http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/EstatisticasMensais/Documents/2007/ESTATISTICA-MENSAL-JANEIRO.pdf>>

INE (1991), *Censos da População*, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Base de dados

INE (2001), *Censos da População*, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Base de dados

INE (2002), Censos 2001, Resultados provisórios, Informação à Comunicação Social, 06.06.2007,

<[http://www.ine.pt/ngt\\_server/attachfileu.jsp?look\\_parentBoui=93145&att\\_display=n&att\\_download=y](http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=93145&att_display=n&att_download=y)>

INE (2004), *Projecções da população residente, Portugal, NUTS II e Portugal 2000-2050*, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Base de dados estatísticos

<[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=378125&PUBLICACOESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=378125&PUBLICACOESmodo=2)>

INE (2006), *Projecções da população residente*, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Base de dados estatísticos

INE (2007) *Estimativas Provisórias de População Residente - Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios - 2006*, Base de dados estatísticos

<[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=6448794&PUBLICACOESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=6448794&PUBLICACOESmodo=2)>

IPJ (2005), *Observatório da Juventude*, Markttest, Instituto Português de Juventude, 10.02.2009 <[http://recursos.juventude.gov.pt/IPJ\\_observatorio.pdf](http://recursos.juventude.gov.pt/IPJ_observatorio.pdf)>

IPJ (2008), *Estatísticas internas*, Delegação Regional do Instituto Português de Juventude da Guarda

Lopes, Margarida Chagas (1997), *Desemprego e Interioridade: breves notas*, Jornada da Interioridade, Perspectivas de Desenvolvimento Interior, Colóquio promovido pelo

Presidente da República durante a Jornada da Interioridade, 03.03.2008, <<http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/biblioteca/outros/interioridade/index.html>>

Machado, Fernando Luís; Cheta, Rita (1998), *Parcerias para o Desenvolvimento Social Loulé Interior: situação social e perspectivas profissionais dos jovens do interior do Concelho de Loulé: Jovens do Interior do Concelho de Loulé*, Faro: CIES

Malta, Maria Isabel (1993), Abandono escolar precoce no concelho de Castelo Branco in João Ferrão (coord.) (2000) Saída do sistema educativo, aspectos da situação, causas e perspectivas em termos de emprego e formação, *Estudos e Análises*, N.º. 36, Observatório do emprego e formação profissional, pp. 314-317

Martin, John P.; Grubb, David (2001) “What works and for whom: a review of OCDE countries’ experience with active labour market policies”, *Swedish Policy Review*, no. 8: 9-56

Matos, Margarida G. et al. (1996), *Saúde e estilos de vida nos jovens portugueses*, Relatório do estudo de 1996 da Rede Europeia HBSC/OMS, 24.02.2009, <<http://www.fmh.utl.pt/aventurasocial/pdf/BrochuraHBSC96totalfinal.pdf>>

Nunes, João Arriscado (1995), As solidariedades primárias e os limites da sociedade providência, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 5-25

Pais, José Machado (1990), “Lazeres e sociabilidades juvenis – um ensaio de análise etnográfica”, *Análise Social*, N.º. 108-109, Lisboa: ICS, 591-644

Pais, José Machado (1991), “Emprego juvenil e mudança social: velhas teses, novos modos de vida”, *Análise Social*, N.º 114, Lisboa: ICS

Pais, José Machado (1993), “Aventuras, desventuras e amores na ilha de Santa Maria dos Açores”, *Análise Social*, N.º. 123-124, ICS: Lisboa, 1011-1041

Pais, José Machado; Cabral, Manuel Villaverde (coord.) (1998), *Jovens portuguesas de hoje*, Oeiras: Celta Editora, 359-423

Pais, José Machado (2001), *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*, Porto: Ambar

Pais, José Machado (2005), “Jovens e cidadania”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, Nº. 49, Lisboa: ISCTE, 53-70

Pais, José Machado (1993) *Culturas juvenis*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Coleção Análise Social, Lisboa: ICSTE, 21-32, 132-135, 188-272

Pecqueur, Bernard (2000), “Le développement local“, 2ª Ed., *Alternatives Économiques*, Paris: Syros

Portela, José; Gerry, Chris (2002), “Dreams, pragmatism and employment outcomes among Portuguese rural youth : 6 paradoxes“ in Thomas Dax e Ingrid Machold, *Voices of rural youth*, Wien : Bundesanstalt für Bergbauernfragen, 122- 157

Rimbaud, Placide (1976), *Sociologie rurale*, Paris : Mouton

Reis, José *et al.* (1994), “O desenvolvimento local é possível?”, *Forum*, Lisboa: Edições SPER

Reis, José (1997), *Interior, desenvolvimento e território*, Jornada da Interioridade, Perspectivas de Desenvolvimento Interior, Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade, 03.03.2008,

<<http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/biblioteca/outros/interioridade/index.html>

>

Santos, Boaventura de Sousa (1993), “O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia” in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal, um retrato singular*, Porto: Afrontamento, 15-56

Santos, Boaventura de Sousa (2007), “O outro poder local“ in *Visão*, Opinião, 29.03.2007, CES <<http://www.ces.uc.pt/opiniao/bss/178.php>>

SIETI (2004), *Inserção Precoce no Mercado de Trabalho - um estudo de casos*, Lisboa: Palmigráfica

Vachon, Bernanrd; Coallier, Francine (2001), *El desarrollo local : teoría y práctica : reintroducir lo humano en la lógica de desarrollo*, Gijón: Ediciones Trea

Veneza, Ana (1986), “O poder local, 1974-1984: da indefinição à (des) centralização estatal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20: 693-708

Vieira, Raluca Elena (2006) *As Expectativas e as aspirações dos jovens das regiões interiores no desenho das políticas de educação, emprego e formação profissional*, Guarda: Centro de Estudos Ibérico



## Índice de Tabelas

Tabela 1	-	Amostra dos jovens inquiridos .....	43
Tabela 2	-	Distribuição da amostra dos jovens inquiridos por grupos de idade.....	44
Tabela 3	-	Distribuição da amostra dos jovens inquiridos segundo a naturalidade do inquirido e a naturalidade dos pais.....	45
Tabela 4	-	Distribuição da amostra segundo a residência do inquirido e a residência dos pais .....	46
Tabela 5	-	Distribuição da amostra..... segundo o grau de escolaridade do indivíduo .....	47
Tabela 6	-	Distribuição da amostra..... segundo a reprovação dos estudos .....	47
Tabela 7	-	Distribuição da amostra segundo a reprovação repetida dos estudos.....	48
Tabela 8	-	Distribuição da amostra..... segundo os motivos da reprovação dos estudos.....	48
Tabela 9	-	Distribuição da amostra..... segundo o abandono dos estudos .....	48
Tabela 10	-	Distribuição da amostra segundo os motivos do abandono escolar.....	49
Tabela 11	-	Distribuição da amostra segundo a condição perante o trabalho.....	50
Tabela 12	-	Distribuição da amostra segundo o grupo socioeconómico .....	50
Tabela 13	-	Amostra dos jovens entrevistados.....	53
Tabela 14	-	Distribuição da amostra dos jovens entrevistados .....	54
		segundo os grupos etários e o sexo .....	54
Tabela 15	-	Distribuição da amostra dos jovens entrevistados .....	55
		segundo a residência do inquirido e a residência dos pais .....	55
Tabela 16	-	Distribuição da amostra dos jovens entrevistados .....	55
		segundo o grau de ensino completo .....	55
Tabela 17	-	Distribuição da amostra dos jovens entrevistados .....	56
		segundo a categoria socioprofissional .....	56
Tabela 18	-	Amostra dos actores sociais entrevistados .....	58

Tabela 19	-	Taxa de concentração urbana 2001 (%).....	63
Tabela 20	-	Índice de desenvolvimento económico e social (1999) (%) .....	64
Tabela 21	-	Índice de educação (1999) (%).....	65
Tabela 22	-	Total da população residente.....	66
Tabela 23	-	População residente .....	67
		segundo o grupo etário (variação 1991 – 2001) (%).....	67
Tabela 24	-	Variação da população por sexo 1991-2001 (%).....	68
Tabela 25	-	População activa (variação 1991- 2001) (%) .....	70
Tabela 26	-	População activa segundo o sexo (1991 – 2001) (%).....	71
Tabela 27	-	População inactiva (2001).....	72
Tabela 28	-	População activa empregada total (1991-2001) .....	73
Tabela 29	-	População activa empregada na população em idade activa.....	74
		(1991-2001) (%) .....	74
Tabela 30	-	Desemprego registado segundo o escalão de idade no Distrito da Guarda .....	75
Tabela 31	-	Desemprego registado por tempo de inscrição.....	76
Tabela 32	-	Desemprego registado por situação face a procura de emprego .....	76
Tabela 33	-	Desemprego registado por nível de escolaridade (Janeiro 2008) (%) .	77
Tabela 34	-	Colocações efectuadas no total de desempregados inscritos .....	78
Tabela 35	-	Taxa de cobertura da rede pública .....	79
Tabela 36	-	Taxa de cobertura da rede pública .....	80
		Ensino Básico com menos de 6 alunos 2001/2002 (%) .....	80
Tabela 37	-	Taxa de cobertura da rede pública .....	81
		Ensino Básico com mais de 99 alunos (2001/2002) (%) .....	81
Tabela 38	-	População com escolaridade até ao 3º Ciclo Nível básico (1991-2001).. .....	81
Tabela 39	-	Percentagem de indivíduos sem qualquer nível de ensino .....	82
Tabela 40	-	Taxa analfabetismo em 1991 e 2001 (%).....	84
Tabela 41	-	Taxa de abandono escolar 2001 (%).....	85
Tabela 42	-	Taxa de Aproveitamento no Ensino Secundário 1999-2000 (%).....	86
Tabela 43	-	Taxa de retenção no ensino básico 2000 (%).....	87
Tabela 44	-	Peso da população 15-24 anos.....	105
		na população residente (1991-2006) (N) (%).....	105
Tabela 45	-	População 15-24 anos (1991-2001) (N).....	105

Tabela 46	-	Peso da população com 15 - 24 anos na população residente (1991-2006) (%) .....	106
Tabela 47	-	Variação População 15-24 anos (1991-2006) (%).....	106
Tabela 48	-	Taxa de saída antecipada 2001 (%).....	108
Tabela 49	-	Taxa de saída precoce 2001 (%).....	109
Tabela 50	-	Taxa de analfabetismo na população 15-24 anos – 2001 (%) .....	109
Tabela 51	-	Taxa analfabetismo comparada .....	110
		total da população e jovens com 15-24 anos (2001) (%) .....	110
Tabela 52	-	População com 15- 24 anos por condição perante a actividade económica .....	112
Tabela 53	-	Taxa de desemprego por grupo etário em Portugal (1998-2004) (%)	114
Tabela 54	-	Desemprego registado na população <25 anos.....	116
		(Dezembro 2000- Dezembro 2005 ) (%).....	116
Tabela 55	-	Número de associados jovens 2003-2004 (N) (%) .....	117
Tabela 56	-	Projectos pessoais e profissionais no local.....	136
Tabela 57	-	Tipos de projectos a nível local – notas explicativas .....	136
Tabela 58	-	Tipos de projectos a nível local .....	137
Tabela 59	-	Possibilidade de realização dos projectos locais.....	138
Tabela 60	-	Principais potencialidades locais que acolhem os projectos .....	139
Tabela 61	-	Principais dificuldades locais que inibem os projectos.....	139
Tabela 62	-	Principais preocupações dos jovens .....	144
Tabela 63	-	Distribuição dos inquiridos segundo o local onde prefeririam viver no futuro .....	144
Tabela 64	-	Viver noutra concelho do distrito .....	145
Tabela 65	-	Distribuição dos inquiridos segundo os .....	145
Tabela 66	-	Distribuição dos inquiridos segundo a ponderação em sair do seu concelho .....	146
Tabela 67	-	Distribuição dos inquiridos segundo a residência do inquirido.....	146
		e a ponderação em sair do seu concelho .....	146
Tabela 68	-	Distribuição da amostra dos jovens que pretendem sair/ficar no seu concelho .....	147
Tabela 69	-	Principais razões para ficar.....	149
Tabela 70	-	Principais factores determinantes para a permanência/saída segundo o sexo .....	149

---

Tabela 71	-	Encontrar dificuldades se ficar no concelho – notas explicativas .....	151
Tabela 72	-	Encontrar dificuldades se ficar no concelho .....	152
Tabela 73	-	Representações sociais daqueles que saíram e voltaram .....	152
Tabela 74	-	Representações sociais daqueles que saíram e não voltaram .....	153
Tabela 75	-	Pertence a alguma associação .....	156
Tabela 76	-	Distribuição dos inquiridos segundo a pertença a alguma associação e o sexo .....	156
Tabela 77	-	Razões do não associativismo .....	157
Tabela 78	-	Razões que levaram ao associativismo .....	157
Tabela 79	-	Pertence aos órgãos sociais da associação .....	158
Tabela 80	-	Apreciação do associativismo .....	159
Tabela 81	-	Importância do associativismo .....	159
Tabela 82	-	Distribuição dos inquiridos segundo a pertença a .....	161
Tabela 83	-	Principais razões para sair .....	163
Tabela 84	-	Encontrar dificuldades se sair do concelho – notas explicativas.....	165
Tabela 85	-	Encontrar dificuldades se sair do concelho .....	165
Tabela 86	-	Manter contactos locais se sair do concelho .....	166
Tabela 87	-	Grau de escolaridade desejado pelo inquirido.....	167
Tabela 88	-	Importância dos estudos na óptica dos jovens.....	169
Tabela 89	-	Atitude perante a profissão.....	172
Tabela 90	-	Atitude face ao emprego .....	173
Tabela 91	-	Atitude face ao trabalho .....	174
Tabela 92	-	Combater o desemprego juvenil .....	174
Tabela 93	-	Programas de emprego e formação profissional mais concorridos pelos jovens <25 anos a nível nacional (2005).....	190
Tabela 94	-	Programas do IEFP mais concorridos em 2005 .....	191
Tabela 95	-	Percentagem de jovens com 15-24 anos em programas do IEFP no total dos inscritos. ....	192
Tabela 96	-	Distribuição dos inquiridos segundo os que recorreram aos programas do IPJ e IEFP .....	211
Tabela 97	-	Distribuição dos inquiridos segundo as razões que levaram recorrer ao IPJ .....	212
Tabela 98	-	Distribuição dos inquiridos segundo as razões que levaram a não recorrer ao IPJ .....	212

---

Tabela 99	-	Distribuição dos inquiridos segundo as razões que levaram recorrer ao IEFP .....	212
Tabela 100	-	Opinião dos jovens sobre os programas de juventude – notas explicativas .....	214
Tabela 101	-	Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre os programas de juventude .....	215
Tabela 102	-	Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre as principais áreas por investir para a fixação dos jovens .....	216



## Índice de Gráficos

Gráfico 1 -	Varição total da população residente (1991-2001) (%).....	67
Gráfico 2 -	Varição da população residente por grupos etários (1991 – 2001) (%) . .....	68
Gráfico 3 -	Varição da população por sexo 1991-2001 (%).....	69
Gráfico 4 -	População activa segundo o sexo (variação 1991 – 2001) (%) .....	72
Gráfico 5 -	Varição da população 15-24 anos por sexo (1991-2006) (%) .....	107
Gráfico 6 -	População empregada com 15-24 anos por grupos de profissões (2001) (%) (Total) .....	113
Gráfico 7 -	Taxa de desemprego por grupo etário em Portugal (1998-2004) (%)	115
Gráfico 8 -	Percentagem dos jovens que concorreram aos programas do IEFP entre 2000-2006 no total dos inscritos .....	191